



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2021-2026

**Desembargador do
Trabalho-Presidente**

Amarildo Carlos de Lima

**Desembargadora do
Trabalho-Vice-Presidente**

Quézia de Araújo Duarte Nieves
Gonzalez

**Comitê Gestor Regional do
Programa de Equidade de Raça,
Gênero e Diversidade**

Andrea Maria Limongi Pasold
Julieta Elizabeth Correia de Malfussi
Danieli Bonato Haloten
Ana Carolina Lucena Pinheiro
Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira
Altair de Lima
Yasmin Skovronski
Márcia Abedal Ceci

**Desembargador do Trabalho-
Corregedor Regional**

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

**Comitê de Patrimônio, Logística e
Sustentabilidade**

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon
Tamilly Virissimo
Gustavo Bestetti Ibarra
Fernanda Gomes Ferreira
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Sandro Beltrame
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski
Altair de Lima
Alécio José Riffel

**Comitê de Acessibilidade e
Inclusão**

Maria Aparecida Ferreira Jerônimo
Carlos Eduardo Tiusso
Gustavo Bestetti Ibarra
Fabiana Vieira de Linhares
Camila Sartori Velloso Abreu
Valdir Luiz da Cunha
Claudionor da Silva
Tamilly Virissimo
Cristina Vivan
Jacson Alexandre Pereira
Ricardo Ganzo Wickert Caldas
Breno Cláudio Bauer
Yasmin Lonzetti Skovronski
Márcia Abedal Ceci de Souza
Jamile Cury Cecato de Carvalho
Denise Suchara
Ana Paula Koch de Bona
Cláudia Bettoni
Eduardo Gheller Morschbacher
Flávia Pinheiro Guimarães

COMISSÃO DO PLS

No âmbito deste Tribunal, a atuação da Comissão Gestora do PLS ocorre por meio do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade, cujas atribuições estão previstas na Portaria SEAP 32/2023, nos seguintes termos:

Art. 3º São atribuições do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade:

- I - deliberar sobre os indicadores e metas do PLS;
- II - avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pelo Setor de Sustentabilidade, conforme dispõe o artigo 10-A da Resolução CNJ nº 400/2021;
- III - propor a revisão do PLS;
- IV - sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.

Parágrafo único. O Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade atua como Comissão Gestora do PLS, nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021.

Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon
Tamilly Virissimo
Gustavo Bestetti Ibarra
Fernanda Gomes Ferreira
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Sandro Beltrame
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski
Altair de Lima
Alécio José Riffel

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é o instrumento de gestão utilizado no TRT-SC para estabelecer diretrizes para a implementação de práticas sustentáveis e eficientes que promovam o uso racional dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais das atividades jurisdicionais e administrativas.

Este Tribunal tem elaborado e publicado anualmente o PLS seguindo as diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021. No entanto, para assegurar que o PLS esteja alinhado ao Plano Estratégico do TRT-SC, à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, que compreende o período de 2021 a 2026 e ao Ranking da Transparência, optou-se por reunir os Planos dos anos de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 neste único documento.



TRT-12ª REGIÃO
Santa Catarina



PLANO DE LOGÍSTICA **SUSTENTÁVEL** 2020-2023





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12^a
REGIÃO**

Maria de Lourdes Leiria

Desembargadora do Trabalho-Presidente

Teresa Regina Cotosky

Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente

Amarildo Carlos de Lima

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

COMITÊ GESTOR DA SUSTENTABILIDADE

Portaria PRESI n. 142, de 24 de abril de 2018

- Juiz do Trabalho indicado pela Presidência – **Coordenador**;
- Secretário-Geral da Presidência, CJ-04;
- Diretor-Geral da Secretaria, CJ-04;
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, CJ-03;
- Diretor da Secretaria Administrativa, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Comunicação Social, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, CJ-03;
- Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental, FC-04.

Portaria SEAP nº 64, de 28 de fevereiro de 2020

- Dr. Roberto Masami Nakajo - Juiz do Trabalho – **Coordenador**;
- Hamilton José Maestri - Secretário-Geral da Presidência, CJ-04;
- Dilcionir José Furlan - Diretor-Geral da Secretaria, CJ-04;
- Fernanda Gomes Ferreira - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, CJ-03;
- Fernando Schlickmann Oliveira Souza - Diretor da Secretaria Administrativa, CJ-03;
- Valdir Luiz da Cunha - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, CJ-03;
- Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira - Diretora da Secretaria de Comunicação Social, CJ-03;
- Luiz Auro Beckhauser - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, CJ-03;
- Yasmin Lonzetti Skovronski - Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental, FC-04.

COMITÊ DE GESTÃO AMBIENTAL

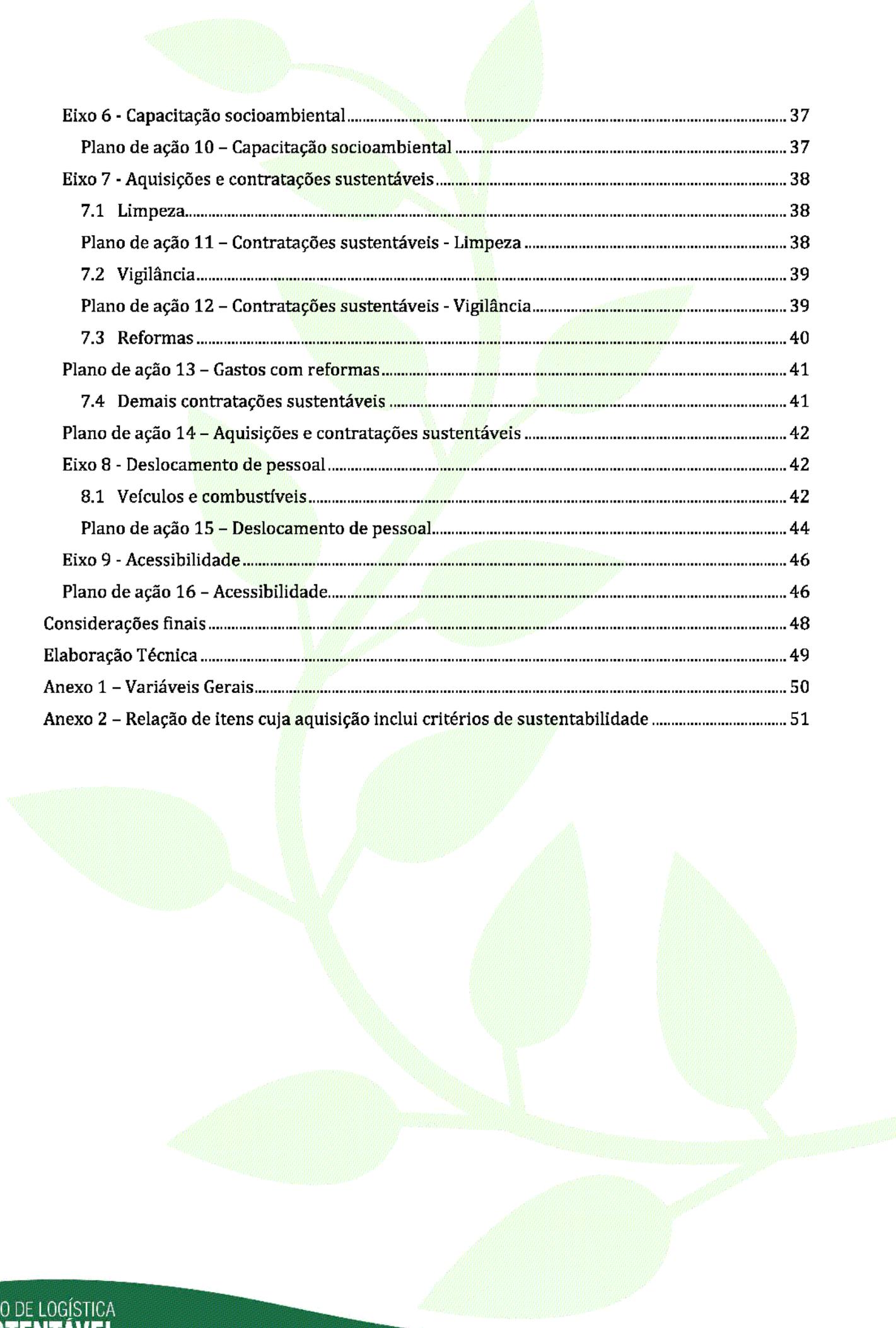
Portaria PRESI n. 141, de 24 de abril de 2018

- Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental – **Coordenador**
- Diretor de Serviço de Material e Patrimônio
- Diretor dos Serviços Gerais
- Diretor do Serviço de Manutenção
- Diretor do Serviço de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
- Coordenadora de Saúde
- Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura

ÍNDICE

Sumário

COMITÊ GESTOR DA SUSTENTABILIDADE	3
COMITÊ DE GESTÃO AMBIENTAL	3
Apresentação	7
PLS - 2020-2023	7
Objetivo Geral	7
Legislação Socioambiental	7
Metodologia	9
Detalhamento das etapas	9
Balanço Socioambiental	10
Identificação dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS	11
Alinhamento aos planos estratégicos	12
Período e abrangência	12
Eixos do Plano de Logística Sustentável	13
Eixo 1 - Uso eficiente de insumos e materiais	15
1.1 Racionalizar o consumo de papel	15
Plano de ação 1 - Consumo de Papel	17
1.2 Racionalizar o consumo de copos descartáveis	18
Plano de ação 2 - Consumo de copos descartáveis	20
1.3 Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica	21
Plano de ação 3 - Água envasada em embalagem plástica	22
1.4 Racionalizar o uso de consumível de impressão	23
Plano de ação 4 - Racionalizar o uso de consumível de impressão	24
1.5 Racionalizar o uso de telefonia	25
Plano de ação 5 - Racionalizar o uso de telefonia	26
Eixo 2 - Energia Elétrica	27
Plano de ação 6 - Racionalizar o uso de energia	30
Eixo 3 - Água e esgoto	31
Plano de ação 7 - Racionalizar o uso de água e esgoto	32
Eixo 4 - Gestão de resíduos	32
Plano de ação 8 - Gestão de resíduos	34
Eixo 5 - Qualidade de vida	35
Plano de ação 9 - Qualidade de vida	36



Eixo 6 - Capacitação socioambiental.....	37
Plano de ação 10 – Capacitação socioambiental.....	37
Eixo 7 - Aquisições e contratações sustentáveis.....	38
7.1 Limpeza.....	38
Plano de ação 11 – Contratações sustentáveis - Limpeza.....	38
7.2 Vigilância.....	39
Plano de ação 12 – Contratações sustentáveis - Vigilância.....	39
7.3 Reformas.....	40
Plano de ação 13 – Gastos com reformas.....	41
7.4 Demais contratações sustentáveis.....	41
Plano de ação 14 – Aquisições e contratações sustentáveis.....	42
Eixo 8 - Deslocamento de pessoal.....	42
8.1 Veículos e combustíveis.....	42
Plano de ação 15 – Deslocamento de pessoal.....	44
Eixo 9 - Acessibilidade.....	46
Plano de ação 16 – Acessibilidade.....	46
Considerações finais.....	48
Elaboração Técnica.....	49
Anexo 1 – Variáveis Gerais.....	50
Anexo 2 – Relação de itens cuja aquisição inclui critérios de sustentabilidade.....	51



Apresentação



Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – PLS-TRT12 é um instrumento de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos que serão utilizados para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação do Órgão.

Sua elaboração, aprovação e execução visa permitir ao TRT da 12ª Região adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O PLS-TRT12 está de acordo com o estabelecido na Resolução CNJ nº201 /2015 (alterada pela Resolução CNJ nº 249/2018) e no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (alterado pelo Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 323/2015).

PLS – 2020-2023

Objetivo Geral

O PLS-TRT12 2020-2023 possui como objetivo a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e uma melhor eficiência do gasto público, por meio da adoção de medidas que observem critérios de sustentabilidade, racionalização dos recursos, consumo consciente, promoção da qualidade de vida no trabalho e gestão adequada dos resíduos.

Legislação Socioambiental

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 1º, ressalta que o Estado democrático de direito tem como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Em seu art. 170, inciso VI, refere-se à “... defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. Também, em seu art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, incluindo seus parágrafos e respectivos incisos.

No âmbito da Justiça do Trabalho a Resolução CSJT nº103/2012 aprovou o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços e o Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº24/2014 instituiu a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSTJ.

Para o efetivo cumprimento do previsto na Constituição e nos tratados internacionais em que o Brasil é signatário e objetivando a adaptação da Administração Pública às novas exigências socioambientais, foram contempladas no Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, as práticas sustentáveis a serem adotadas como um dos programas brasileiros de governança, bem como foi instituída a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CIASP. Por conseguinte, as proposições dessa comissão à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, culminaram na edição da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 10, de 12 de novembro de 2012, que estabeleceu as regras para elaboração dos Planos de Logística Sustentável – PLS.

Em atenção ao contido no referido Decreto, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução 201, de 3 de Março de 2015, determinou a implementação dos referidos planos nos órgãos do Poder Judiciário.

Assim, em cumprimento à Resolução CNJ nº 201/2015, em 2015 foi criado o primeiro Plano de Logística Sustentável do TRT da 12ª Região. O atual PLS 2020-2023, juntamente a outros mecanismos voltados à sustentabilidade, forma a política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.

Em agosto de 2019, o CNJ assinou o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público. A Agenda 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 Países, inclusive o Brasil, e coordenada pelas Nações Unidas, que possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas a efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento.

Em dezembro de 2019, no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, foram aprovadas para o próximo ano 12 metas nacionais, que irão nortear as diretrizes de atuação dos tribunais brasileiros. Entre elas estão metas relacionadas a promoção da defesa das crianças e adolescentes, saúde dos magistrados e Agenda 2030.

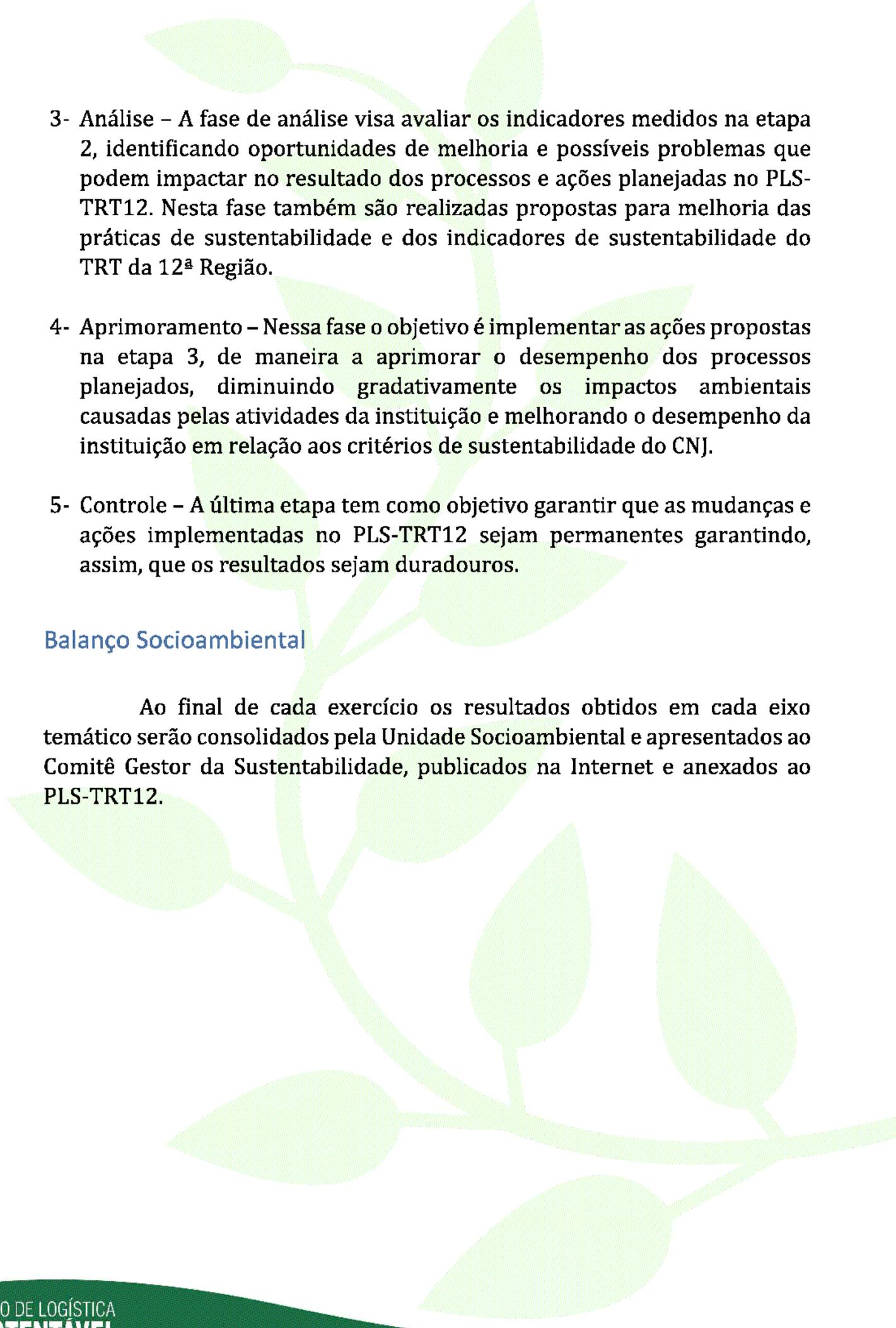
Em janeiro de 2020, o CNJ publicou a Portaria nº 18/2020, que institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça. Essa portaria é dividida em três pilares, sendo dois deles com temas relacionados com sustentabilidade (respeito aos direitos humanos e sustentabilidade).

Metodologia

Com o objetivo de melhorar continuamente o PLS-TRT12, a implementação do plano foi dividida em 5 etapas (Planejamento, Acompanhamento, Análise, Aprimoramento e Controle). Essa metodologia leva em consideração os conceitos da metodologia DMAIC utilizada em processos de melhoria contínua.

Detalhamento das etapas

- 1- Planejamento – É a primeira fase do Plano de Logística Sustentável e consiste efetivamente na elaboração do PLS-TRT12. Nessa fase o Comitê Gestor da Sustentabilidade avalia os relatórios de desempenho dos anos anteriores e define as metas e o plano de ações para melhoria dos processos de trabalho, redução dos impactos ambientais e melhoria da eficiência do gasto público no âmbito do Tribunal. Após a elaboração do PLS-TRT12 pela Unidade Socioambiental, o plano é encaminhado à Administração do TRT da 12ª Região para aprovação, divulgação e encaminhamento ao CNJ.
- 2- Acompanhamento – Na segunda fase da metodologia o Comitê Gestor Ambiental e as unidades responsáveis pelos eixos temáticos acompanham e medem os indicadores definidos na etapa 1.

- 
- 3- **Análise** – A fase de análise visa avaliar os indicadores medidos na etapa 2, identificando oportunidades de melhoria e possíveis problemas que podem impactar no resultado dos processos e ações planejadas no PLS-TRT12. Nesta fase também são realizadas propostas para melhoria das práticas de sustentabilidade e dos indicadores de sustentabilidade do TRT da 12ª Região.
 - 4- **Aprimoramento** – Nessa fase o objetivo é implementar as ações propostas na etapa 3, de maneira a aprimorar o desempenho dos processos planejados, diminuindo gradativamente os impactos ambientais causadas pelas atividades da instituição e melhorando o desempenho da instituição em relação aos critérios de sustentabilidade do CNJ.
 - 5- **Controle** – A última etapa tem como objetivo garantir que as mudanças e ações implementadas no PLS-TRT12 sejam permanentes garantindo, assim, que os resultados sejam duradouros.

Balanço Socioambiental

Ao final de cada exercício os resultados obtidos em cada eixo temático serão consolidados pela Unidade Socioambiental e apresentados ao Comitê Gestor da Sustentabilidade, publicados na Internet e anexados ao PLS-TRT12.

Identificação dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Com o objetivo de aprimorar o PLS-TRT12, à partir de 2020 as metas que estão relacionadas a um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável previstos na Agenda 2030 serão apresentados com a mesma notação gráfica utilizada pelas Nações Unidas, conforme apresentado a seguir:



Alinhamento aos planos estratégicos

O PLS-TRT12 está alinhado ao Plano Estratégico do TRT da 12ª Região para o período 2015-2020 que tem como valores a responsabilidade socioambiental, a transparência, a saúde e qualidade de vida, a dignidade humana e a relevância social do processo.

Os resultados do PLS-TRT12 são monitorados pelo PLS – JUD e consolidados no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário pelo CNJ.

Período e abrangência

O PLS-TRT12 compreende o período 2020-2023, podendo ser revisado e reeditado anualmente para que os indicadores possam ser ajustados e os objetivos aprimorados.

Os eixos temáticos e os indicadores utilizados para mensuração são os definidos pela Resolução CNJ nº 201/2015. Entretanto, caso seja necessário, poderão ser criados novos indicadores pelo Comitê Gestor da Sustentabilidade, como no caso do eixo acessibilidade.

Os indicadores, metas e ações apontados neste documento foram construídos em conjunto com as unidades responsáveis pelo tema e definidos com base em estudos comportamentais das séries históricas e alcançaram todas as unidades organizacionais do Tribunal, direta ou indiretamente, envolvidas nas responsabilidades e ações constantes no plano.

Eixos do Plano de Logística Sustentável

As ações do PLS -TRT 12 estão distribuídas em oito eixos temáticos de acordo com o artigo 16 da Resolução CNJ nº 201/2015, mais o eixo relacionado com acessibilidade.

Eixo 1- Uso eficiente de insumos e materiais

1.1 Racionalizar o consumo de papel

1.2 Racionalizar o consumo de copos descartáveis

1.3 Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica

1.4 Racionalizar o uso de consumível de impressão

1.5 Racionalizar o uso de telefonia

1.6 Reformas

Eixo 2 - Energia elétrica

Eixo 3 - Água e esgoto

Eixo 4 - Gestão de resíduos

Eixo 5 - Qualidade de vida no trabalho

Eixo 6 - Sensibilização e capacitação contínua

Eixo 7 - Aquisições e contratações sustentáveis

7.1 Limpeza

7.2 Vigilância

7.3 Reformas

7.4 Demais contratações sustentáveis

Eixo 8 - Deslocamento de pessoal

8.1 Veículos

8.2 Combustíveis

Eixo 9 - Acessibilidade



Implementação



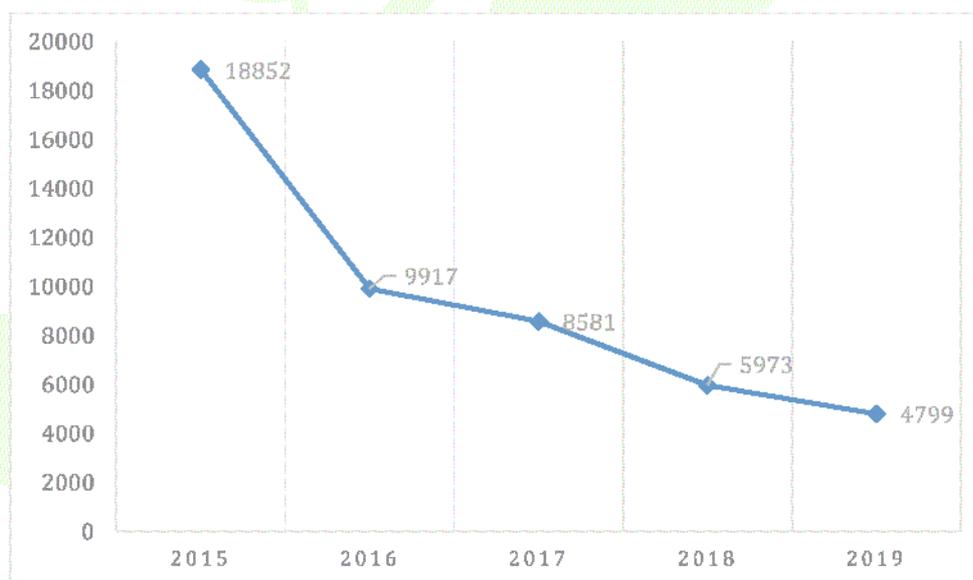
Eixo 1 - Uso eficiente de insumos e materiais



1.1 Racionalizar o consumo de papel

O consumo total de papel do TRT da 12ª Região no ano de 2019 foi de 4799 resmas o que representa uma redução de consumo da ordem de 19,66% em relação ao ano de 2018. De acordo com o indicador de consumo de papel utilizado pelo CNJ que levou em consideração o total de papel consumido em relação a força total de trabalho, o TRT da 12ª Região possui um índice de 3,08 resmas/pessoa. No Balanço Socioambiental do Poder Judiciário em 2018, considerando esse indicador o TRT da 12ª Região foi o 8º colocado entre a Justiça do Trabalho e o 24º do Poder Judiciário.

Gráfico 1 – Série histórica do consumo do total de resmas de papel, 2015 a 2019

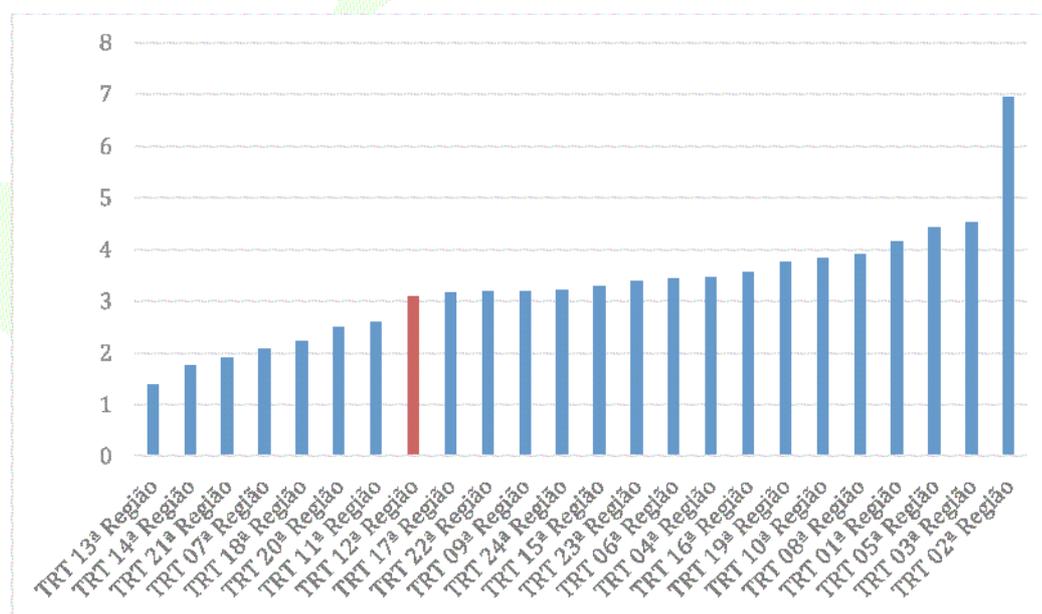


O TRT da 12ª Região gastou R\$ 56.421,27 com compra de papel reciclado e não reciclado, em 2019. Um aumento de 6,68% em relação ao ano de 2018, em que se gastou R\$ 52.888,99 (gráfico 2).

Gráfico 2 – Série histórica da despesa com papel, 2015 a 2019 (valores em reais)



Gráfico 3 – Indicador CNJ Consumo de papel/Força total de Trabalho 2018



Plano de ação 1 – Consumo de Papel

Eixo	1 – Uso racional de insumos e materiais				
Objetivo	1.1 - Racionalizar o consumo de papel				
Meta	Reduzir o consumo de papel em 41,65 % em relação ao ano de 2019 (4799 resmas).				
2020 - Base 2019	Reduzir o consumo de papel em 20%	Esperado 2020	3839 resmas		
2021 - Base 2020	Reduzir o consumo de papel em 10%	Esperado 2021	3455 resmas		
2022 - Base 2021	Reduzir o consumo de papel em 10%	Esperado 2022	3110 resmas		
2023 - Base 2022	Reduzir o consumo de papel em 10%	Esperado 2023	2800 resmas		
Indicador CNJ	Descrição	Evento Gerador		Apuração	
2.1	CPNRP	Consumo de papel não reciclado próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.2	CPRP	Consumo de papel reciclado próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.3	CPP	Consumo de papel próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.4	CPNRC	Consumo de papel não-reciclado contratado	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.5	CPRC	Consumo de papel reciclado contratado	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.6	CPC	Consumo de papel contratado	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.7	CPT	Consumo de papel total	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.8	GPNRP	Gasto com papel não-reciclado próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.9	GPRP	Gasto com papel reciclado próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
2.10	GPP	Gasto com papel próprio	Data de envio do material as unidades	Mensal	
Item	Iniciativa	Área	Obs:	Data início	Data Fim
1	Realizar, anualmente, campanha de conscientização para redução do uso do papel.	SECOM SEMAB SESUS		Abril /2020	Dez/2023
2	Fazer a crítica dos pedidos de papel e orientar os usuários quanto a sua real necessidade.	SEMAB		Abril /2020	Dez/2023
3	Aprimorar e automatizar a coleta de informações diretamente do sistema do SEMAB.	SETIC		Abril /2020	Dez/2020
4	Manter na página da Unidade Socioambiental histórico de consumo de papel por unidade.	SEMAB USAMB	Consumo semestral	Jan/2021	Dez/2023

1.2 Racionalizar o consumo de copos descartáveis

O consumo total de copos descartáveis do TRT da 12ª Região no ano de 2019 foi de 4238 centos o que representa uma redução de consumo da ordem de 10% em relação ao ano de 2018. O Balanço Socioambiental do CNJ de 2018 utiliza o indicador de consumo relativo de copos descartáveis, isto é, o total de copos descartáveis consumido em relação a força total de trabalho – FTT, em 2018 o índice do TRT da 12ª Região foi de 2,43 centos/FTT sendo o 12º Tribunal com o melhor índice na Justiça do Trabalho e o 37º do Poder Judiciário.

Importante destacar que o TRT da 12ª Região não utiliza outros tipos de copos descartáveis, como copo para café, por exemplo.

Gráfico 4 – Consumo de copos descartáveis – série histórica 2015-2019

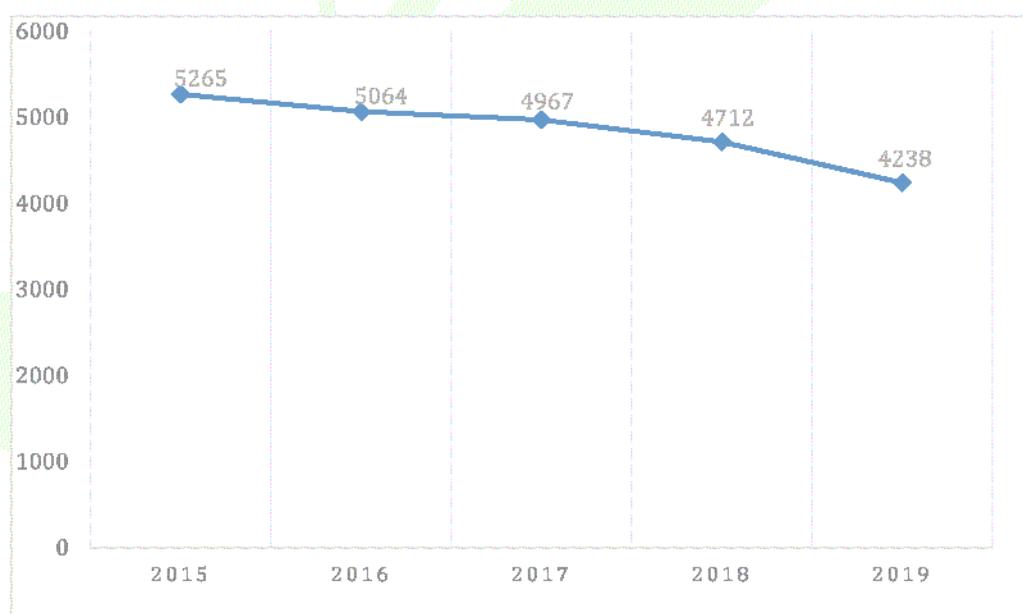


Gráfico 5 – Despesas com copos descartáveis – série histórica 2015-2019

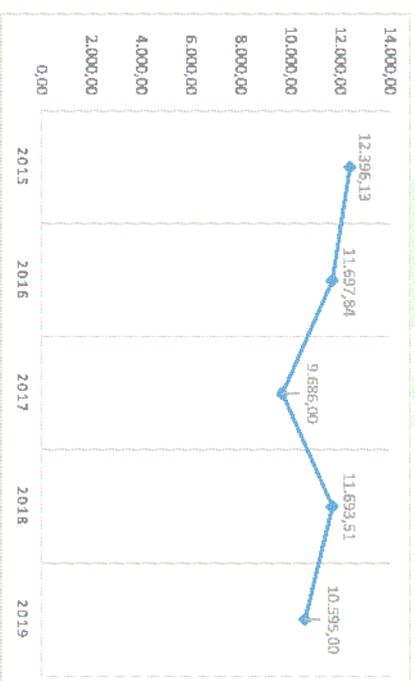
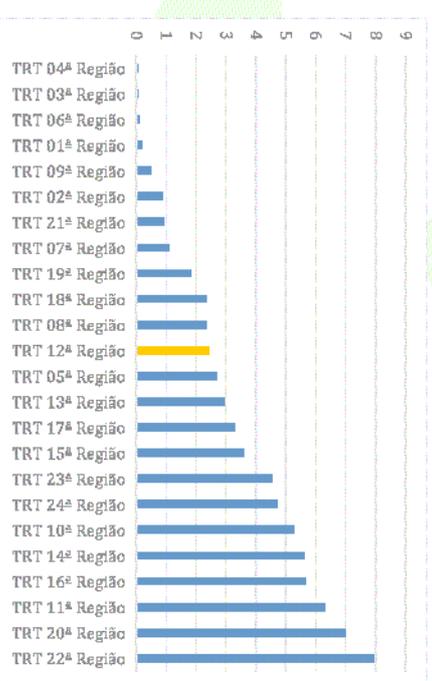


Gráfico 6 – Indicador CNU – consumo de copos plásticos/Força total de Trabalho 2018



Plano de ação 2 – Consumo de copos descartáveis

Eixo	1 – Uso racional de insumos e materiais			
Objetivo	1.2 - Racionalizar o consumo de copos descartáveis			
Meta	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 80 % em relação ao ano de 2019 (4238 centos).			
Base 2019	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 71%	Esperado 2020	1200 centos	
Base 2020	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10%	Esperado 2021	1080 centos	
Base 2021	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10%	Esperado 2022	972 centos	
Base 2022	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 12%	Esperado 2023	850 centos	
Indicador CNJ	Descrição	Evento Gerador		Apuração
3.1	CCA	Consumo de copos descartáveis para água	Data de envio do material as unidades	Mensal
3.2	CCC	Consumo de copos descartáveis para café	Não utilizado	-----
3.3	CCT	Consumo de copos descartáveis total	Data de envio do material as unidades	Mensal
3.4	GCA	Gasto com copos descartáveis total	Data de envio do material as unidades	Mensal
3.5	GCC	Gasto com copos descartáveis para café	Não utilizado	-----
3.6	GCT	Gasto com copos descartáveis total	Data de envio do material as unidades	Mensal
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Realizar campanha de conscientização para redução do consumo de copos descartáveis.	SECOM; SEMAP SERGE; USAMB	Abril /2020	Dez/2023
2	Autorizar a distribuição de copos descartáveis somente nos ambientes com grande circulação de público externo.	DIGER; Presidência	Março /2020	Mar/2020
3	Fazer a crítica dos pedidos de copos descartáveis e orientar os usuários quanto a sua real necessidade.	SEMAP	Jan/2020	Dez/2023
4	Aprimorar e automatizar a coleta de informações diretamente do sistema do SEMAP.	SETIC	Abril /2020	Dez/2020
5	Buscar soluções para substituição dos copos descartáveis por materiais reutilizáveis.	SECAD; SEMAP; USAMB	Março /2020	Dez/2020
6	Realizar estudos para verificar a possibilidade de substituir os copos descartáveis por filtros ou bebedouros.	SECAD; SPO; SERGE; SEMAP	Abril /2020	Dez/2020
7	Manter na página da Unidade Socioambiental histórico de consumo de copos descartáveis por unidade.	SEMAP; USAMB	Julho /2020	Dez/2023



1.3 Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica

O consumo de água no TRT da 12ª Região é referente as bombonas retornáveis de 20 litros, pois o TRT da 12ª Região não utiliza água envasada em embalagens descartáveis desde junho de 2016. Em 2019 o consumo foi de 5.554 unidades o que corresponde a 111080 litros, menor consumo da série histórica.

O gasto com água em embalagens retornáveis no TRT da 12ª Região em 2019 foi de R\$ 39.406,23.

Gráfico 7 – Consumo de água envasada (total de bombonas) – série histórica 2015-2019



Gráfico 8 – Despesas com água envasada – série histórica 2015-2019



Plano de ação 3 – Água envasada em embalagem plástica

Eixo	1 – Uso racional de insumos e materiais				
Objetivo	1.3 - Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica				
Meta	Substituir, nas localidades que possuem água própria para consumo, 80% dos bebedouros de coluna (água envasada) por filtros ou bebedouros de pressão.				
2020	Realizar estudo de viabilidade para substituição de bebedouros de coluna por filtros ou bebedouros de pressão.	Esperado 2020	Estudo e planejamento		
2021	Substituir 30 % dos bebedouros de coluna por filtros ou bebedouros de pressão de acordo com levantamento a ser realizado.	Esperado 2021	Depende do estudo de viabilidade.		
2022	Substituir 60 % dos bebedouros de coluna por filtros ou bebedouros de pressão de acordo com levantamento a ser realizado.	Esperado 2022	Depende do estudo de viabilidade.		
2023	Substituir 80 % dos bebedouros de coluna por filtros ou bebedouros de pressão de acordo com levantamento a ser realizado.	Esperado 2023	Depende do estudo de viabilidade.		
Indicador CNJ	Descrição	Evento Gerador		Apuração	
4.1	CED	Consumo de embalagens descartáveis para água	Não utiliza		
4.2	CER	Consumo de embalagens retornáveis de água mineral	Data de envio da bombona.	Mensal	
4.3	GAED	Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Data de envio da bombona.	-----	
4.4	GAER	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Data de envio da bombona.	Mensal	
4.A	CAML	Consumo de água mineral (em litros)	Data de envio da bombona.	Mensal	
Item	Iniciativa	Área		Data início	Data Fim
1	Realizar levantamento de todos os pontos de consumo de água mineral retornável.	SERGE		Março /2020	Março /2020
2	Realizar estudo de viabilidade para substituição dos pontos de água mineral retornável por filtros ou bebedouros de pressão.	SECAD; SERGE; SEMAN; SPO		Abril /2020	Agosto /2020
3	Realizar a aquisição e troca de bebedouros de coluna por filtros ou bebedouros de pressão conforme estudo de viabilidade.	SERGE; SEMAN		Março /2021	Dez/2023
4	Aprimorar a coleta de informações relacionadas com o consumo de água envasada.	SETIC; SERGE		Abril /2020	Dez/2020
5	Manter na página da Unidade Socioambiental histórico de consumo de água envasada.	SERGE; USAMB		Abril /2020	Dez/2023

1.4 Racionalizar o uso de consumível de impressão

As despesas com suprimento de impressão em 2019 foram de R\$110.265,73. Esse valor leva em consideração os suprimentos efetivamente distribuídos para as unidades, pois esse é o fato gerador para monitoramento do indicador de consumo de acordo com o CNJ.

Nos anos anteriores a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC substituiu os equipamentos de impressão antigos por novos mais eficientes em relação ao consumo de energia e consumo de suprimentos de impressão. Atualmente existem instaladas 503 impressoras, destas 439 são monitoradas pela SETIC, o que equivale a uma cobertura de monitoramento de 87,28% do parque de impressão.

A racionalização do uso de consumível de impressão está diretamente relacionado com a meta 1.1 de racionalização do consumo de papel, devendo ambas serem tratadas de maneira conjunta.

Gráfico 9 – Despesas com Suprimentos de impressão – série histórica 2015-2019



Plano de ação 4 – Racionalizar o uso de consumível de impressão

Eixo	1 – Uso racional de insumos e materiais			
Objetivo	1.4 - Racionalizar o uso de consumível de impressão			
Meta	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 41,68 % em relação ao ano de 2019			
Base 2019	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 20%	Esperado 2020	R\$ 88.212,58	
Base 2020	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10%	Esperado 2021	R\$ 79.391,33	
Base 2021	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10%	Esperado 2022	R\$ 71.452,19	
Base 2022	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10%	Esperado 2023	R\$ 64.306,97	
Indicador CNJ	Descrição	Evento Gerador	Apuração	
5.1	QI	Quantidade de impressões	Automático, software de monitoramento	Mensal
5.2	QEI	Quantidade de equipamentos de impressão	Dados SETIC	Mensal
5.3	PEI	Performance dos equipamentos de impressão (=5.1/5.2)	Dados SETIC	Mensal
5.4	GAS	Gasto com aquisição de suprimentos (Despesa realizada com aquisição de suprimentos de impressão como cartuchos de tinta, toners, cilindros fotorreceptores).	Considera-se evento gerador a data do envio do suprimento para unidade.	Mensal
5.5	GAI	Gasto com aquisição de impressoras	Data de liquidação da aquisição	Mensal
5.6	GCO	Gasto com contratos de terceirização de impressão	Liquidação do pagamento	Mensal
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Realizar, anualmente, campanha de conscientização para redução de impressões.	SECOM; SESUS	Abril /2020	Dez/2023
2	Encaminhar relatório mensal com total de impressões realizadas das 10 unidades com maior volume de impressões.	SESUS	Abril /2020	Dez/2023
3	Iniciar estudos para implantação de outsourcing de impressão.	SESUS	Abril /2020	Dez/2020
4	Aprimorar e automatizar a coleta de informações diretamente do sistema do SEMAP.	SETIC	Abril /2020	Dez/2020
4	Manter na página da Unidade Socioambiental histórico do total de impressões realizadas por unidade.	SESUS; USAMB	Jan/2021	Dez/2023

1.5 Racionalizar o uso de telefonia

A despesa total com telefonia fixa e móvel no ano de 2018 foi de R\$ 269.440,60 e de R\$ 140.564,43 em 2019 o que representa uma redução de consumo da ordem de 47,83 % em relação ao ano de 2018.

O indicador de consumo do CNJ separa as despesas com telefonia em fixa e móvel. Em relação ao gasto médio por linha telefônica fixa, no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, o TRT da 12^a Região teve um gasto de R\$ 513,13 por linha sendo o 17^o Tribunal com a maior despesa na Justiça do Trabalho e o 71^o do Poder Judiciário. A média de gastos por linha telefônica fixa é de R\$ 264,22 na Justiça do Trabalho e de R\$ 346,41 no poder Judiciário.

No TRT 12^a Região o gasto médio por linha telefônica móvel em 2018 foi de R\$ 612,44 por linha sendo o 10^o Tribunal com a maior despesa na Justiça do Trabalho e o 48^o do Poder Judiciário.

Com o objetivo de racionalizar o uso de telefonia e reduzir as despesas com telefonia fixa, o TRT da 12^a Região, por meio do pregão 11339/2019 adquiriu equipamentos e aparelhos telefônicos digitais VOIP. A aquisição, além de inúmeros benefícios, vem ao encontro da racionalização das despesas com telefonia, uma vez que as ligações entre a sede e as unidades do interior terão uma tarifação inferior aos valores dos atuais contratos, o que permitirá uma otimização dos recursos e uma melhoria de coleta das informações.

No contrato de telefonia atual 12.885/2018 o TRT da 12^a Região possui, ainda, 38 linhas analógicas num custo de R\$ 64,73 por mês por linha, sendo que neste mesmo contrato cada link digital, do tipo E1, custa apenas R\$ 5,63 por mês, ou seja, 91,3% mais barato. Com a instalação dos equipamentos previstos para o ano de 2020, espera-se uma economia de aproximadamente R\$ 27000,00 por ano (diferença entre as linhas analógicas e links digitais).

A redução do preço do minuto das chamadas local e celular, também deverá ser reduzida dos atuais R\$ 0,04 e R\$ 0,19 cobrados nas linhas analógicas, para R\$ 0,03 e R\$ 0,12, respectivamente, o que representa uma redução de 25% do custo das chamadas locais e de 36,84% nas chamadas para celular. Importante destacar que o custo de ligações entre Unidades Judiciárias será zero.

Considerando a implementação do VOIP e a dificuldade de mensuração de possíveis metas de redução de consumo, entende-se que não existe neste momento condições para estabelecimento de metas relacionadas a racionalização do uso de telefonia.

Plano de ação 5 – Racionalizar o uso de telefonia				
Eixo		1 – Uso racional de insumos e materiais		
Objetivo		1.5 - Racionalizar o uso de telefonia		
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração
6.1	GTF	Gasto com telefonia fixa	Contrato	Mensal
6.2	LTF	Linhas telefônicas fixas	Contrato	Mensal
6.3	GRTF	Gasto relativo com telefonia fixa (=6.1/6.2)	Contrato	Mensal
6.4	GTM	Gasto com telefonia móvel	Contrato	Mensal
6.5	LTM	Linhas telefônicas móveis	Contrato	Mensal
6.6	GRTM	Gasto relativo com telefonia móvel	Contrato	
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Realizar, anualmente, campanha de conscientização para uso consciente dos recursos de telefonia.	SECOM; SERGE	Abril /2020	Dez/2023
2	Monitorar o consumo de todas as linhas telefônicas fixas e móveis em uso no âmbito do TRT da 12ª Região.	SERGE	Jan/2020	Dez/2023
3	Elaborar relatório de gastos com telefonia fixa e móvel por unidade.	SERGE	Jan/2020	Dez/2023
4	Aprimorar e automatizar a coleta de informações do contrato de telefonia.	SETIC; SERGE	Abril /2020	Dez/2020
5	Manter na página da Unidade Socioambiental, relatório de gastos com telefonia fixa e móvel por unidade.	SERGE; USAMB	Jan/2021	Dez/2023

Eixo 2 - Energia Elétrica



O consumo de energia elétrica em 2019 foi de 3.327.858 kWh e os gastos com energia elétrica foram de R\$ 2.634.382,00, esse valor corresponde a 8% das despesas com apreciação de causas no exercício de 2020.

O consumo relativo de energia em relação a área total do TRT da 12ª Região reduziu 14,40% em 2019 em relação a 2018, passando de 35,15 kWh /m² para 30,09 kWh /m², sendo o menor índice desde que o indicador começou a ser medido.

Os dados de 2019 foram fortemente impactados pelo aumento da área total do TRT da 12ª Região, que passou de 95.338 m² para 110587 m² segundo o Serviço de Projetos e Obras, desta forma considerando o indicador do CNJ, é provável que o TRT da 12ª Região figure no primeiro quartil, ficando entre os 25% dos tribunais com melhores índices de consumo de energia elétrica.

No último Balanço Socioambiental do CNJ, nesse indicador, o TRT da 12ª Região foi o 4º colocado entre a Justiça do Trabalho e o 29º do Poder Judiciário.

Apesar do consumo relativo de energia em relação a área total ser de 30,09 kw/m², o consumo relativo em relação a área útil é de 43 kw/m². Entre os diversos prédios do TRT da 12ª Região existe uma grande variação do consumo relativo, de modo que 45% dos prédios possuem um consumo relativo maior que a média do regional. Desta forma, estudos e um correto diagnóstico do consumo das unidades é necessário para que ocorra a racionalização do consumo de energia elétrica no âmbito do TRT da 12ª Região.

Gráfico 10 - Consumo total de energia elétrica (kWh)

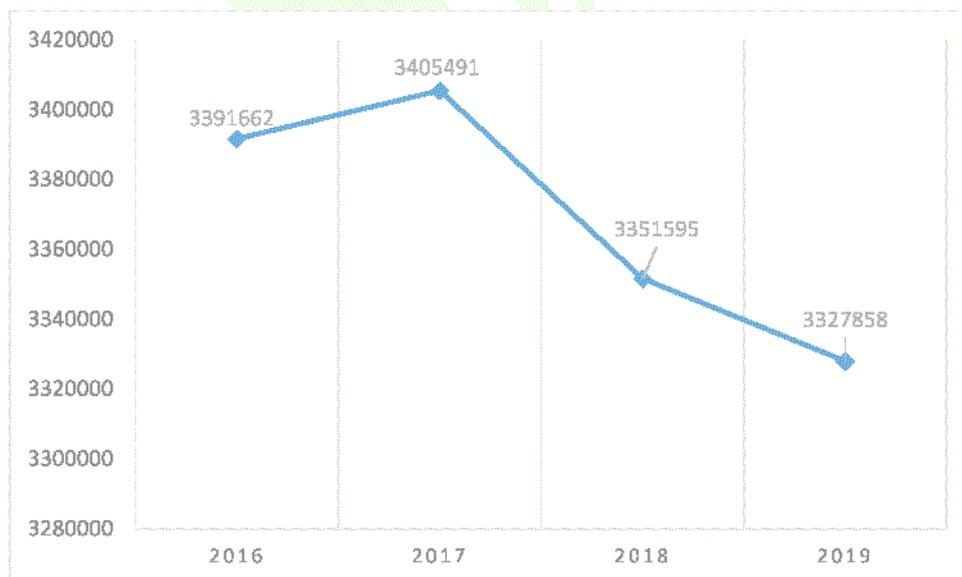


Gráfico 11 - Consumo de energia elétrica por área total (kWh/m²)

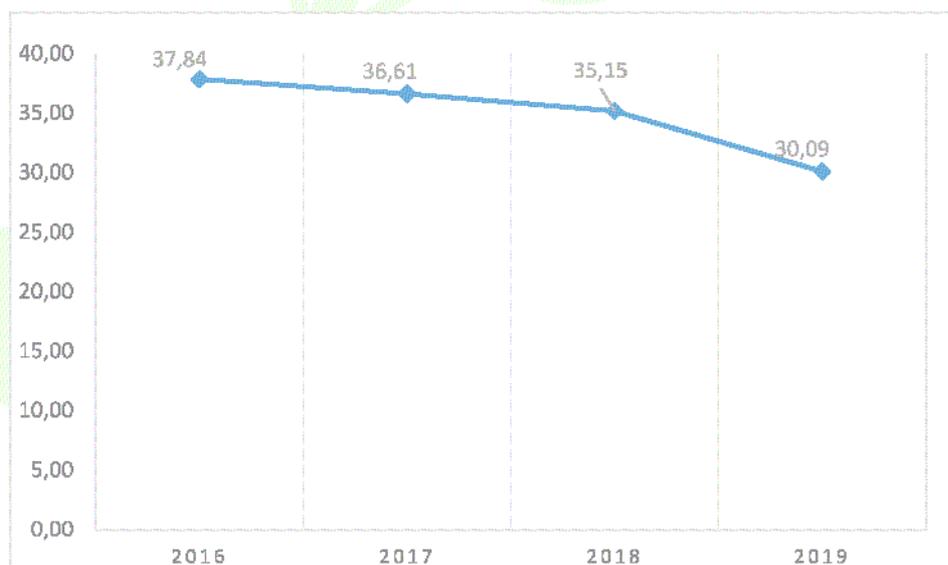
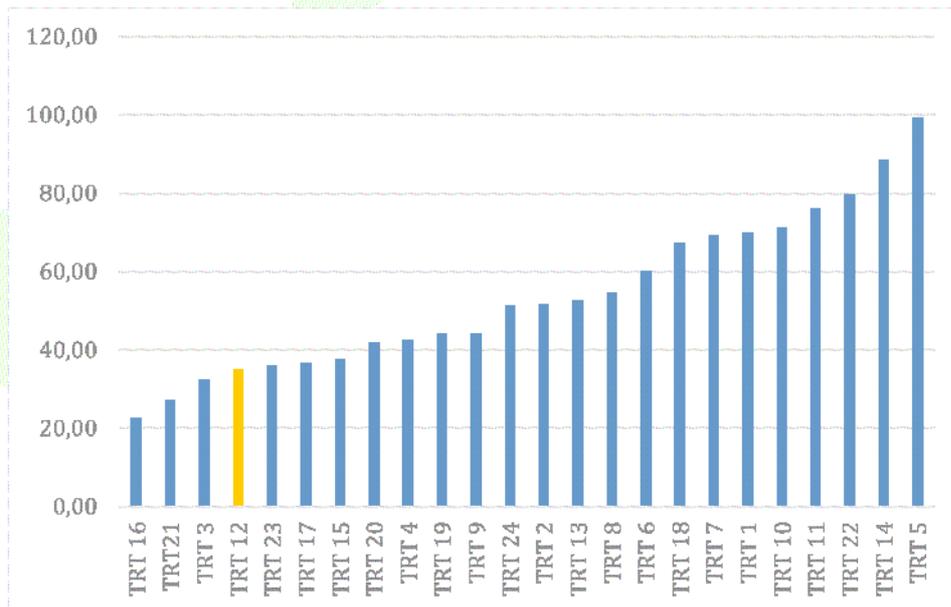


Gráfico 12 - Gasto com energia elétrica (Reais)



Gráfico 13 – Indicador CNJ Consumo relativo energia (kWh/m²) 2018



Plano de ação 6 – Racionalizar o uso de energia				
Eixo		2 – Energia Elétrica		
Objetivo		Racionalizar o uso de energia		
Meta		Reduzir o consumo relativo de energia para 27,2 kw/m ² em 4 anos (20%).		
Base 2019	Reduzir o consumo relativo de energia em 5%	Esperado 2020	28,5 kw/m ² 3.161.000 kw	
Base 2020	Reduzir o consumo relativo de energia em 1,7%	Esperado 2021	28,0 kw/m ² 3.156.000 kw	
Base 2021	Reduzir o consumo relativo de energia em 1,7%	Esperado 2022	27,5 kw/m ² 3.050.000 kw	
Base 2022	Reduzir o consumo relativo de energia em 1%	Esperado 2023	27,2 kw/m ² 3.000.000 kw	
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração
7.1	CE	Consumo de energia elétrica	Liquidação do contrato	Mensal
7.2	CRE	Consumo relativo de energia elétrica (Área Total)	Liquidação do contrato	Anual
7.3	GE	Gasto com energia elétrica	Liquidação do contrato	Mensal
7.4	GRE	Gasto relativo com energia elétrica	Liquidação do contrato	Anual
7.5	NT	Negociação tarifária	Contrato	Anual
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Realizar, anualmente, campanha de conscientização para redução do consumo de energia elétrica.	SECOM; SEMAN	Abril /2020	Dez/2023
2	Criar um grupo de estudos para elaboração de um plano de ação para redução do consumo de energia elétrica.	Presidência	Março /2020	Dez/2020
3	Elaborar relatório de gastos de energia elétrica por prédio/unidade.	SEMAN	Janeiro /2020	Dez/2023
4	Aprimorar a coleta de informações relacionadas com o consumo de energia.	SETIC; SEMAN	Abril /2020	Dez/2020
4	Manter na página da Unidade Socioambiental relatório de consumo e gastos com energia elétrica.	SEMAN; USAMB	Janeiro /2020	Dez/2023

Eixo 3 - Água e esgoto



O consumo de água e esgoto no TRT da 12ª Região reduziu em aproximadamente 10% entre os anos de 2016 e 2019. O consumo relativo de água do TRT da 12ª Região em 2019 foi de 0,20 m³/m² inferior à média do consumo de água e esgoto da Justiça do Trabalho foi de 0,29 m³ por m². Segundo o Balanço Socioambiental do CNJ, em 2018 o TRT da 12ª Região foi o 10º colocado entre a Justiça do Trabalho e o 57º do Poder Judiciário.

Gráfico 14 - Série histórica do consumo de água e esgoto em m³/m², 2016 a 2019.



Gráfico 15 - Série histórica do gasto com água e esgoto, 2016 a 2019 (valores em reais)



Plano de ação 7 – Racionalizar o uso de água e esgoto					
Eixo		3 – Água e Esgoto			
Objetivo		Racionalizar o uso de água			
Meta		Reduzir o consumo relativo de água para 0,16 m ³ /m ² em 4 anos.			
Base 2019		Reduzir o consumo relativo de água em 5%	Esperado 2020	0,19 m ³ /m ²	
Base 2020		Reduzir o consumo relativo de água em 5,2%	Esperado 2021	0,18 m ³ /m ²	
Base 2021		Reduzir o consumo relativo de água em 5,5%	Esperado 2022	0,17 m ³ /m ²	
Base 2022		Reduzir o consumo relativo de água em 5,8%	Esperado 2023	0,16 m ³ /m ²	
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração	
8.1	CA	Consumo de água	Liquidação do contrato	Mensal	
8.2	CRA	Consumo relativo de água (Área Total)	Liquidação do contrato	Mensal	
8.3	GA	Gasto com água	Liquidação do contrato	Mensal	
8.4	GRA	Gasto relativo com água	Liquidação do contrato	Mensal	
Item	Iniciativa		Área	Data inicio	Data Fim
1	Realizar, anualmente campanha de conscientização para redução do consumo de água.		SECOM; SEMAN	Abril /2020	Dez/2023
2	Realizar manutenções hidráulicas periódicas para evitar desperdícios.		SEMAN	Jan/20 20	Dez/2023
3	Elaborar relatório de gastos com água por prédio/unidade.		SEMAN	Jan/20 20	Dez/2023
4	Aprimorar a coleta de informações relacionadas com o consumo de água.		SERGE ; SETIC;	Abril /2020	Dez/2020
5	Manter na página da Unidade Socioambiental relatório de consumo e gastos com água.		SEMAN; USAMB	Abril /2020	Dez/2023

Eixo 4 - Gestão de resíduos.



O TRT da 12^a Região atualmente faz a correta destinação de todos os resíduos gerados. O tratamento dos resíduos é realizado por empresas contratadas, como é o caso dos resíduos de saúde, lâmpadas e de suprimentos e equipamentos de informática. Durante a eliminação dos autos-findos, todo o papel é encaminhado a cooperativa de catadores, garantindo assim a destinação correta do papel.

Os resíduos produzidos diariamente pelas unidades judiciárias são separados e recolhidos pelas empresas prestadoras do serviço dos municípios onde as unidades judiciárias se encontram.

Em 2018 foram destinados 5040 toneladas de papel para reciclagem, mas ainda existe a necessidade de elaboração de um programa de gestão de resíduos sólidos que seja adequado a realidade do TRT da 12ª Região. Em 2019 foram destinados 2.852,77 kg de reciclados.

Em relação aos demais resíduos monitorados, em 2019 foram gerados 849 m³ de resíduos das obras e reformas, 534 kg de resíduos de informática, 384 kg de resíduos de saúde e 1502 lâmpadas para reciclagem.

Os resíduos gerados no TRT da 12ª Região possuem a seguinte separação e destinação:

Resíduo		Destinação
Resíduos Perigosos		Contratação de empresa especializada no transporte e destinação ambientalmente adequada. Logística reversa para lâmpadas.
Resíduos de Obras		De responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra.
Resíduos de Informática		Doação a entidades com fins de inclusão digital.
Rejeitos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
Papéis	Diversos	Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
	Eliminação de autos findos	Doação direta às cooperativas de catadores, com sua destruição imediata
Demais Resíduos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.

Apesar dos resíduos sólidos serem separados e destinados adequadamente, com a implementação do PLS-TRT12 pretende-se aprimorar a gestão dos resíduos sólidos. Nesse sentido em 2020 vão ser iniciados estudos para que seja implementado em 4 anos um plano de gerenciamento de resíduos sólidos – PGRS nos prédios administrativos e dos Foros da capital e interior.

Plano de ação 8 – Gestão de resíduos

Eixo	4 – Gestão de resíduos				
Objetivo	Fazer a gestão adequada de resíduos sólidos dos prédios e grandes Foros.				
Meta	Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Foros e grandes edificações.				
2020	Diagnóstico e elaboração do programa de gerenciamento de resíduos sólidos - PGRS		Esperado 2020	Diagnóstico	
2021	Implantação do PGRS em Florianópolis		Esperado 2021	Implantação	
2022	Implantação do PGRS em 46 % dos Foros		Esperado 2022	Implantação em 6 Foros Trabalhistas	
2023	Implantação do PGRS em 100% das Foros		Esperado 2023	Implantação em 7 Foros Trabalhistas	
Indicador CNJ	Descrição		Evento Gerador	Apuração	
9.1	DPA	Destinação de papel	Envio para descarte	Mensal	
9.2	DPL	Destinação de plástico	Envio para descarte	Mensal	
9.3	DMT	Destinação de metal	Envio para descarte	Mensal	
9.4	DV	Destinação de vidro	Envio para descarte	Mensal	
9.5	CGE	Coleta Geral	Envio para descarte	Mensal	
9.6	TMR	Total de materiais destinados a reciclagem	Envio para descarte	Mensal	
9.7	DRI	Destinação de resíduos de informática	Envio para descarte	Mensal	
9.8	DSI	Destinação de suprimentos de impressão	Envio para descarte	Mensal	
9.9	DPB	Destinação de pilhas e baterias	Envio para descarte	Mensal	
9.10	DLP	Destinação de lâmpadas	Envio para descarte	Mensal	
9.11	DRS	Destinação de resíduos de saúde	Envio para descarte	Mensal	
9.12	DOB	Destinação de resíduos de obras e reformas	Envio para descarte	Mensal	
Item	Iniciativa		Área	Data início	Data Fim
1	Realizar, anualmente campanha de conscientização para destinação adequada de resíduos.		SECOM; SERGE	Jan/2020	Dez/2023
2	Realizar estudos para implantação do programa de gerenciamento de resíduos sólidos.		SERGE; USAMB	Jan/2020	Dez/2020
3	Realizar estudos para implantação do programa de logística reversa.		SERGE; SEMAP; SEMAN; SELCO	Abril /2020	Dez/2020
4	Manter na página da Unidade Socioambiental histórico de consumo de papel por unidade. A divulgação da informação levará em consideração o período de envio.		SEMAP; SEMAN; SERGE; SEGED; SPO SAUDE; SESUS; USAMB	Abril /2020	Dez/2023

Eixo 5 - Qualidade de vida



O eixo qualidade de vida abrange três tipos de ações:

I - Ações de qualidade de vida no trabalho

II - Ações solidárias

III - Ações de inclusão.

As ações de qualidade de vida têm como objetivo promover a motivação, a saúde, o bem-estar, a valorização e o comprometimento de magistrados e servidores por meio de programas de saúde que permitam a avaliação clínica, diagnóstico precoce, orientação e capacitação acerca de hábitos de vida saudáveis, incentivando a mudança comportamental e a adoção de um novo estilo de vida.

As ações solidárias têm como objetivo promover o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade.

As ações de inclusão têm como objetivo promover a acessibilidade, bem como a socialização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2019 o TRT da 12ª Região realizou 75 ações de qualidade de vida no trabalho, 21 ações solidárias e 13 ações de inclusão.

Segundo o Balanço Socioambiental do CNJ, em 2018 o TRT da 12ª Região foi o 7º colocado entre a Justiça do Trabalho e o 32º do Poder Judiciário.

Plano de ação 9 – Qualidade de vida

Eixo		5 – Qualidade de vida			
Objetivo		Promover a qualidade de vida no trabalho no âmbito do TRT da 12ª Região			
Meta		Realizar no mínimo 100 ações de qualidade de vida, 50 ações solidárias e 10 ações de inclusão.			
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração	
15.1	PQV	Participações em ações de qualidade de vida	Realização da ação	Anual	
15.2	AQV	Quantidade de ações de qualidade de vida	Realização da ação	Anual	
15.3	PRQV	Participação relativa em ações de qualidade de vida	Realização da ação	Anual	
15.4	PS	Participações em ações solidárias	Realização da ação	Anual	
15.5	AS	Quantidade de ações solidárias	Realização da ação	Anual	
15.6	PRS	Participação relativa em ações solidárias	Realização da ação	Anual	
15.7	AINC	Ações de inclusão	Realização da ação	Anual	
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim	
1	Realizar, anualmente, a campanha do Janeiro Branco, do Setembro Amarelo, do Outubro Rosa e do Novembro Azul.	SAÚDE	Jan/2020	Dez/2023	
2	Incentivar a participação nos programas de qualidade de vida desenvolvidos pela Coordenadoria de Saúde.	SECOM; DIGER; BIBLIOTECA; SAÚDE	Jan/2020	Dez/2020	
3	Manter ações e programas permanentes de promoção e proteção à saúde de magistrados e servidores destacando-se o Programa de controle médico e saúde ocupacional, conforme Res. 141/2014 CSJT.	SAÚDE	Jan/2020	Dez/2023	
4	Aprimorar a coleta de informações relacionadas com ações de qualidade de vida, ações solidárias e ações de inclusão.	SAÚDE; SECOM; SETIC	Abril /2020	Dez/2020	
5	Realizar, anualmente, campanhas solidárias e de inclusão.	SAÚDE; SECOM; SEDUC; SGP	Jan/2020	Dez/2023	
6	Manter na página da Unidade Socioambiental o relatório dos indicadores de ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão.	SAUDE; SECOM; SGP EJUD 12; BIBLIOTECA USAMB	Jan/2020	Dez/2023	

Eixo 6 - Capacitação socioambiental

As ações de capacitação e sensibilização socioambiental destinam-se a estimular a participação do corpo funcional em ações relacionadas ao tema da sustentabilidade, tais como: gerenciamento de resíduos sólidos, economia de recursos, licitações sustentáveis e compostagem.

Foram realizadas 12 ações de capacitação e sensibilização socioambiental no TRT da 12ª Região em 2019, das quais, destacam-se a palestra sobre compostagem e a Campanha “O que você tem feito pelo meio ambiente?” em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente e as sensibilizações sobre reciclagem e sobre economia de papel toalha.

Plano de ação 10 – Capacitação socioambiental					
Eixo		6 - Capacitação socioambiental			
Objetivo		Aumentar a conscientização do corpo funcional sobre a importância do tema sustentabilidade			
Meta		Realizar no mínimo 5 ações de capacitação e sensibilização ambiental para o corpo funcional.			
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração	
16.1	ACAP	Ações de capacitação e sensibilização	Realização da ação	Anual	
16.2	PSC	Participação em ações de sensibilização e capacitação	Realização da ação	Anual	
16.3	PRSC	Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	Realização da ação	Anual	
Item		Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1		Realizar anualmente campanha com o tema sustentabilidade que envolvam redução do consumo de energia elétrica, água e telefone, e suas consequentes despesas.	SECOM; USAMB	Jan/2020	Dez/2023
2		Divulgar o Plano de Logística Sustentável do TRT da 12ª Região.	SECOM; USAMB	Jan/2020	Dez/2020
3		Incentivar a participação do corpo funcional em cursos com o tema sustentabilidade.	SECOM; SEDUC; USAMB	Jan/2020	Dez/2023
4		Realizar campanha para conscientização do corpo funcional e força de trabalho auxiliar referente ao descarte ambientalmente correto de resíduos sólidos.	SECOM; USAMB	Jan/2020	Dez/2023
5		Manter na página da Unidade Socioambiental histórico de consumo dos indicadores de ações de capacitação socioambiental.	SEDUC; USAMB	Abril /2020	Dez/2023



Eixo 7 - Aquisições e contratações sustentáveis

7.1 Limpeza

Em 2019 o TRT da 12^a Região, gastou R\$ 4.817.011,64 com contratos de limpeza, 18,48% menos que o ano anterior. É o maior contrato de prestação de serviços no âmbito do TRT da 12^a Região.

No Balanço Socioambiental do CNJ em 2018, esse indicador não foi considerando para cálculo do Índice de Desempenho de Sustentabilidade.

Plano de ação 11 – Contratações sustentáveis - Limpeza					
Eixo		Eixo 7: Contratações sustentáveis			
Objetivo		Otimizar as despesas com prestação de serviços de limpeza			
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração	
11.1	GLB	Gastos com contratos limpeza no período-base	Pagamento dos serviços	Anual	
11.2	M ² CONT	Área contratada	Relatório SPO	Anual	
11.3	GRL	Gasto relativo com contratos limpeza	Pagamento dos serviços	Anual	
11.4	GLR	Gastos com contratos de limpeza no período de referência	Elaboração do relatório	Anual	
11.5	VGL	Variação dos gastos com contratos de limpeza	Elaboração do relatório	Anual	
11.6	GML	Gasto com material de limpeza	Pagamento dos serviços	Anual	
Item		Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1		Aprimorar os mecanismos de dimensionamento da força de trabalho nos contratos de limpeza.	SERGE; SEMAP	Jan/2020	Dez/2023
2		Aprimorar o processo de aquisição de materiais de limpeza para utilização de critérios de sustentabilidade. No caso de realização de contratos com fornecimento de material, garantir que sejam incluídos critérios de sustentabilidade no projeto básico	SERGE; SEMAP	Jan/2020	Dez/2020
3		Manter na página da Unidade Socioambiental o relatório dos indicadores de limpeza.	SERGE; SEMAP; USAMB	Abril /2020	Dez/2023

7.2 Vigilância

Em 2019 o TRT da 12ª Região gastou R\$ 2.079.350,00 com contratos de vigilância armada em 17 postos de vigilância, 2,60% menos que o ano anterior, sendo o segundo maior contrato de serviços em vigor no âmbito do TRT da 12ª Região, atrás apenas dos contratos de limpeza. No Balanço Socioambiental do Poder Judiciário CNJ em 2018, esse indicador não foi considerando para cálculo do Índice de Desempenho de Sustentabilidade.

Plano de ação 12 – Contratações sustentáveis - Vigilância					
Eixo		Eixo 7: Contratações sustentáveis			
Objetivo		Otimizar as despesas com contratos de vigilância			
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração	
12.1	GVAB	Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	Pagamento dos serviços	Anual	
12.2	QVAB	Quantidade de postos de vigilância armada	Relatório SSI	Anual	
12.3	GRVA	Gasto relativo com vigilância armada (Reais/ total de postos armados)	Elaboração do relatório anual	Anual	
12.4	GVDB	Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	Pagamento dos serviços	Anual	
12.5	QVD	Quantidade de postos de vigilância desarmada	Elaboração do relatório anual	Anual	
12.6	GRVD	Gasto relativo com vigilância desarmada (Reais/ total de postos desarmados)	Elaboração do relatório anual	Anual	
12.7	GVT	Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	Pagamento dos serviços		
12.8	VGv	Variação dos gastos com contratos de vigilância	Elaboração do relatório anual		
Item	Iniciativa		Área	Data início	Data Fim
1	Aprimorar os mecanismos de dimensionamento dos postos de trabalho nos contratos de vigilância.		SSI	Jan/2020	Dez/2023
2	Manter na página da Unidade Socioambiental o relatório dos indicadores de vigilância.		SSI	Abril /2020	Dez/2023

7.3 Reformas

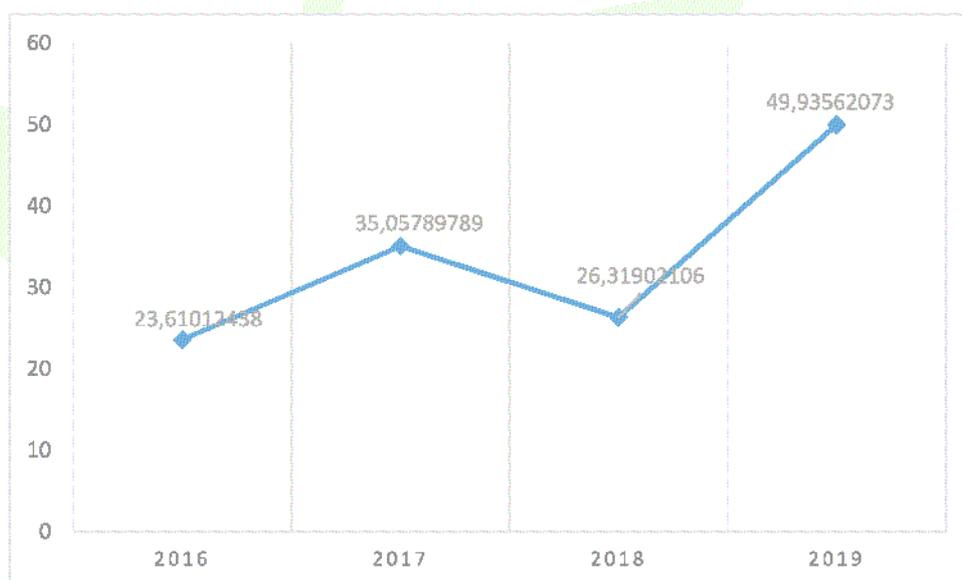
A realização de reformas no TRT da 12ª Região ocorre, principalmente, para melhoria das condições de trabalho, manutenção corretiva e preventiva das instalações e para adequação da estrutura e layout a novas demandas, como no caso da instalação dos Centros de Conciliação – CEJUSCS nos anos de 2018 e 2019.

Em 2019 foram antecipadas também a reforma e a manutenção das unidades em função das restrições orçamentárias do exercício de 2020.

O indicador utilizado pelo CNJ leva em consideração o gasto relativo, isto é, o total gasto com reformas por metro quadrado.

Em 2019 foram gastos R\$ 5.522.230,49. Considerando a área total do TRT da 12ª Região no período (110.587 m²) o indicador do Balanço Socioambiental do CNJ em 2019 será de 49,93, o que poderá impactar negativamente no Índice de Desenvolvimento Socioambiental.

Gráfico 16 - Histórico de gasto/m²



Plano de ação 13 – Gastos com reformas				
Eixo		9 – Reformas		
Objetivo		Acompanhar os gastos com reformas.		
Indicador CNJ		Descrição	Evento Gerador	Apuração
10.1	GRB	Gastos com reformas no período-base (ano corrente)	Liquidação do serviço	Anual
10.2	GRR	Gastos com reformas no período de referência (ano anterior)	Envio para descarte	Anual
10.3	VGR	Variação dos gastos com reformas	Envio para descarte	Anual
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Manter na página da Unidade Socioambiental o relatório dos indicadores de reformas.	SEMAN; SPO USAMB	Abril /2020	Dez/2023

7.4 Demais contratações sustentáveis



As contratações sustentáveis visam adquirir produtos e serviços que atendam aos três pilares da sustentabilidade, ou seja, que sejam ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis.

O PLS-TRT12 visa estimular a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de contratações de bens e serviços, observando o disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, bem como na Portaria CNJ nº 18/2020, que institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça.

Plano de ação 14 – Aquisições e contratações sustentáveis				
Eixo		Eixo 7: Aquisições e contratações sustentáveis		
Objetivo		Aumentar o número de contratações que utilizam critérios de sustentabilidade		
Meta		Incluir critérios de sustentabilidade em 80 % das contratações de bens e serviços em 4 anos.		
Indicador		Descrição	Evento Gerador	Apuração
TRT12 - 1	TAPAAC	Total de contratações previstas no PAAC	Publicação do PAAC	Anual
CS -2	TAPAAC	Total de contratações realizadas	Relatório do PAAC	Anual
CS -3	TAPAAC	Total de contratações realizadas com critérios de sustentabilidade	Aquisição – Relatório SELCO	Anual
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Verificar se foram incluídos critérios de sustentabilidade nos projetos básicos / termos de referência.	DIGER SELCO	Jan/2020	Dez/2023
2	Seguir, sempre que possível, as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	Todas as áreas administrativas	Jan/2020	Dez/2023
3	Manter na página da Unidade Socioambiental relatório das contratações sustentáveis realizadas.	SELCO USAMB	Abril /2020	Dez/2023



Eixo 8 - Deslocamento de pessoal

8.1 Veículos e combustíveis

O TRT da 12ª Região possui 21 veículos, sendo 2 movidos a gasolina, 13 flex e 6 a diesel. Em 2019 foram gastos R\$44.973,65 com manutenção da frota e R\$ 64297,26 reais com combustíveis, o que representa um aumento de 7,32% em relação ao ano anterior. Entretanto, considerando que em 2019 foram rodados 155259 km, 8,89% mais que 2018, o aumento dos gastos foi compatível com o uso dos veículos.

Gráfico 17 – Histórico de gastos com Veículos

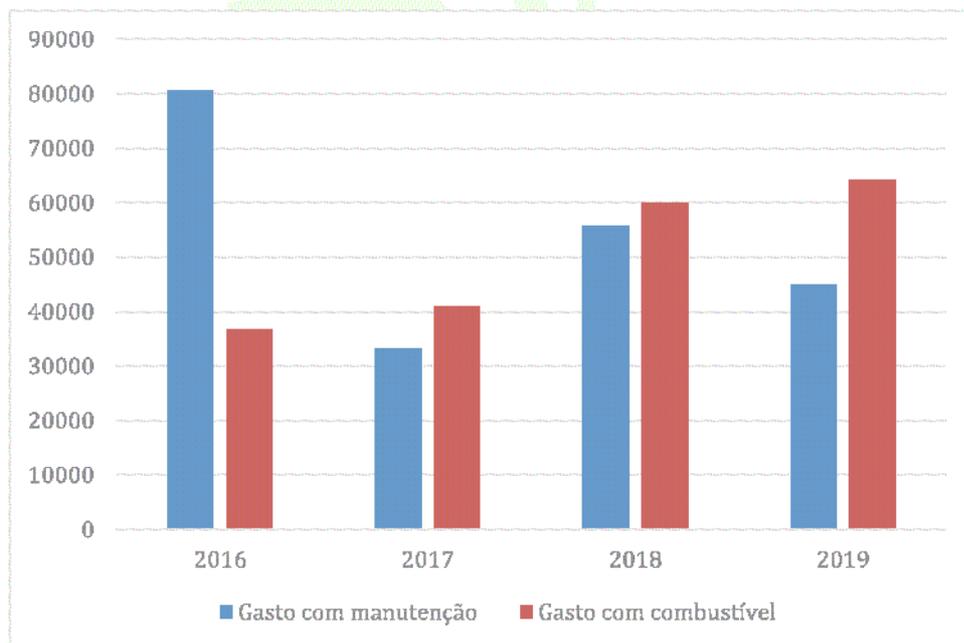
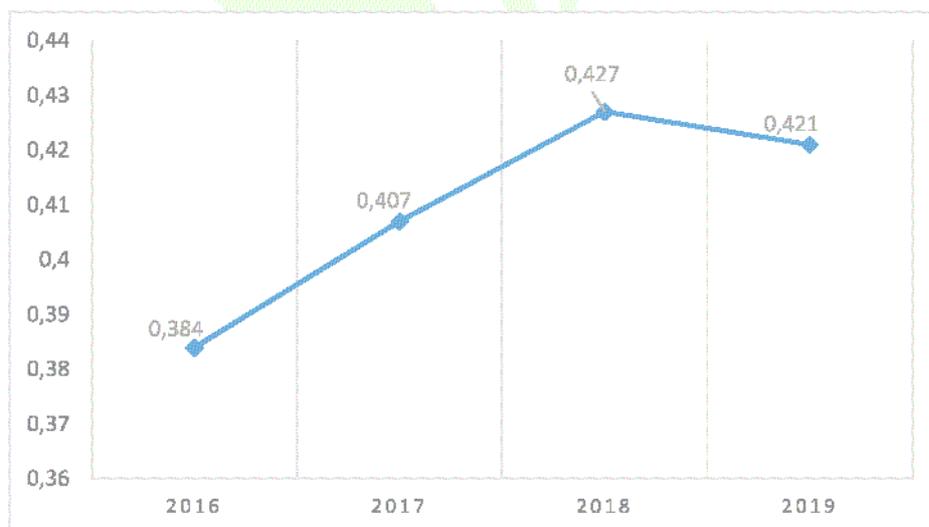


Gráfico 18 – Histórico de Km Rodados 2016 – 2019



Gráfico 19 – Histórico de Gasto/Km Rodados 2016 – 2019



Plano de ação 15 – Deslocamento de pessoal				
Eixo		Eixo 8: Deslocamento de pessoal		
Objetivo		Monitorar as despesas com veículos com deslocamento de pessoal		
Indicador		Descrição	Evento Gerador	Apuração
13.1	Km	Quilômetros rodados	Deslocamento	Mensal
13.2	VG	Quantidade de veículos a gasolina	Relatório anual	Anual
13.3	VET	Quantidade de veículos a etanol	Relatório anual	Anual
13.4	VF	Quantidade de veículos flex	Relatório anual	Anual
13.5	VD	Quantidade de veículos a diesel	Relatório anual	Anual
13.6	VGN	Quantidade de veículos a gás natural	Relatório anual	Anual
13.7	VH	Quantidade de veículos híbridos	Relatório anual	Anual
13.8	VEI	Quantidade de veículos elétricos	Relatório anual	Anual
13.9	QVE	Quantidade de Veículos	Relatório anual	Anual
13.10	QVS	Quantidade de veículos de serviço	Relatório anual	Anual
13.11	UVS	Usuários por veículo de serviço	Relatório anual	Anual
13.12	QVM	Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Relatório anual	Anual
13.13	UVM	Usuários por veículo de magistrado	Relatório anual	Anual
13.14	GMV	Gasto com manutenção de veículos (13.a + 13.b + 13.c + 13.d + 13.e + 13.f)	Relatório anual	Anual
13.15	GRMV	Gasto relativo com manutenção dos veículos (13.14/13.9)	Pagamento	Anual
13.16	GCM	Gasto com contrato de motoristas	Relatório anual	Anual
13.17	GRCM	Gasto relativo com contrato de motoristas	Relatório anual	Anual

13.a	N.A.	Gasto com lubrificantes, filtros, arrefecimento, etc. (Veículos fora do prazo de garantia)	Pagamento	Mensal	
13.b	N.A.	Gasto com consertos e reparos – peças e serviços (Veículos fora do prazo de garantia)	Pagamento	Mensal	
13.c	N.A.	Gasto com aquisição de pneus	Pagamento	Mensal	
13.d	N.A.	Gasto com licenciamento anual e seguro obrigatório	Pagamento	Anual	
13.e	N.A.	Gasto com contratação de seguro	Pagamento	Anual	
13.f	N.A.	Gasto com serviços de revisão (Veículos em garantia)	Pagamento	Mensal	
13.g	N.A.	Gasto total com veículos (14.c + 13.14 + 13.16)	Pagamento	Mensal	
14.1	CG	Consumo de gasolina	Abastecimento	Mensal	
14.2	CE	Consumo de etanol	Abastecimento	Mensal	
14.3	CD	Consumo de diesel	Abastecimento	Mensal	
14.4	CGN	Consumo de gás natural	Abastecimento	Mensal	
14.5	CRAG	Consumo relativo de álcool e gasolina	Abastecimento	Mensal	
14.6	CRD	Consumo relativo de diesel	Relatório	Mensal	
14.7	CRGN	Consumo relativo de gás natural	Relatório	Mensal	
14.a	N.A.	Gasto com gasolina	Pagamento	Mensal	
14.aa	N.A.	Gasto com etanol	Pagamento	Mensal	
14.b	N.A.	Gasto com diesel	Pagamento	Mensal	
14.c	N.A.	Gasto total com combustíveis	Pagamento	Mensal	
14.d	N.A.	Quantidade de veículos	Pagamento	Mensal	
14.e	N.A.	Gasto relativo de consumo de combustíveis por quilometro rodado (14.c/13.1)	Relatório	Mensal	
Item	Iniciativa		Área	Data inicio	Data Fim
1	Manter o efetivo controle do gasto com combustíveis e lubrificantes.		SSI	Jan/2020	Dez/2023
2	Aprimorar os mecanismos de controle de utilização de veículos e consumo de combustíveis.		SSI	Jan/2020	Dez/2023
3	Aumentar o número de saídas pré-programadas e criar novos roteiros.		SSI	Jan/2020	Dez/2023
4	Racionalizar as viagens e deslocamentos, utilizando automóveis compartilhados, quando possível.		SSI	Jan/2020	Dez/2023
5	Direcionar as aquisições para automóveis com melhor classificação no programa brasileiro de etiquetagem IMETRO.		SSI; SECAD	Jan/2020	Dez/2023
6	Realizar estudos para substituição de veículos de frota por outras formas alternativas.		SSI; SECAD	Abril /2020	Dez/2023
7	Manter na página da Unidade Socioambiental o relatório dos indicadores de veículos e combustíveis.		SSI; USAMB	Abril /2020	Dez/2023

Eixo 9 - Acessibilidade

O TRT da 12ª Região vem, ao longo dos anos, desenvolvendo ações de acessibilidade e inclusão, com o objetivo de eliminar as barreiras físicas e atitudinais.

Em 2016 foi instituído o Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do TRT da 12ª Região (Portaria PRESI nº 145/2016) e em 2019 a Unidade Socioambiental, subordinada à Secretaria de Gestão Estratégica, foi indicada como responsável pela implementação das ações do comitê (Portaria PRESI nº 243/2019).

Em 2019 a Vara do Trabalho de Timbó ganhou uma sede mais acessível e no Foro Trabalhista de Florianópolis foi instalada uma plataforma elevatória para dar acesso ao subsolo.

Além disso, com a implantação do novo site do TRT da 12ª Região, foi criada uma página exclusivamente para acessibilidade, bem como disponibilizado o sistema VLibras.

Plano de ação 16 – Acessibilidade			
Eixo	Eixo 9: Acessibilidade		
Objetivo	Promover a inclusão de magistrados, servidores e usuários da Justiça do Trabalho com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, tecnológicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, bem como promover o desenvolvimento da consciência social e da participação em ações de inclusão.		
Meta 1	Garantir que 80% dos servidores/magistrados com deficiência respondam a pesquisa anual para verificar se a acessibilidade está sendo garantida.		
Meta 2	Realizar a revisão anual dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no TRT da 12ª Região, nos termos da Resolução CNJ nº 230/2016.		
Meta 3	Aumentar o nível de acessibilidade do site do TRT da 12ª Região para 90% em 4 anos.		
Meta 4	Garantir que 100% dos novos sistemas desenvolvidos no âmbito do TRT da 12ª Região estejam de acordo com o protocolo de acessibilidade.		
Meta 5	Realizar 1 treinamento em acessibilidade anualmente para servidores que atendam público externo.		
Indicador	Descrição	Evento Gerador	Apuração
17.1	Número de servidores/magistrados com deficiência que respondam a pesquisa.	Pesquisa anual	Anual
17.2	Revisão anual dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no TRT da 12ª Região.	Revisão anual	Anual
17.3	Porcentagem de acessibilidade do site.	Mapeamento no site	Anual

17.4	Porcentagem de acessibilidade nos novos sistemas desenvolvidos pelo TRT da 12ª Região.	Desenvolvimento de novos sistemas	Anual	
17.5	Número de treinamentos realizados.	Treinamento anual	Anual	
Item	Iniciativa	Área	Data início	Data Fim
1	Realizar ações de capacitação (presencial ou ead) na temática da acessibilidade e inclusão.	SEDUC; SECOM; USAMB	Abril /2020	Dez/2023
2	Realizar ações de capacitação em acessibilidade de software para equipe de desenvolvimento da SETIC.	SEDUC SETIC	Abril /2020	Dez/2021
4	Aprimorar a estrutura física de todas as unidades jurisdicionais garantindo a acessibilidade de pessoas com deficiência.	SPO; SEMAN	Abril /2020	Dez/2023
5	Realizar a reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.	SPO; SEMAN	Abril /2020	Dez/2023
6	Aprimorar o site deste Regional para torná-lo mais acessível.	SETIC	Abril /2020	Dez/2023
7	Realizar análise das necessidades dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência no âmbito do TRT12, para que seja realizada a proposição de melhoria das condições de acessibilidade.	SAÚDE	Abril /2020	Dez/2023
8	Manter na página da Unidade Socioambiental relatório de quantitativo de servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência e o relatório dos indicadores de acessibilidade.	USAMB	Abril /2020	Dez/2023
9	Realizar estudos para ampliação do número de pessoas com deficiência atuando nas empresas que prestam serviços ao TRT da 12ª Região.	DIGER	Abril /2020	Dez/2023
10	Realizar o levantamento dos terceirizados com deficiência que trabalham no TRT da 12ª Região, nos termos da Resolução CNJ nº 230/2016.	SECAD	Abril /2020	Dez/2023

Considerações finais

Para elaboração do PLS 2020-2023 foi dada continuidade às atividades previstas no PLS do ano anterior. O aprimoramento da coleta de dados relativos aos indicadores e o planejamento de novas metas irão direcionar as ações a serem desenvolvidas no período, para que se inclua, cada vez mais, o conceito da sustentabilidade às rotinas de trabalho em todo o TRT da 12ª Região.

Cumpramos ressaltar que as metas poderão ser alteradas em razão de modificações estruturais e/ou fatos supervenientes.

A large, stylized green leaf graphic with a stem and several leaves, positioned diagonally across the page. The leaves are light green with a fine, dotted texture.

Elaboração Técnica

Fernanda Gomes Ferreira

Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica

Jacson Alexandre Pereira

Serviço de Desenvolvimento Institucional

Yasmin Lonzetti Skovronski

Representando a Unidade Socioambiental

Anexo 1 – Variáveis Gerais

Os dados referentes aos indicadores 1.1 a 1.13 são introduzidos automaticamente no PLS-Jud Anual em razão de já constarem do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ, não sendo necessário, portanto, a informação por parte deste TRT da 12ª Região como indicadores do PLS.

			Apuração
1.1	MagP	Total de cargos de magistrados providos	Anual
1.2	TPEfet	Total de pessoal do quadro efetivo	Anual
1.3	TPI	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	Anual
1.4	TPSV	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	Anual
1.5	Serv	Total de servidores	Anual
1.6	TFAuxT	Total de trabalhadores terceirizados	Anual
1.7	TFAuxE	Total de estagiários	Anual
1.8	TFAuxJL	Total de juízes leigos	Anual
1.9	TFAuxC	Total de conciliadores	Anual
1.10	TFAuxV	Total de voluntários	Anual
1.11	TFaux	Total da força de trabalho auxiliar	Anual
1.12	FTT	Força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares	Anual
1.13	m ² Total	Área total em metros quadrados	Anual

Anexo 2 – Relação de itens cuja aquisição inclui critérios de sustentabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DOS BENS CUJA AQUISIÇÃO INCLUI CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DA AQUISIÇÃO				Total Geral	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE
	2015	2016	2017	2018		
ARMÁRIO PADRÃO 2 PORTAS COM ESTANTE		15			15	LICENÇA AMBIENTAL
ARMÁRIO PADRÃO 2 PORTAS COM ESTANTE - LOURO FREIJÓ (MASISA)			10		10	LICENÇA AMBIENTAL
ARMÁRIO PARA BANHEIRO			18		18	LICENÇA AMBIENTAL
ASPIRADOR DE PÓ SÓLIDOS E LÍQUIDOS	5		5		10	SELO PROCEL
BALCÃO PADRÃO 2 PORTAS DE CORRER		20			20	LICENÇA AMBIENTAL
BALCÃO PADRÃO 2 PORTAS DE CORRER - LOURO FREIJÓ (GRAN MÓVEIS)				20	20	LICENÇA AMBIENTAL
BANCO LONGARINA 2 LUGARES		100			100	LICENÇA AMBIENTAL
BANCO LONGARINA 2 LUGARES FLEXFORM		40			40	LICENÇA AMBIENTAL
BANCO LONGARINA 3 LUGARES	20	123			143	LICENÇA AMBIENTAL
BANCO LONGARINA 3 LUGARES FLEXFORM		43			43	LICENÇA AMBIENTAL
BANCO LONGARINA 3 LUGARES FORTLINE				84	84	LICENÇA AMBIENTAL
BEBEDOURO ELÉTRICO DE PRESSÃO PNE			15	5	20	ERGONOMIA
CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA ESPALDAR ALTO - TIPO 1 - INDICAÇÃO NESMT		90			90	ERGONOMIA
CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA ESPALDAR ALTO - TIPO 1 - NESMT			100		100	ERGONOMIA
CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA TIPO PRESIDENTE EM TELA				65	65	ERGONOMIA
CADEIRA PARA DESCIDA DE ESCADAS			4		4	ACESSIBILIDADE
CADEIRA UNIVERSITÁRIA	70	30			100	LICENÇA AMBIENTAL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000	71				71	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT CASSETE 18000 INVERTER			5		5	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT CASSETE 24000 INVERTER			22		22	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT CASSETE 36000 INVERTER			7		7	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT CASSETE 48000 INVERTER			6		6	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT DUTADO/EMBTIR 58000			2		2	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT HIGH-WALL 12000 INVERTER			18		18	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT HIGH-WALL 18000 INVERTER			15	3	18	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT HIGH-WALL 22000 INVERTER			22		22	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT HIGH-WALL 9000 INVERTER			8		8	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT PISO-TETO 18000 INVERTER			2		2	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT PISO-TETO 36000 INVERTER			5		5	SELO PROCEL
CONDICIONADOR DE AR SPLIT PISO-TETO 60000			3		3	SELO PROCEL
HEADSET COM TECLADO		20			20	ERGONOMIA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DOS BENS CUJA AQUISIÇÃO INCLUI CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DA AQUISIÇÃO				Total Geral	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE
	2015	2016	2017	2018		
MESA CONCILIAÇÃO	2	15			17	LICENÇA AMBIENTAL
MESA CONCILIAÇÃO - CIRCULAR 1,20M			20	80	100	LICENÇA AMBIENTAL
MESA ERGONÔMICA 120CM			18	30	48	LICENÇA AMBIENTAL
MESA ERGONÔMICA PADRÃO	200				200	LICENÇA AMBIENTAL
MESA ERGONÔMICA PADRÃO GRAN MOVEIS				100	100	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA AUDIÊNCIA			31	20	51	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA COMPUTADOR LABORATÓRIO	10				10	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA COPA COZINHA		10			10	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA COPA COZINHA RETANGULAR 4 CADEIRAS				18	18	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA COPA COZINHA CIRCULAR C/ 06 CADEIRAS (GRAN MÓVEIS)				25	25	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA COPA COZINHA RETANGULAR 4 CADEIRAS				12	12	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA CURSO 80				70	70	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA IMPRESSORA				100	100	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA REUNIÃO 06 MED.200 X 100 X 75CM				4	4	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA REUNIÃO 06 MED.200 X 100 X 75CM.				10	10	LICENÇA AMBIENTAL
MESA PARA REUNIÃO 10 LUGARES (GRAN MÓVEIS)				2	2	LICENÇA AMBIENTAL
MESA RETANGULAR COFFEE BREAK	12				12	LICENÇA AMBIENTAL
POLTRONA GIRATÓRIA - ESPALDAR MÉDIO EM TELA - COM BRAÇO		225			225	ERGONOMIA
REFRIGERADOR FRIGOBAR	12	20	20		52	SELO PROCEL
REFRIGERADOR GRANDE 322 L			18	12	30	SELO PROCEL
SUPEDÂNEO EM POLIPROPILENO	60	25	50		135	ERGONOMIA
TELEVISOR 32" PHILCO PH32C10DSGWA				10	10	SELO PROCEL
TELEVISOR 43" AOC LE43S5970			69	27	96	SELO PROCEL
TIPOS DE BENS COM CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE						54
QUANTIDADE DE ITENS ADQUIRIDOS - 2015 A 2018						2428

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2019

Alceu Aquini Dias Filho
Diretor do SEMAP

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

TABELA IDENTIFICADORA DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS
ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

ANO	ITEM	DESCRIÇÃO	PROAD	PROAD CONTR.	ASPECTO	OBSERVAÇÃO
2019		MESA CONCILIAÇÃO - CIRCULAR 1,20M 20 80 100 LICENÇA AMBIENTAL		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		MESA ERGONÔMICA 120CM 18 30 48 LICENÇA AMBIENTAL		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		MESA ERGONÔMICA PADRÃO		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		MESA PARA REUNIÃO MED.200 X 100 X 75CM 4 4 LICENÇA AMBIENTAL		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		MESA PARA REUNIÃO MED.300 X 100 X 75CM. 10 10 LICENÇA AMBIENTAL		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		MESA PARA REUNIÃO MED.400 X 100 X 75CM. 10 10 LICENÇA AMBIENTAL		10872/2019	SUSTENTABILIDADE	Licença Ambiental
2019		CONDICIONADOR DE AR SPLIT		10333/2019	SUSTENTABILIDADE	Não conter substâncias nocivas ao meio ambiente em concentração acima da prevista pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu (Diretiva RoHS27); Resolução CONAMA 401/2008; Etiqueta ENCE; Selo PROCEL.
2019		VENTILADORES DE PAREDE E DE COLUNA		11892/2019	SUSTENTABILIDADE	Selo PROCEL
2019		FORNO MICROONDAS		11892/2019	SUSTENTABILIDADE	Selo PROCEL

2019		CADEIRA PARA AUDITÓRIO - OBESO		10495/2019	ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE	Instrução Normativa IBAMA 31/2009; Certificado de Regularidade no Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – MMA; Cadastro Técnico Federal ou Licença Ambiental estadual ou municipal para fabricação de estruturas e móveis de madeira; Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012,
2019		CADEIRA FIXA		10495/2019	SUSTENTABILIDADE	O MESMO DO ANTERIOR
2019		BANCO LONGARINA 2 LUGARES		13599/2019	SUSTENTABILIDADE	Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746 /2012, Instrução Normativa 02-SLTI/2014 (Selo de Eficiência Energética), Selo do programa de Rotulagem Ambiental da ABNT (Rotulo Ecológico); Documento de Origem Florestal ou Guia Florestal, ambos emitidos pelo IBAMA; Certificação Ecológica através do selo FSC® (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal); Certificado de Regularidade no Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – MMA
2019		BANCO LONGARINA 3 LUGARES		13599/2019	SUSTENTABILIDADE	O MESMO DO ANTERIOR
2019		SOFÁS EXECUTIVOS		13599/2019	SUSTENTABILIDADE	O MESMO DO ANTERIOR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM

TABELA IDENTIFICADORA DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS
ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

ANO	ITEM	DESCRIÇÃO	PROAD	PROAD CONTR.	ASPECTO	OBSERVAÇÃO
2019	15189	Portal internet e intranet - implementação e outros serviços relacionados	2839/18	349/19	ACESSIBILIDADE	
2019	4010	Assinatura do jornal Diário Catarinense - digital - 12 meses	13198/19		SUSTENTABILIDADE	
2019	4020	Assinatura do jornal do Notícias do Dia - edição impressa e digital	11841/19	12121/19	SUSTENTABILIDADE	processo de descarte de resíduos para o lixo reciclável.
2018	4012	Assinatura periódico Notícias do Dia		13211/18	SUSTENTABILIDADE	processo de descarte de resíduos para o lixo reciclável.
2018	4013	Assinatura periódico Diário Catarinense		13391/18	SUSTENTABILIDADE	
2017	232	Televisor LCD/LED 48" (sala reuniões)	570/18	1923/18	SUSTENTABILIDADE	embalagens

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

RELAÇÃO DE AQUISIÇÕES E RESPECTIVO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

DESCRIÇÃO	Exercício					Critério de Sustentabilidade
	2016	2017	2018	2019	Total	
Aquisição de plotagem/ adesivagem da viatura exclusiva da SSI.				02	02	Durabilidade do material; descarte responsável dos resíduos.
Aquisição de coletes balísticos com nível de proteção Nível III-A, para uso dos agentes de segurança vinculados ao SSI.				10	10	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Aquisição de 04 fontes de energia 13,8 Vdc.				04	04	Eficiência energética.
Aquisição de cintos táticos e presilhas.				20	20	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Aquisição, sob demanda, de cartões de proximidade PVC Smart Card Mifare em branco; porta-cartões para cartões de proximidade PVC Smart Card Mifare; cordões personalizados para crachá; presilhas tipo jacaré com alça plástica.			1150	1150	2300	Fabricação em material reutilizável e reciclável.
Aquisição de coldres de uso encoberto para uso velado de arma de fogo.			32		32	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Aquisição de cofres digitais com gavetas para armas.			07		07	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Aquisição e instalação de catraca tipo torniquete, integrada ao Software de Controle de Acesso.			01		01	Durabilidade do equipamento; descarte regulamentar dos materiais gerados na instalação conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Aquisição de protetores auriculares e óculos de segurança.			20		20	Fabricação em material reutilizável e reciclável.
Aquisição de kits de limpeza de arma curta calibre .380.			05		05	Fabricação em material reutilizável e reciclável.
Aquisição de alvos tipo silhueta humanoide e alvos tipo fogo central quatro cores.			800		800	Fabricação em material reciclável.
Aquisição Dispositivo elétrico incapacitante, SPARK CONDOR.			20		20	Durabilidade de equipamento; Política e Certificação Ambiental da Fabricante.
Aquisição de Clavikulários/ Porta-chaves/ Cofres digitais.			11		11	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Aquisição de munições calibre .380, tipo treino e tipo operação, da Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC.			12,8 K		12,8 K	Política e Certificação Ambiental da Fabricante.
Aquisição de coldres táticos de perna em polímero, porta carregadores universais duplos em polímero, porta algemas fechado.		42			42	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Kits bolsa APH primeiros socorros.	10				10	Durabilidade do material; uso de embalagens de materiais recicláveis.
Tipos de Bens com Critério de Sustentabilidade						16
Quantidade de Itens adquiridos – 2016 a 2019						16084

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

Claudionor da Silva
Diretor da SSI.

Todas as nossas contratações que envolveram obras e/ou serviços de engenharia contemplaram os seguintes requisitos no projeto básico, com relação à segurança do trabalho e sustentabilidade:

6. Segurança do Trabalho e Sustentabilidade

6.1. Em cumprimento à **Resolução 103/2012 do CSJT**, a empresa deverá:

- Atender às Normas Regulamentares expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Aderir, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Aderir, por meio de cláusula contratual, ao “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho”, firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas;
- Empregar egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2%, segundo o que preconiza as Resoluções nº 70 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e 114 do Conselho Nacional de Justiça;
- Capacitar todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução nº 98, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

6.2. Em cumprimento ao **Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho**, a empresa deverá:

- Não utilizar materiais com asbesto/amianto;

- Quando aplicável, apresentar projeto para implantação de canteiro de obras organizado, com critérios sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte;
- Apresentar Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), de acordo com a Resolução 307, de 05 de julho de 2002 do CONAMA. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto, a contratada deve comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;
- Apresentar conformidade da madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras (depósito) com os critérios constantes no item 5.1.8, alínea b, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Nos casos de madeira de origem nativa não certificada a sua procedência legal deve ser comprovada mediante apresentação, pelo fornecedor, da Autorização de Transporte DOF (Documento de Origem Florestal) expedido pelo Ibama ou Guia Florestal (GF) emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de âmbito estadual;
- Prioridade para emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras.

6.3. Por se tratar de uma reforma de parte de um prédio existente, com relação aos demais pressupostos das **Resoluções 70, 98 e 103 do CSJT**, a empresa deverá observar **as exigências de capacitação em saúde e segurança do trabalho, bem como critérios de sustentabilidade exigidos nas aquisições de materiais, execução dos serviços, etc, conforme explicitado nas referidas resoluções e no Guia de Contratações Sustentáveis**, e justificar sempre que não couber ao caso.

6.4. Em cumprimento à **Portaria 88/2017, do TRT 12ª Região**, a Fiscalização fará cumprir o Manual de Fiscalização de Obras do TRT 12ª Região, **devendo a contratada**

estar ciente dos procedimentos contratuais aos quais estará sujeita ao longo da execução do contrato, sobretudo com relação ao início de obra (item 5 do manual), às medições (item 7 do manual), aos aditivos (item 8 do manual), aos reajustes (item 9 do manual) e aos recebimentos (item 12 do manual). Este manual está disponível no seguinte

endereço: <http://www.trt12.jus.br/portal/areas/serom/extranet/EXECUCAODEOBRAS.jsp>

No caso das aquisições de mobiliário sob medida, persianas e outras aquisições que não se enquadram em obras ou serviços de engenharia foram exigidos os seguintes requisitos:

6 - Sustentabilidade

As práticas de sustentabilidade são de responsabilidade da Contratada, sobretudo no que tange aos EPIs e serão cobradas pelo fiscal na execução do contrato.

Os detalhes e os normativos quanto às práticas de sustentabilidade que se aplicam à presente contratação encontram-se objetivamente definidos nos itens 5.2, 5.2.1, 5.3 e 5.3.7 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho([http://www.csit.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-](http://www.csit.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023)

[6fcf316c9e8e&groupId=955023](http://www.csit.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023)), referente aos serviços e às condições de trabalho da mão de obra.

Resumidamente a contratada deverá obedecer ao seguinte, no que couber:

- observância de normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho;
- fornecimento de equipamentos de segurança aos funcionários;
- capacitação dos funcionários em saúde e segurança no trabalho;
- realização de programas internos de treinamento em práticas sustentáveis;
- utilização de produtos sustentáveis;
- adoção de procedimentos sustentáveis quanto a práticas e recolhimento de resíduos.

Como comprovação do seu comprometimento com o que está acima estabelecido, a contratada deverá apresentar **declaração específica a respeito de suas práticas de sustentabilidade** ou apresentar ao menos um dos seguintes documentos:

- Certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição acreditada;
- Planos e Programas internos que evidenciam o treinamento dos funcionários;
- Outros mecanismos de avaliação da conformidade com as práticas de sustentabilidade.

Ainda quanto às aquisições de mobiliário sob medida, foram exigidos os seguintes requisitos com relação à habilitação dos licitantes:

7 – Critérios de seleção do fornecedor

Não há requisitos específicos, as empresas apenas necessitam fornecer e instalar os materiais especificados, seguindo critérios e práticas de sustentabilidade.

Estas práticas de sustentabilidade serão objetivamente definidas e veiculadas como obrigação da contratada.

Conforme Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (http://www.csjt.ius.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023),

os detalhes e os normativos quanto às práticas de sustentabilidade encontram-se objetivamente definidos a seguir:

- Preferencialmente, os produtos devem ser constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme ABNT NBR – 15.448-1 e 15.448-2.

- Os produtos devem ser acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar

Como comprovação dos critérios de sustentabilidade a empresa proponente deverá apresentar licenciamento e/ou certificação ambiental, em seu nome, das atividades por ela exercidas, emitida(o) por instituição pública oficial, de competência estadual ou municipal.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2022 - 2023



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Maria de Lourdes Leiria

Desembargadora do Trabalho-Presidente

Teresa Regina Cotosky

Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente

Amarildo Carlos de Lima

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

Comitês

1. Comitê Gestor da Sustentabilidade

Portaria PRESI nº 142, de 24 de abril de 2018

- Juiz do Trabalho indicado pela Presidência – **Coordenador**;
- Secretário-Geral da Presidência, CJ-04;
- Diretor-Geral da Secretaria, CJ-04;
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, CJ-03;
- Diretor da Secretaria Administrativa, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Comunicação Social, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, CJ-03;
- Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental, FC-04.

Portaria SEAP nº 64, de 28 de fevereiro de 2020

- Dr. Roberto Masami Nakajo - Juiz do Trabalho – **Coordenador**;
- Hamilton José Maestri - Secretário-Geral da Presidência, CJ-04;
- Dilcionir José Furlan - Diretor-Geral da Secretaria, CJ-04;
- Fernanda Gomes Ferreira - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, CJ-03;
- Fernando Schlickmann Oliveira Souza - Diretor da Secretaria Administrativa, CJ-03;
- Valdir Luiz da Cunha - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, CJ-03;
- Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira - Diretora da Secretaria de Comunicação Social, CJ-03;
- Luiz Auro Beckhauser - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, CJ-03;
- Yasmin Lonzetti Skovronski - Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental, FC-04.

2. Comitê de Gestão Ambiental

Portaria PRESI nº 141, de 24 de abril de 2018

- Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental – **Coordenador**
- Diretor de Serviço de Material e Patrimônio
- Diretor dos Serviços Gerais
- Diretor do Serviço de Manutenção
- Diretor do Serviço de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
- Coordenadora de Saúde
- Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura

3. Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Portaria PRESI nº 145, de 05 de agosto de 2016

- Exma. Juíza Maria Aparecida Ferreira Jerônimo - Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis - **Coordenadora**
- Dilcionir José Furlan - Diretor-Geral da Secretaria
- Fernanda Gomes Ferreira - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica;
- Luiz Auro Beckhauser - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Valdir Luiz da Cunha - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Dolores Cunha de Amorim Santos - Coordenadora de Saúde;
- Flávia Pinheiro Guimarães - Serviço de Desenvolvimento de Pessoas;
- Denise Suchara - Coordenadoria de Saúde;
- Yasmin Lonzetti Skovronski - Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental;
- Claudia Bettoni - Coordenadoria de Saúde;
- Eduardo Gheller Morschbacher - Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação
- Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira - Diretora da Secretaria de Comunicação Social
- Breno Cláudio Bauer - Serviço de Projetos e Obras

Portaria PRESI nº 243, de 29 de agosto de 2019

Indicou a Unidade Socioambiental, subordinada à Secretaria de Gestão Estratégica, como responsável pela implementação das ações do Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – PLS-TRT12 é um instrumento de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos que serão utilizados para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação do órgão.

Sua elaboração, aprovação e execução visa permitir ao TRT da 12ª Região adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

O PLS-TRT12 está de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021 e no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (alterado pelo Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 323/2015).

Objetivo Geral

O PLS-TRT12 possui como objetivo a promoção da sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico, com foco na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade e inclusão, a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e a melhor eficiência do gasto público, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

Objetivos Específicos

- Incentivar a racionalização dos recursos e o consumo consciente.
- Realizar o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e rejeitos produzidos.
- Capacitar e sensibilizar seus agentes para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade e inclusão.
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

Metodologia

Com o objetivo de melhorar continuamente o PLS-TRT12, a implementação do plano foi dividida em 5 etapas (Planejamento, Acompanhamento, Análise, Aprimoramento e Controle). Essa metodologia leva em consideração os conceitos da metodologia DMAIC utilizada em processos de melhoria contínua.

1. Planejamento – É a primeira fase do PLS e consiste efetivamente na sua elaboração. Nessa fase o Comitê Gestor da Sustentabilidade avalia os relatórios de desempenho dos anos anteriores e define as metas e o plano de ações para melhoria dos processos de trabalho, redução dos impactos ambientais e melhoria da eficiência do gasto público no âmbito do Tribunal.
Após a elaboração do PLS pela Unidade de Sustentabilidade, o plano é encaminhado à Administração do TRT da 12ª Região para aprovação, divulgação e encaminhamento ao CNJ.
2. Acompanhamento – Na segunda fase da metodologia o Comitê Gestor Ambiental e as unidades responsáveis pelos eixos temáticos acompanham e medem os indicadores definidos na etapa 1.
3. Análise – A fase de análise visa avaliar os indicadores medidos na etapa 2, identificando oportunidades de melhoria e possíveis problemas que podem impactar no resultado dos processos e ações planejadas no PLS. Nesta fase também são realizadas propostas para melhoria das práticas de sustentabilidade e dos indicadores de sustentabilidade do TRT da 12ª Região.
4. Aprimoramento – Nessa fase o objetivo é implementar as ações propostas na etapa 3, de maneira a aprimorar o desempenho dos processos planejados, diminuindo gradativamente os impactos ambientais causadas pelas atividades da instituição e melhorando o desempenho da instituição em relação aos critérios de sustentabilidade do CNJ.

5. Controle – A última etapa tem como objetivo garantir que as mudanças e ações implementadas no PLS-TRT12 sejam permanentes, de modo a permitir que os resultados sejam duradouros.

O PLS e o planejamento estratégico

O PLS-TRT12 está alinhado ao Plano Estratégico do TRT da 12ª Região para o período 2021-2026 na sua visão, nos seus valores e nos seus objetivos estratégicos:

Visão

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

Valores

- Acessibilidade
- Agilidade
- Comprometimento
- Efetividade
- Eficiência
- Ética
- Inovação

- Respeito à diversidade
- Segurança jurídica
- Sustentabilidade
- Transparência
- Valorização das pessoas

Objetivos Estratégicos - Perspectiva sociedade

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Indicadores Nacionais	Metas Nacionais
Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário – IIA2030	Meta Nacional 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.
Índice de processos julgados sobre o trabalho decente - IPJTD	Meta a ser fixada nos próximos anos
Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS	Meta a ser fixada nos próximos anos

Indicadores e Metas - Eixos

O Plano de Logística Sustentável - PLS do TRT da 12ª Região está dividido em dois eixos temáticos de acordo com as Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021. Em cada eixo há indicadores e metas respectivas.

SUSTENTABILIDADE

**ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO**

Identificação dos ODS

Dando continuidade ao PLS anterior, os temas que estão relacionados a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU serão apresentados com a mesma notação gráfica utilizada pela ONU, conforme apresentado a seguir:



- 1 - *Erradicação da pobreza;*
- 2 - *Fome zero e agricultura sustentável;*
- 3 - *Saúde e bem-estar;*
- 4 - *Educação de qualidade;*
- 5 - *Igualdade de gênero;*
- 6 - *Água potável e saneamento;*
- 7 - *Energia limpa e acessível;*
- 8 - *Trabalho decente e crescimento econômico;*
- 9 - *Indústria, inovação e infraestrutura;*
- 10 - *Redução das desigualdades;*
- 11 - *Cidades e comunidades sustentáveis;*
- 12 - *Consumo e produção responsáveis;*
- 13 - *Ação contra a mudança global do clima;*
- 14 - *Vida na água;*
- 15 - *Vida na terra;*
- 16 - *Paz, justiça e instituições eficazes;*
- 17 - *Parcerias e meios de implementação.*

FONTE: ONU BRASIL

Eixo Sustentabilidade

1. Variáveis Gerais



16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

As Variáveis Gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas, pois são aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) - Resolução CNJ nº 76/2009.

Variáveis Gerais					
Eixo	Sustentabilidade				
ODS	16 - Paz, justiça e instituições eficazes				
Indicador CNJ	Definição	Unidade de medida	Periodicidade da	PLS-Jud	Evento Gerador

					apuração		
1.1	MagP	Total de cargos de magistrados(as) providos	Número total de cargos de magistrados(as) providos no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Magistrados (as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.2	TPEfet	Total de pessoal do quadro efetivo	Total de pessoal do quadro efetivo do órgão, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.3	TPI	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.4	TPSV	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.5	Serv	Total de servidores(as)	Número dos servidores(as) do quadro efetivo, dos que se encontram cedidos(as) ou requisitados(as) e dos comissionados(as) sem vínculo do órgão. Não são computados(as) os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição. Serv = TPEfet + TPI + TPSV TPEfet = Total de pessoal do quadro efetivo, conforme item 1.2; TPI = Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme item 1.3; TPSV = Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme item 1.4.	Servidores(as)	Anual	Cálculo automático	-
1.6	TFAuxT	Total de trabalhadores(as) terceirizados(as)	Número total de terceirizados(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.7	TFAuxE	Total de estagiários(as)	Número total de estagiários(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Estagiários(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

1.12	TFAuxA	Total de aprendizes	Número total de aprendizes lotados(as) no órgão ao final do período-base, com base na Lei nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, que define aprendiz como jovem de 14 a 24 anos incompletos que esteja cursando o ensino fundamental ou o ensino médio.	Aprendizes	Anual		-
1.13	Tfaux	Total da força de trabalho auxiliar	Total de trabalhadores(as) auxiliares lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009. Consideram-se os terceirizados(as) e os estagiários(as). TFAux = TFAuxt + TFAuxE + TFAuxA TFAuxT = Total de trabalhadores(as) terceirizados(as), conforme item 1.6; TFAuxE = Total de estagiários(as), conforme item 1.7; TFAuxA = Total de aprendizes, conforme item 1.12.	Trabalhadores(as) auxiliares	Anual	Cálculo automático	-
1.14	FTT	Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares	Número total da força de trabalho, incluindo os(as) magistrados(as), os(as) servidores(as) e a força de trabalho auxiliar no órgão, ao final do ano-base. FTT = MagP + Serv + TFAux MagP = Total de cargos de magistrados(as) providos, conforme item 1.1; Serv = Total de servidores(as), conforme item 1.5; TFAux = Total da força de trabalho auxiliar, conforme item 1.13.	Trabalhadores(as)	Anual	Cálculo automático	-
1.15	m² Total	Área total em metros quadrados	A área total, conforme definição da ABNT NBR, de todos os prédios (próprios ou não) das unidades integrantes da estrutura do órgão. Essa é a variável que será utilizada em todos os indicadores que envolverem área de edificações. A área total engloba tanto a área construída quanto as áreas externas, como estacionamentos privativos e jardins.	m²	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

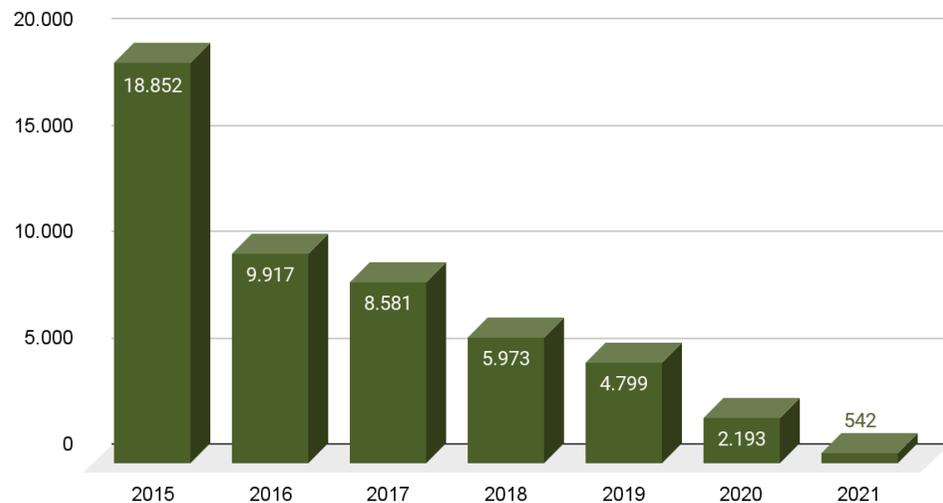
2 .Papel



12 - Consumo e produção responsáveis.

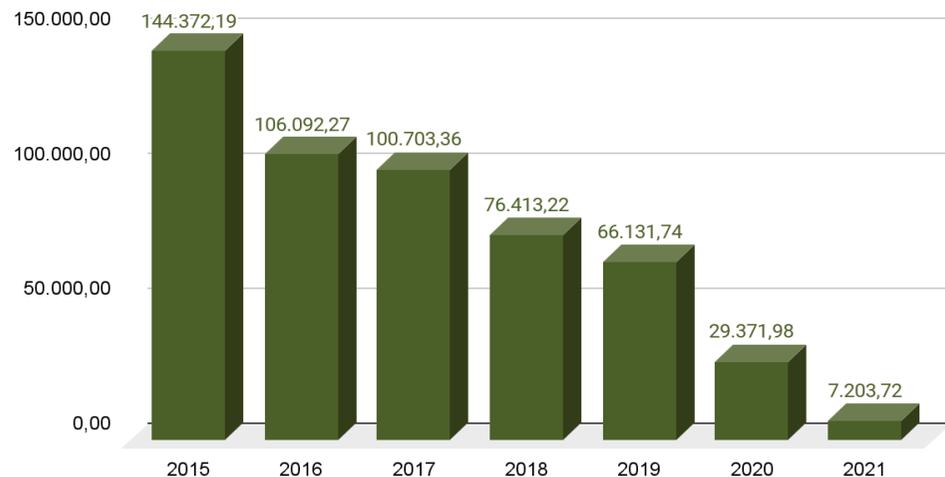
O tema objetiva o monitoramento do consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução CNJ nº 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. Devem ser adquiridos produtos com certificação como: CEFLOR, ETC, FSC, entre outras.

Consumo de papel próprio (Resmas)



Consumo de papel próprio (Resmas): 2015: 18.852 / 2016: 9.917 / 2017: 8.581 / 2018: 5.973 / 2019: 4.799 / 2020: 2.193 / 2021: 542 (dados parciais).

Gasto com papel próprio



Gasto com papel próprio: 2015: R\$ 144.372,19 / 2016: R\$ 106.092,27 / 2017: R\$ 100.703,36 / 2018: R\$ 76.413,22 / 2019: R\$ 66.131,74 / 2020: R\$ 29.371,98 / 2021: R\$ 7.203,72 (dados parciais).

Papel								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de papel.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEMAP	2.1	CPP	Consumo de papel próprio	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades
SEMAP	2.2	GPP	Gasto com papel próprio	Despesa realizada com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência. Não considerar o gasto de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.
SEMAP	2.3	CPC	Consumo de papel contratado	Quantidade total consumida de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

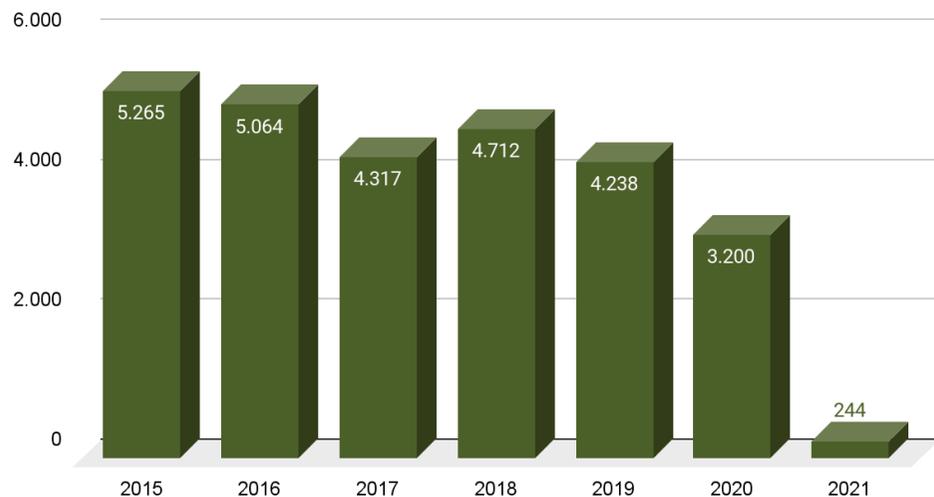
3. Copos descartáveis



12 - Consumo e produção responsáveis.

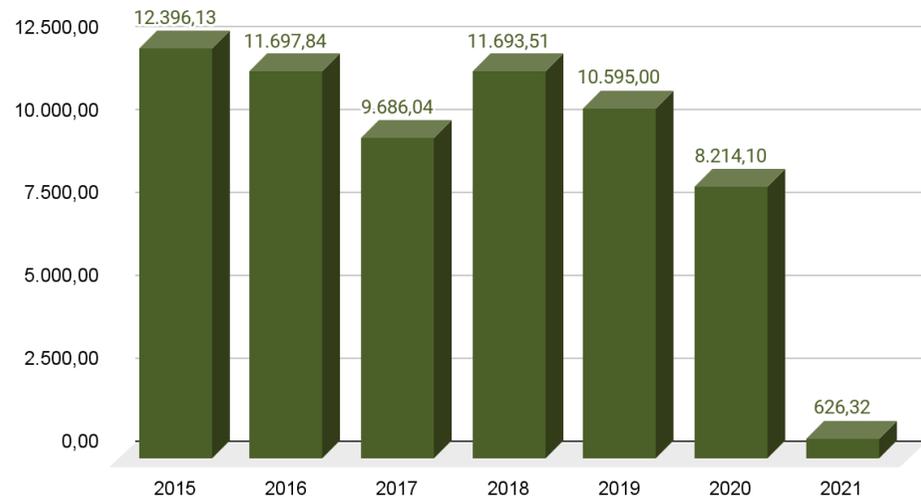
O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou de outros materiais. Os copos costumam ser fornecidos em pacotes de 100 unidades. Embalagens com outras unidades deverão ser convertidas para centos.

Consumo de copos descartáveis (Centos)



Consumo de copos descartáveis (Centos): 2015: 5.265 / 2016: 5.064 / 2017: 4.317 / 2018: 4.712 / 2019: 4.238 / 2020: 3.200 / 2021: 244 (dados parciais).

Gasto com copos descartáveis



Gasto com copos descartáveis: 2015: R\$ 12.396,13 / 2016: R\$ 11.697,84 / 2017: R\$ 9.686,04 / 2018: R\$ 11.693,51 / 2019: R\$ 10.595,00 / 2020: R\$ 8.214,10 / 2021: R\$ 626,32.

Copos descartáveis								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de copos descartáveis.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEMAP	3.1	CC	Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Centos	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades
SEMAP	3.2	GC	Gasto com copos descartáveis	Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água e café. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

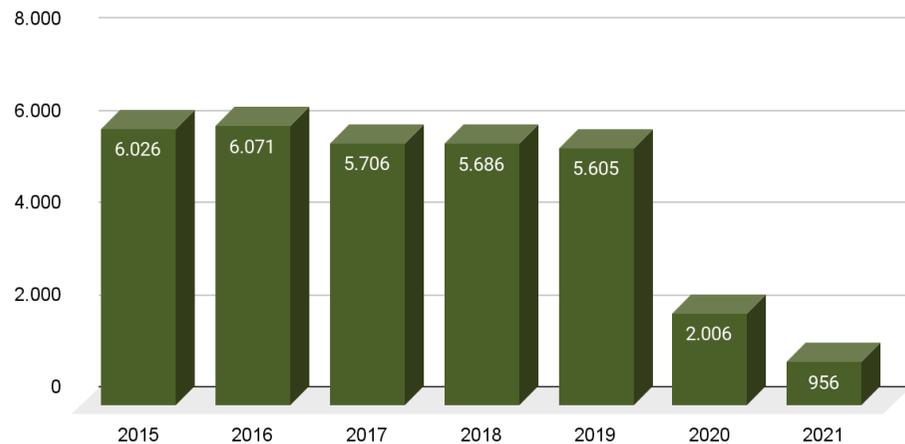
4. Água envasada em embalagem plástica



12 - Consumo e produção responsáveis.

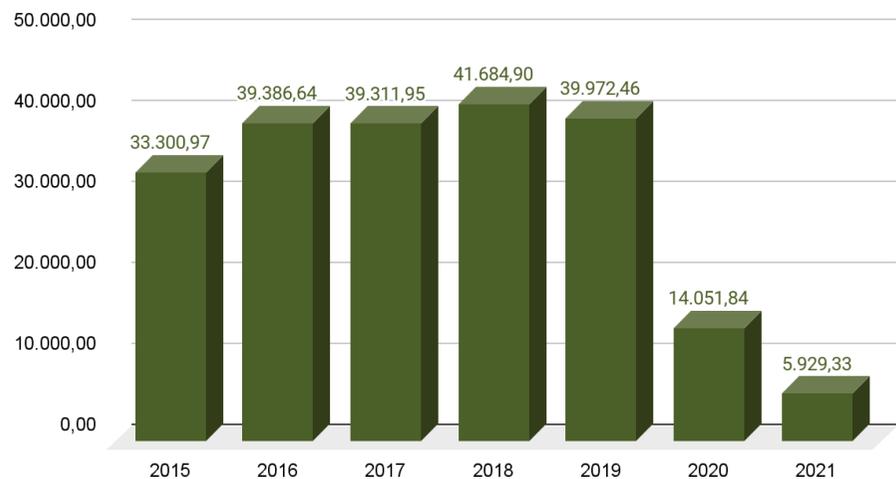
O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Serão contabilizados dois volumes: o de consumo individual, que se utiliza de embalagens descartáveis (copos e garrafas), e o de consumo coletivo, que se utiliza de embalagens retornáveis para bebedouros (10 e 20 litros).

Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (Unidades)



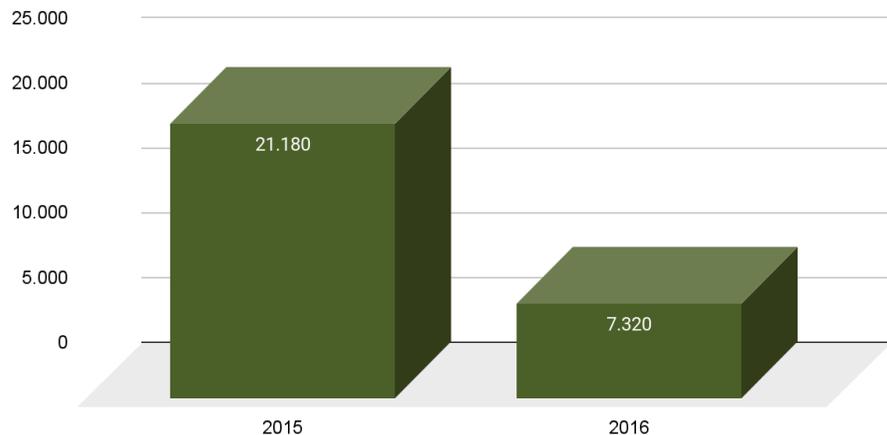
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (Unidades): 2015: 6.026 / 2016: 6.071 / 2017: 5.706 / 2018: 5.686 / 2019: 5.605 / 2020: 2.006 / 2021: 956 (dados parciais).

Gasto com água mineral em embalagens retornáveis



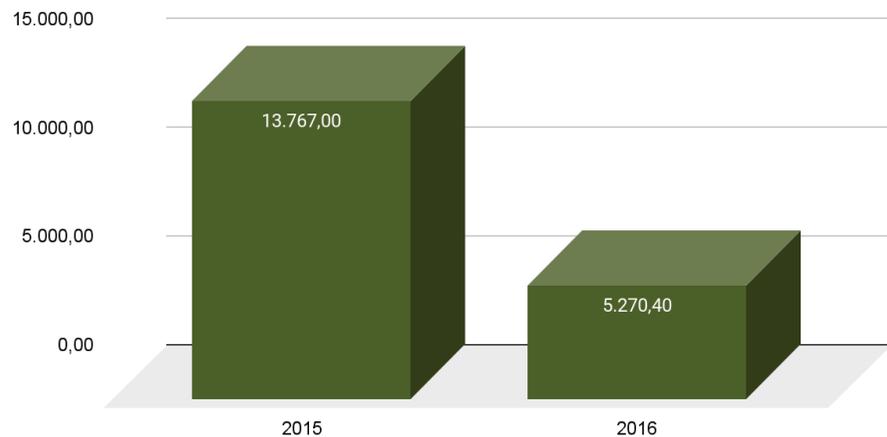
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis: 2015: R\$ 33.300,97 / 2016: R\$ 39.386,64 / 2017: R\$ 39.311,95 / 2018: R\$ 41.684,90 / 2019: R\$ 39.972,46 / 2020: R\$ 14.051,84 / 2021: R\$ 5.929,33 (dados parciais).

Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (Unidades) - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017.



Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (Unidades) - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017. 2015: 21.180 / 2016: 7.320.

Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017.



Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017. 2015: R\$ 13.767,00 / 2016: R\$ 5.270,40.

Água envasada em embalagem plástica

Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SERGE	4.1	CED	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitada pelas unidades.	Unidades	Mensal	Preencher	Data da emissão da nota fiscal
SERGE	4.2	CER	Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Quantidade de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrafas retornáveis) requisitada pelas unidades.	Unidades	Mensal	Preencher	Data da emissão da nota fiscal
SERGE	4.3	GAED	Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.
SERGE	4.4	GAER	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrafas retornáveis). Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

5. Impressão

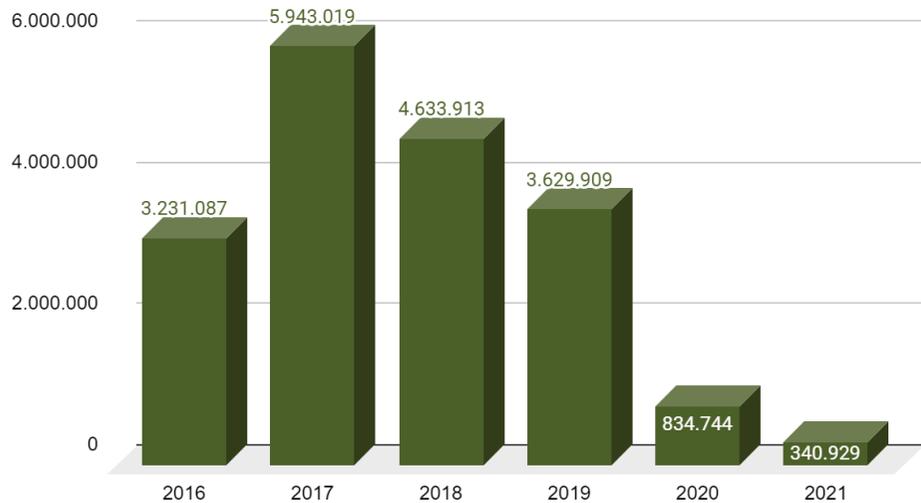


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos. O monitoramento dos dados pode indicar a necessidade de:

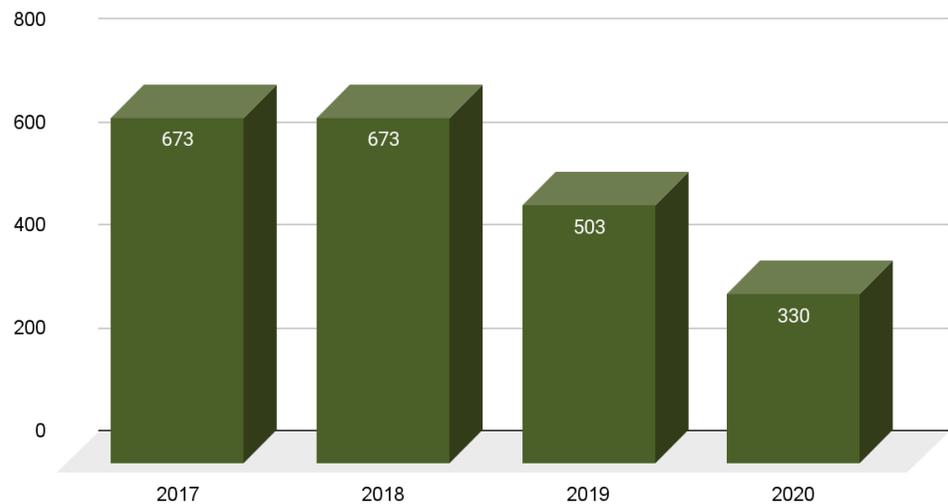
- calcular a quantidade de impressões por usuário, buscando sua diminuição;
- calcular a quantidade de usuários por equipamento, buscando seu aumento;
- diminuir a quantidade total de impressoras e impressões;
- aumentar a quantidade de impressões por equipamento, ou seja, evitar impressora ociosa.

Quantidade de impressões



Quantidade de impressões: 2016: 3.231.087 / 2017: 5.943.019 / 2018: 4.633.913 / 2019: 3.629.909 / 2020: 834.744 / 2021: 340.929 (dados parciais).

Quantidade de equipamentos de impressão - Instalados



Quantidade de equipamentos de impressão - Instalados: 2017: 673 / 2018: 673 / 2019: 503 / 2020: 330.

Impressão								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar a quantidade de impressões.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC/SESUP	5.1	QI	Quantidade de impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão ou reprografia.	Impressões	Mensal	Preencher	Impressão
SETIC/SESUP	5.2	QEI	Quantidade de equipamentos de impressão	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano. Incluir os equipamentos utilizados nos contratos de serviços de impressão e reprografia. A unidade responsável pela informação é a executora do contrato ou a gestora das impressoras.	Equipamentos de impressão	Anual	Preencher	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano
SETIC/SESUP	5.3	QIP	Quantidade de impressões per capita	Quantidade de impressões em relação ao total do corpo funcional do órgão. QIP: QI / FTT QI - Quantidade de impressões, conforme item 5.1; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Impressões / Corpo funcional	Anual	Cálculo automático	-
SETIC/SESUP	5.4	GCI	Gasto com contratos de terceirização de impressão	Despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (outsourcing) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel fornecido pela contratada, conforme o contrato). Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Anual	Preencher	Mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

6. Energia Elétrica



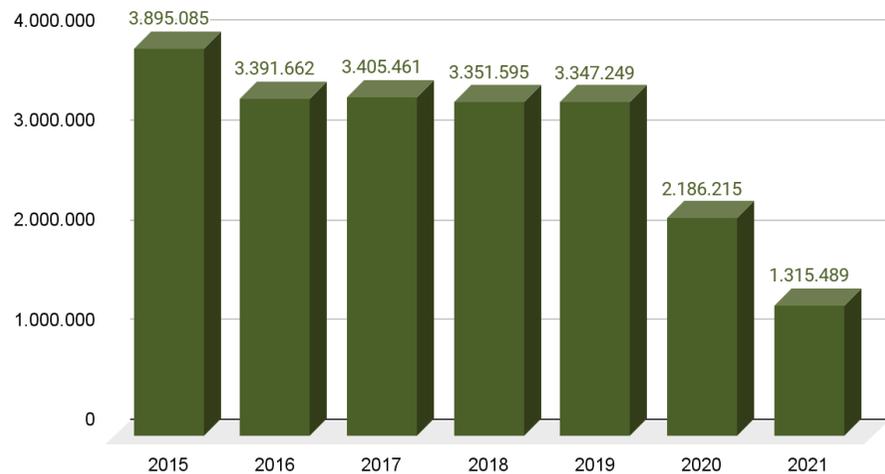
7 - Energia limpa e acessível;

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto.

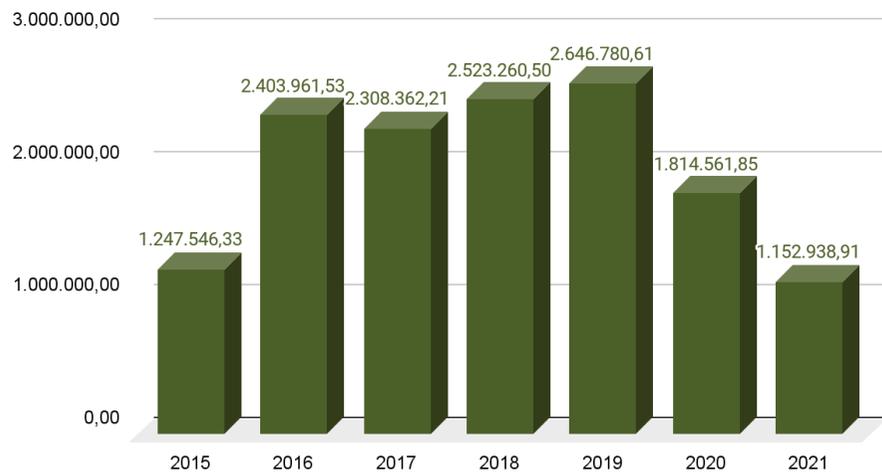
Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de energia elétrica (kWh)



Consumo de energia elétrica (kWh): 2015: 3.895.085 / 2016: 3.391.662 / 2017: 3.405.461 / 2018: 3.351.595 / 2019: 3.347.249 / 2020: 2.186.215 / 2021: 1.315.489 (dados parciais).

Gasto com energia elétrica



Gasto com energia elétrica: 2015: 1.247.546,33 / 2016: 2.403.961,53 / 2017: 2.308.362,21 / 2018: 2.523.260,50 / 2019: 2.646.780,61 / 2020: 1.814.561,85 / 2021: 1.152.938,91 (dados parciais).

Energia elétrica								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	7 - Energia acessível e limpa 12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o uso de energia.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEMAN	6.1	CEE	Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	kWh	Mensal	Preencher	Fatura
SEMAN	6.2	CRE	Consumo de energia elétrica por m ²	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão. CRE: CEE / m ² Total CEE - Consumo de energia elétrica, conforme item 6.1; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	kWh / m ²	Mensal	Cálculo automático	-
SEMAN	6.3	GEE	Gasto com energia elétrica	Valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Fatura
SEMAN	6.4	GRE	Gasto com energia elétrica por m ²	Valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRE: GEE / m ² Total GEE - Gasto com energia elétrica, conforme item 6.3; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	Reais / m ²	Mensal	Cálculo automático	-
SEMAN	6.5		Uso de energia alternativa	Uso de energia alternativa ou renovável. A energia alternativa ou renovável é aquela gerada por fontes renováveis e que não emitem poluentes na atmosfera. As principais fontes alternativas de energia são: energia solar, eólica, maremotriz e geotérmica.	Não se aplica	Mensal	Indicar se utiliza fonte alternativa	-

							de energia e qual(is)	
	6.6	NT	Negociação tarifária	<p>Verificar se o órgão possui iniciativas de negociação de melhores tarifas com a concessionária de energia elétrica ou se promove ações que resultam em redução dos gastos com energia.</p> <p>Deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:</p> <p>a) se o órgão possui tratativas com as concessionárias de energia, no sentido de utilizar tarifas com critérios de economicidade, como tarifas verdes, contratação com tarifa hora sazonal (Exemplos: contratação para uso em horário de “ponta”, “fora de ponta”) ou outros critérios como geração de energia renovável (fotovoltaico, eólico). Não devem ser consideradas campanhas e práticas de redução de consumo;</p> <p>b) quais são as tratativas ou ações (preencher no campo observação).</p>	Não se aplica	Anual	Responder	Negociação

7. Água e esgoto

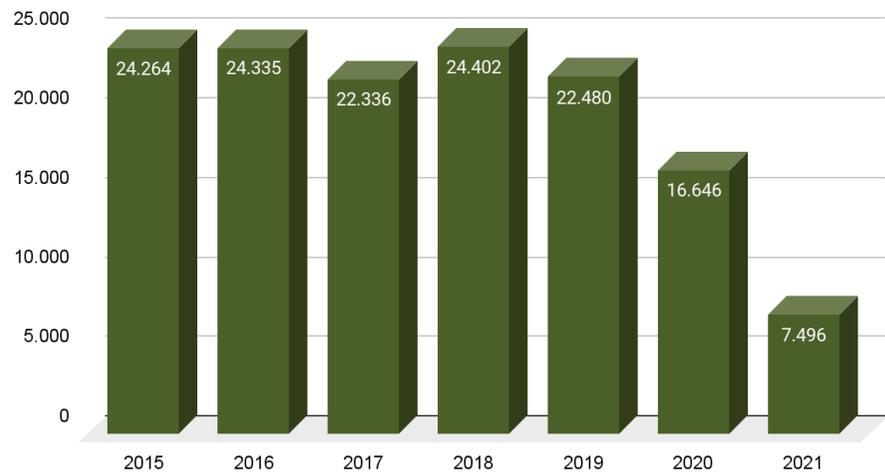


6 - Água potável e saneamento;

12 - Consumo e produção responsáveis.

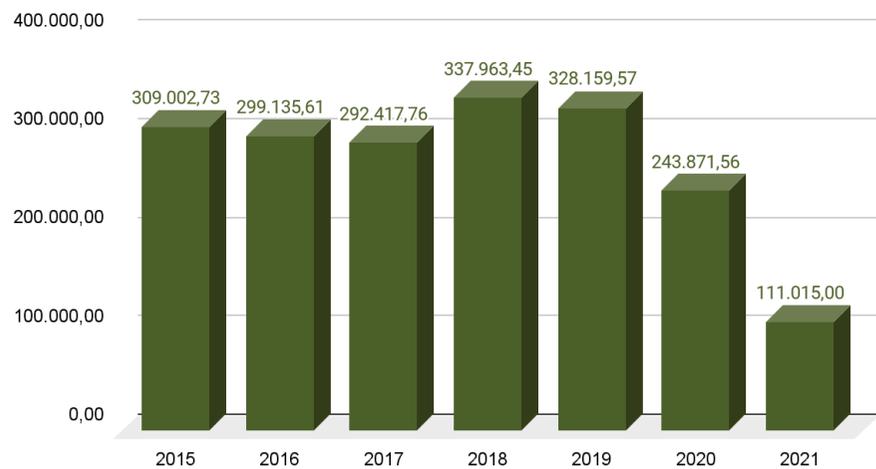
O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água e esgoto para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de água (m³)



Consumo de água (m³): 2015: 24.264 / 2016: 24.335 / 2017: 22.336 / 2018: 24.402 / 2019: 22.480 / 2020: 16.646 / 2021: 7.496 (dados parciais).

Gasto com água



Gasto com água: 2015: R\$ 309.002,73 / R\$ 299.135,61 / R\$ 292.417,76 / R\$ 337.963,45 / R\$ 328.159,57 / R\$ 243.871,56 / R\$ 111.015,00 (dados parciais).

Água e esgoto								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEMAN	7.1	CA	Consumo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária.	Metros cúbicos (m ³)	Mensal	Preencher	Fatura
SEMAN	7.2	CRA	Consumo de água por m ²	Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão. CRA = CA / (m ² Total) CA - Consumo de água, conforme item 7.1; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	Metros cúbicos de água (m ³) / Metro quadrado de área (m ²)	Mensal	Cálculo automático	-
SEMAN	7.3	GA	Gasto com água	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Fatura
SEMAN	7.4	GRA	Gasto com água por m ²	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRA = GA / (m ² Total) GA - Gasto com água, conforme item 7.3; m ² Total - Total da Área Construída, conforme item 1.15.	Reais / m ²	Mensal	Cálculo automático	-

8. Gestão de resíduos



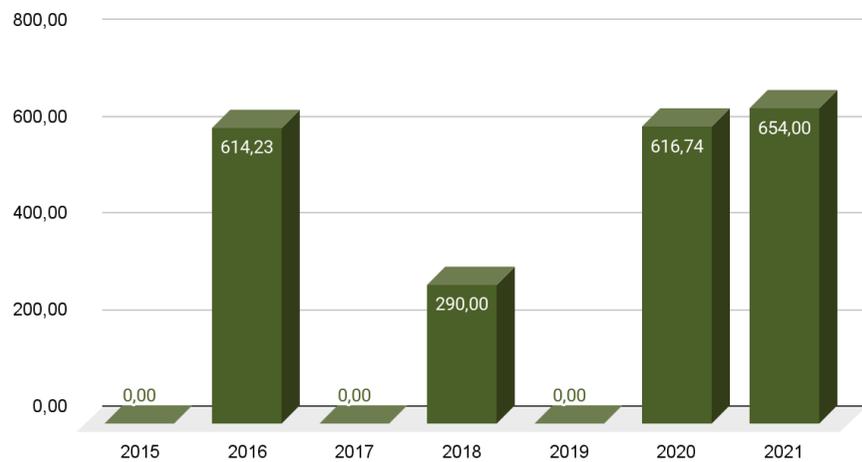
11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

Os resíduos gerados no TRT da 12ª Região possuem a seguinte separação e destinação:

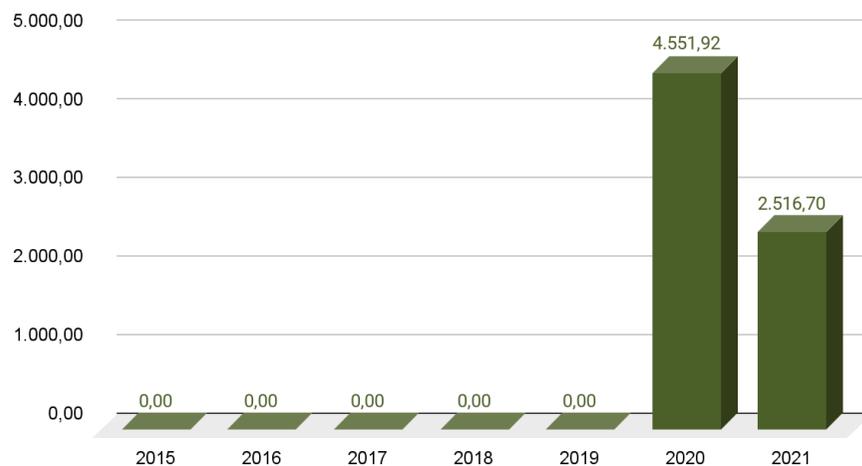
Resíduo		Destinação
Resíduos Perigosos		Contratação de empresa especializada no transporte e destinação ambientalmente adequada. Logística reversa para lâmpadas.
Resíduos de Obras		De responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra.
Resíduos de Informática		Doação a entidades com fins de inclusão digital.
Rejeitos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
Papéis	Diversos	Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
	Eliminação de autos findos	Doação direta às cooperativas de catadores, com sua destruição imediata
Demais Resíduos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.

Destinação de resíduos de plásticos (kg)



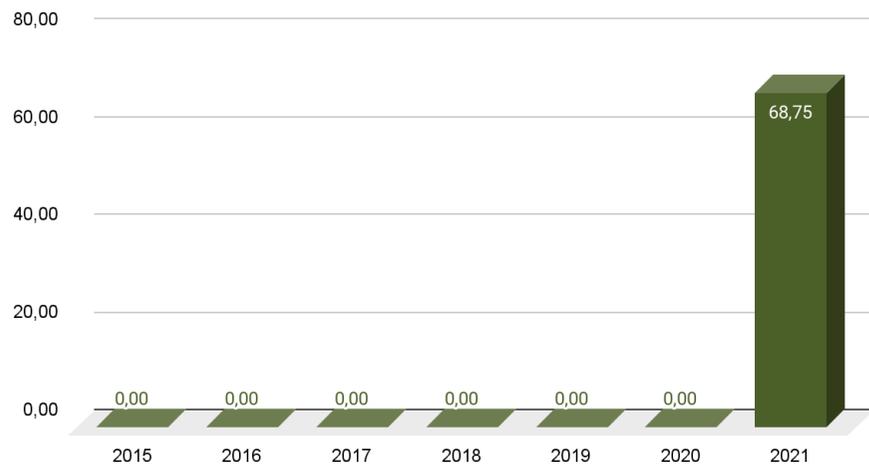
Destinação de resíduos de plásticos (kg): 2015: 0,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 290,00 / 2019: 0,00 / 2020: 616,74 / 2021: 654,00 (dados parciais).

Destinação de resíduos de metais (kg)



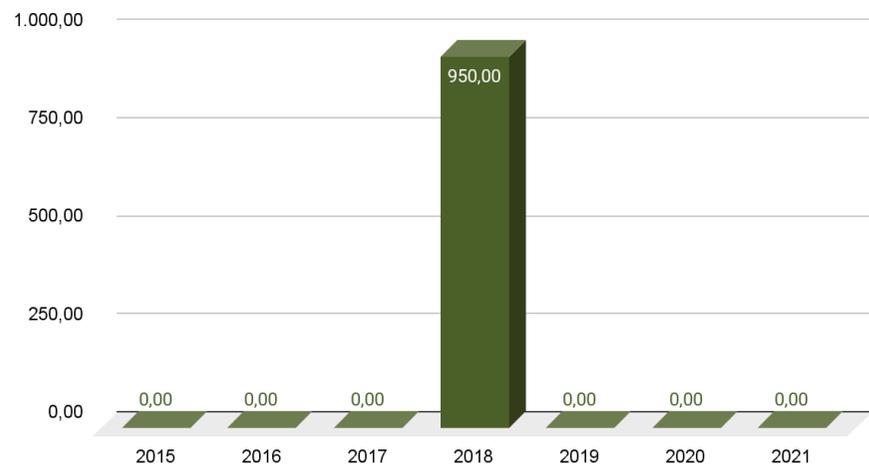
Destinação de resíduos de metais (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 0,00 / 2019: 0,00 / 2020: 4.551,92 / 2021: 2.516,70 (dados parciais).

Destinação de resíduos de vidros (kg)



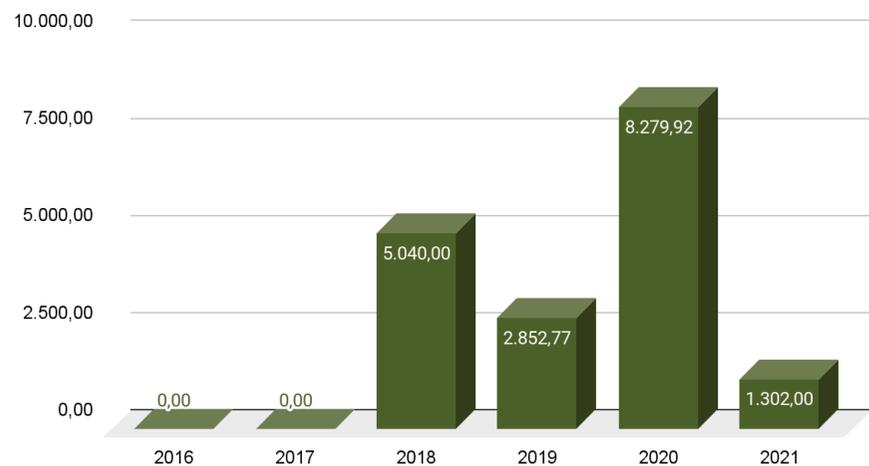
Destinação de resíduos de vidros (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 0,00 / 2019: 0,00 / 2020: 0,00 / 2021: 68,75 (dados parciais).

Coleta geral (kg)



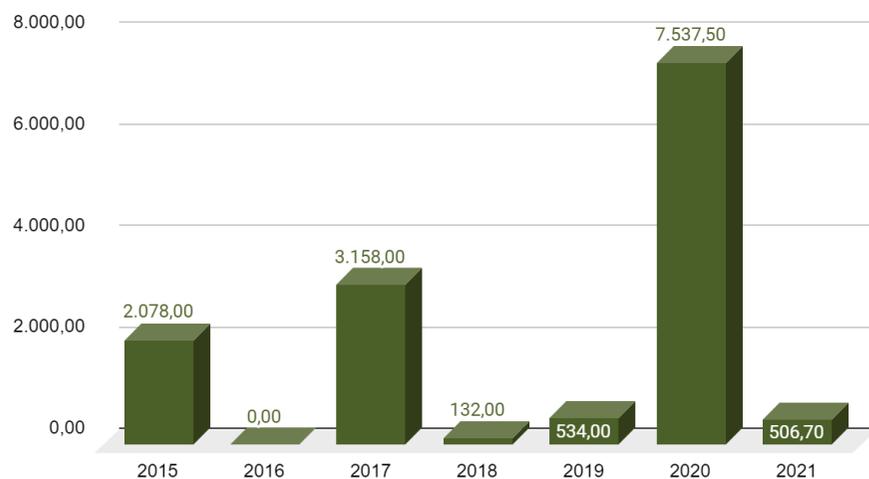
Coleta geral (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 950,00 / 2019: 0,00 / 2020: 0,00 / 2021: 0,00 (dados parciais).

Total de materiais destinados à reciclagem (kg)



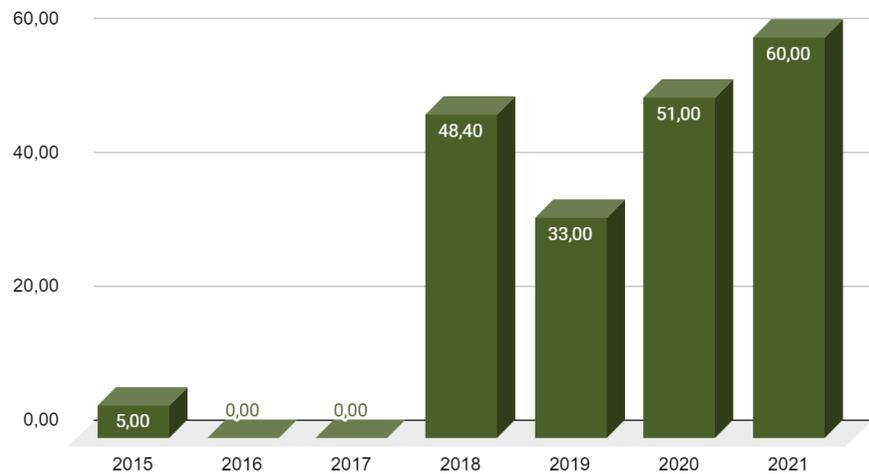
Total de materiais destinados à reciclagem (kg): 2015: 8.740,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 6.280,00 / 2019: 2.852,77 / 2020: 13.448,58 / 2021: 4.541,45 (dados parciais).

Destinação de resíduos eletroeletrônicos (kg)



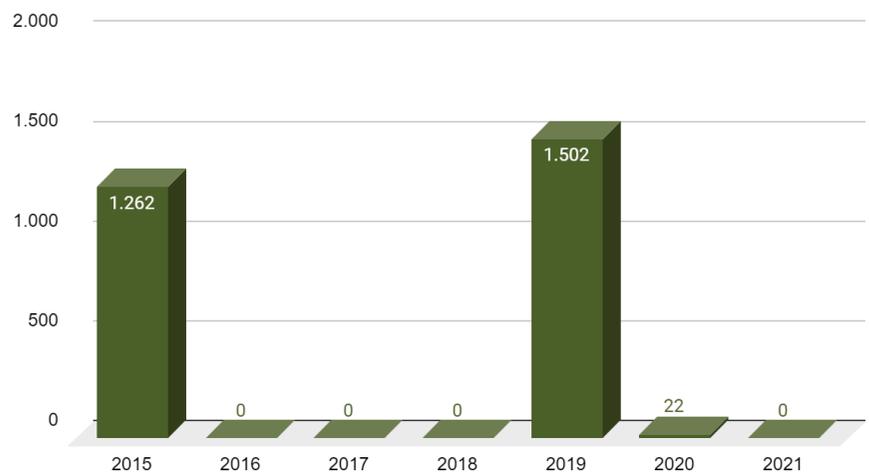
Destinação de resíduos eletroeletrônicos (kg): 2015: 2.078,00 / 2016: 0,00 / 2017: 3.158,00 / 2018: 132,00 / 2019: 534,00 / 2020: 7.537,50 / 2021: 506,70 (dados parciais).

Destinação de resíduos de pilhas e baterias (kg)



Destinação de resíduos de pilhas e baterias (kg): 2015: 5,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 48,40 / 2019: 33,00 / 2020: 51,00 / 2021: 60,00 (dados parciais).

Destinação de resíduos de lâmpadas (Número de lâmpadas)



Destinação de resíduos de lâmpadas (Número de lâmpadas): 2015: 1.262 / 2016: 0 / 2017: 0 / 2018: 0 / 2019: 1.502 / 2020: 22 / 2021: 0 (dados parciais).

Gestão de resíduos									
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	11 - Cidades e comunidades sustentáveis								
Objetivo	Realizar o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação.								
Metas									
2022	Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em Florianópolis.								
2023	Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em Florianópolis.								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SERGE SEGED SEMAP	8.1	DPa	Destinação de resíduos de papel	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
SERGE SEGED SEMAP	8.2	DPI	Destinação de resíduos de plásticos	Quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
SERGE SEMAP	8.3	DMt	Destinação de resíduos de metais	Quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
SERGE SEMAP	8.4	DVD	Destinação de resíduos de vidros	Quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
SERGE SEMAP	8.5	CGe	Coleta geral	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais, ou seja, quando a única separação for entre “orgânicos” e “recicláveis”.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
SERGE SEGED SEMAP	8.6	TMR	Total de materiais destinados à reciclagem	Soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras. MR = DPA + DPL + DMT + DVD + CGe DPA = Destinação de papel para reciclagem, conforme item 8.1; DPL = Destinação de plásticos para reciclagem, conforme item 8.2; DMT = Destinação de metais para reciclagem, conforme item 8.3 DVD = Destinação de vidros para reciclagem, conforme item 8.4; CGe = Coleta geral, conforme item 8.5.	Quilogramas (kg)	Mensal	Cálculo automático	-	

SETIC/SESUP SEMAP	8.7	DEI	Destinação de resíduos eletroeletrônicos	Quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou outra destinação correta. Excluem-se os cartuchos e toners que são específicos para impressão, já contemplados no indicador 8.8.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
SEMAP	8.8	DImp	Destinação de resíduos de suprimentos de impressão	Quantidade de suprimentos de impressão (carças, toners, cartuchos, fotocondutores) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem. Na ausência dessas empresas na localidade, os resíduos Devem ser doados com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso. Devem ser considerados os resíduos de impressoras próprias e locadas (outsourcing).	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
SEMAN SEMAP	8.9	DPB	Destinação de resíduos de pilhas e baterias	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
SEMAN SEMAP	8.10	DLp	Destinação de resíduos de lâmpadas	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.	Número de lâmpadas	Anual	Preencher	Destinação
SAUDE	8.11	DRS	Destinação de resíduos de saúde	Quantidade total de resíduos de serviços de encaminhados para descontaminação e tratamento, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.	Litros	Anual	Preencher	Destinação
SPO SEMAN	8.12	DOB	Destinação de resíduos de obras e reformas	Quantidade de resíduos de obra ou de reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil, inclusive os encaminhados para reuso.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação

9. Reformas e construções

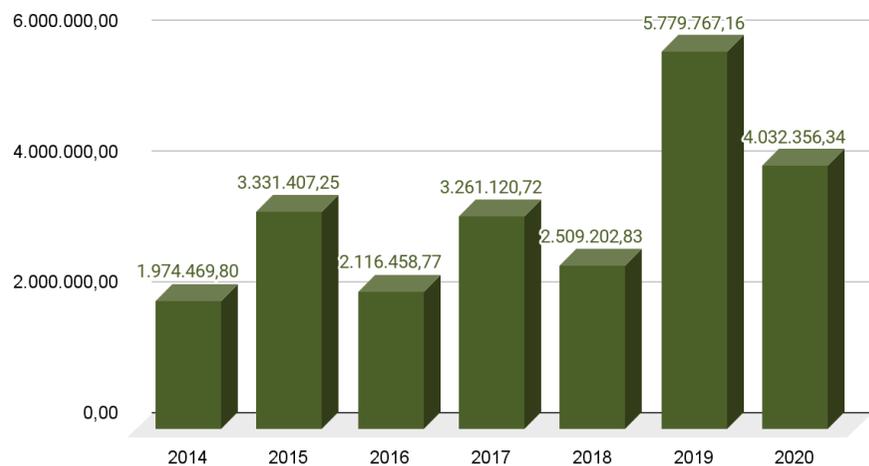


11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2020 e suas alterações. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com reformas



Gasto com reformas: 2014: R\$ 1.974.469,80 / 2015: R\$ 3.331.407,25 / 2016: R\$ 2.116.458,77 / 2017: R\$ 3.261.120,72 / 2018: R\$ 2.509.202,83 / 2019: R\$ 5.779.767,16 / 2020: R\$ 4.032.356,34.

Reformas e construções								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar os gastos relacionados a reformas e construções.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SPO SEMAN	9.1	GRef	Gastos com reformas no período-base	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção, utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios, que devem ser considerados no item 9.2. Considera-se a data de realização das reformas.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização
SPO	9.2	GCon st	Gastos com construção de novos edifícios no período-base	Corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios no período-base.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização

10. Limpeza

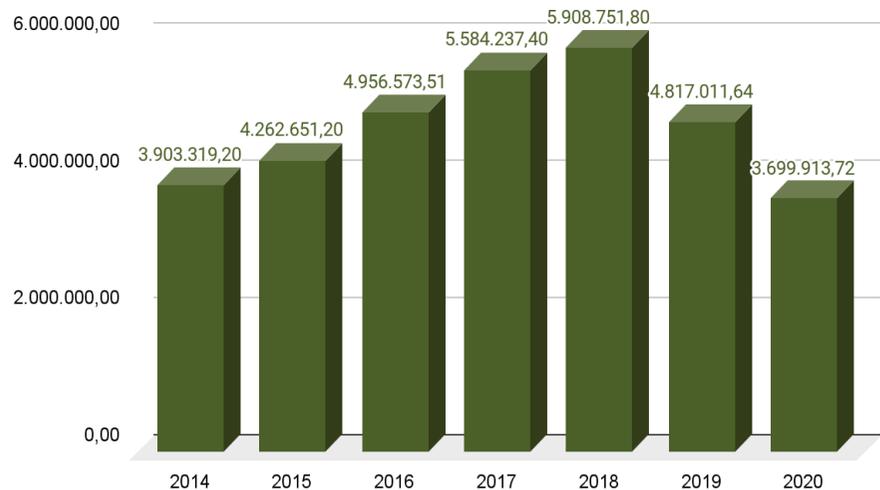


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

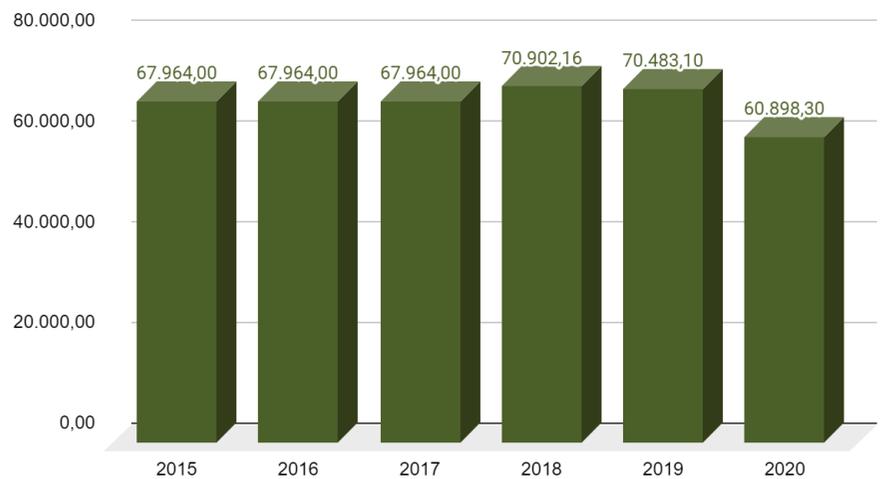
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gasto com contratos de limpeza



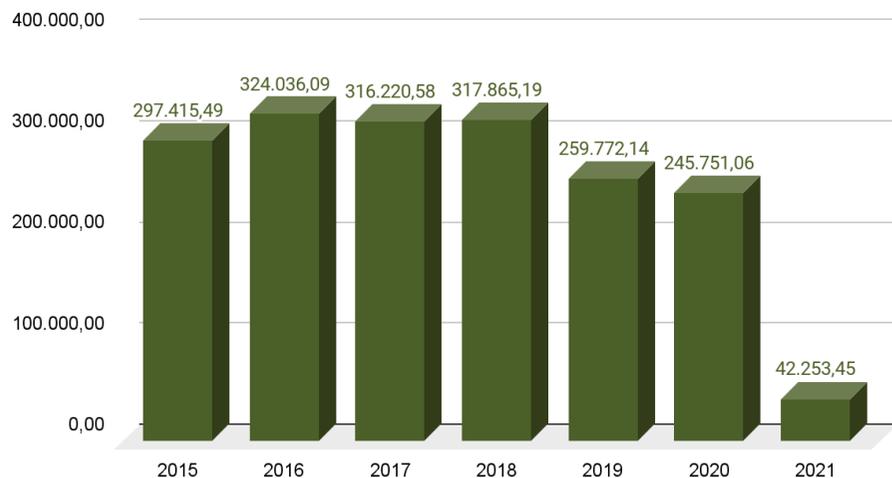
Gasto com contratos de limpeza: 2014: R\$ 3.903.319,20 / 2015: R\$ 4.262.651,20 / 2016: R\$ 4.956.573,51 / 2017: R\$ 5.584.237,40 / 2018: R\$ 5.908.751,80 / 2019: R\$ 4.817.011,64 / 2020: R\$ 3.699.913,72.

Área contratada (m²)



Área contratada (m²): 2015: 67.964,00 / 2016: 67.964,00 / 2017: 67.964,00 / 2018: 70.902,16 / 2019: 70.483,10 / 2020: 60.898,30.

Gasto com material de limpeza



Gasto com material de limpeza: 2015: R\$ 297.415,49 / 2016: R\$ 324.036,09 / 2017: R\$ 316.220,58 / 2018: R\$ 317.865,19 / 2019: R\$ 259.772,14 / 2020: R\$ 245.751,06 / 2021: R\$ 42.253,45 (dados parciais).

Limpeza								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar e otimizar os gastos relacionados aos serviços de limpeza.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SERGE	10.1	GLB	Gastos com contratos de limpeza no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SERGE	10.2	m ² Cont	Área contratada	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.	m ²	Anual	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos

SERGE	10.3	GRL	Gasto com contratos limpeza por m ²	Despesa total realizada com o contrato de limpeza dos órgãos em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m ² dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base. GRL = $GRL = (GLB / m^2 \text{ Cont})$ GLB - Gastos com contratos de limpeza no período-base, conforme item 10.1; m ² Cont - Área contratada, conforme item 10.2.	Reais / m ²	Anual	Cálculo automático	-
SEMAP	10.4	GML	Gasto com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 10.1. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Anual	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

11. Vigilância

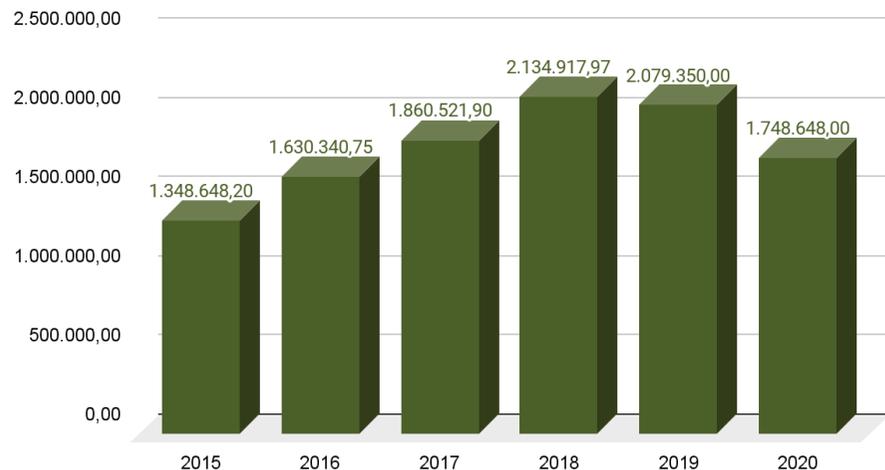


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos, horários, armada e desarmada).

Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gasto com contratos de vigilância armada



Gasto com contratos de vigilância armada: 2015: R\$ 1.348.648,20 / 2016: R\$ 1.630.340,75 / 2017: R\$ 1.860.521,90 / 2018: R\$ 2.134.917,97 / 2019: R\$ 2.079.350,00 / 2020: R\$ 1.748.648,00.

Vigilância								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar e otimizar as despesas relacionadas aos serviços de vigilância.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	11.1	GV	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SSI	11.2	QPV	Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de	Quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância ao final do período-base.	Número de trabalhadores	Anual	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos

			vigilância armada e desarmada					
SSI	11.3	GRV	Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada	Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação à quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância. GmV = (GV / QPV) GV - Gastos com contratos de vigilância: conforme item 11.1. QPV - Quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância: conforme item 11.2.	Reais / Número de trabalhadores	Anual	Cálculo automático	-
SSI	11.4	GVe	Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

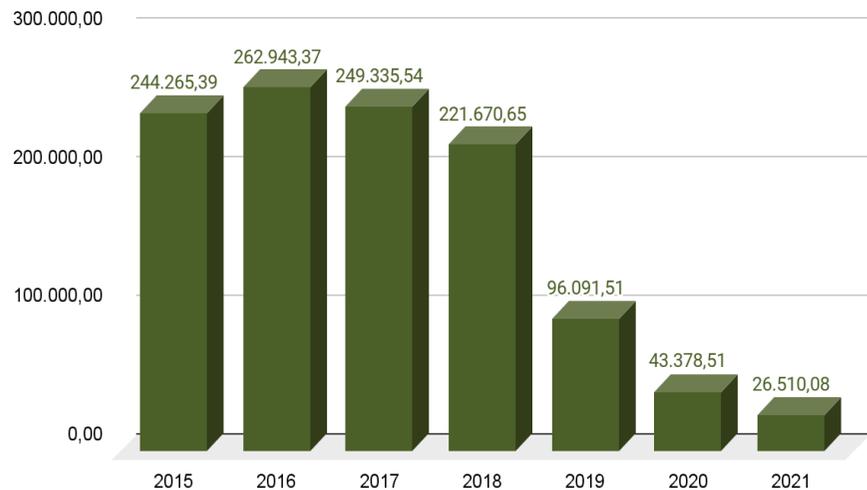
12. Telefonia



12 - Consumo e produção responsáveis.

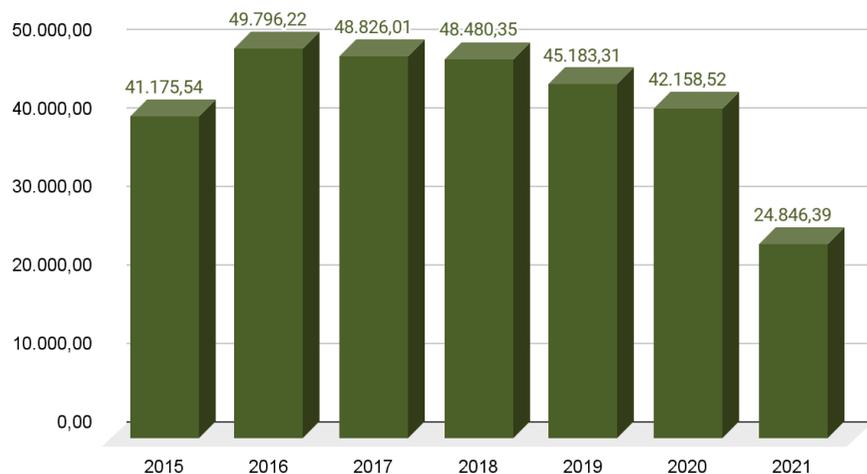
O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação). Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com telefonia fixa



Gasto com telefonia fixa: 2015: R\$ 244.265,39 / 2016: R\$ 262.943,37 / 2017: R\$ 249.335,54 / 2018: R\$ 221.670,65 / 2019: R\$ 96.091,51 / 2020: R\$ 43.378,51 / 2021: R\$ 26.510,08 (dados parciais).

Gasto com telefonia móvel



Gasto com telefonia móvel: 2015: R\$ 41.175,54 / 2016: R\$ 49.796,22 / 2017: R\$ 48.826,01 / 2018: R\$ 48.480,35 / 2019: R\$ 45.183,31 / 2020: R\$ 42.158,52 / 2021: R\$ 24.846,39 (dados parciais).

Telefonia								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar e racionalizar os consumos e gastos com serviços de telefonia.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SERGE	12.1	GTF	Gasto com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive, tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).
SERGE	12.2	LTF	Linhas Telefônicas Fixas	Quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.	Número de linhas fixas	Mensal	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos
SERGE	12.3	GRTF	Gasto relativo com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRTF = (GTF / LTF) GTF - Gasto total com telefonia fixa, conforme item 12.1; LTF - Linhas telefônicas fixas, conforme item 12.2.	Reais / Número de linhas telefônicas fixas	Mensal	Cálculo automático	-
SERGE	12.4	GTM	Gasto com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz,	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o

				dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).				mês de competência (ao qual a fatura corresponde).
SERGE	12.5	LTM	Linhas Telefônicas Móveis	Quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas) e a quantidade de linhas que recebem reembolso.	Número de linhas móveis	Mensal	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos
SERGE	12.6	GRTM	Gasto relativo com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRTM = (GTM / LTM) GTM - Gasto com telefonia móvel, conforme item 12.4; LTM - Linhas telefônicas móveis, conforme item 12.5.	Reais / Número de linhas telefônicas móveis	Mensal	Cálculo automático	-

13. Veículos

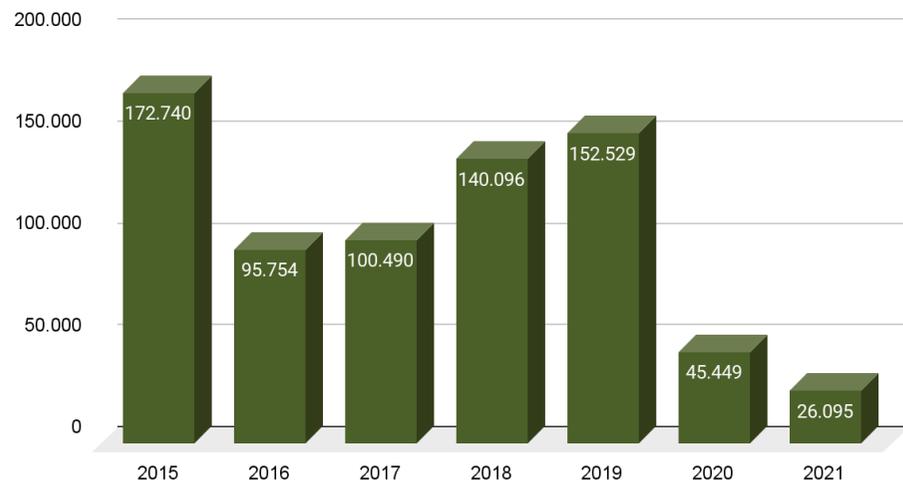


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. O monitoramento visa à racionalidade do serviço no sentido de:

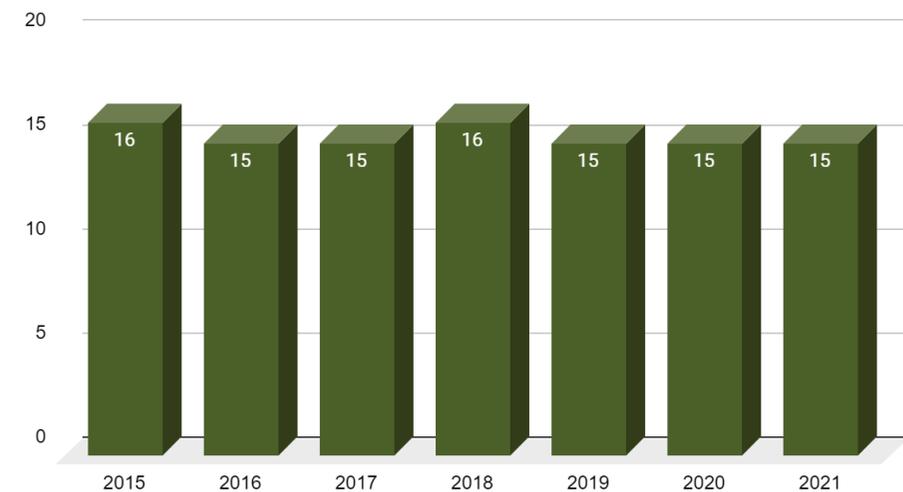
- avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço;
- avaliar a diminuição da quantidade total de veículos;
- aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso;
- diminuir o gasto relativo com manutenções.

Quilometragem



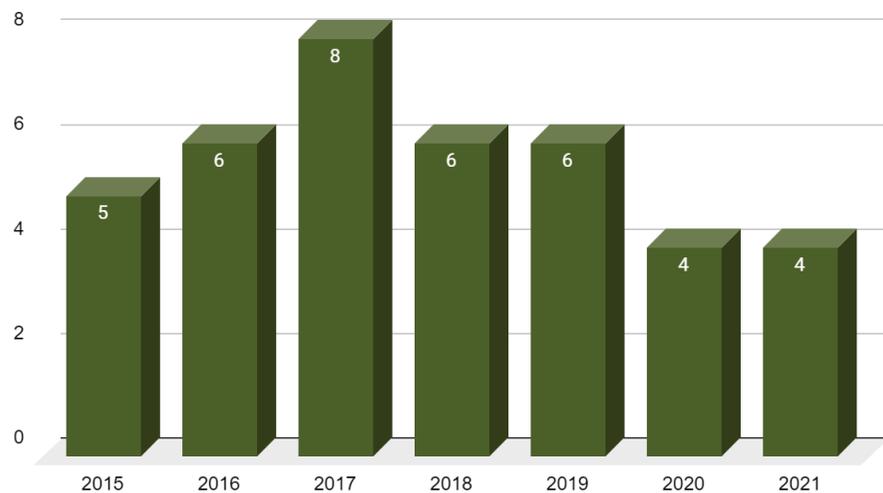
Quilometragem: 2015: 172.740 / 2016: 95.754 / 2017: 100.490 / 2018: 140.096 / 2019: 152.529 / 2020: 45.449 / 2021: 26.095 (dados parciais).

Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex



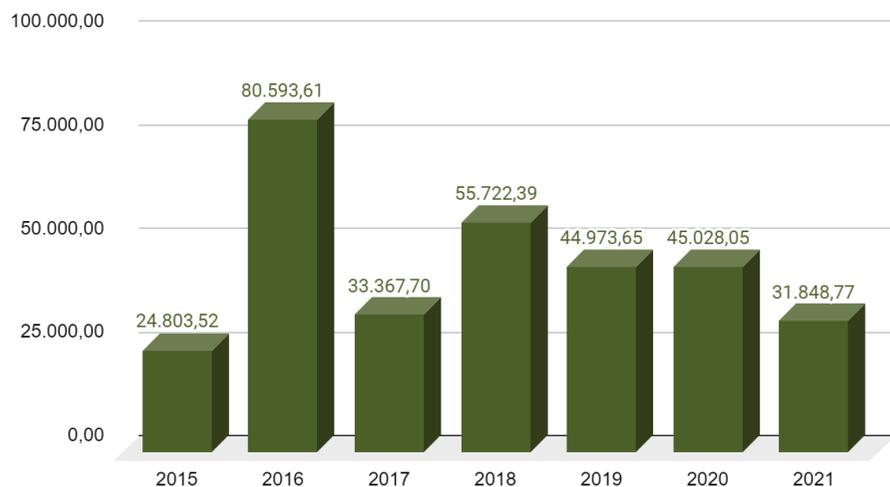
Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex: 2015: 16 / 2016: 15 / 2017: 15 / 2018: 16 / 2019: 15 / 2020: 15 / 2021: 15 (dados parciais).

Quantidade de veículos a diesel



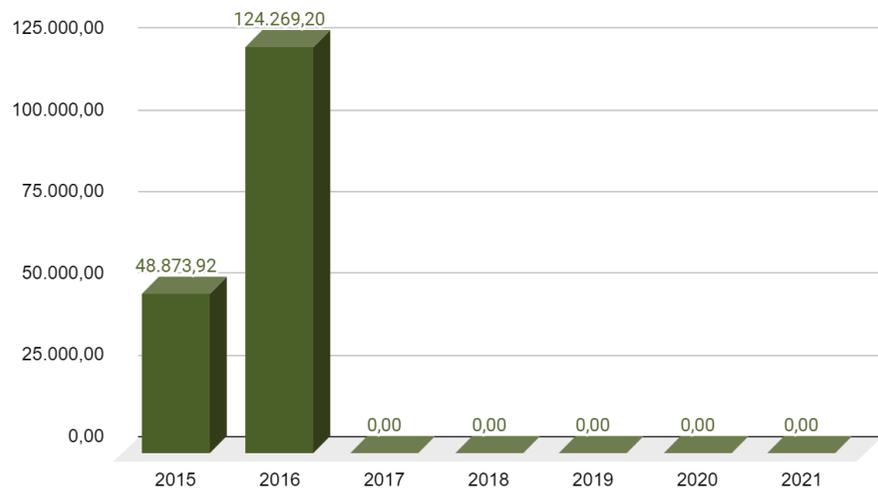
Quantidade de veículos a diesel: 2015: 5 / 2016: 6 / 2017: 8 / 2018: 6 / 2019: 6 / 2020: 4 / 2021: 4 (dados parciais).

Gasto com manutenção de veículos



Gasto com manutenção de veículos: 2015: R\$ 24.803,52 / 2016: R\$ 80.593,61 / 2017: R\$ 33.367,70 / 2018: R\$ 55.722,39 / 2019: R\$ 44.973,65 / 2020: R\$ 45.028,05 / 2021: R\$ 31.848,77 (dados parciais).

Gastos com contratos de motoristas



Gasto com contratos de motoristas: 2015: R\$ 48.873,92 / 2016: R\$ 124.269,20 / 2017: R\$ 0,00 / 2018: R\$ 0,00 / 2019: R\$ 0,00 / 2020: R\$ 0,00 / 2021: R\$ 0,00 (dados parciais).

Veículos									
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis								
Objetivo	Monitorar as despesas com veículos.								
Metas									
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.								
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SSI	13.1	Km	Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Quilômetros (km)	Anual	Preencher	Quilometragem	
SSI	13.2	VGEF	Quantidade de veículos a	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente à gasolina, etanol e flex existentes no órgão ao final do período-base, incluindo	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de	

			gasolina, etanol e flex	veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.				veículos movidos exclusivamente à gasolina, etanol e flex existentes no órgão ao final do período-base
SSI	13.3	VD	Quantidade de veículos a diesel	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente à diesel existentes no órgão ao final do período-base
SSI	13.4	VAlt	Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a energia solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente a energia solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base
SSI	13.5	QVe	Quantidade de veículos	Quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço e veículos destinados a magistrados(as), sejam próprios ou locados. A quantidade total de veículos (QVe) deve coincidir com a soma da quantidade de veículos	Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-

				de serviço (QVS) e a quantidade de veículos de magistrados(as) (QVM). QVe = VGEF + VD + VAlt VGEF - Veículos a gasolina, etanol e flex, conforme item 13.2; VD - Veículos a diesel, conforme item 13.3; VAlt - Veículos alternativos, conforme item 13.4.				
SSI	13.6	QVS	Quantidade de veículos de serviço	Total de veículos do órgão, próprios ou locados, exceto os utilizados para locomoção dos magistrados(as).	Número de veículos de serviço	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos do órgão, próprios ou locados, exceto os utilizados para locomoção dos magistrados (as)
SSI	13.7	UVS	Usuários por veículo de serviço	Quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados. $UVS = (Serv + TFaux) / QVS$ Serv - Total de servidores(as), conforme item 1.5; TFaux - Total da força de trabalho auxiliar, conforme item 1.13; QVS - Quantidade de veículos de serviço, conforme item 13.6.	Número de usuários / Número de veículos de serviço	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.8	QVM	Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados(as)	Total de veículos do órgão, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as). Excluem-se os veículos já computados no item 13.6.	Número de veículos de magistrado(a)	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos do órgão, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados (as). Excluem-se

								os veículos já computados no item 13.6.
SSI	13.9	UVM	Usuários por veículo destinado à locomoção de magistrados(as)	Quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as). UVM = MagP / QVM MagP - Total de cargos de magistrados(as) providos, conforme item 1.1; QVM - Quantidade de veículos para locomoção de magistrados(as), conforme item 13.8.	Número de usuários / Número de veículos de magistrado(a)	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.10	GVM	Gasto com manutenção de veículos	Corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, lavagem, seguro contratado, licenciamento, DPVAT, IPVA, entre outros). Não devem ser considerados os gastos com combustível nem com terceirização de motoristas.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SSI	13.11	GRMV	Gasto relativo com manutenção por veículo	Despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos. GRMV = GMV / QVe GMV - Gasto com manutenção de veículos, conforme item 13.10; QVe - Quantidade de veículos, conforme item 13.5.	Reais / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.12	GCM	Gastos com contratos de motoristas	Despesa total realizada com contratos de motoristas e/ou termos aditivos durante o período-base.	Reais	Anual	Preencher	Contratos de motoristas e/ou termos aditivos
SSI	13.13	GRCM	Gasto com contrato de motoristas por veículo	Despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos. GRCM = GCM / QVe GCM - Gasto com contratos de motoristas, conforme item 13.12; QVe - Quantidade de veículos, conforme item 13.5.	Reais / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-

SSI	13.14	GCV	Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre	Despesa total realizada com contratos de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
------------	-------	-----	---	---	-------	-------	-----------	-----------

14. Combustível



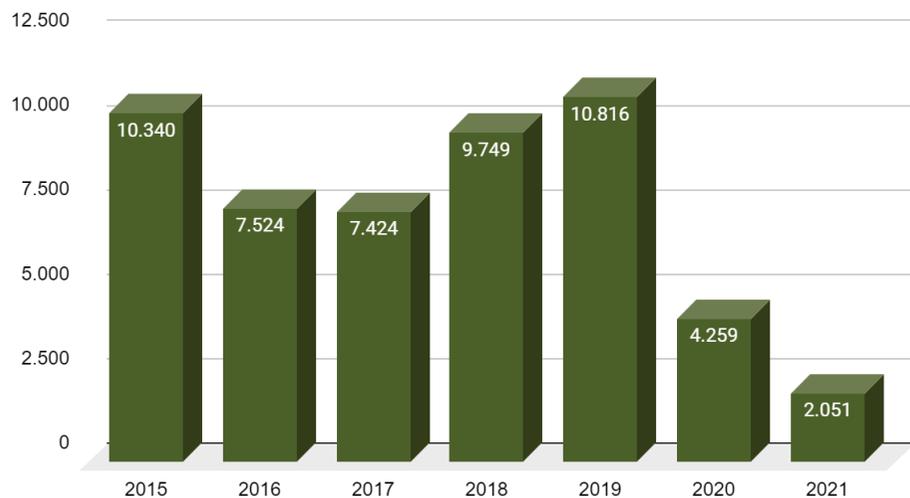
12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. O monitoramento dos dados pode indicar:

- a necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo;
- a necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis;
- o aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

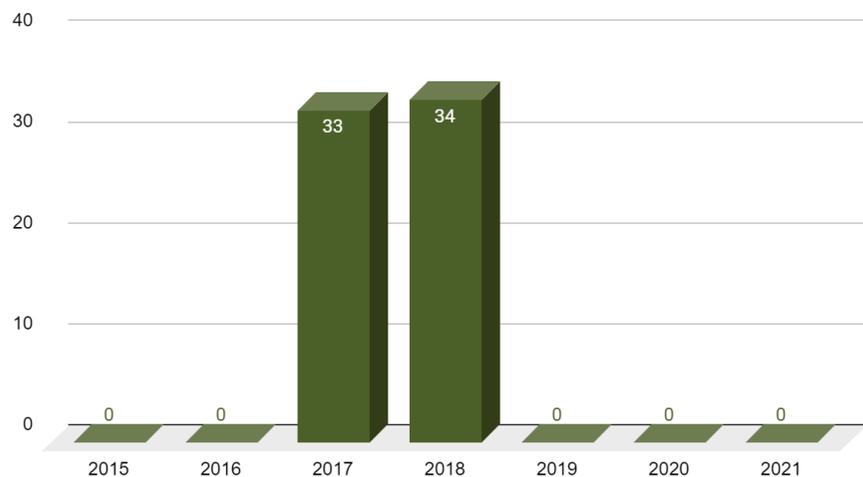
Não deve ser computado o combustível utilizado em outros equipamentos como bombas e geradores.

Consumo de gasolina (Litro)



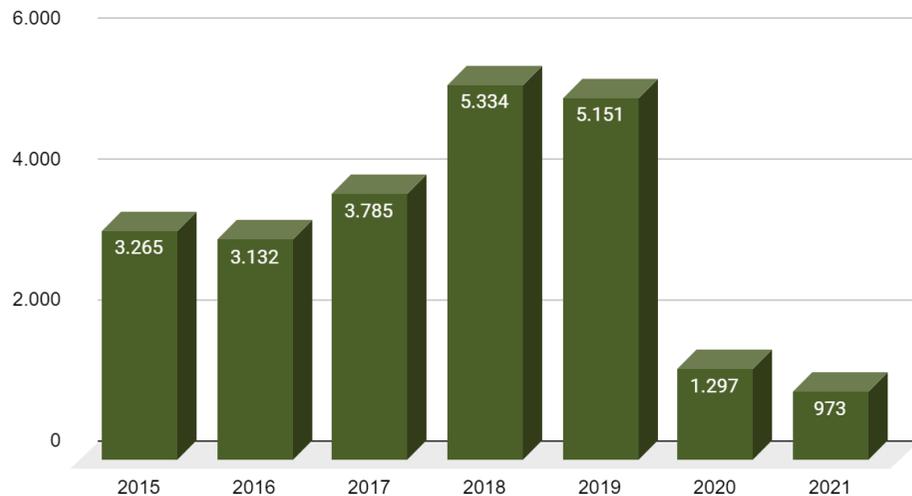
Consumo de gasolina (Litro): 2015: 10.340 / 2016: 7.524 / 2017: 7.424 / 2018: 9.749 / 2019: 10.816 / 2020: 4.259 / 2021: 2.051 (dados parciais).

Consumo de etanol (Litro)



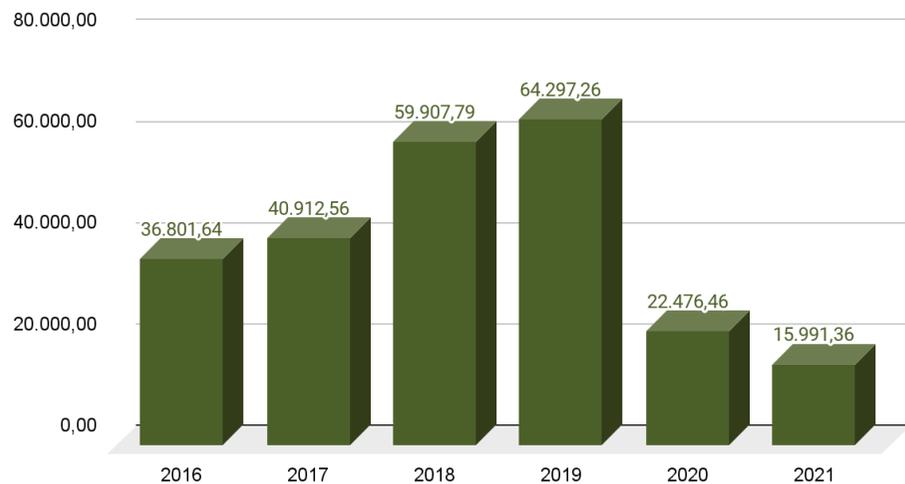
Consumo de etanol (Litro): 2015: 0 / 2016: 0 / 2017: 33 / 2018: 34 / 2019: 0 / 2020: 0 / 2021: 0 (dados parciais).

Consumo de diesel (Litro)



Consumo de diesel (Litro): 2015: 3.265 / 2016: 3.132 / 2017: 3.785 / 2018: 5.334 / 2019: 5.151 / 2020: 1.297 / 2021: 973 (dados parciais).

Gasto com combustível



Gasto com combustível: 2016: R\$ 36.801,64 / 2017: R\$ 40.912,56 / 2018: R\$ 59.907,79 / 2019: R\$ 64.297,26 / 2020: R\$ 22.476,46 / 2021: R\$ 15.991,36 (dados parciais).

Combustível								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar as despesas com combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.							
Metas								
Observação 2022	Aguardar a estabilidade de operação das unidades frente à forma de trabalho híbrido para que seja possível estabelecer metas.							
Observação 2023	Estabelecer uma meta com base no perfil de consumo apresentado em 2022 frente à forma de trabalho híbrido.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	14.1	CG	Consumo de gasolina	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos
SSI	14.2	CE	Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos
SSI	14.3	CD	Consumo de diesel	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos
SSI	14.4	CRAG	Consumo de gasolina e	Quantidade relativa de litros de gasolina e etanol consumidos por cada veículo.	Litro (l) / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-

			etanol por veículo	$CRAG = (CG + CE) / VGEF$ CG - Consumo de gasolina, conforme item 14.1; CE - Consumo de etanol, conforme item 14.2; VGEF - Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex, conforme item 13.2.				
SSI	14.5	CRD	Consumo de diesel por veículo	Quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo. $CRD = CD / VD$ CD - Consumo de diesel, conforme item 14.3; VD - Veículos a diesel, conforme item 13.3;	Litro (l) / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-
SSI	14.6	GC	Gasto com combustível	Gasto com combustível para abastecimento de veículos movidos à gasolina, etanol, gasolina e etanol, diesel, Gás Natural Veicular (GNV), hidrogênio e outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

15. Apoio ao serviço administrativo



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.

Apoio ao serviço administrativo										
Eixo	Sustentabilidade									
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis									
Objetivo	Monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos.									
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição			Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SEMAP	15.1	GCGraf	Gastos com serviços gráficos no período-base	Despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia, que devem ser lançados no item 5.5.			Reais	Mensal	Preencher	Despesas

16. Aquisições e contratações



12 - Consumo e produção responsáveis.

Aquisições e contratações								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar as aquisições e contratações sustentáveis realizadas.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SELCO	16.1	ACR	Aquisições e contratações realizadas no período-base	Quantidade total de contratos no período-base.	Número de contratos celebrados	Anual	Preencher	Contratos celebrados
SELCO	16.2	ACS	Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critérios de sustentabilidade.	Número de contratos celebrados com critério de sustentabilidade	Anual	Preencher	Contratos celebrados com critério de sustentabilidade

SELCO	16.3	PCS	Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	<p>Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade.</p> <p>$PCS = (ACS / ACR) \times 100$</p>	Percentual	Anual	Cálculo automático	-
--------------	------	-----	---	---	------------	-------	--------------------	---

17. Qualidade de vida



3 - Saúde e bem-estar;

4 - Educação de qualidade;

5 - Igualdade de gênero;

10 - Redução das desigualdades;

16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Ações de qualidade de vida no trabalho: promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores. Considerar ações tais como ginástica laboral, preparação para aposentadoria, orientação nutricional, terapias alternativas, ações antitabagismo, álcool e outras drogas, entre outras.

Ações solidárias: promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade, tais como visitas a creches, orfanatos, asilos, bem como ações educacionais para terceirizados, como alfabetização, inclusão digital, ensino à distância, entre outros.

Serão contabilizadas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base. Serão consideradas participações em ações realizadas em parceria com outras instituições. Em ações de caráter continuado, tais como cursos, encontros, grupos de apoio, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa e uma única ação. Exemplo: ginástica laboral com os mesmos três participantes de uma unidade, uma vez por semana, resultará ao final do ano em apenas três participações. Da mesma forma, a ginástica laboral realizada com várias ocorrências será considerada como uma única ação.

Qualidade de vida								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
Objetivo	Monitorar e estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEDUC EJUD SAUDE BIBLIOTECA	17.1	PQV	Participações em ações de qualidade de vida	Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SEDUC EJUD SAUDE BIBLIOTECA	17.2	AQV	Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. Aqui devem ser consideradas somente as ações e não as participações, que devem ser consideradas no item 17.1.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SEDUC EJUD SAUDE BIBLIOTECA	17.3	PCRQV	Percentual de participantes em ações de qualidade de vida	Percentual da força de trabalho total participante nas ações de qualidade de vida no trabalho. $PRQV = PQV / (FTT \times AQV) \times 100$ PQV - Participações em ações de qualidade de vida, conforme item 16.1; AQV - Ações de qualidade de vida, conforme item 16.2; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

SECOM SEDUC EJUD SAUDE SEMAP BIBLIOTECA	17.4	PAS	Participações em ações solidárias	Quantidade de participações do corpo funcional em ações solidárias.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação solidária
SECOM SEDUC EJUD SAUDE SEMAP BIBLIOTECA	17.5	AS	Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação solidária
SECOM SEDUC EJUD SAUDE SEMAP BIBLIOTECA	17.6	PRAS	Percentual de participantes em ações solidárias	Percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão. $PRAS = PS / (FTT \times AS) \times 100$ PS - Participação em ações solidárias, conforme item 16.4; AS- Quantidade de ações solidárias, conforme item 16.5; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

18. Capacitação em sustentabilidade



- 1 - *Erradicação da pobreza;*
- 2 - *Fome zero e agricultura sustentável;*
- 3 - *Saúde e bem-estar;*
- 4 - *Educação de qualidade;*
- 5 - *Igualdade de gênero;*
- 6 - *Água potável e saneamento;*
- 7 - *Energia limpa e acessível;*
- 8 - *Trabalho decente e crescimento econômico;*
- 9 - *Indústria, inovação e infraestrutura;*
- 10 - *Redução das desigualdades;*
- 11 - *Cidades e comunidades sustentáveis;*
- 12 - *Consumo e produção responsáveis;*
- 13 - *Ação contra a mudança global do clima;*
- 14 - *Vida na água;*
- 15 - *Vida na terra;*
- 16 - *Paz, justiça e instituições eficazes;*
- 17 - *Parcerias e meios de implementação.*

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. Serão contabilizadas:

- ações de sensibilização e capacitação (cursos EaD ou presenciais, grupos de estudo, seminários, semana do meio ambiente, oficinas, campanhas etc.);

- ações educacionais relacionadas ao tema;
- outras ações institucionais, relacionadas às metas do PLS.

Em ações de capacitação de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de estudo, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa, por evento. Exemplo: curso com os mesmos dez participantes, uma vez por semana, durante dois meses resultará, ao final do ano, em apenas dez participações. Assim como, curso realizado em várias ocorrências será considerado como um único curso.

Capacitação em sustentabilidade	
Eixo	Sustentabilidade
ODS	1 - Erradicação da pobreza 2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 6 - Água potável e saneamento 7 - Energia limpa e acessível 8 - Trabalho decente e crescimento econômico 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis 13 - Ação contra a mudança global do clima 14 - Vida na água 15 - Vida terrestre 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação
Objetivo	Monitorar e estimular a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade.
Metas	

2022	Realizar, no mínimo, 2 ações de capacitação em sustentabilidade e 2 ações de sensibilização em sustentabilidade.							
2023	Realizar, no mínimo, 2 ações de capacitação em sustentabilidade e 2 ações de sensibilização em sustentabilidade.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEDUC EJUD SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.1	ACap	Ações de capacitação em sustentabilidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de capacitação em sustentabilidade
SEDUC EJUD SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.2	ASen	Ações de sensibilização em sustentabilidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de sensibilização em sustentabilidade
SEDUC EJUD SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.3	PCap	Participações em ações de capacitação em sustentabilidade	Total de participações em ações de capacitação durante o período-base.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação de capacitação em sustentabilidade
SEDUC EJUD SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.4	PRCap	Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade	Percentual de participantes nas ações de capacitação relacionadas à temática em sustentabilidade em relação à força de trabalho total do órgão. $PRCap = (PCap / (FTT \times ACap)) \times 100$ PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade, conforme item 18.3; ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade, conforme item 18.1; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

Eixo Acessibilidade e Inclusão

1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão



10 - Redução das desigualdades.

Gestão da Acessibilidade e Inclusão								
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SIGEB/SGP	1.1	MagP(PcD)	Quantidade de magistrados(Número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição.	Magistrados (as)	Anual	Preencher	Final do período-base

			as) com deficiência					
SIGEB/SGP	1.2	TPEft/ TPI (PcD)	Quantidade de servidores com deficiência	Número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.	Servidores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.3	TPSV (PcD)	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	Número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.	Servidores(as) comissionados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.4	TPFC (PcD)	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	Número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.	Servidores(as) com função comissionada	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.5	TFAuxE (PcD)	Quantidade de estagiários(as) com deficiência	Número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Estagiários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SERGE SSI	1.6	TFAuxT (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência	Número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.7	TFAuxC (PcD)	Quantidade de conciliadores	Número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Conciliadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base

			(as) com deficiência					
SIGEB/SGP	1.8	TFAuxJL (PcD)	Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência	Número total de juízes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Juízes(as) leigos(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.9	TFauxSP (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	Número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.	Trabalhadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.10	TFAuxV (PcD)	Quantidade de voluntários(as) com deficiência	Número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Voluntários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
SIGEB/SGP	1.11	TFAuxApr (PcD)	Quantidade de aprendizes com deficiência	Número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base. (Lei do Jovem Aprendiz - Lei nº 10.097/2000)	Aprendizes	Anual	Preencher	Final do período-base

2. Acessibilidade em serviços



4 - Educação de qualidade;

10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade em serviços								
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	4 - Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão.							
Metas								
2022	Promover a capacitação de 50% dos gestores(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.							
2023	Promover a capacitação de 50% dos gestores(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SEDUC EJUD	2.1		Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de	Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão. QS1 / Serv QS2 / Serv	Número de contratos celebrados	Anual	Preencher	Capacitação

			acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	<p>QS1 - Quantidade de servidores(as) (itens 1.2 + 1.3) com deficiência capacitados(as)</p> <p>QS2 - Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as)</p> <p>Serv - Total de servidores(as): Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo (dados retirados do Relatório Justiça em Números)</p>				
SEDUC EJUD	2.2		Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	Quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	Cursos	Anual	Preencher	Cursos
SEDUC EJUD	2.3		Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	Quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	Vagas	Anual	Cálculo automático	Vagas
SEDUC EJUD	2.4	QLibrasServ	Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados(as) em Libras no período-base	<p>Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018 (capacitação básica).</p> <p>Servidores(as) = Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo.</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
SEDUC EJUD	2.5	QLibrasAux	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juizes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018 (capacitação básica).	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

SEDUC EJUD	2.6		Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	<p>Proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão.</p> <p>Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.</p> <p>QGe / QGt QGt - Quantidade total de gestores(as) QGe - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
SEDUC EJUD	2.7		Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência	Quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoas com deficiência.	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
SEDUC EJUD	2.8		Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação em normas de acessibilidade digital	Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
SEDUC EJUD	2.9		Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura em normas de acessibilidade	Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

			urbanística e arquitetônica					
SEDUC EJUD SECOM SAUDE	2.10		Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	Quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos. Exemplos: palestras, depoimentos de pessoas com deficiência, cartazes etc.	Quantidade de ações de sensibilização	Anual	Preencher	Ações de sensibilização
SEDUC EJUD SECOM SAUDE	2.11	ACpi	Ações de promoção da inclusão	Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura).	Ações	Anual	Preencher	Ações
SERGE SSI	2.12	QCont. Libras	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base	Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo. QCLibras / QCT QCT - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	Contratos	Anual	Preencher	Contratos

3. Acessibilidade comunicacional



10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade comunicacional								
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões comunicacionais.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SECOM	3.1	VAcess	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição).	Vídeos	Anual	Preencher	Publicação do vídeo
SECOM	3.2	MAcess	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição).	Matérias jornalísticas	Anual	Preencher	Publicação das matérias
OUIDORIA	3.3		A ouvidoria da instituição	() sim, quais? () não.	-	Anual	Preencher	-

			disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?					
SEDUC EJUD SECOM CERIMONIAL	3.4		Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais	Proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base. QEAc / QEt QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional QEt - Quantidade de eventos total	Eventos	Anual	Preencher	Eventos

4. Acessibilidade tecnológica



10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade tecnológica									
Eixo	Acessibilidade e Inclusão								
ODS	10 - Redução das desigualdades								
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões tecnológicas.								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ	Definição			Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SETIC	4.1	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Informar se usa programas que detectam o código <i>HTML</i> e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital. () sim, quais? () não.			-	Anual	Preencher	-
SETIC	4.2	O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores. Selecione mais de uma opção, se houver: () programa leitor de tela; () aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;			-	Anual	Preencher	-

			computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	() ferramenta de contraste; () programa de ampliação de tela; () outros programas; ou () não fornece nenhum programa.				
SETIC	4.3		O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência. () sim, quais? () não fornece.	-	Anual	Preencher	-

5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica



10 - Redução das desigualdades;

11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e na Resolução CNJ nº 401/2021, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da Resolução CNJ nº 401/2021.

Acessibilidade urbanística e arquitetônica	
Eixo	Acessibilidade e Inclusão
ODS	10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões urbanísticas e arquitetônicas.
Área(s) Responsável(is)	
SPO	

Considerações finais

Para elaboração do PLS foi dada continuidade às atividades previstas no PLS dos anos anteriores. O aprimoramento da coleta de dados relativos aos indicadores e o planejamento de novas metas irão direcionar as ações a serem desenvolvidas no período, para que se inclua, cada vez mais, o conceito de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão em todo o TRT da 12ª Região. Cumpre ressaltar que as metas poderão ser alteradas em razão de modificações estruturais e/ou fatos supervenientes.

Fontes

CNJ. Modelo de PLS e Modelo de Plano de Ações. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/modelos-previstos-na-resolucao-cnj-no-400-2021/>

ONU BRASIL. ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

TRT 4. PLS. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/142956/Revis%C3%A3o%20do%20PLS%20-%202018.pdf>

TRT 12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/Planejamento_Estrategico

Elaboração Técnica

Fernanda Gomes Ferreira

Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica

Marcelo Borrini Moretto

Diretor do Serviço de Gestão de Processos

Fabio Peters Sabino

Serviço de Gestão de Processos

Renata de Figueiroa Freitas

Serviço de Gestão de Processos

Yasmin Lonzetti Skovronski

Unidade Socioambiental

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2023



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

José Ernesto Manzi

Desembargador do Trabalho-Presidente

Wanderley Godoy Junior

Desembargador do Trabalho-Vice-Presidente

Nivaldo Stankiewicz

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

Comitês

1. Comitê Gestor da Sustentabilidade

Portaria PRESI 142/2018

- Juiz do Trabalho indicado pela Presidência – Coordenador;
- Secretário-Geral da Presidência, CJ-04;
- Diretor-Geral da Secretaria, CJ-04;
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, CJ-03;
- Diretor da Secretaria Administrativa, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Comunicação Social, CJ-03;
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, CJ-03;
- Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental, FC-04.

Portaria SEAP 128/2022

- Ângela Maria Konrath - Juíza do Trabalho indicado pela Presidência – Coordenadora;
- Carlos Eduardo Tiusso - Secretário-Geral da Presidência;
- Ana Paula Volpato Wronski - Diretora-Geral da Secretaria;
- Gustavo Bestetti Ibarra - Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica;
- Sandro Beltrame - Diretor da Secretaria Administrativa;
- Valdir Luiz da Cunha - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Camila Sartori Velloso Abreu - Diretora da Secretaria de Comunicação Social;
- Fabiana Vieira de Linhares - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Yasmin Lonzetti Skovronski - Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental.

2. Comitê de Gestão Ambiental

Portaria PRESI 204/2022

- I- Juiz(a) Auxiliar da Presidência - Coordenador(a);
- II - Diretor(a) de Serviço de Material e Patrimônio;
- III - Diretor(a) dos Serviços Gerais;
- IV - Diretor(a) do Serviço de Manutenção;
- V - Diretor(a) do Serviço de Suporte Técnico aos Usuários de TIC;
- VI - Coordenador(a) de Saúde;
- VII - Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura;
- VIII - Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental - Secretário(a).

Portaria PRESI 205/2022

- I- Ângela Maria Konrath, Juíza Auxiliar da Presidência - Coordenadora;
- II - Altair de Lima, Diretor do Serviço de Material e Patrimônio;
- III - Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi, Diretora dos Serviços Gerais;
- IV - Adriano Faust Correa, Diretor do Serviço de Manutenção;
- V - Pedro Paulo da Silva, Diretor do Serviço de Suporte Técnico aos Usuários de TIC;
- VI - Cristina Vivan, Coordenadora de Saúde;
- VII - Breno Cláudio Bauer, Assistente-Chefe do Setor de Projetos e Arquitetura;
- VIII - Yasmin Lonzetti Skovronski, Assistente-Chefe da Unidade Socioambiental - Secretária.

3. Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Portaria PRESI 206/2022 (Alterada pela Portaria PRESI 624/2022)

- I - Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Coordenadora;
- II - Ana Paula Volpato Wronski, Diretora-Geral da Secretaria;
- III - Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica;
- IV - Fabiana Vieira de Linhares, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- V - Camila Sartori Velloso Abreu, Diretora da Secretaria de Comunicação Social;
- VI - Valdir Luiz da Cunha, Diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação;

VII - Cristina Vivan, Coordenadora de Saúde;

VIII - Denise Suchara, Analista Judiciária, Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, lotada na Coordenadoria de Saúde;

IX - Jamile Cury Cecato de Carvalho, Técnica Judiciária, Área Administrativa, lotada na Secretaria da Corregedoria;

X - Simone Pereira, Técnica Judiciária, Área Administrativa, lotada na Ouvidoria;

XI - Jacson Alexandre Pereira, Coordenador do Serviço de Projetos e Obras;

XII - Breno Cláudio Bauer, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, lotado na Coordenadoria de Projetos e Obras;

XIII - Claudionor da Silva, Coordenador de Polícia Judicial;

XIV - Ana Paula Koch de Bona, Analista Judiciária, Área Judiciária, lotada no Gabinete do Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi;

XV - Cláudia Bettoni, Técnica Judiciária, Área administrativa, lotada na Coordenadoria de Saúde;

XVI - Eduardo Gheller Morschbacher, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, lotado na Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação;

XVII - Flávia Pinheiro Guimarães, Técnica Judiciária, Área Administrativa, lotada na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas;

XVIII - Yasmin Lonzetti Skovronski, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Unidade Socioambiental, Coordenadoria de Gestão de Processos, Secretaria de Gestão Estratégica.

Portaria PRESI 206/2022

Indicou a Unidade Socioambiental, subordinada à Secretaria de Gestão Estratégica, como responsável pela implementação das ações do Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – PLS-TRT12 é um instrumento de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos que serão utilizados para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação do órgão.

Sua elaboração, aprovação e execução visa permitir ao TRT da 12ª Região adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

O PLS-TRT12 está de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021 e no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (alterado pelo Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 323/2015).

Objetivo Geral

O PLS-TRT12 possui como objetivo a promoção da sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico, com foco na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade e inclusão, a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e a melhor eficiência do gasto público, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

Objetivos Específicos

- Incentivar a racionalização dos recursos e o consumo consciente.
- Realizar o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e rejeitos produzidos.
- Capacitar e sensibilizar seus agentes para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade e inclusão.
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

Metodologia

Com o objetivo de melhorar continuamente o PLS-TRT12, a implementação do plano foi dividida em 5 etapas (Planejamento, Acompanhamento, Análise, Aprimoramento e Controle). Essa metodologia leva em consideração os conceitos da metodologia DMAIC utilizada em processos de melhoria contínua.

1. Planejamento – É a primeira fase do PLS e consiste efetivamente na sua elaboração. Nessa fase o Comitê Gestor da Sustentabilidade avalia os relatórios de desempenho dos anos anteriores e define as metas e o plano de ações para melhoria dos processos de trabalho, redução dos impactos ambientais e melhoria da eficiência do gasto público no âmbito do Tribunal.
Após a elaboração do PLS pela Unidade de Sustentabilidade, o plano é encaminhado à Administração do TRT da 12ª Região para aprovação, divulgação e encaminhamento ao CNJ.
2. Acompanhamento – Na segunda fase da metodologia o Comitê Gestor Ambiental e as unidades responsáveis pelos eixos temáticos acompanham e medem os indicadores definidos na etapa 1.
3. Análise – A fase de análise visa avaliar os indicadores medidos na etapa 2, identificando oportunidades de melhoria e possíveis problemas que podem impactar no resultado dos processos e ações planejadas no PLS. Nesta fase também são realizadas propostas para melhoria das práticas de sustentabilidade e dos indicadores de sustentabilidade do TRT da 12ª Região.
4. Aprimoramento – Nessa fase o objetivo é implementar as ações propostas na etapa 3, de maneira a aprimorar o desempenho dos processos planejados, diminuindo gradativamente os impactos ambientais causadas pelas atividades da instituição e melhorando o desempenho da instituição em relação aos critérios de sustentabilidade do CNJ.

5. Controle – A última etapa tem como objetivo garantir que as mudanças e ações implementadas no PLS-TRT12 sejam permanentes, de modo a permitir que os resultados sejam duradouros.

O PLS e o planejamento estratégico

O PLS-TRT12 está alinhado ao Plano Estratégico do TRT da 12ª Região para o período 2021-2026 na sua visão, nos seus valores e nos seus objetivos estratégicos:

Visão

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

Valores

- Acessibilidade
- Agilidade
- Comprometimento
- Efetividade
- Eficiência
- Ética
- Inovação

- Respeito à diversidade
- Segurança jurídica
- Sustentabilidade
- Transparência
- Valorização das pessoas

Objetivos Estratégicos - Perspectiva sociedade

OE-02: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Líderes do Objetivo: Juiz Gestor Estratégico de Metas, Responsável pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Responsável pelo Programa Trabalho Seguro e Unidade Socioambiental.

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicadores	Metas
Sociedade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação – II	Meta Nacional 9: Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder

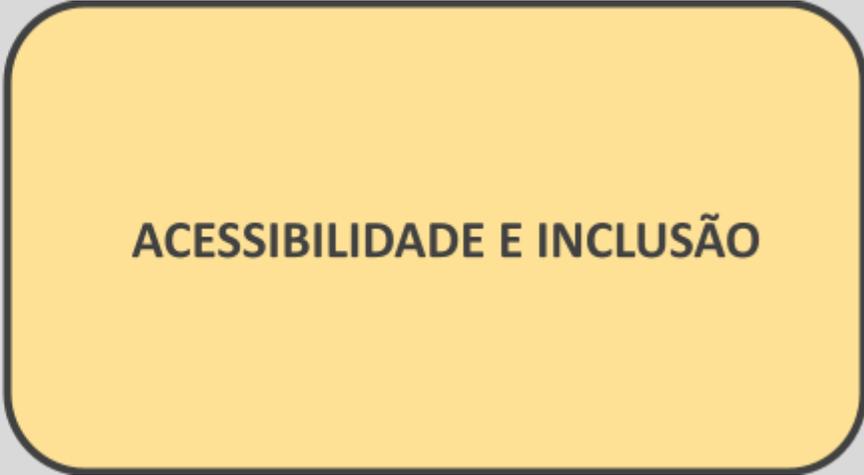
			Judiciário.
		Índice de combate ao trabalho infantil - ICTI	Meta Nacional 11: Promover pelo menos uma ação visando ao combate ao trabalho infantil.

Indicadores e Metas - Eixos

O Plano de Logística Sustentável - PLS do TRT da 12ª Região está dividido em dois eixos temáticos de acordo com as Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 401/2021. Em cada eixo há indicadores e metas respectivas.



SUSTENTABILIDADE



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Identificação dos ODS

Dando continuidade ao PLS anterior, os temas que estão relacionados a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU serão apresentados com a mesma notação gráfica utilizada pela ONU, conforme apresentado a seguir:



- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e bem-estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de gênero;
- 6 - Água potável e saneamento;
- 7 - Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 - Redução das desigualdades;
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 - Consumo e produção responsáveis;
- 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- 14 - Vida na água;
- 15 - Vida na terra;
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 - Parcerias e meios de implementação.

FONTE: ONU BRASIL

Eixo Sustentabilidade

1. Variáveis Gerais



16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

As Variáveis Gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas, pois são aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) - Resolução CNJ nº 76/2009.

Variáveis Gerais					
Eixo	Sustentabilidade				
ODS	16 - Paz, justiça e instituições eficazes				
Indicador CNJ	Definição	Unidade de medida	Periodicidade da	PLS-Jud	Evento Gerador

					apuração		
1.1	MagP	Total de cargos de magistrados(as) providos	Número total de cargos de magistrados(as) providos no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Magistrados (as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.2	TPEfet	Total de pessoal do quadro efetivo	Total de pessoal do quadro efetivo do órgão, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.3	TPI	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.4	TPSV	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	Servidores(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.5	Serv	Total de servidores(as)	Número dos servidores(as) do quadro efetivo, dos que se encontram cedidos(as) ou requisitados(as) e dos comissionados(as) sem vínculo do órgão. Não são computados(as) os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição. Serv = TPEfet + TPI + TPSV TPEfet = Total de pessoal do quadro efetivo, conforme item 1.2; TPI = Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme item 1.3; TPSV = Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme item 1.4.	Servidores(as)	Anual	Cálculo automático	-
1.6	TFAuxT	Total de trabalhadores(as) terceirizados(as)	Número total de terceirizados(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-
1.7	TFAuxE	Total de estagiários(as)	Número total de estagiários(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009.	Estagiários(as)	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

1.12	TFAuxA	Total de aprendizes	Número total de aprendizes lotados(as) no órgão ao final do período-base, com base na Lei nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, que define aprendiz como jovem de 14 a 24 anos incompletos que esteja cursando o ensino fundamental ou o ensino médio.	Aprendizes	Anual		-
1.13	Tfaux	Total da força de trabalho auxiliar	Total de trabalhadores(as) auxiliares lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009. Consideram-se os terceirizados(as) e os estagiários(as). TFAux = TFAuxt + TFAuxE + TFAuxA TFAuxT = Total de trabalhadores(as) terceirizados(as), conforme item 1.6; TFAuxE = Total de estagiários(as), conforme item 1.7; TFAuxA = Total de aprendizes, conforme item 1.12.	Trabalhadores(as) auxiliares	Anual	Cálculo automático	-
1.14	FTT	Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares	Número total da força de trabalho, incluindo os(as) magistrados(as), os(as) servidores(as) e a força de trabalho auxiliar no órgão, ao final do ano-base. FTT = MagP + Serv + TFAux MagP = Total de cargos de magistrados(as) providos, conforme item 1.1; Serv = Total de servidores(as), conforme item 1.5; TFAux = Total da força de trabalho auxiliar, conforme item 1.13.	Trabalhadores(as)	Anual	Cálculo automático	-
1.15	m ² Total	Área total em metros quadrados	A área total, conforme definição da ABNT NBR, de todos os prédios (próprios ou não) das unidades integrantes da estrutura do órgão. Essa é a variável que será utilizada em todos os indicadores que envolverem área de edificações. A área total engloba tanto a área construída quanto as áreas externas, como estacionamentos privativos e jardins.	m ²	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números	-

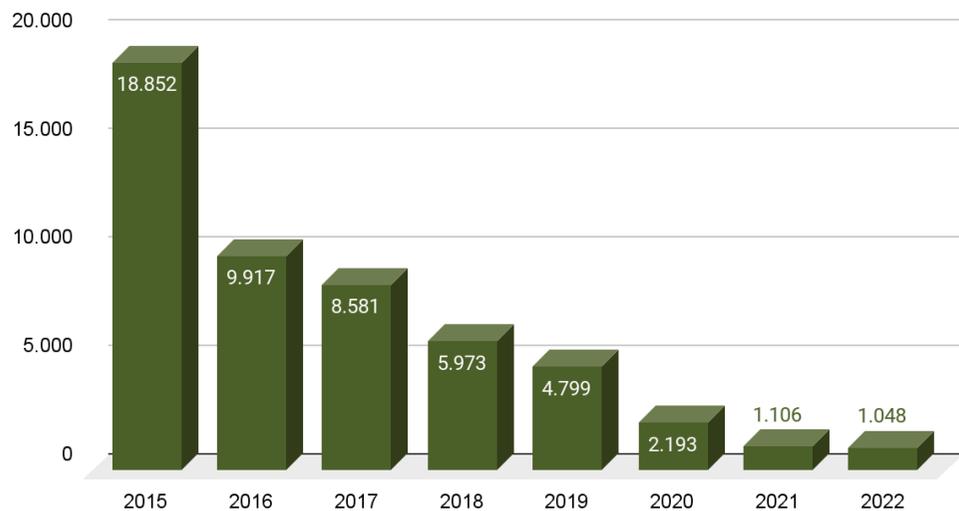
2 .Papel



12 - Consumo e produção responsáveis.

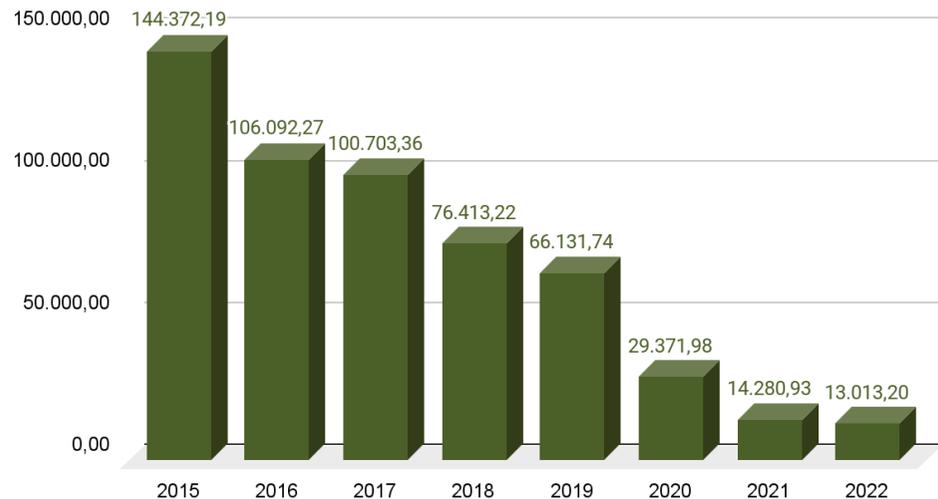
O tema objetiva o monitoramento do consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução CNJ nº 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. Devem ser adquiridos produtos com certificação como: CEFLOR, ETC, FSC, entre outras.

Consumo de papel próprio (Resmas)



Consumo de papel próprio (Resmas): 2015: 18.852 / 2016: 9.917 / 2017: 8.581 / 2018: 5.973 / 2019: 4.799 / 2020: 2.193 / 2021: 1.106 / 2022: 1.048 (dados parciais).

Gasto com papel próprio



Gasto com papel próprio: 2015: R\$ 144.372,19 / 2016: R\$ 106.092,27 / 2017: R\$ 100.703,36 / 2018: R\$ 76.413,22 / 2019: R\$ 66.131,74 / 2020: R\$ 29.371,98 / 2021: R\$ 14.280,93 / 2022: 13.013,20 (dados parciais).

Papel								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de papel.							
Metas								
2023	Reduzir em 1% o consumo de papel do tipo A4, em comparação aos anos de 2021 e 2022, mesmo considerando o retorno para presencial de servidores que estão em teletrabalho, em atendimento ao Acórdão CNJ nº 2260/2022.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	2.1	CPP	Consumo de papel próprio	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades
CMLOG	2.2	GPP	Gasto com papel próprio	Despesa realizada com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência. Não considerar o gasto de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.
CMLOG	2.3	CPC	Consumo de papel contratado	Quantidade total consumida de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

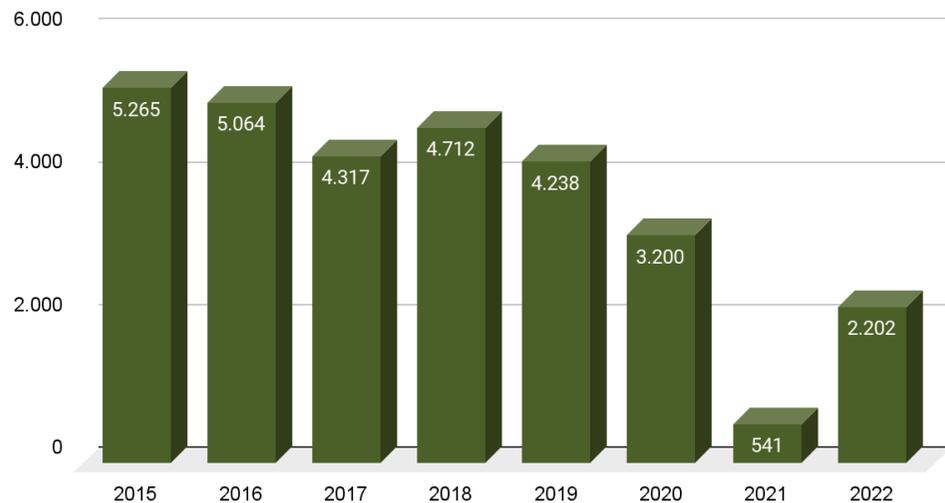
3. Copos descartáveis



12 - Consumo e produção responsáveis.

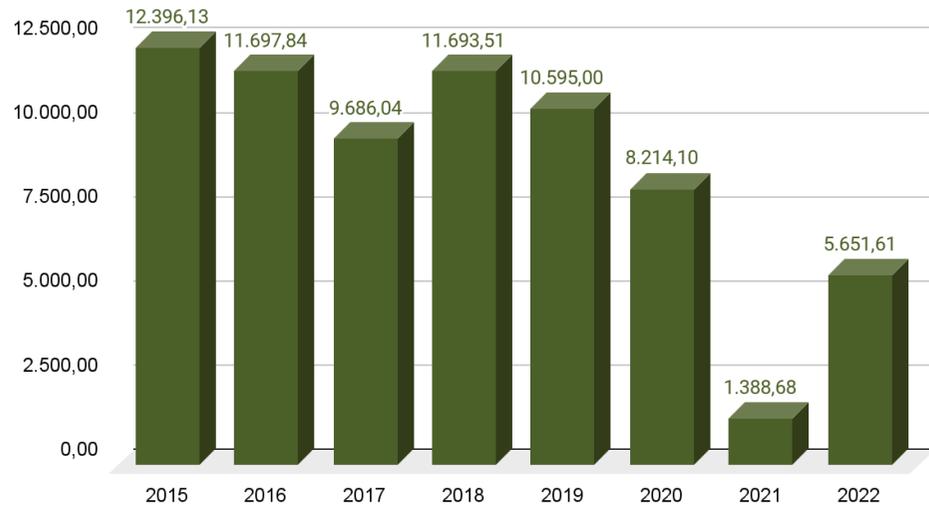
O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou de outros materiais. Os copos costumam ser fornecidos em pacotes de 100 unidades. Embalagens com outras unidades deverão ser convertidas para centos.

Consumo de copos descartáveis (Centos)



Consumo de copos descartáveis (Centos): 2015: 5.265 / 2016: 5.064 / 2017: 4.317 / 2018: 4.712 / 2019: 4.238 / 2020: 3.200 / 2021: 541 / 2022: 2.202 (dados parciais).

Gasto com copos descartáveis



Gasto com copos descartáveis: 2015: R\$ 12.396,13 / 2016: R\$ 11.697,84 / 2017: R\$ 9.686,04 / 2018: R\$ 11.693,51 / 2019: R\$ 10.595,00 / 2020: R\$ 8.214,10 / 2021: R\$ 1.388,68 / 2022: 5.651,61 (dados parciais).

Copos descartáveis								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de copos descartáveis.							
Metas								
2023	Manter o padrão de consumo anual de copos descartáveis em comparação aos anos de 2021 e 2022, mesmo considerando o retorno para presencial de servidores que estão em teletrabalho, em atendimento ao Acórdão CNJ nº 2260/2022.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	3.1	CC	Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Centos	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades
CMLOG	3.2	GC	Gasto com copos descartáveis	Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água e café. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

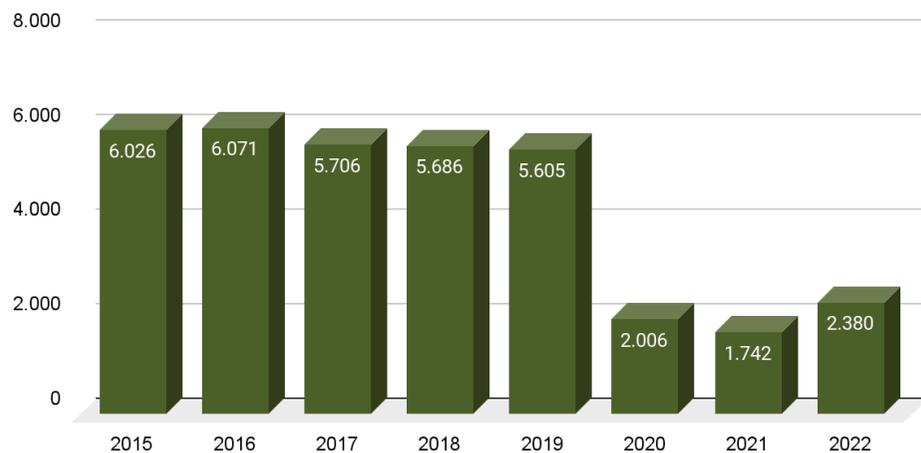
4. Água envasada em embalagem plástica



12 - Consumo e produção responsáveis.

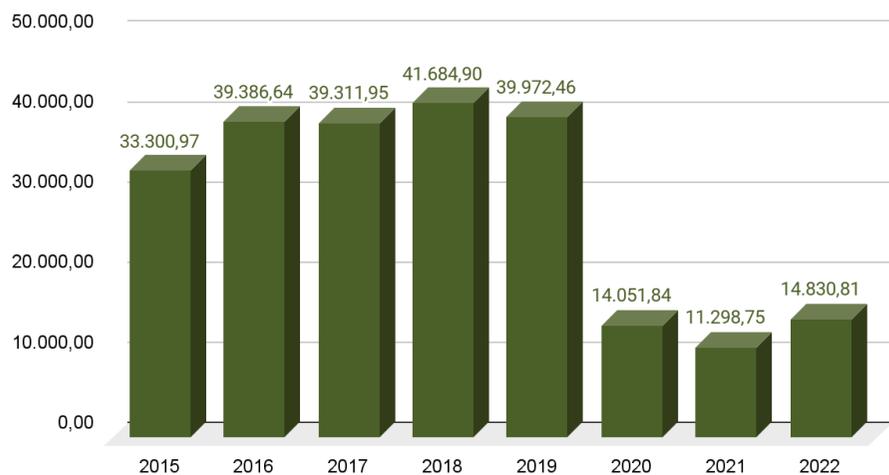
O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Serão contabilizados dois volumes: o de consumo individual, que se utiliza de embalagens descartáveis (copos e garrafas), e o de consumo coletivo, que se utiliza de embalagens retornáveis para bebedouros (10 e 20 litros).

Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (Unidades)



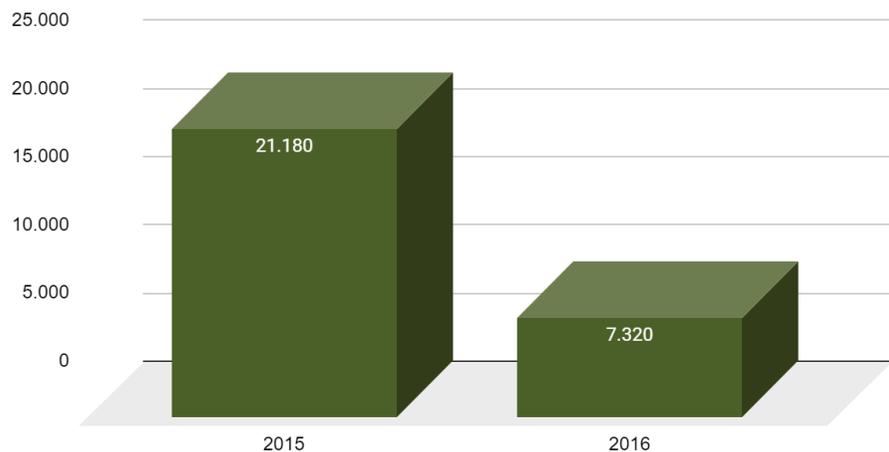
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (Unidades): 2015: 6.026 / 2016: 6.071 / 2017: 5.706 / 2018: 5.686 / 2019: 5.605 / 2020: 2.006 / 2021: 1.742 / 2022: 2.380 (dados parciais).

Gasto com água mineral em embalagens retornáveis



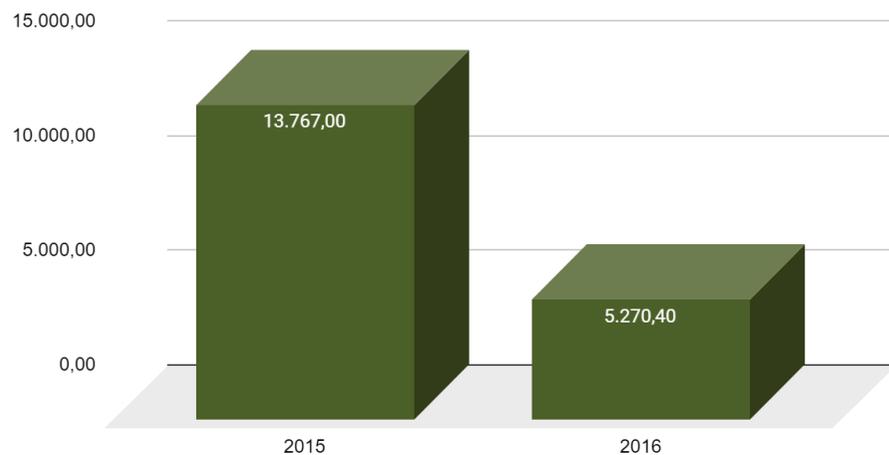
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis: 2015: R\$ 33.300,97 / 2016: R\$ 39.386,64 / 2017: R\$ 39.311,95 / 2018: R\$ 41.684,90 / 2019: R\$ 39.972,46 / 2020: R\$ 14.051,84 / 2021: R\$ 11.298,75 / 2022: 14.830,81 (dados parciais).

Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (Unidades) - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017.



Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (Unidades) - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017. 2015: 21.180 / 2016: 7.320.

Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017.



Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - Não utilizado no TRT-SC a partir de 2017. 2015: R\$ 13.767,00 / 2016: R\$ 5.270,40.

Água envasada em embalagem plástica									
Eixo		Sustentabilidade							
ODS		12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo		Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica.							
Metas									
2023		Diminuir 1% dos valores gastos com consumo de água mineral em embalagens reutilizáveis.							
Área(s) Responsável(is)		Indicador CNJ		Definição		Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	4.1	CED	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitada pelas unidades.		Unidades	Mensal	Preencher	Data da emissão da nota fiscal
CSG	4.2	CER	Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Quantidade de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrações retornáveis) requisitada pelas unidades.		Unidades	Mensal	Preencher	Data da emissão da nota fiscal
CSG	4.3	GAED	Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.		Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.
CSG	4.4	GAER	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrações retornáveis). Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.		Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

5. Impressão

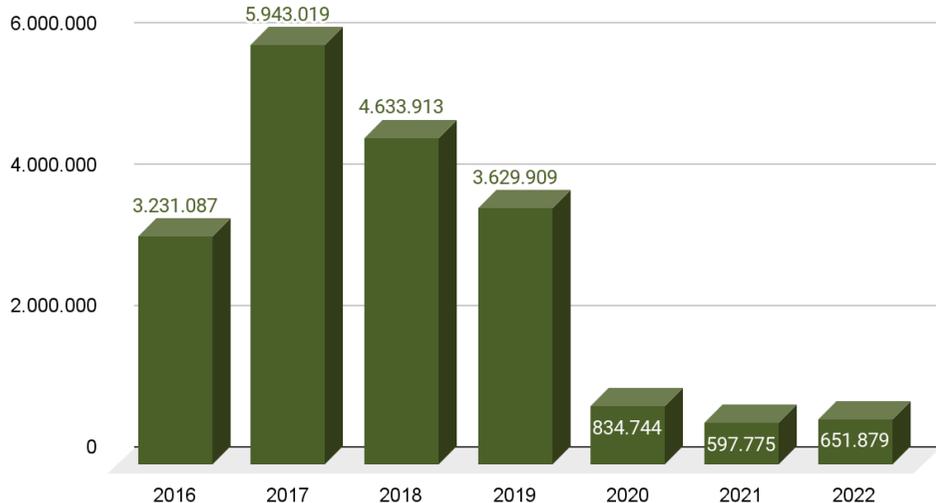


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos. O monitoramento dos dados pode indicar a necessidade de:

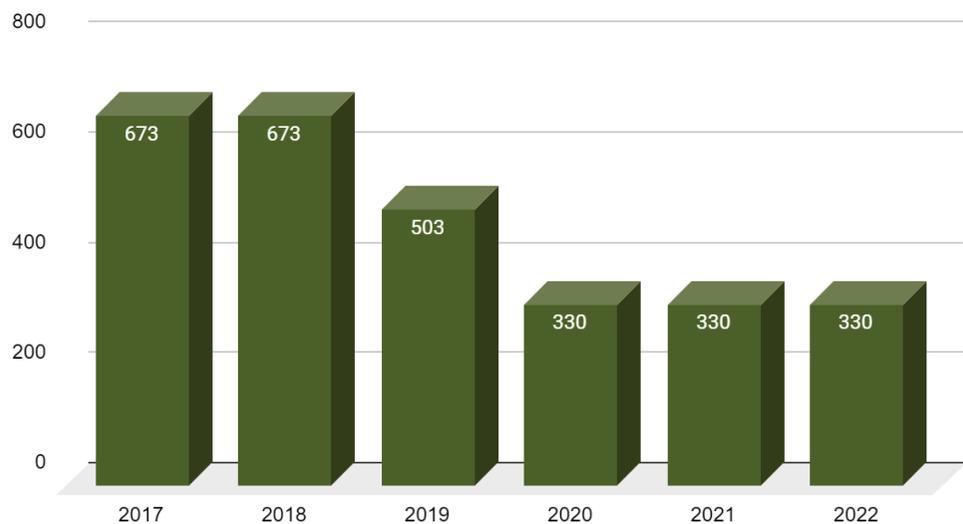
- calcular a quantidade de impressões por usuário, buscando sua diminuição;
- calcular a quantidade de usuários por equipamento, buscando seu aumento;
- diminuir a quantidade total de impressoras e impressões;
- aumentar a quantidade de impressões por equipamento, ou seja, evitar impressora ociosa.

Quantidade de impressões



Quantidade de impressões: 2016: 3.231.087 / 2017: 5.943.019 / 2018: 4.633.913 / 2019: 3.629.909 / 2020: 834.744 / 2021: 597.775 / 2022: 651.879 (dados parciais).

Quantidade de equipamentos de impressão - Instalados



Quantidade de equipamentos de impressão - Instalados: 2017: 673 / 2018: 673 / 2019: 503 / 2020: 330 / 2021: 330 / 2022: 330.

Impressão								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar a quantidade de impressões.							
Metas								
2023	Manter o número de impressões para 2023, reduzido durante o período de pandemia, e que tem a tendência de aumentar com a volta ao trabalho presencial em definitivo.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC/SUPOORTE	5.1	QI	Quantidade de impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão ou reprografia.	Impressões	Mensal	Preencher	Impressão
SETIC/SUPOORTE	5.2	QEI	Quantidade de equipamentos de impressão	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano. Incluir os equipamentos utilizados nos contratos de serviços de impressão e reprografia. A unidade responsável pela informação é a executora do contrato ou a gestora das impressoras.	Equipamentos de impressão	Anual	Preencher	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano
SETIC/SUPOORTE	5.3	QIP	Quantidade de impressões per capita	Quantidade de impressões em relação ao total do corpo funcional do órgão. QIP: QI / FTT QI - Quantidade de impressões, conforme item 5.1; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Impressões / Corpo funcional	Anual	Cálculo automático	-
SETIC/SUPOORTE	5.4	GCI	Gasto com contratos de terceirização de impressão	Despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (outsourcing) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel fornecido pela contratada, conforme o contrato). Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Anual	Preencher	Mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

6. Energia Elétrica



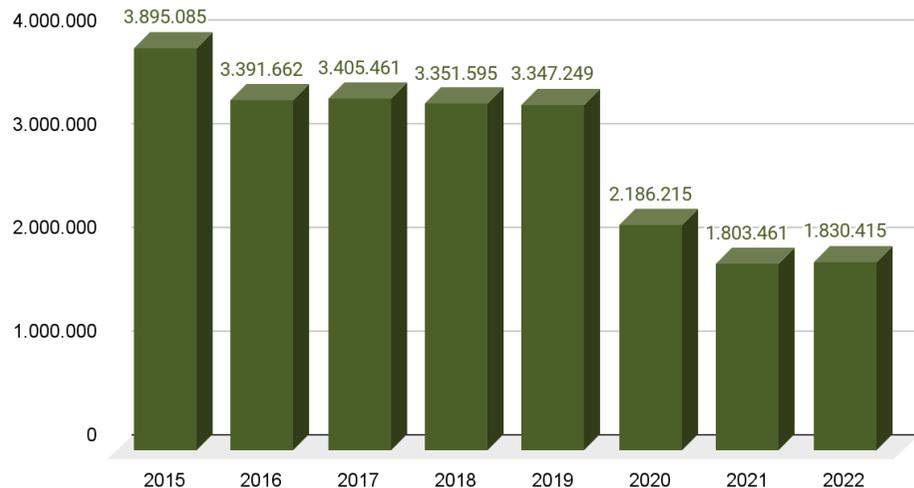
7 - Energia limpa e acessível;

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto.

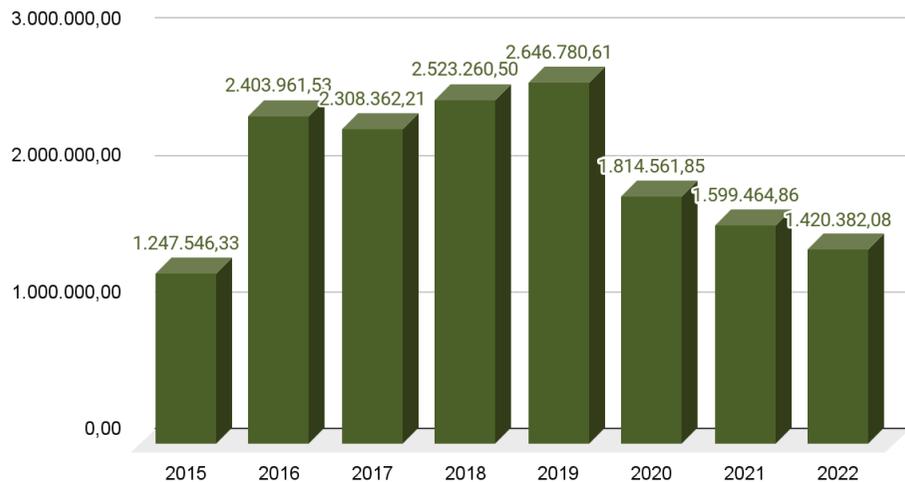
Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de energia elétrica (kWh)



Consumo de energia elétrica (kWh): 2015: 3.895.085 / 2016: 3.391.662 / 2017: 3.405.461 / 2018: 3.351.595 / 2019: 3.347.249 / 2020: 2.186.215 / 2021: 1.803.461 / 2022: 1.830.415 (dados parciais).

Gasto com energia elétrica



Gasto com energia elétrica: 2015: R\$ 1.247.546,33 / 2016: R\$ 2.403.961,53 / 2017: R\$ 2.308.362,21 / 2018: R\$ 2.523.260,50 / 2019: R\$ 2.646.780,61 / 2020: R\$ 1.814.561,85 / 2021: R\$ 1.599.464,86 / 2022: R\$ 1.420.382,08 (dados parciais).

Energia elétrica								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	7 - Energia acessível e limpa 12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o uso de energia.							
Metas								
2023	Reduzir o consumo de energia em 2% no ano de 2023.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	6.1	CEE	Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	kWh	Mensal	Preencher	Fatura
CMAN	6.2	CRE	Consumo de energia elétrica por m ²	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão. CRE: CEE / m ² Total CEE - Consumo de energia elétrica, conforme item 6.1; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	kWh / m ²	Mensal	Cálculo automático	-
CMAN	6.3	GEE	Gasto com energia elétrica	Valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Fatura
CMAN	6.4	GRE	Gasto com energia elétrica por m ²	Valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRE: GEE / m ² Total GEE - Gasto com energia elétrica, conforme item 6.3; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	Reais / m ²	Mensal	Cálculo automático	-
CMAN	6.5		Uso de energia alternativa	Uso de energia alternativa ou renovável. A energia alternativa ou renovável é aquela gerada por fontes renováveis e que não emitem poluentes na atmosfera. As principais fontes alternativas de energia são: energia solar, eólica, maremotriz e geotérmica.	Não se aplica	Mensal	Indicar se utiliza fonte alternativa de energia e qual(is)	-

	6.6	NT	Negociação tarifária	<p>Verificar se o órgão possui iniciativas de negociação de melhores tarifas com a concessionária de energia elétrica ou se promove ações que resultam em redução dos gastos com energia.</p> <p>Deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:</p> <p>a) se o órgão possui tratativas com as concessionárias de energia, no sentido de utilizar tarifas com critérios de economicidade, como tarifas verdes, contratação com tarifa hora sazonal (Exemplos: contratação para uso em horário de “ponta”, “fora de ponta”) ou outros critérios como geração de energia renovável (fotovoltaico, eólico). Não devem ser consideradas campanhas e práticas de redução de consumo;</p> <p>b) quais são as tratativas ou ações (preencher no campo observação).</p>	Não se aplica	Anual	Responder	Negociação
--	-----	----	----------------------	---	---------------	-------	-----------	------------

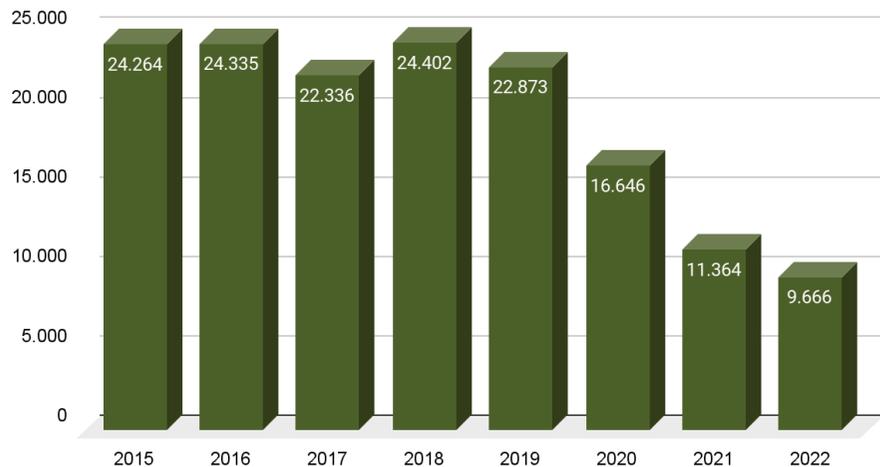
7. Água e esgoto



6 - Água potável e saneamento;
12 - Consumo e produção responsáveis.

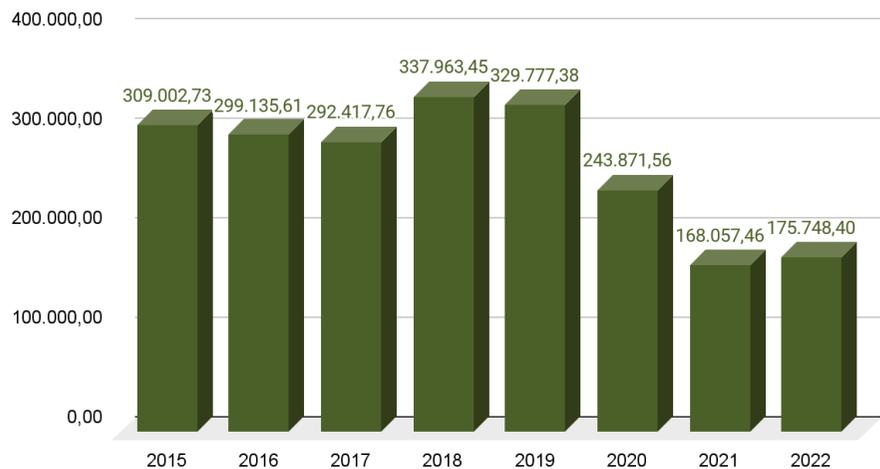
O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água e esgoto para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de água (m³)



Consumo de água (m³): 2015: 24.264 / 2016: 24.335 / 2017: 22.336 / 2018: 24.402 / 2019: 22.873 / 2020: 16.646 / 2021: 11.364 / 2022: 9.666 (dados parciais).

Gasto com água



Gasto com água: 2015: R\$ 309.002,73 / 2016: R\$ 299.135,61 / 2017: R\$ 292.417,76 / 2018: R\$ 337.963,45 / 2019: R\$ 329.777,38 / 2020: R\$ 243.871,56 / 2021: R\$ 168.057,46 / 2022: 175.748,40 (dados parciais).

Água e esgoto								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água.							
Metas								
2023	Reduzir o consumo de água e esgoto em 1% no ano de 2023.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	7.1	CA	Consumo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária.	Metros cúbicos (m ³)	Mensal	Preencher	Fatura
CMAN	7.2	CRA	Consumo de água por m ²	Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão. CRA = CA / (m ² Total) CA - Consumo de água, conforme item 7.1; m ² Total - Área total em metros quadrados, conforme item 1.15.	Metros cúbicos de água (m ³) / Metro quadrado de área (m ²)	Mensal	Cálculo automático	-
CMAN	7.3	GA	Gasto com água	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Fatura
CMAN	7.4	GRA	Gasto com água por m ²	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRA = GA / (m ² Total) GA - Gasto com água, conforme item 7.3; m ² Total - Total da Área Construída, conforme item 1.15.	Reais / m ²	Mensal	Cálculo automático	-

8. Gestão de resíduos



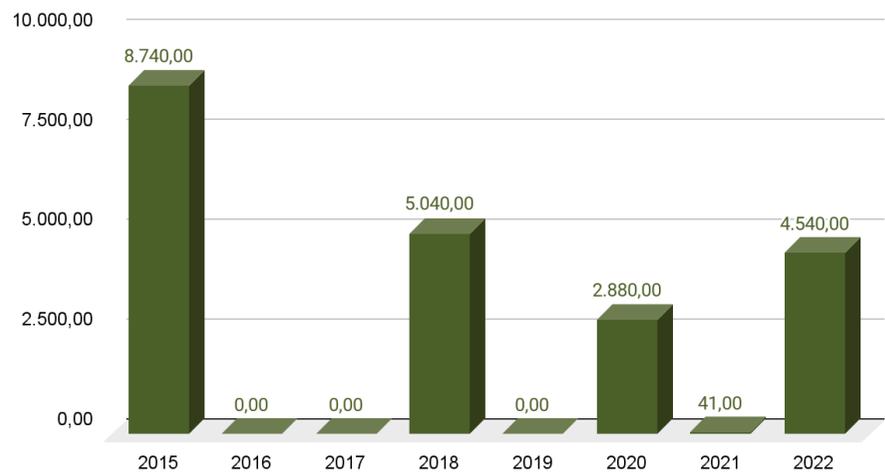
11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

Os resíduos gerados no TRT da 12ª Região possuem a seguinte separação e destinação:

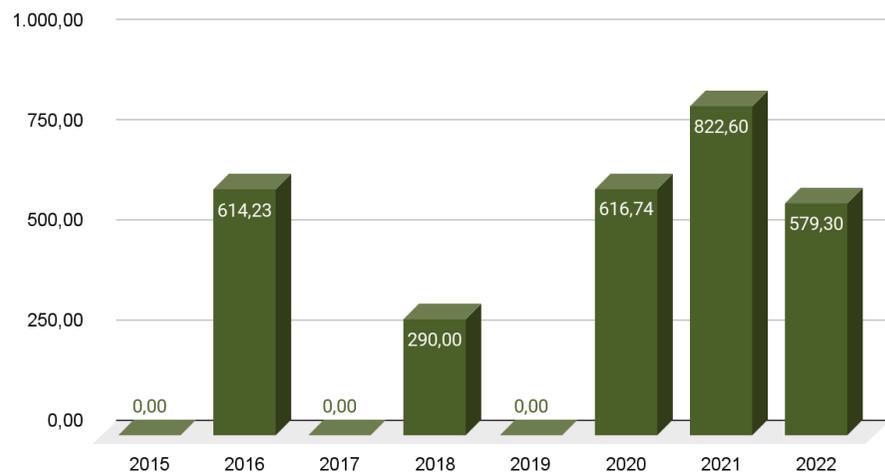
Resíduo		Destinação
Resíduos Perigosos		Contratação de empresa especializada no transporte e destinação ambientalmente adequada. Logística reversa para lâmpadas.
Resíduos de Obras		De responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra.
Resíduos de Informática		Doação a entidades com fins de inclusão digital.
Rejeitos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
Papéis	Diversos	Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
	Eliminação de autos findos	Doação direta às cooperativas de catadores, com sua destruição imediata
Demais Resíduos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.

Destinação de resíduos de papel (kg)



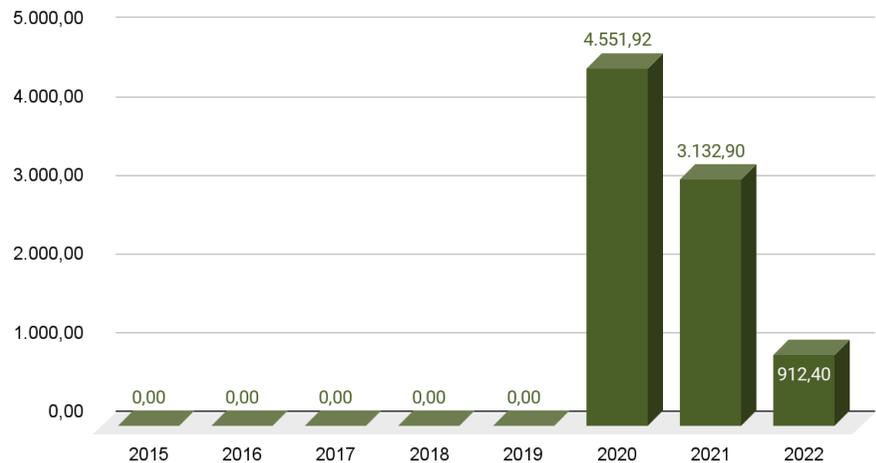
Destinação de resíduos de papel (kg): 2015: 8.740,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 5.040,00 / 2019: 0,00 / 2020: 2.880,00 / 2021: 41,00 / 2022: 4.540,00 (dados parciais).

Destinação de resíduos de plásticos (kg)



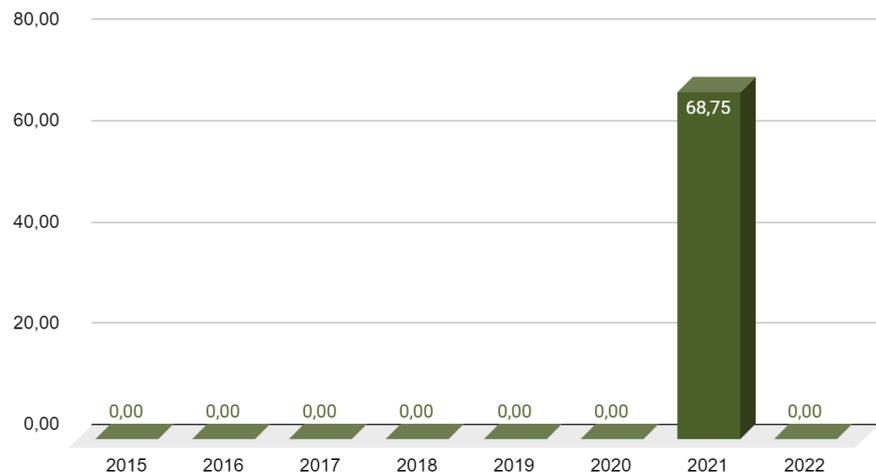
Destinação de resíduos de plásticos (kg): 2015: 0,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 290,00 / 2019: 0,00 / 2020: 616,74 / 2021: 822,60 / 2022: 579,30 (dados parciais).

Destinação de resíduos de metais (kg)



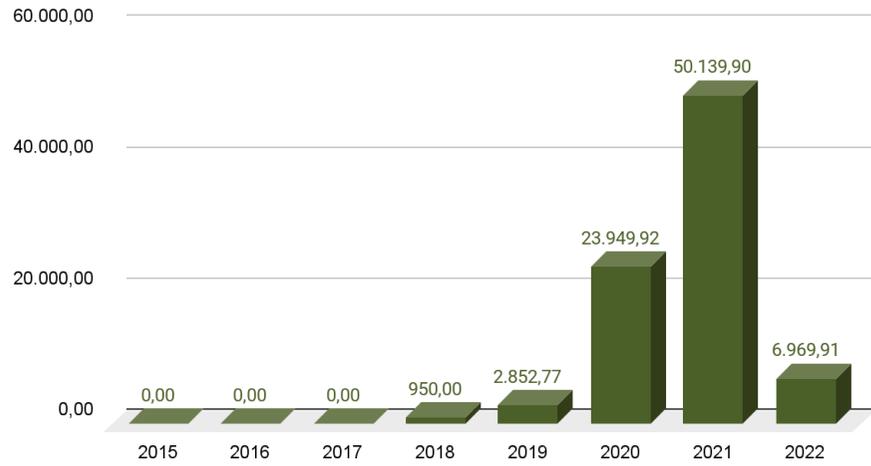
Destinação de resíduos metais (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 0,00 / 2019: 0,00 / 2020: 4.551,92 / 2021: 3.132,90 / 2022: 912,40 (dados parciais).

Destinação de resíduos de vidros (kg)



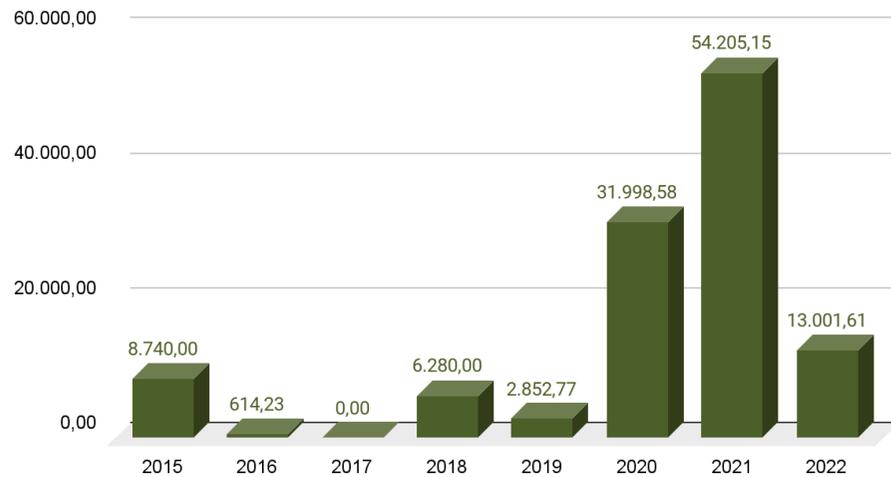
Destinação de resíduos de vidros (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 0,00 / 2019: 0,00 / 2020: 0,00 / 2021: 68,75 / 2022: 0,00 (dados parciais).

Coleta geral (kg)



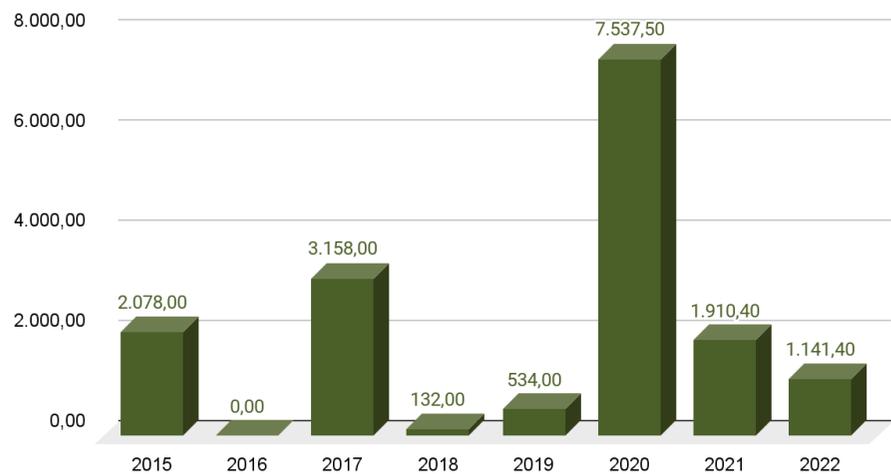
Coleta geral (kg): 2015: 0,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 950,00 / 2019: 2.852,77 / 2020: 23.949,92 / 2021: 50.139,90 / 2022: 6.969,91 (dados parciais).

Total de materiais destinados à reciclagem (kg)



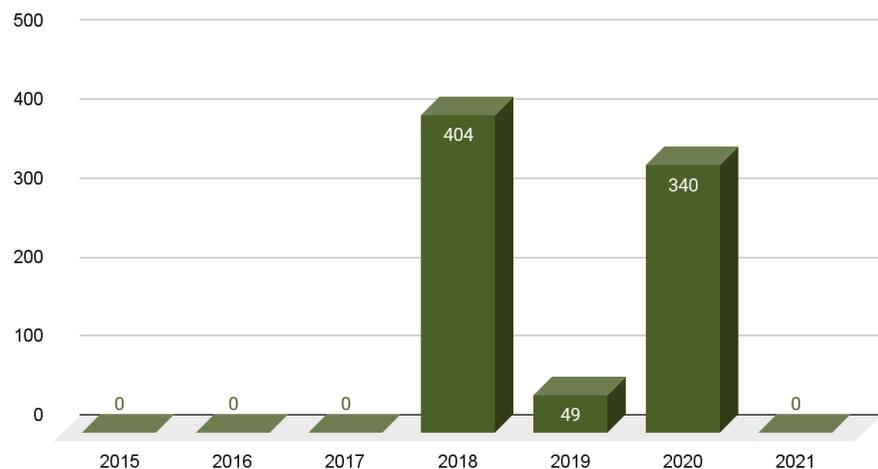
Total de materiais destinados à reciclagem (kg): 2015: 8.740,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 6.280,00 / 2019: 2.852,77 / 2020: 31.998,58 / 2021: 54.205,15 / 2022: 13.001,61 (dados parciais).

Destinação de resíduos eletroeletrônicos (kg)



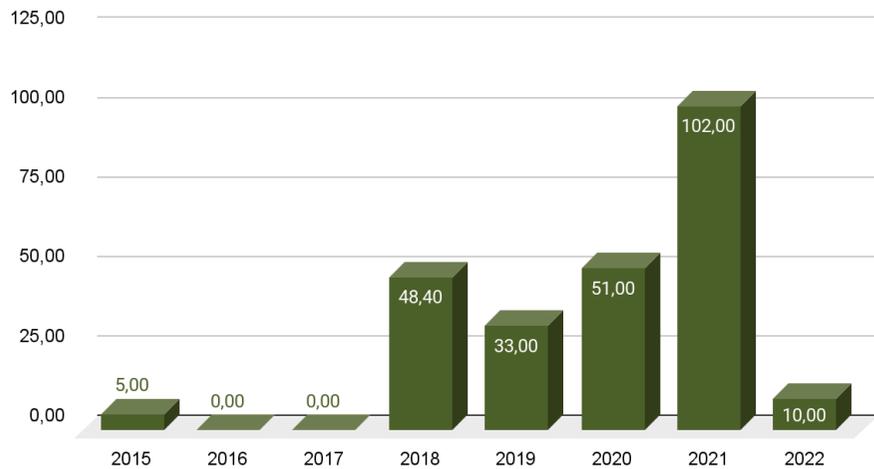
Destinação de resíduos eletroeletrônicos (kg): 2015: 2.078,00 / 2016: 0,00 / 2017: 3.158,00 / 2018: 132,00 / 2019: 534,00 / 2020: 7.537,50 / 2021: 1.910,40 / 2022: 1.141,40 (dados parciais).

Destinação de resíduos de suprimentos de impressão



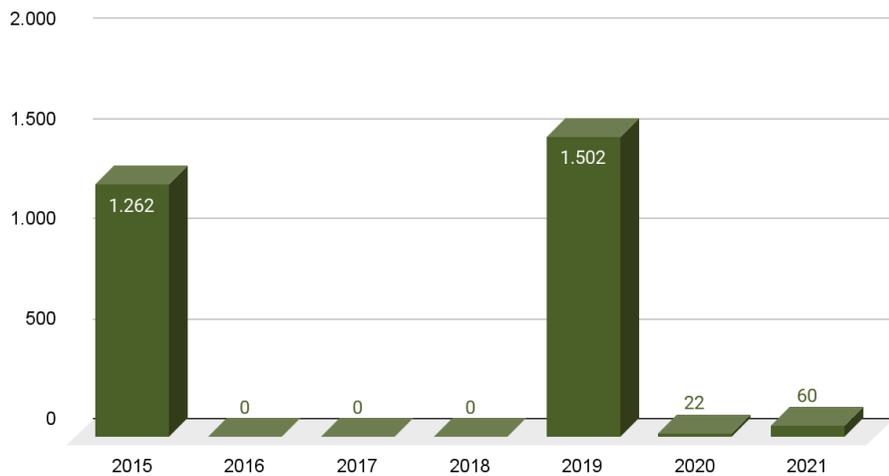
Destinação de resíduos de suprimentos de impressão: 2015: 0 / 2016: 0 / 2017: 0 / 2018: 404 / 2019: 49 / 2020: 340 / 2021: 0.

Destinação de resíduos de pilhas e baterias (kg)



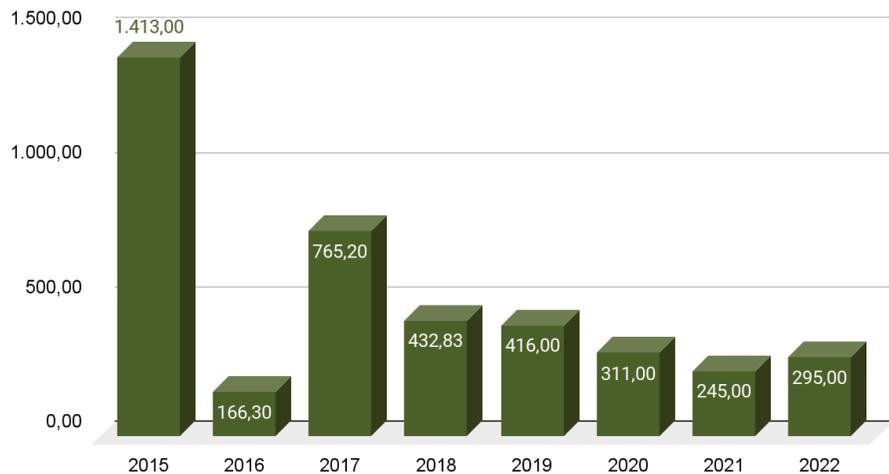
Destinação de resíduos de pilhas e baterias (kg): 2015: 5,00 / 2016: 0,00 / 2017: 0,00 / 2018: 48,40 / 2019: 33,00 / 2020: 51,00 / 2021: 102,00 / 2022: 10,00 (dados parciais).

Destinação de resíduos de lâmpadas (número de lâmpadas)



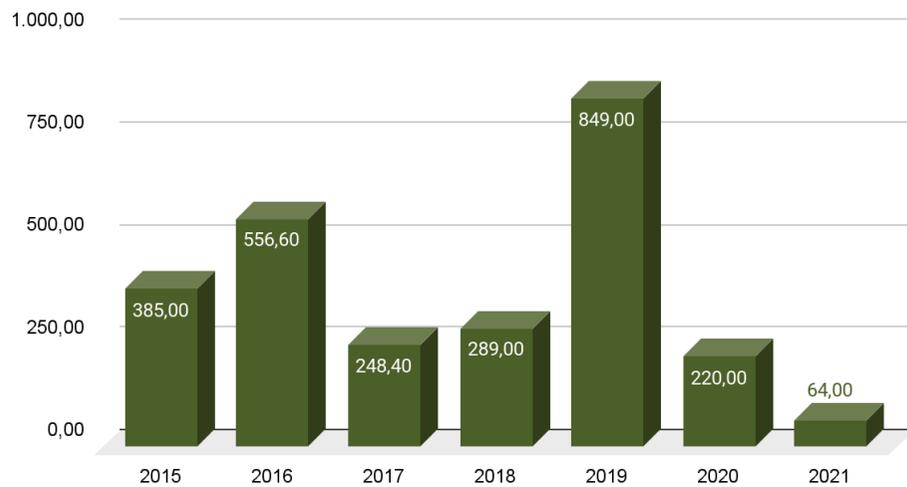
Destinação de resíduos de lâmpadas (número de lâmpadas): 2015: 1.262 / 2016: 0 / 2017: 0 / 2018: 0 / 2019: 1.502 / 2020: 22 / 2021: 60.

Destinação de resíduos de saúde



Destinação de resíduos de saúde: 2015: 1.413,00 / 2016: 166,30 / 2017: 765,20 / 2018: 432,83 / 2019: 416,00 / 2020: 311,00 / 2021: 245,00 / 2022: 295,00 (dados parciais).

Destinação de resíduos de obras e reformas



Destinação de resíduos de obras e reformas: 2015: 385,00 / 2016: 556,60 / 2017: 248,40 / 2018: 289,00 / 2019: 849,00 / 2020: 220,00 / 2021: 64,00.

Gestão de resíduos									
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	11 - Cidades e comunidades sustentáveis								
Objetivo	Realizar o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação.								
Metas									
2023	Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em Florianópolis.								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
CSG SEGED CMLOG	8.1	DPa	Destinação de resíduos de papel	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
CSG SEGED CMLOG	8.2	DPI	Destinação de resíduos de plásticos	Quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
CSG CMLOG	8.3	DMT	Destinação de resíduos de metais	Quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
CSG CMLOG	8.4	DVd	Destinação de resíduos de vidros	Quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
CSG CMLOG	8.5	CGe	Coleta geral	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais, ou seja, quando a única separação for entre “orgânicos” e “recicláveis”.	Quilogramas (kg)	Mensal	Preencher	Destinação	
CSG SEGED CMLOG	8.6	TMR	Total de materiais destinados à reciclagem	Soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras. MR = DPA + DPL + DMT + DVD + CGe DPA = Destinação de papel para reciclagem, conforme item 8.1; DPL = Destinação de plásticos para reciclagem, conforme item 8.2; DMT = Destinação de metais para reciclagem, conforme item 8.3 DVD = Destinação de vidros para reciclagem, conforme item 8.4;	Quilogramas (kg)	Mensal	Cálculo automático	-	

				CGe = Coleta geral, conforme item 8.5.				
SETIC/SUPORTE CMLOG	8.7	DEI	Destinação de resíduos eletroeletrônicos	Quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou outra destinação correta. Excluem-se os cartuchos e toners que são específicos para impressão, já contemplados no indicador 8.8.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
CMLOG	8.8	DImp	Destinação de resíduos de suprimentos de impressão	Quantidade de suprimentos de impressão (carças, toners, cartuchos, fotocondutores) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem. Na ausência dessas empresas na localidade, os resíduos Devem ser doados com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso. Devem ser considerados os resíduos de impressoras próprias e locadas (outsourcing).	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
CMAN CMLOG	8.9	DPB	Destinação de resíduos de pilhas e baterias	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação
CMAN CMLOG	8.10	DLp	Destinação de resíduos de lâmpadas	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.	Número de lâmpadas	Anual	Preencher	Destinação
SAUDE	8.11	DRS	Destinação de resíduos de saúde	Quantidade total de resíduos de serviços de encaminhados para descontaminação e tratamento, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.	Litros	Anual	Preencher	Destinação
CPO CMAN	8.12	DOB	Destinação de resíduos de obras e reformas	Quantidade de resíduos de obra ou de reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil, inclusive os encaminhados para reuso.	Quilogramas (kg)	Anual	Preencher	Destinação

9. Reformas e construções

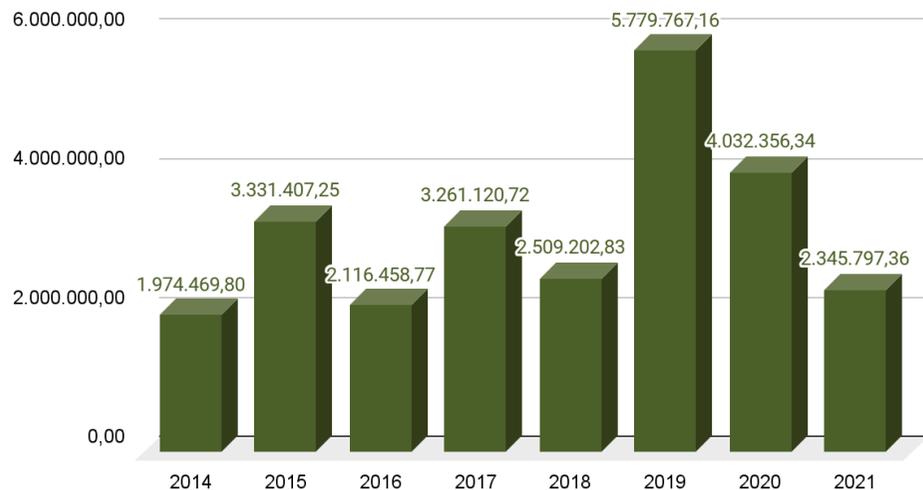


11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2020 e suas alterações. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com reformas



Gasto com reformas: 2014: R\$ 1.974.469,80 / 2015: R\$ 3.331.407,25 / 2016: R\$ 2.116.458,77 / 2017: R\$ 3.261.120,72 / 2018: R\$ 2.509.202,83 / 2019: R\$ 5.779.767,16 / 2020: R\$ 4.032.356,34 / 2021: 2.345.797,36.

Reformas e construções

Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar os gastos relacionados a reformas e construções.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CPO CMAN	9.1	GRef	Gastos com reformas no período-base	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção, utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios, que devem ser considerados no item 9.2. Considera-se a data de realização das reformas.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização
CPO	9.2	GConst	Gastos com construção de novos edifícios no período-base	Corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios no período-base.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização

10. Limpeza

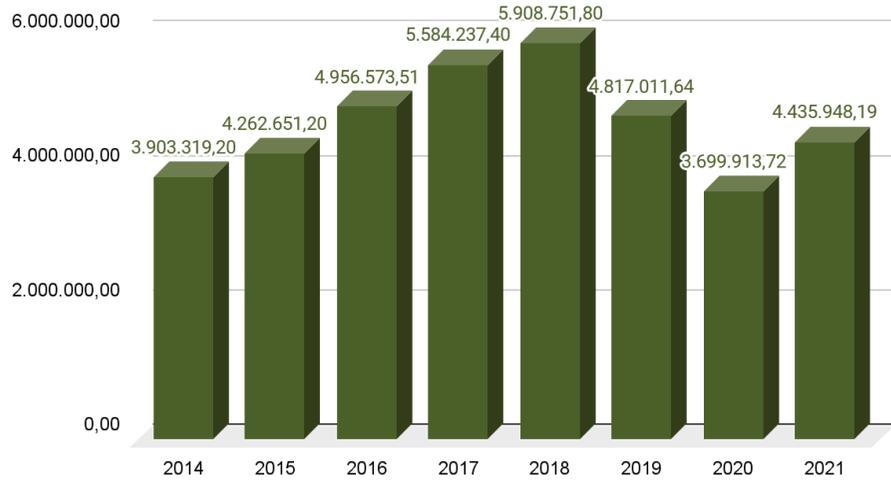


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

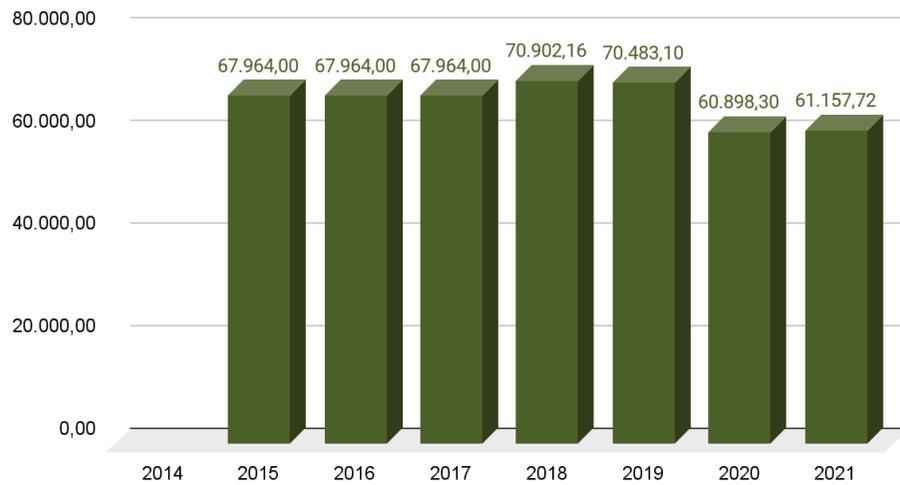
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gasto com contratos de limpeza



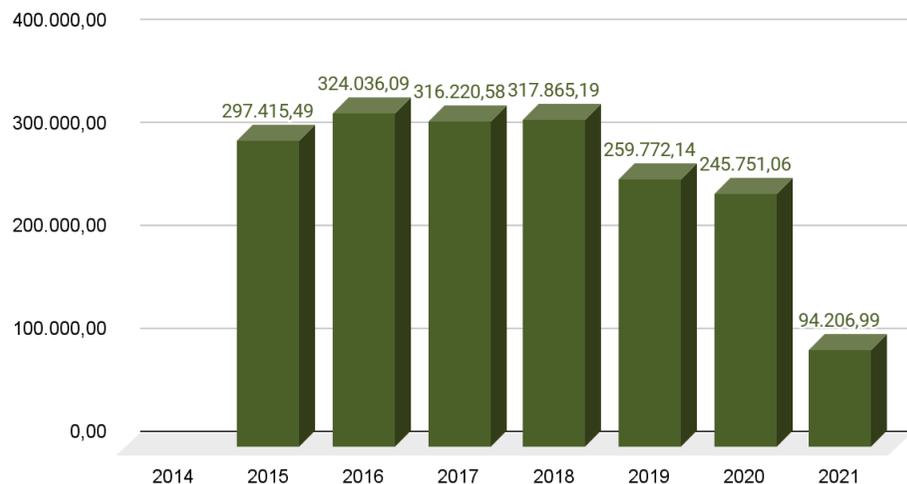
Gasto com contratos de limpeza: 2014: R\$ 3.903.319,20 / 2015: R\$ 4.262.651,20 / 2016: R\$ 4.956.573,51 / 2017: R\$ 5.584.237,40 / 2018: R\$ 5.908.751,80 / 2019: R\$ 4.817.011,64 / 2020: R\$ 3.699.913,72 / 2021: 4.435.948,19.

Área contratada (m²)



Área contratada (m²): 2015: 67.964,00 / 2016: 67.964,00 / 2017: 67.964,00 / 2018: 70.902,16 / 2019: 70.483,10 / 2020: 60.898,30 / 2021: 61.157,72.

Gasto com material de limpeza



Gasto com material de limpeza: 2015: R\$ 297.415,49 / 2016: R\$ 324.036,09 / 2017: R\$ 316.220,58 / 2018: R\$ 317.865,19 / 2019: R\$ 259.772,14 / 2020: R\$ 245.751,06 / 2021: R\$ 94.206,99.

Limpeza									
Eixo		Sustentabilidade							
ODS		12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo		Monitorar e otimizar os gastos relacionados aos serviços de limpeza.							
Área(s) Responsável(is)		Indicador CNJ		Definição		Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG		10.1	GLB	Gastos com contratos de limpeza no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
CSG		10.2	m ² Cont	Área contratada	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.	m ²	Anual	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos

CSG	10.3	GRL	Gasto com contratos limpeza por m ²	Despesa total realizada com o contrato de limpeza dos órgãos em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m ² dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base. GRL = $GRL = (GLB / m^2 \text{ Cont})$ GLB - Gastos com contratos de limpeza no período-base, conforme item 10.1; m ² Cont - Área contratada, conforme item 10.2.	Reais / m ²	Anual	Cálculo automático	-
CMLOG	10.4	GML	Gasto com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 10.1. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Anual	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

11. Vigilância

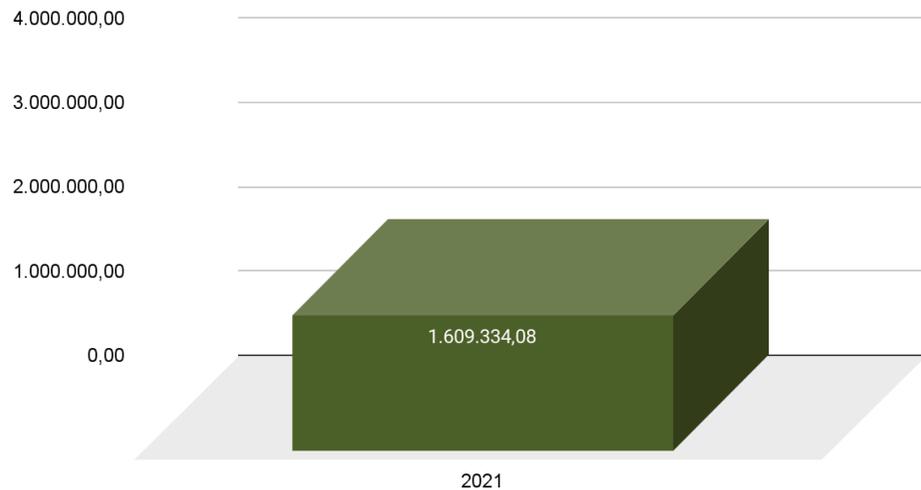


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos, horários, armada e desarmada).

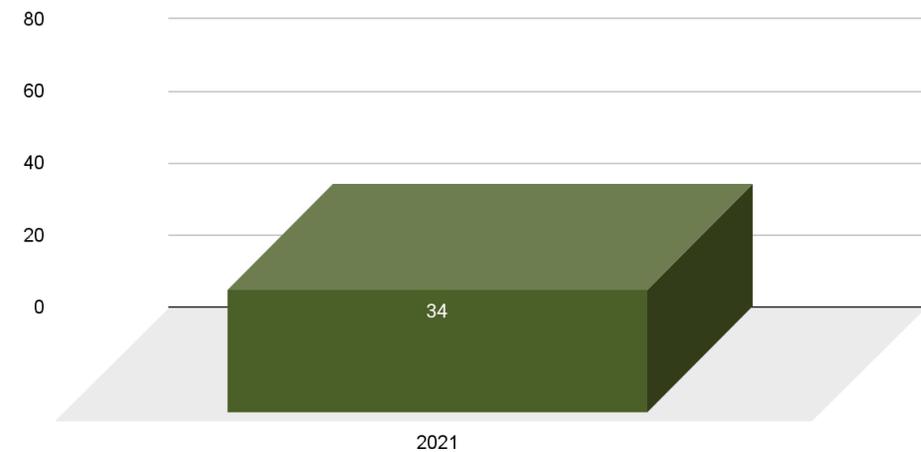
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada



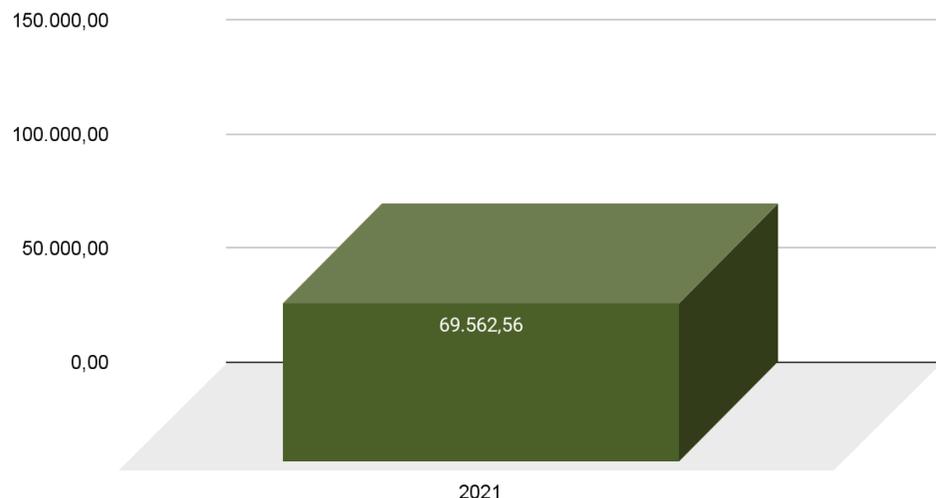
Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada: 2021: R\$ 1.609.334,08.

Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada (número de trabalhadores)



Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada (número de trabalhadores): 2021: 34.

Gasto com contrato de vigilância eletrônica



Gasto com contrato de vigilância eletrônica: 2021: R\$ 69.562,56.

Vigilância									
Eixo		Sustentabilidade							
ODS		12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo		Monitorar e otimizar as despesas relacionadas aos serviços de vigilância.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SSI	11.1	GV	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento	
SSI	11.2	QPV	Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de	Quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância ao final do período-base.	Número de trabalhadores	Anual	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos	

			vigilância armada e desarmada					
SSI	11.3	GRV	Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada	Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação à quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância. GmV = (GV / QPV) GV - Gastos com contratos de vigilância: conforme item 11.1. QPV - Quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância: conforme item 11.2.	Reais / Número de trabalhadores	Anual	Cálculo automático	-
SSI	11.4	GVe	Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

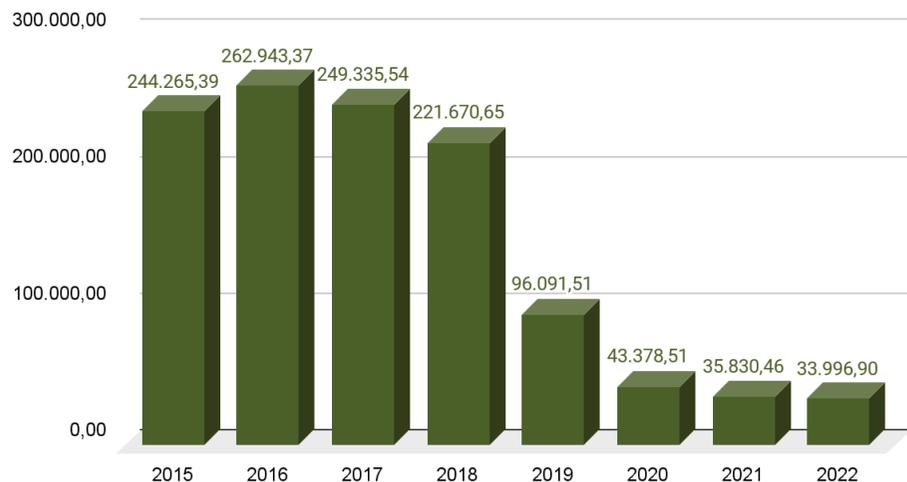
12. Telefonia



12 - Consumo e produção responsáveis.

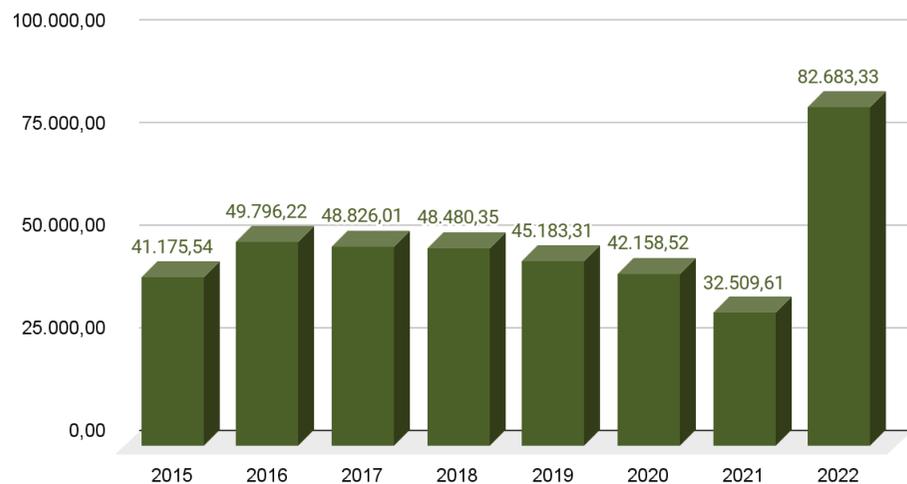
O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação). Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com telefonia fixa



Gasto com telefonia fixa: 2015: R\$ 244.265,39 / 2016: R\$ 262.943,37 / 2017: R\$ 249.335,54 / 2018: R\$ 221.670,65 / 2019: R\$ 96.091,51 / 2020: R\$ 43.378,51 / 2021: R\$ 36.104,91. / 2022: 33.996,90 (dados parciais).

Gasto com telefonia móvel



Gasto com telefonia móvel: 2015: R\$ 41.175,54 / 2016: R\$ 49.796,22 / 2017: R\$ 48.826,01 / 2018: R\$ 48.480,35 / 2019: R\$ 45.183,31 / 2020: R\$ 42.158,52 / 2021: R\$ 32.509,61. / 2022: 82.683,33 (dados parciais).

Telefonia								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar e racionalizar os consumos e gastos com serviços de telefonia.							
Metas								
2023	Diminuir 1% dos valores gastos com consumo (minutagem) na telefonia fixa em relação ao consumo registrado em 2022.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	12.1	GTF	Gasto com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive, tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).
CSG	12.2	LTF	Linhas Telefônicas Fixas	Quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.	Número de linhas fixas	Mensal	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos
CSG	12.3	GRTF	Gasto relativo com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRTF = (GTF / LTF) GTF - Gasto total com telefonia fixa, conforme item 12.1; LTF - Linhas telefônicas fixas, conforme item 12.2.	Reais / Número de linhas telefônicas fixas	Mensal	Cálculo automático	-
CSG	12.4	GTM	Gasto com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual

								a fatura correspondente).
CSG	12.5	LTM	Linhas Telefônicas Móveis	Quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas) e a quantidade de linhas que recebem reembolso.	Número de linhas móveis	Mensal	Preencher	Contratos e/ou termos aditivos
CSG	12.6	GRTM	Gasto relativo com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde). GRTM = (GTM / LTM) GTM - Gasto com telefonia móvel, conforme item 12.4; LTM - Linhas telefônicas móveis, conforme item 12.5.	Reais / Número de linhas telefônicas móveis	Mensal	Cálculo automático	-

13. Veículos

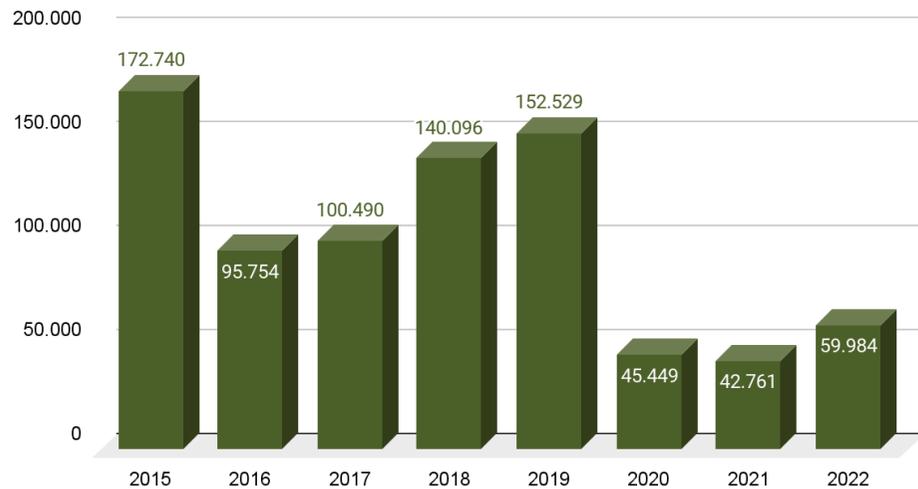


12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. O monitoramento visa à racionalidade do serviço no sentido de:

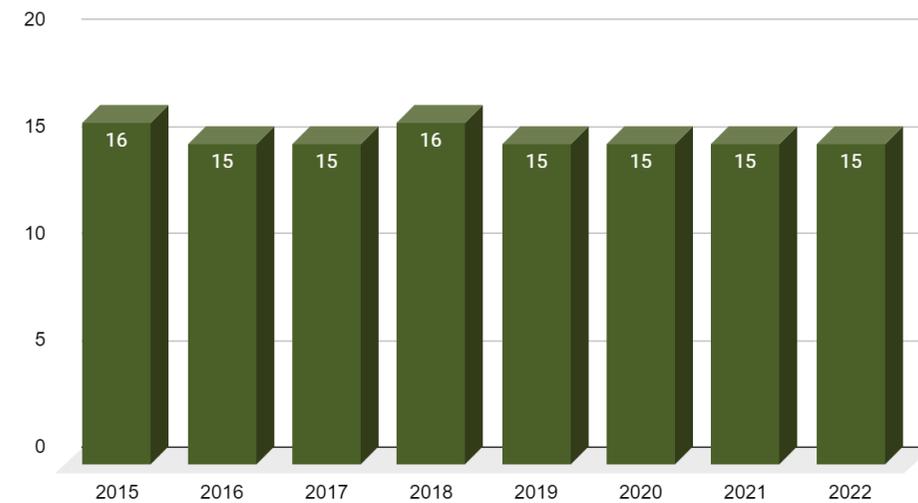
- avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço;
- avaliar a diminuição da quantidade total de veículos;
- aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso;
- diminuir o gasto relativo com manutenções.

Quilometragem



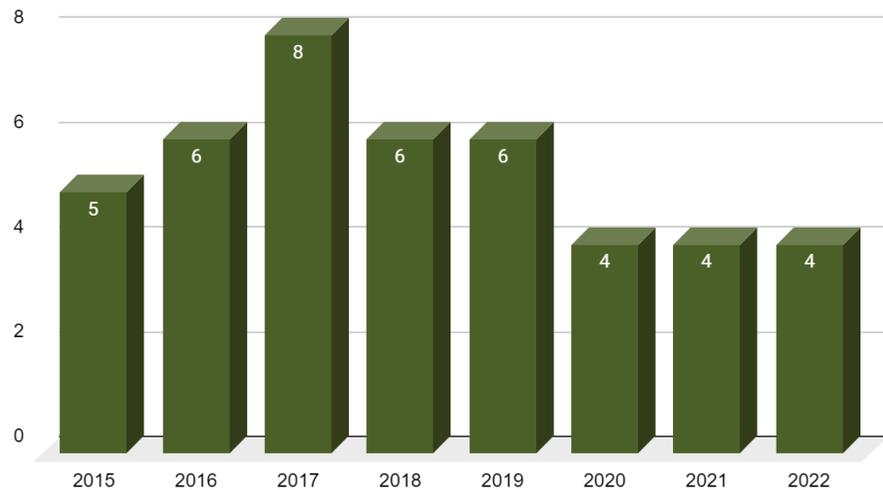
Quilometragem: 2015: 172.740 / 2016: 95.754 / 2017: 100.490 / 2018: 140.096 / 2019: 152.529 / 2020: 45.449 / 2021: 42.761 / 2022: 59.984 (dados parciais).

Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex



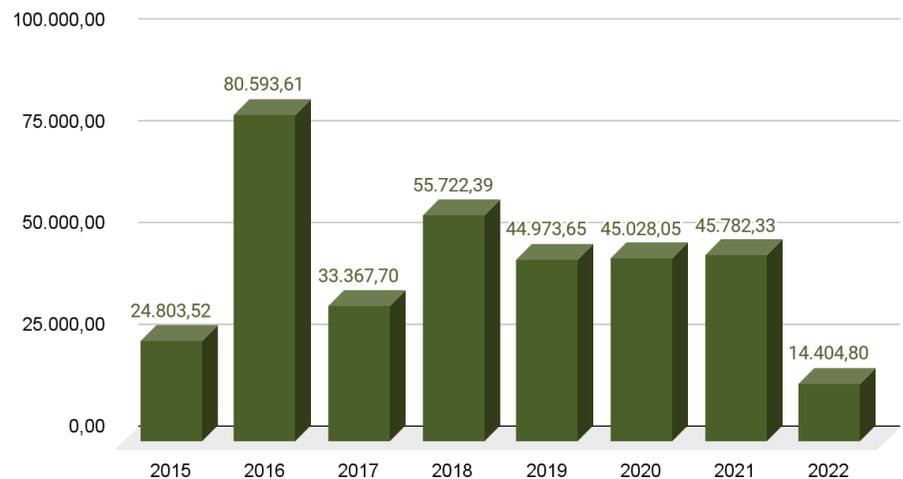
Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex: 2015: 16 / 2016: 15 / 2017: 15 / 2018: 16 / 2019: 15 / 2020: 15 / 2021: 15 / 2022: 15 (dados parciais).

Quantidade de veículos a diesel



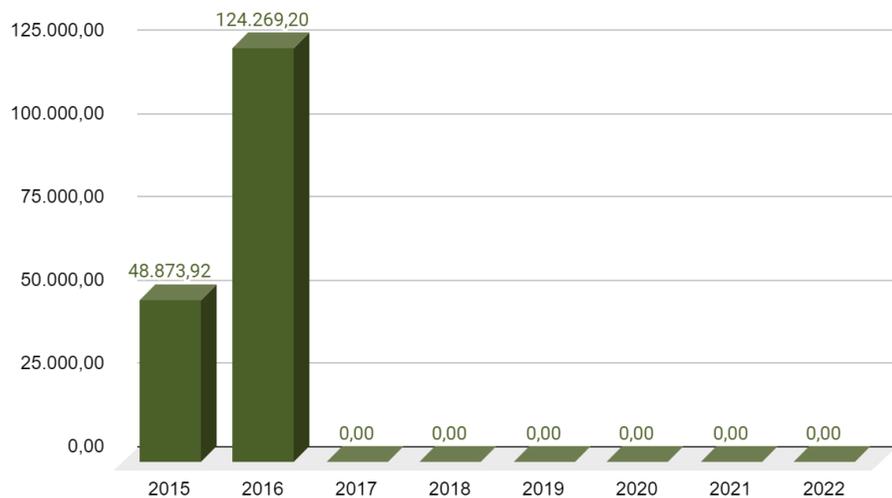
Quantidade de veículos a diesel: 2015: 5 / 2016: 6 / 2017: 8 / 2018: 6 / 2019: 6 / 2020: 4 / 2021: 4 / 2022: 4 (dados parciais).

Gasto com manutenção de veículos



Gasto com manutenção de veículos: 2015: R\$ 24.803,52 / 2016: R\$ 80.593,61 / 2017: R\$ 33.367,70 / 2018: R\$ 55.722,39 / 2019: R\$ 44.973,65 / 2020: R\$ 45.028,05 / 2021: R\$ 45.782,33 / 2022: R\$ 14.404,80 (dados parciais).

Gasto com contrato de motoristas



Gasto com contratos de motoristas: 2015: R\$ 48.873,92 / 2016: R\$ 124.269,20 / 2017: R\$ 0,00 / 2018: R\$ 0,00 / 2019: R\$ 0,00 / 2020: R\$ 0,00 / 2021: R\$ 0,00 / 2022: R\$ 0,00.

Veículos									
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis								
Objetivo	Monitorar as despesas com veículos.								
Metas									
2023	Reduzir 1% as despesas com veículos em 2023.								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SSI	13.1	Km	Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Quilômetros (km)	Anual	Preencher	Quilometragem	
SSI	13.2	VGEF	Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente à gasolina, etanol e flex existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos movidos	

									exclusivamente à gasolina, etanol e flex existentes no órgão ao final do período-base
SSI	13.3	VD	Quantidade de veículos a diesel	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente à diesel existentes no órgão ao final do período-base	
SSI	13.4	VAlt	Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a energia solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Número de veículos	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos movidos exclusivamente a energia solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base	
SSI	13.5	QVe	Quantidade de veículos	Quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço e veículos destinados a magistrados(as), sejam próprios ou locados. A quantidade total de veículos (QVe) deve coincidir com a soma da quantidade de veículos de serviço (QVS) e a quantidade de veículos de magistrados(as) (QVM).	Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-	

				<p>QVe = VGEF + VD + VAlt VGEF - Veículos a gasolina, etanol e flex, conforme item 13.2; VD - Veículos a diesel, conforme item 13.3; VAlt - Veículos alternativos, conforme item 13.4.</p>				
SSI	13.6	QVS	Quantidade de veículos de serviço	Total de veículos do órgão, próprios ou locados, exceto os utilizados para locomoção dos magistrados(as).	Número de veículos de serviço	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos do órgão, próprios ou locados, exceto os utilizados para locomoção dos magistrados (as)
SSI	13.7	UVS	Usuários por veículo de serviço	<p>Quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados.</p> <p>$UVS = (Serv + TFaux) / QVS$ Serv - Total de servidores(as), conforme item 1.5; TFaux - Total da força de trabalho auxiliar, conforme item 1.13; QVS - Quantidade de veículos de serviço, conforme item 13.6.</p>	Número de usuários / Número de veículos de serviço	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.8	QVM	Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados(as)	Total de veículos do órgão, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as). Excluem-se os veículos já computados no item 13.6.	Número de veículos de magistrado(a)	Anual	Preencher	Quantidade total de veículos do órgão, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados (as. Excluem-se os veículos já computados

								no item 13.6.
SSI	13.9	UVM	Usuários por veículo destinado à locomoção de magistrados(as)	Quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as). UVM = MagP / QVM MagP - Total de cargos de magistrados(as) providos, conforme item 1.1; QVM - Quantidade de veículos para locomoção de magistrados(as), conforme item 13.8.	Número de usuários / Número de veículos de magistrado(a)	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.10	GVM	Gasto com manutenção de veículos	Corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, lavagem, seguro contratado, licenciamento, DPVAT, IPVA, entre outros). Não devem ser considerados os gastos com combustível nem com terceirização de motoristas.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SSI	13.11	GRMV	Gasto relativo com manutenção por veículo	Despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos. GRMV = GMV / QVe GMV - Gasto com manutenção de veículos, conforme item 13.10; QVe - Quantidade de veículos, conforme item 13.5.	Reais / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.12	GCM	Gastos com contratos de motoristas	Despesa total realizada com contratos de motoristas e/ou termos aditivos durante o período-base.	Reais	Anual	Preencher	Contratos de motoristas e/ou termos aditivos
SSI	13.13	GRCM	Gasto com contrato de motoristas por veículo	Despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos. GRCM = GCM / QVe GCM - Gasto com contratos de motoristas, conforme item 13.12; QVe - Quantidade de veículos, conforme item 13.5.	Reais / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-
SSI	13.14	GCV	Gasto com contratos de agenciamento	Despesa total realizada com contratos de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

			de transporte terrestre					
--	--	--	----------------------------	--	--	--	--	--

14. Combustível



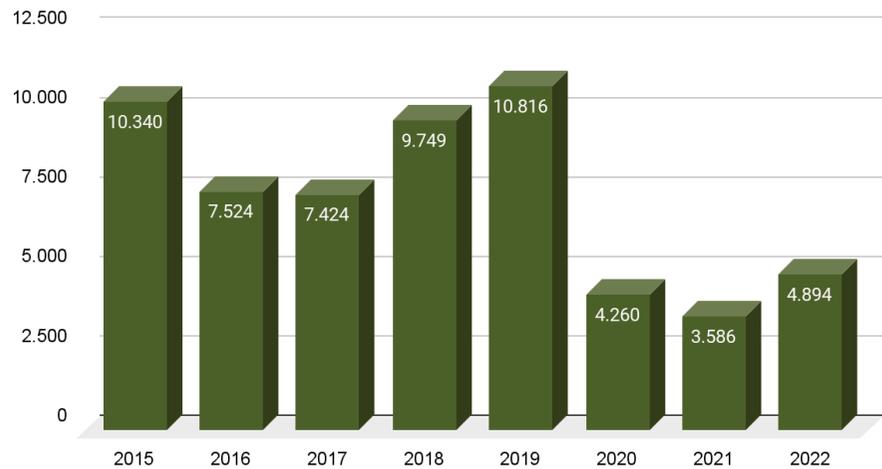
12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. O monitoramento dos dados pode indicar:

- a necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo;
- a necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis;
- o aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

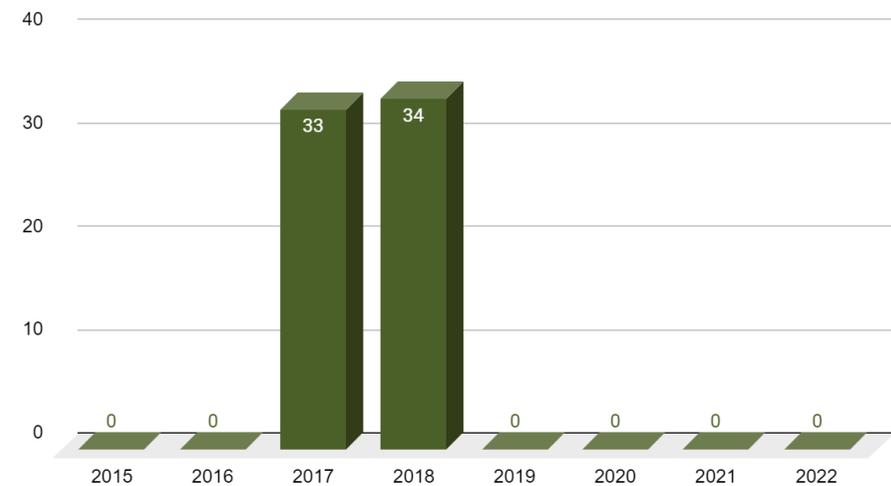
Não deve ser computado o combustível utilizado em outros equipamentos como bombas e geradores.

Consumo de gasolina (Litro)



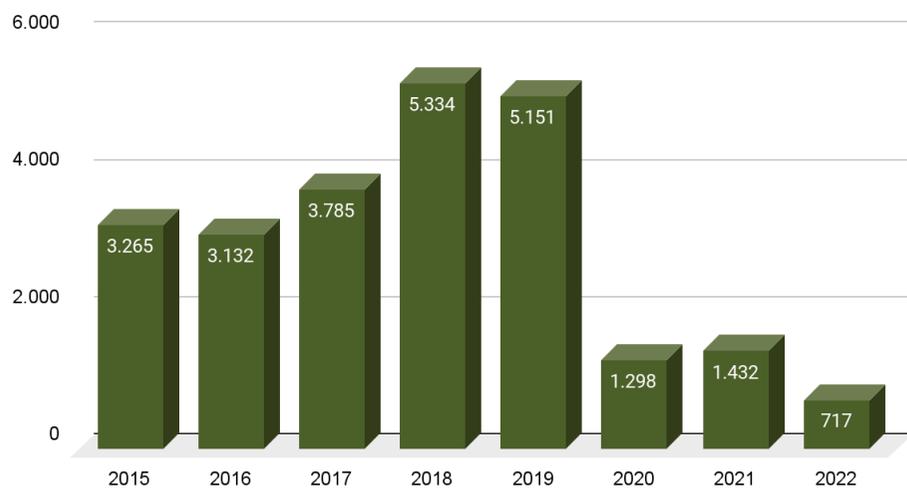
Consumo de gasolina (Litro): 2015: 10.340 / 2016: 7.524 / 2017: 7.424 / 2018: 9.749 / 2019: 10.816 / 2020: 4.260 / 2021: 3.586 / 2022: 4.894 (dados parciais).

Consumo de etanol (Litro)



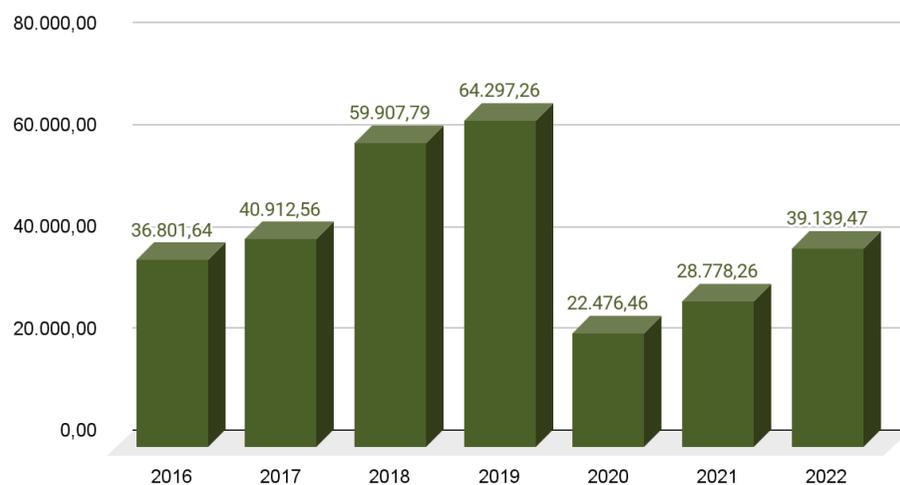
Consumo de etanol (Litro): 2015: 0 / 2016: 0 / 2017: 33 / 2018: 34 / 2019: 0 / 2020: 0 / 2021: 0 / 2022: 0 (dados parciais).

Consumo de diesel (Litro)



Consumo de diesel (Litro): 2015: 3.265 / 2016: 3.132 / 2017: 3.785 / 2018: 5.334 / 2019: 5.151 / 2020: 1.298 / 2021: 1.432 / 2022: 717 (dados parciais).

Gasto com combustível



Gasto com combustível: 2016: R\$ 36.801,64 / 2017: R\$ 40.912,56 / 2018: R\$ 59.907,79 / 2019: R\$ 64.297,26 / 2020: R\$ 22.476,46 / 2021: R\$ 28.778,26 / 2022: R\$ 39.139,47 (dados parciais).

Combustível								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar as despesas com combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.							
Metas								
2023	Reduzir 1% as despesas com combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais em 2023.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	14.1	CG	Consumo de gasolina	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos
SSI	14.2	CE	Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos
SSI	14.3	CD	Consumo de diesel	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos
SSI	14.4	CRAG	Consumo de gasolina e etanol por veículo	Quantidade relativa de litros de gasolina e etanol consumidos por cada veículo. $CRAG = (CG + CE) / VGEF$ CG - Consumo de gasolina, conforme item 14.1; CE - Consumo de etanol, conforme item 14.2;	Litro (l) / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-

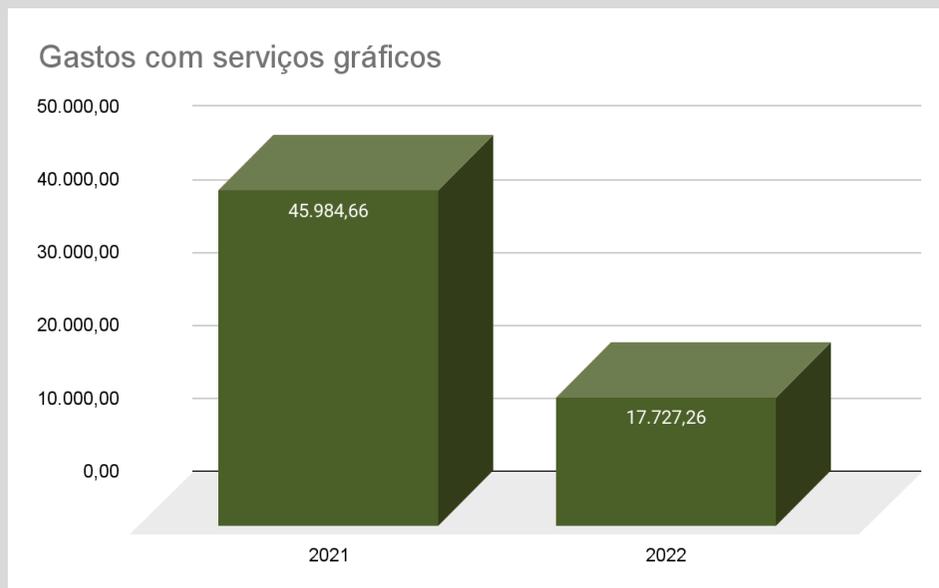
				VGEF - Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex, conforme item 13.2.				
SSI	14.5	CRD	Consumo de diesel por veículo	Quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo. CRD = CD / VD CD - Consumo de diesel, conforme item 14.3; VD - Veículos a diesel, conforme item 13.3;	Litro (l) / Número de veículos	Anual	Cálculo automático	-
SSI	14.6	GC	Gasto com combustível	Gasto com combustível para abastecimento de veículos movidos à gasolina, etanol, gasolina e etanol, diesel, Gás Natural Veicular (GNV), hidrogênio e outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

15. Apoio ao serviço administrativo



12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.



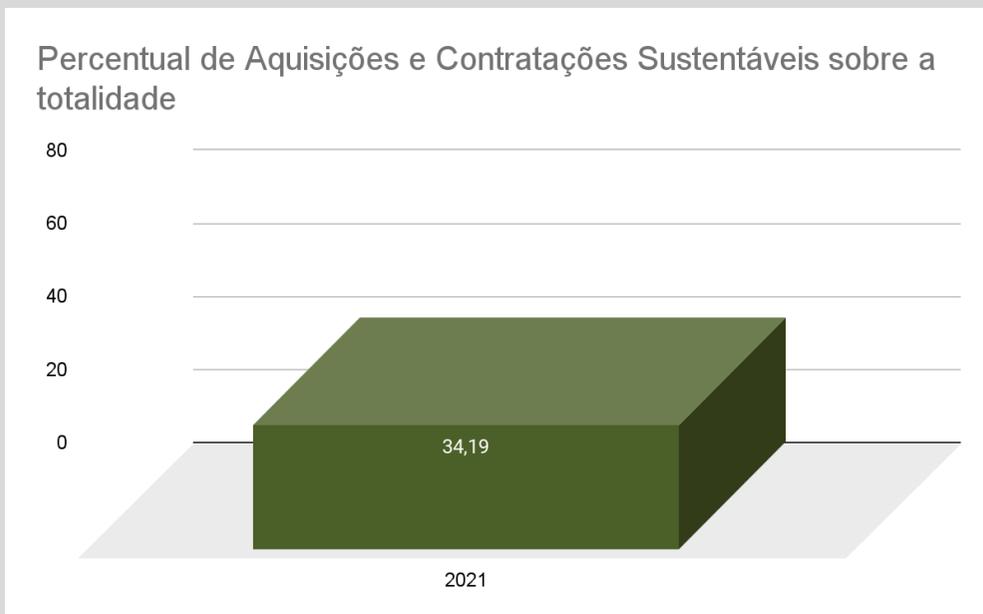
Gastos com serviços gráficos: 2021: R\$ 45.984,66 / 2022: R\$ 17.727,26 (dados parciais).

Apoio ao serviço administrativo								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	15.1	GCGráf	Gastos com serviços gráficos no período-base	Despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia, que devem ser lançados no item 5.5.	Reais	Mensal	Preencher	Despesas

16. Aquisições e contratações



12 - Consumo e produção responsáveis.



Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade: 2021: 34,19%.

Aquisições e contratações								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Objetivo	Monitorar as aquisições e contratações sustentáveis realizadas.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CLC	16.1	ACR	Aquisições e contratações realizadas no período-base	Quantidade total de contratos no período-base.	Número de contratos celebrados	Anual	Preencher	Contratos celebrados
CLC	16.2	ACS	Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critérios de sustentabilidade.	Número de contratos celebrados com critério de sustentabilidade	Anual	Preencher	Contratos celebrados com critério de sustentabilidade
CLC	16.3	PCS	Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade. $PCS = (ACS / ACR) \times 100$	Percentual	Anual	Cálculo automático	-

17. Qualidade de vida



3 - Saúde e bem-estar;

4 - Educação de qualidade;

5 - Igualdade de gênero;

10 - Redução das desigualdades;

16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Ações de qualidade de vida no trabalho: promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores. Considerar ações tais como ginástica laboral, preparação para aposentadoria, orientação nutricional, terapias alternativas, ações antitabagismo, álcool e outras drogas, entre outras.

Ações solidárias: promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade, tais como visitas a creches, orfanatos, asilos, bem como ações educacionais para terceirizados, como alfabetização, inclusão digital, ensino à distância, entre outros.

Serão contabilizadas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base. Serão consideradas participações em ações realizadas em parceria com outras instituições. Em ações de caráter continuado, tais como cursos, encontros, grupos de apoio, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa e uma única ação. Exemplo: ginástica laboral com os mesmos três participantes de uma unidade, uma vez por semana, resultará ao final do ano em apenas três participações. Da mesma forma, a ginástica laboral realizada com várias ocorrências será considerada como uma única ação.

Qualidade de vida								
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
Objetivo	Monitorar e estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SAUDE BIBLIOTECA	17.1	PQV	Participações em ações de qualidade de vida	Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SAUDE BIBLIOTECA	17.2	AQV	Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. Aqui devem ser consideradas somente as ações e não as participações, que devem ser consideradas no item 17.1.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SAUDE BIBLIOTECA	17.3	PCRQV	Percentual de participantes em ações de qualidade de vida	Percentual da força de trabalho total participante nas ações de qualidade de vida no trabalho. $PRQV = PQV / (FTT \times AQV) \times 100$ PQV - Participações em ações de qualidade de vida, conforme item 16.1; AQV - Ações de qualidade de vida, conforme item 16.2; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

SECOM SAUDE CMLOG BIBLIOTECA	17.4	PAS	Participações em ações solidárias	Quantidade de participações do corpo funcional em ações solidárias.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação solidária
SECOM SAUDE CMLOG BIBLIOTECA	17.5	AS	Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação solidária
SECOM SAUDE CMLOG BIBLIOTECA	17.6	PRAS	Percentual de participantes em ações solidárias	Percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão. PRAS = $PS / (FTT \times AS) \times 100$ PS - Participação em ações solidárias, conforme item 16.4; AS- Quantidade de ações solidárias, conforme item 16.5; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

18. Capacitação em sustentabilidade



- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e bem-estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de gênero;
- 6 - Água potável e saneamento;
- 7 - Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 - Redução das desigualdades;
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 - Consumo e produção responsáveis;
- 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- 14 - Vida na água;
- 15 - Vida na terra;
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 - Parcerias e meios de implementação.

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. Serão contabilizadas:

- ações de sensibilização e capacitação (cursos EaD ou presenciais, grupos de estudo, seminários, semana do meio ambiente, oficinas, campanhas etc.);

- ações educacionais relacionadas ao tema;
- outras ações institucionais, relacionadas às metas do PLS.

Em ações de capacitação de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de estudo, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa, por evento. Exemplo: curso com os mesmos dez participantes, uma vez por semana, durante dois meses resultará, ao final do ano, em apenas dez participações. Assim como, curso realizado em várias ocorrências será considerado como um único curso.

Capacitação em sustentabilidade	
Eixo	Sustentabilidade
ODS	1 - Erradicação da pobreza 2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 6 - Água potável e saneamento 7 - Energia limpa e acessível 8 - Trabalho decente e crescimento econômico 9 - Indústria, inovação e infraestrutura 10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 12 - Consumo e produção responsáveis 13 - Ação contra a mudança global do clima 14 - Vida na água 15 - Vida terrestre 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação
Objetivo	Monitorar e estimular a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade.
Metas	

2023		Realizar, no mínimo, 2 ações de capacitação em sustentabilidade e 2 ações de sensibilização em sustentabilidade.						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
USAMB / SEGEST EJUD	18.1	ACap	Ações de capacitação em sustentabilidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de capacitação em sustentabilidade
USAMB / SEGEST SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.2	ASen	Ações de sensibilização em sustentabilidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de sensibilização em sustentabilidade
USAMB / SEGEST EJUD SAUDE SECOM BIBLIOTECA	18.3	PCap	Participações em ações de capacitação em sustentabilidade	Total de participações em ações de capacitação durante o período-base.	Número de participantes	Anual	Preencher	Ação de capacitação em sustentabilidade
USAMB / SEGEST EJUD	18.4	PRCap	Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade	Percentual de participantes nas ações de capacitação relacionadas à temática em sustentabilidade em relação à força de trabalho total do órgão. $PRCap = (PCap / (FTT \times ACap)) \times 100$ PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade, conforme item 18.3; ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade, conforme item 18.1; FTT - Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares, conforme item 1.14.	Percentual por ação	Anual	Cálculo automático	-

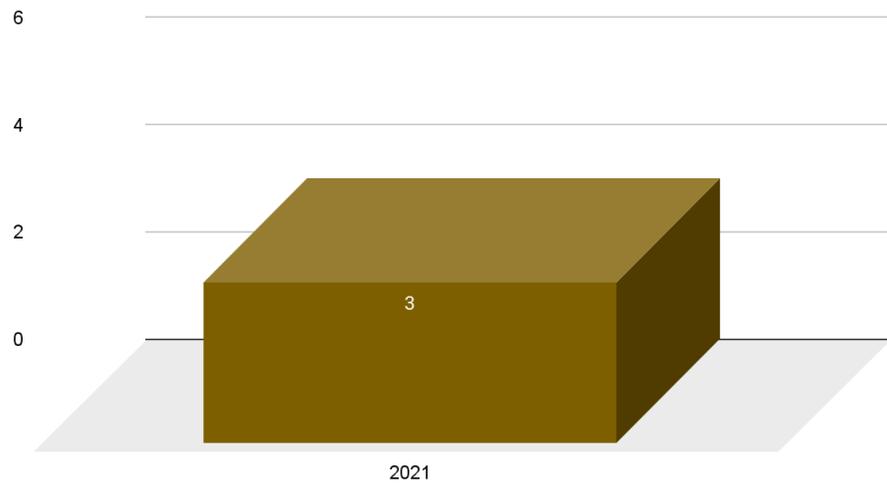
Eixo Acessibilidade e Inclusão

1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão



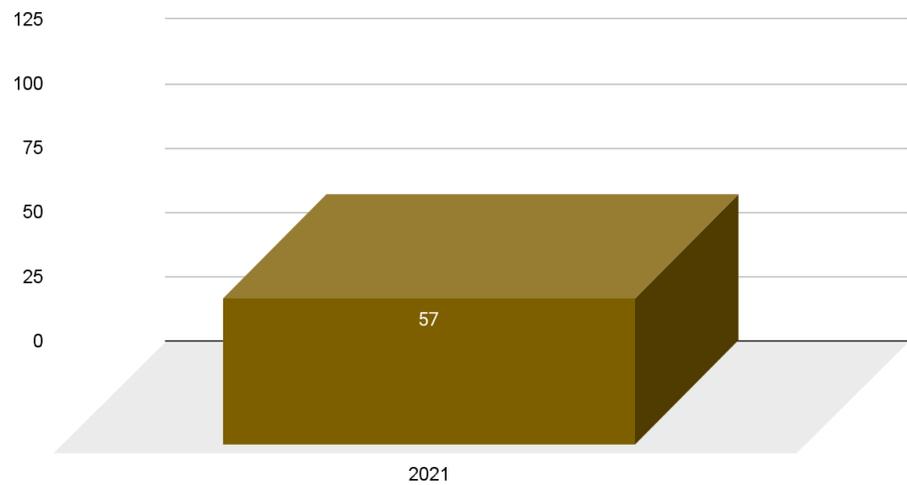
10 - Redução das desigualdades.

Quantidade de magistrados(as) com deficiência



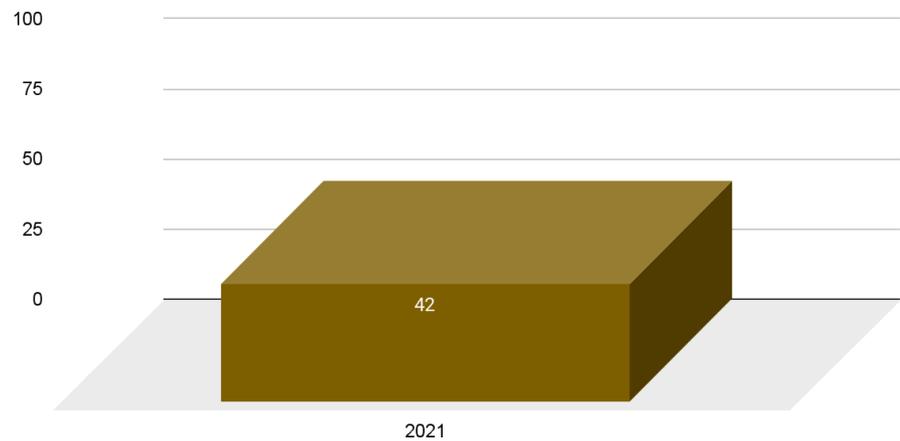
Quantidade de magistrados(as) com deficiência: 2021: 3.

Quantidade de servidores(as) com deficiência



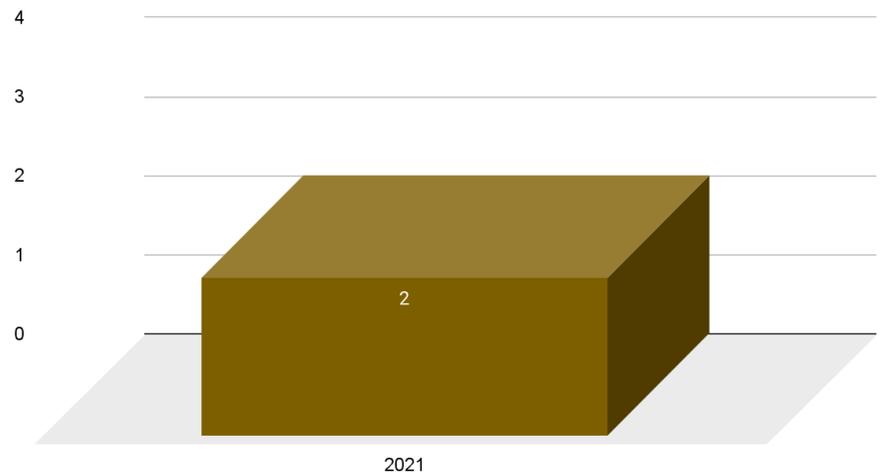
Quantidade de servidores(as) com deficiência: 2021: 57.

Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência



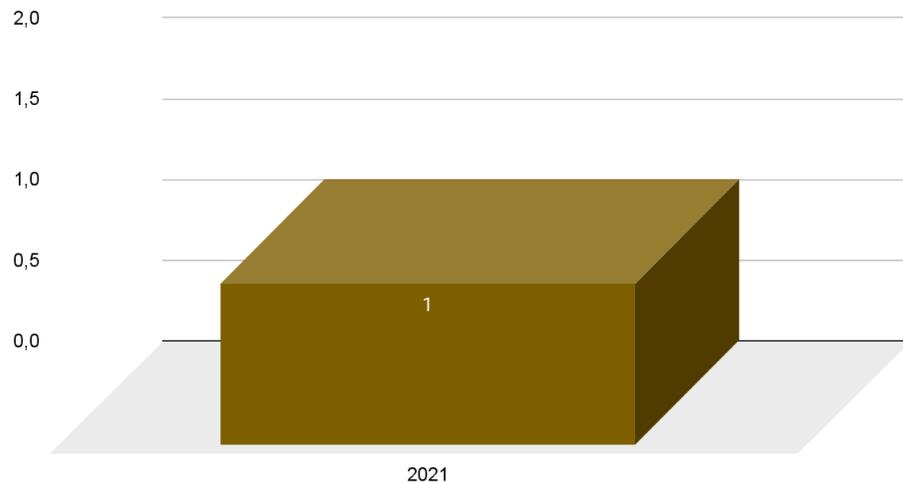
Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência: 2021: 42.

Quantidade de estagiários(as) com deficiência



Quantidade de estagiários(as) com deficiência: 2021: 2.

Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência



Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência: 2021: 1.

Gestão da Acessibilidade e Inclusão								
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CIGEB/SGP	1.1	MagP(PcD)	Quantidade de magistrados(as) com deficiência	Número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição.	Magistrados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
CIGEB/SGP	1.2	TPEft/TPI(PcD)	Quantidade de servidores com deficiência	Número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.	Servidores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base

CIGEB/SGP	1.3	TPSV (PcD)	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	Número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.	Servidores(as) comissionados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
CIGEB/SGP	1.4	TPFC (PcD)	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	Número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.	Servidores(as) com função comissionada	Anual	Preencher	Final do período-base
CIGEB/SGP	1.5	TFAuxE (PcD)	Quantidade de estagiários(as) com deficiência	Número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Estagiários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
ÁREAS QUE SÃO GESTORAS DE CONTRATOS	1.6	TFAuxT (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência	Número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.7	TFAuxC (PcD)	Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	Número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Conciliadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.8	TFAuxJL (PcD)	Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência	Número total de juízes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Juízes(as) leigos(as)	Anual	Preencher	Final do período-base

-	1.9	TFauxSP (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	Número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.	Trabalhadores(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
-	1.10	TFAuxV (PcD)	Quantidade de voluntários(as) com deficiência	Número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Voluntários(as)	Anual	Preencher	Final do período-base
EJUD	1.11	TFAuxApr (PcD)	Quantidade de aprendizes com deficiência	Número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base. (Lei do Jovem Aprendiz - Lei nº 10.097/2000)	Aprendizes	Anual	Preencher	Final do período-base

2. Acessibilidade em serviços



4 - Educação de qualidade;
10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade em serviços							
Eixo	Acessibilidade e Inclusão						
ODS	4 - Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades						
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão.						
Metas							
2023	Promover a capacitação de 50% dos gestores(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
EJUD	2.1	Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e	Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão. QS1 / Serv QS2 / Serv	Número de contratos celebrados	Anual	Preencher	Capacitação

			inclusão das pessoas com deficiência	<p>QS1 - Quantidade de servidores(as) (itens 1.2 + 1.3) com deficiência capacitados(as)</p> <p>QS2 - Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as)</p> <p>Serv - Total de servidores(as): Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo (dados retirados do Relatório Justiça em Números)</p>				
EJUD	2.2		Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	Quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	Cursos	Anual	Preencher	Cursos
EJUD	2.3		Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	Quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	Vagas	Anual	Cálculo automático	Vagas
EJUD	2.4	QLibrasServ	Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados(as) em Libras no período-base	<p>Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018 (capacitação básica).</p> <p>Servidores(as) = Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo.</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
EJUD	2.5	QLibrasAux	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juizes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018 (capacitação básica).	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

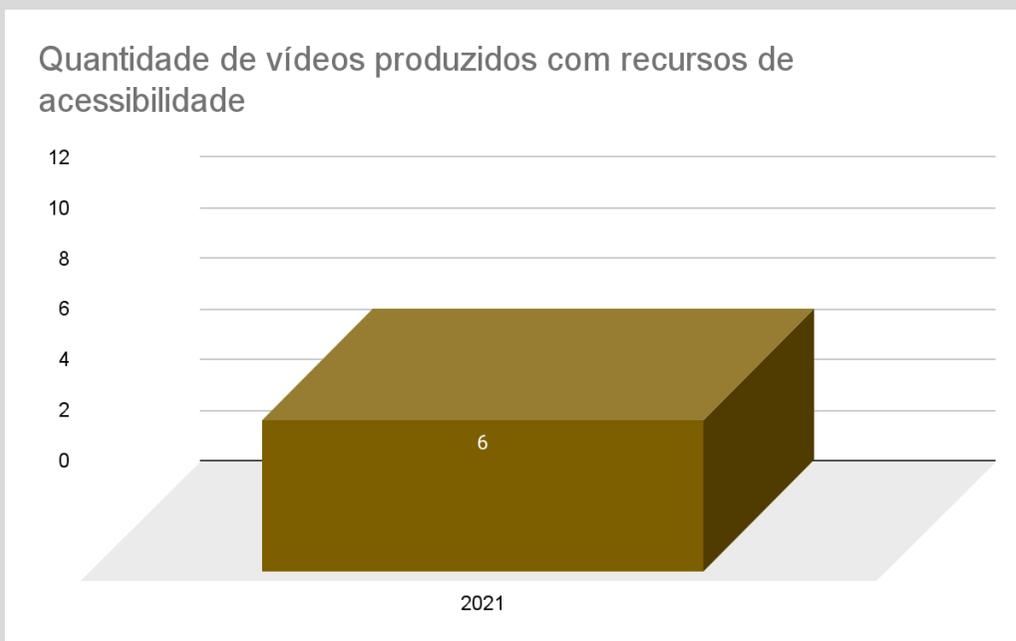
EJUD	2.6		<p>Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência</p>	<p>Proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão.</p> <p>Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.</p> <p>QGe / QGt QGt - Quantidade total de gestores(as) QGe - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
EJUD	2.7		<p>Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência</p>	<p>Quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoas com deficiência.</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
EJUD	2.8		<p>Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação em normas de acessibilidade digital</p>	<p>Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas
EJUD	2.9		<p>Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura em normas de acessibilidade</p>	<p>Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

			urbanística e arquitetônica					
EJUD SECOM SAUDE	2.10		Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	Quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos. Exemplos: palestras, depoimentos de pessoas com deficiência, cartazes etc.	Quantidade de ações de sensibilização	Anual	Preencher	Ações de sensibilização
EJUD SECOM SAUDE	2.11	ACpi	Ações de promoção da inclusão	Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura).	Ações	Anual	Preencher	Ações
CSG SSI	2.12	QCont. Libras	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base	Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo. QCLibras / QCT QCT - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	Contratos	Anual	Preencher	Contratos

3. Acessibilidade comunicacional

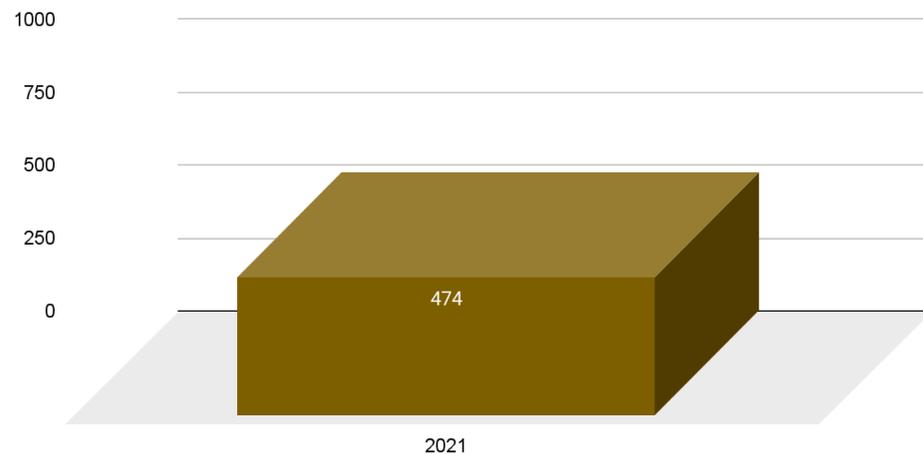


10 - Redução das desigualdades.



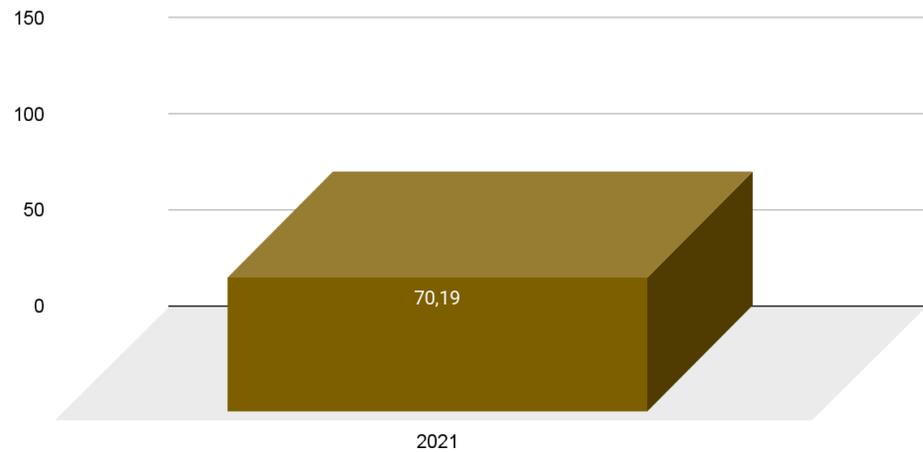
Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade: 2021: 6.

Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível



Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível: 2021: 474.

Proporção de eventos disponibilizados por meios de comunicação acessível



Proporção de eventos disponibilizados por meios de comunicação acessível: 2021: 70,19%.

Acessibilidade comunicacional								
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões comunicacionais.							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SECOM	3.1	VAcess	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição).	Vídeos	Anual	Preencher	Publicação do vídeo
SECOM	3.2	MAcess	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição).	Matérias jornalísticas	Anual	Preencher	Publicação das matérias
OUVIDORIA	3.3		A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	() sim, quais? () não.	-	Anual	Preencher	-
EJUD SECOM CERIMONIAL	3.4		Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em	Proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base. QEAc / QEt QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional QEt - Quantidade de eventos total	Eventos	Anual	Preencher	Eventos

			relação a quantidade de eventos totais					
--	--	--	--	--	--	--	--	--

4. Acessibilidade tecnológica



10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade tecnológica										
Eixo	Acessibilidade e Inclusão									
ODS	10 - Redução das desigualdades									
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões tecnológicas.									
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição			Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SETIC	4.1		O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Informar se usa programas que detectam o código <i>HTML</i> e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital. () sim, quais? () não.			-	Anual	Preencher	-
SETIC	4.2		O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores. Selecione mais de uma opção, se houver: () programa leitor de tela; () aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;			-	Anual	Preencher	-

		computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	() ferramenta de contraste; () programa de ampliação de tela; () outros programas; ou () não fornece nenhum programa.				
SETIC	4.3	O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência. () sim, quais? () não fornece.	-	Anual	Preencher	-

5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica



10 - Redução das desigualdades;

11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e na Resolução CNJ nº 401/2021, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da Resolução CNJ nº 401/2021.

Acessibilidade urbanística e arquitetônica	
Eixo	Acessibilidade e Inclusão
ODS	10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade nas questões urbanísticas e arquitetônicas.
Área(s) Responsável(is)	
CPO	

Considerações finais

Para elaboração do PLS foi dada continuidade às atividades previstas no PLS dos anos anteriores. O aprimoramento da coleta de dados relativos aos indicadores e o planejamento de novas metas irão direcionar as ações a serem desenvolvidas no período, para que se inclua, cada vez mais, o conceito de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão em todo o TRT da 12ª Região. Cumpre ressaltar que as metas poderão ser alteradas em razão de modificações estruturais e/ou fatos supervenientes.

Fontes

CNJ. Modelo de PLS e Modelo de Plano de Ações. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/modelos-previstos-na-resolucao-cnj-no-400-2021/>

ONU BRASIL. ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

TRT 4. PLS. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/142956/Revis%C3%A3o%20do%20PLS%20-%202018.pdf>

TRT 12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/Planejamento_Estrategico

Elaboração Técnica

Gustavo Bestetti Ibarra

Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica

Marcelo Borrini Moretto

Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Processos

Fabio Peters Sabino

Coordenadoria de Gestão de Processos

Yasmin Lonzetti Skovronski

Unidade Socioambiental

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2024



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Amarildo Carlos de Lima

Desembargador do Trabalho-Presidente

Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez

Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

Comitês

1. Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Portaria SEAP 32/2023

- I - Desembargador(a) do Trabalho, indicado(a) pela Presidência, coordenador(a); (Alterada pela Portaria SEAP nº 153, de 30 de novembro de 2023)
- II - Juiz(a) Auxiliar da Presidência – Vice-Coordenador(a); (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- III - Coordenador(a) de Projetos Estratégicos e Inovação; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- IV - Diretor(a) da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- V - Diretor(a) da Secretaria Administrativa; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VI - Coordenador(a) de Licitações e Contratos; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VII - Coordenador(a) de Material e Logística; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VIII - Coordenador(a) de Serviços Gerais; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- IX - Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade;
- X - Coordenador(a) de Manutenção. (Alterado pela Portaria SEAP nº 106, de 10 de junho de 2024)

Portaria SEAP 33/2023

- I - Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, Desembargador do Trabalho – Coordenador; (Alterada pela Portaria SEAP n. 153, de 30 de novembro de 2023)
- II - Paulo André Cardoso Botto Jacon, Juiz Auxiliar da Presidência, Vice-Coordenador; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- III - Tamilly Virissimo, Coordenadora de Projetos Estratégicos e Inovação; (Alterado pela Portaria SEAP nº 107, de 10 de junho de 2024)
- IV - Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- V - Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria Administrativa; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VI - Fernando Schlickmann Oliveira Souza, Coordenador de Licitações e Contratos; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VII - Sandro Beltrame, Coordenador de Material e Logística; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- VIII - Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi, Coordenadora de Serviços Gerais; (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- IX - Yasmin Lonzetti Skovronski, Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade. (Alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- X - Altair de Lima, Coordenador de Manutenção. (Incluído pela Portaria SEAP nº 107, de 10 de junho de 2024)

2. Comitê de Acessibilidade e Inclusão

Portaria PRESI 219/2023

- I. Magistrado(a) indicado(a) pela Presidência - coordenador(a);
- II. Diretor(a)-Geral;
- III. Diretor(a) da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV. Diretor(a) da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- V. Diretor(a) da Secretaria de Comunicação Social;
- VI. Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII. Diretor(a) da Secretaria de Segurança Institucional;
- VIII. Coordenador(a) de Projetos Estratégicos e Inovação - Vice-Coordenador(a);
- IX. Coordenador(a) de Saúde;
- X. Coordenador(a) de Projetos e Obras;
- XI. Assessor(a) da Ouvidoria;
- XII. Assistente-Chefe do Setor de Projetos de Arquitetura;
- XIII. Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade;
- XIV. Assistente-Chefe do Setor de Acessibilidade e Inclusão;
- XV. Servidor(a) representante da Secretaria da Corregedoria;
- XVI. Servidor(a) representante da Coordenadoria de Saúde;
- XVII. Servidores(as) com deficiência indicados(as) pela Presidência.

Portaria SEAP 46/2023

- I - Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Coordenadora;
- II - Marcus Vinicius de Lima Oliveira, Diretor-Geral;
- III - Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- IV - Fabiana Vieira de Linhares, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- V - Camila Sartori Velloso Abreu, Diretora da Secretaria de Comunicação Social;
- VI - Valdir Luiz da Cunha, Diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII - Claudionor da Silva, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional;
- VIII – Tamilly Virissimo, Coordenadora de Projetos Estratégicos e Inovação – Vice-Coordenadora; (Redação alterada pela Portaria SEAP nº 103, de 6 de junho de 2024)
- IX - Cristina Vivan, Coordenadora de Saúde;
- X - Jacson Alexandre Pereira, Coordenador de Projetos e Obras;
- XI – Ricardo Ganzo Wickert Caldas, Assessor da Ouvidoria; (Redação alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- XII - Breno Cláudio Bauer, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura, indicado pela Coordenadoria de Projetos Estratégicos e Inovação; (Redação alterada pela Portaria SEAP nº 170, de 18 de dezembro de 2023)
- XIII - Yasmin Lonzetti Skovronski, Técnica Judiciária, Área administrativa, Assistente-Chefe do Setor de Sustentabilidade; XIV - Márcia Abedal Ceci de Souza, Técnica Judiciária, Área administrativa, Assistente-Chefe do Setor de Acessibilidade e Inclusão;
- XV - Jamile Cury Cecato de Carvalho, Técnica Judiciária, Área Administrativa, representante da Secretaria da Corregedoria;
- XVI - Denise Suchara, Analista Judiciária, Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, representante da Coordenadoria de Saúde;
- XVII - Ana Paula Koch de Bona, Analista Judiciária, Área Judiciária, lotada no Gabinete do Desembargador do Trabalho José Ernesto Manzi;
- XVIII - Cláudia Bettoni, Técnica Judiciária, Área administrativa, lotada na Coordenadoria de Saúde;
- XIX - Eduardo Gheller Morschbacher, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, lotado na Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas;
- XX - Flávia Pinheiro Guimarães, Técnica Judiciária, Área Administrativa, lotada na Coordenadoria de Gestão da Força do Trabalho.

3. Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

Portaria SEAP 171/2023

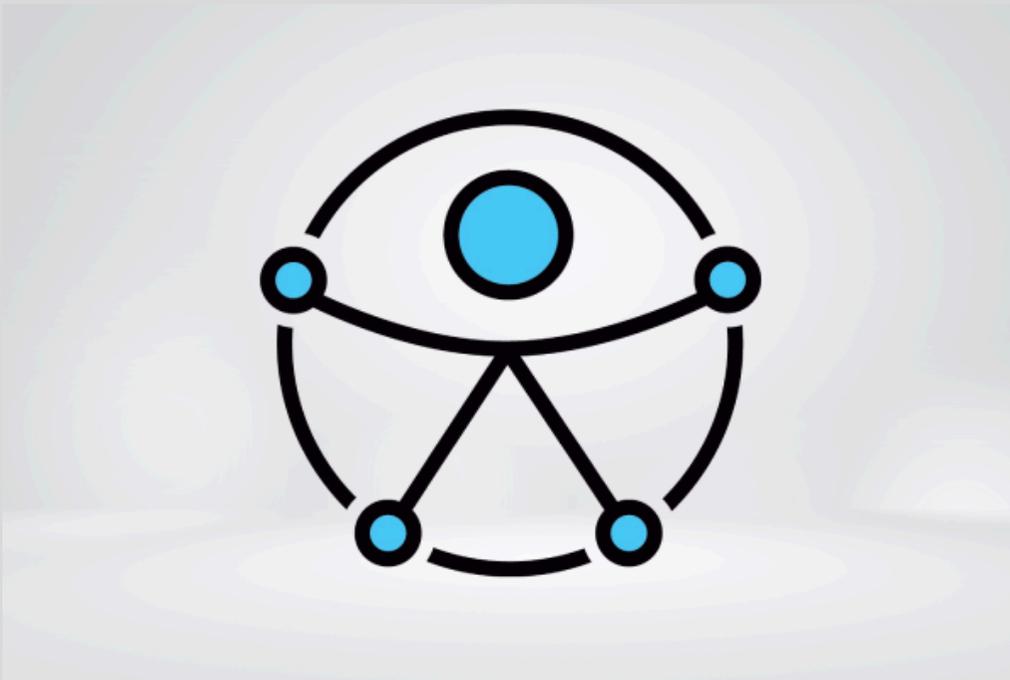
- Um(a) Magistrado(a), indicado(a) pela Presidência do Tribunal, coordenador(a);
- Um(a) Magistrado(a), eleito(a) entre juízes(as) e desembargadores(as), Vice-Coordenador(a);
- Um(a) servidor(a) com deficiência, eleito(a) entre os(as) servidores(as);
- Um(a) servidor(a) negro(a), eleito(a) entre os(as) servidores(as);
- Uma servidora mulher, eleita entre os(as) servidores(as);
- Um(a) servidor(a) LGBTQIAP+, eleito(a) entre os(as) servidores(as);
- Um(a) servidor(a) com mais de 60 (sessenta) anos, eleito(a) entre os(as) servidores(as);
- Um(a) servidor(a) indicado(a) vinculado(a) à área de sustentabilidade;
- Um(a) servidor(a) indicado(a) vinculado(a) à área de acessibilidade e inclusão.

Portaria SEAP 25/2024

- I - Andrea Maria Limongi Pasold, Juíza do Trabalho indicada pelo Desembargador do Trabalho-Presidente, coordenadora;
- II - Julieta Elizabeth Correia de Malfussi, Juíza do Trabalho eleita entre juízes(as) e desembargadores(as), vice-coordenadora;
- III - Danieli Bonato Haloten, servidora com deficiência eleita entre os(as) servidores(as);
- IV - Carlos André Rodrigues da Silva, servidor negro eleito entre os(as) servidores(as);
- V - Ana Carolina Lucena Pinheiro, servidora mulher eleita entre os(as) servidores(as);
- VI - Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira, servidora LGBTQIAP+ eleita entre os(as) servidores(as);
- VII - Altair de Lima, servidor com mais de 60 (sessenta) anos eleito entre os(as) servidores(as);
- VIII - Yasmin Skovronski, servidora indicada vinculada à área de sustentabilidade;
- IX - Márcia Abedal Ceci, servidora indicada vinculada à área de acessibilidade e inclusão.

Documento Acessível

O PLS 2024 do TRT da 12ª Região busca ser um documento acessível, ou seja, possui a descrição de todas as imagens e gráficos iniciando com os dizeres “Para todos verem”.



Para todos verem: Símbolo internacional de acessibilidade da ONU.

FONTE: ONU in CSJT.

Explicação do símbolo por Câmara Municipal de Esteio: Uma figura simétrica conectada por quatro pontos a um círculo, representando a harmonia entre o ser humano e a sociedade, e com os braços abertos, simbolizando a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares.

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – PLS-TRT12 é um instrumento de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos que serão utilizados para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação do órgão.

Sua elaboração, aprovação e execução visa permitir ao TRT da 12ª Região adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

O PLS-TRT12 está de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNJ nº 400/2021 (alterada pela Resolução nº 550/2024) e nº 401/2021 e no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (alterado pelo Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 323/2015).

Objetivo Geral

O PLS-TRT12 possui como objetivo a promoção da sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico, com foco na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade, a inclusão, a equidade e a diversidade, a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e a melhor eficiência do gasto público, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

Objetivos Específicos

- Incentivar a racionalização dos recursos e o consumo consciente.
- Realizar o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e rejeitos produzidos.
- Capacitar e sensibilizar seus agentes para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade, da inclusão, da equidade e da diversidade.
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

Metodologia

Com o objetivo de melhorar continuamente o PLS-TRT12, a implementação do plano foi dividida em 5 etapas (Planejamento, Acompanhamento, Análise, Aprimoramento e Controle). Essa metodologia leva em consideração os conceitos da metodologia DMAIC utilizada em processos de melhoria contínua.

1. Planejamento – É a primeira fase do PLS e consiste efetivamente na sua elaboração. Nessa fase o Comitê Gestor da Sustentabilidade avalia os relatórios de desempenho dos anos anteriores e define as metas e o plano de ações para melhoria dos processos de trabalho, redução dos impactos ambientais e melhoria da eficiência do gasto público no âmbito do Tribunal.
Após a elaboração do PLS pela Unidade de Sustentabilidade, o plano é encaminhado à Administração do TRT da 12ª Região para aprovação, divulgação e encaminhamento ao CNJ.
2. Acompanhamento – Na segunda fase da metodologia o Comitê Gestor Ambiental e as unidades responsáveis pelos eixos temáticos acompanham e medem os indicadores definidos na etapa 1.
3. Análise – A fase de análise visa avaliar os indicadores medidos na etapa 2, identificando oportunidades de melhoria e possíveis problemas que podem impactar no resultado dos processos e ações planejadas no PLS. Nesta fase também são realizadas propostas para melhoria das práticas de sustentabilidade e dos indicadores de sustentabilidade do TRT da 12ª Região.
4. Aprimoramento – Nessa fase o objetivo é implementar as ações propostas na etapa 3, de maneira a aprimorar o desempenho dos processos planejados, diminuindo gradativamente os impactos ambientais causadas pelas atividades da instituição e melhorando o desempenho da instituição em relação aos critérios de sustentabilidade do CNJ.

5. Controle – A última etapa tem como objetivo garantir que as mudanças e ações implementadas no PLS-TRT12 sejam permanentes, de modo a permitir que os resultados sejam duradouros.

O PLS e o planejamento estratégico

O PLS-TRT12 está alinhado ao Plano Estratégico do TRT da 12ª Região para o período 2021-2026 (Versão 4 - set/2023) na sua visão, nos seus valores e nos seus objetivos estratégicos:

Visão

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

Valores

- Acessibilidade
- Agilidade
- Comprometimento
- Efetividade
- Eficiência
- Ética
- Inovação

- Respeito à diversidade
- Segurança jurídica
- Sustentabilidade
- Transparência
- Valorização das pessoas

Objetivos Estratégicos - OE - Perspectiva sociedade

OE-02: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Líderes do Objetivo: Juiz Gestor Estratégico de Metas, Responsável pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Responsável pelo Programa Trabalho Seguro e Unidade Socioambiental.

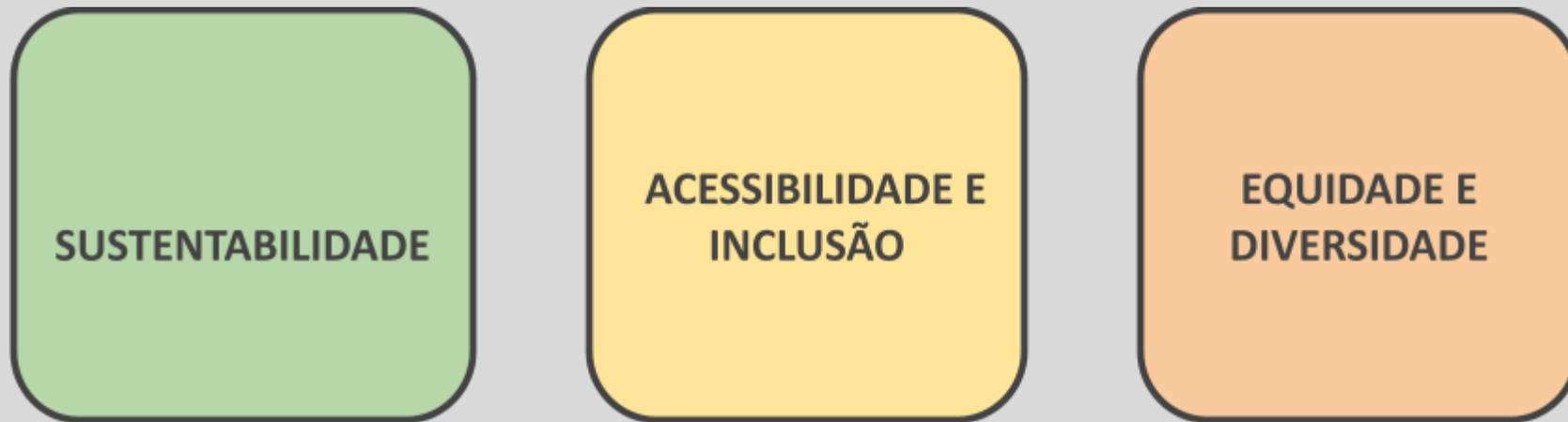
Indicadores e Metas

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicadores	Metas
Sociedade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação – II	Meta Nacional 9: Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com

			avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.
		Índice de combate ao trabalho infantil - ICTI	Meta Nacional 11: Promover pelo menos uma ação visando ao combate ao trabalho infantil.

Indicadores e Metas - Eixos

O Plano de Logística Sustentável - PLS do TRT da 12ª Região está dividido em três eixos temáticos de acordo com as Resoluções CNJ nº 400/2021 (alterada pela Resolução nº 550/2024) e nº 401/2021. Em cada eixo há indicadores e metas respectivas.



Para todos verem: quadrado verde onde se lê “sustentabilidade”, quadrado amarelo onde se lê “acessibilidade e inclusão” e quadrado laranja onde se lê “equidade e diversidade”.

Identificação dos ODS

Os temas que estão relacionados a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU serão apresentados com a mesma notação gráfica utilizada pela ONU, conforme apresentado a seguir:



Para todos verem: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida na terra; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; 17 - Parcerias e meios de implementação.

FONTE: ONU BRASIL

Eixo Sustentabilidade

1. Variáveis Gerais



Para todos verem: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

As variáveis gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas pelos tribunais, pois serão aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) – Resolução CNJ nº 76/2009 e Resolução CNJ nº 331/2020, abrangendo os sistemas Justiça em Números e MPM.

Variáveis Gerais	
METAS PARA 2024	Utilizar em 100% os dados do Justiça em Números/SIESPJ na área total em metros quadrados.
Objetivo	Utilizar dados do Justiça em Números/SIESPJ.
Eixo	Sustentabilidade

ODS	16 - Paz, justiça e instituições eficazes							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
Serão utilizados dados do Justiça em Números/SIESPJ.	1.17	m ² Total	Área total em metros quadrados	A área total, conforme definição da ABNT NBR, de todos os prédios (próprios ou não) das unidades integrantes da estrutura do órgão. Essa é a variável que será utilizada em todos os indicadores que envolverem área de edificações. A área total engloba tanto a área construída quanto as áreas externas, como estacionamentos privativos e jardins.	m ²	Anual	Serão utilizados dados do Justiça em Números/SIESPJ.	-

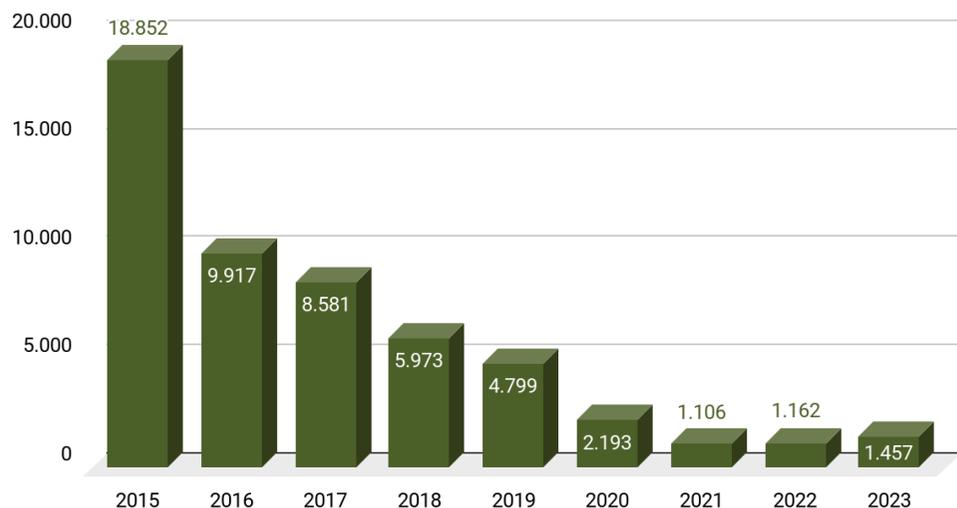
2 .Papel



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo geral de papel, tendo em vista a implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11419/2006 e Resolução CNJ nº 185/2013) e dos processos administrativos eletrônicos. Devem ser adquiridos produtos com certificação como: CEFLORE, ETC, FSC, entre outras.

Consumo de papel próprio (resmas)



Para todos verem: Consumo de papel próprio (Resmas): 2015: 18.852 / 2016: 9.917 / 2017: 8.581 / 2018: 5.973 / 2019: 4.799 / 2020: 2.193 / 2021: 1.106 / 2022: 1.162 / 2023: 1.457.

Papel								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de papel do tipo A4 em comparação ao ano de 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de papel.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	2.1	CPP	Consumo de papel próprio	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Resmas	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

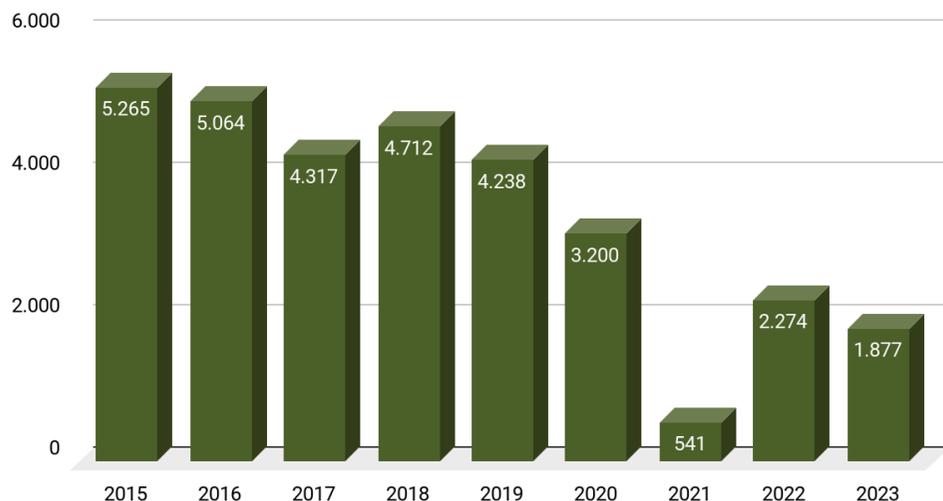
3. Copos descartáveis



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou de outros materiais. Os copos costumam ser fornecidos em pacotes de 100 unidades. Embalagens com outras unidades deverão ser convertidas para centos.

Consumo de copos descartáveis (centos)



Para todos verem: Consumo de copos descartáveis (Centos): 2015: 5.265 / 2016: 5.064 / 2017: 4.317 / 2018: 4.712 / 2019: 4.238 / 2020: 3.200 / 2021: 541 / 2022: 2.274 / 2023: 1.877.

Copos descartáveis								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de copos descartáveis em comparação ao ano de 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de copos descartáveis.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	3.1	CC	Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Centos	Mensal	Preencher	Data de envio do material às unidades

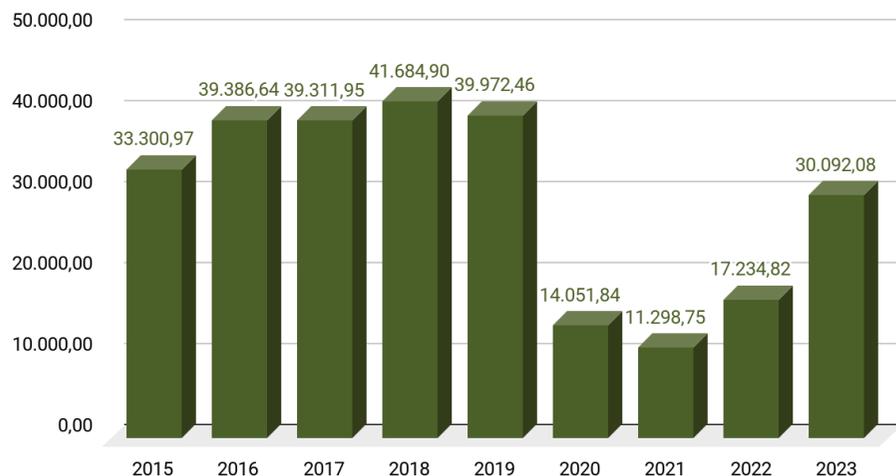
4. Água envasada em embalagem plástica



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Serão contabilizados dois volumes: o de consumo individual, que se utiliza de embalagens descartáveis (copos e garrafas), e o de consumo coletivo, que se utiliza de embalagens retornáveis para bebedouros (10 e 20 litros).

Gasto com água mineral em embalagens retornáveis



Para todos verem: Gasto com água mineral em embalagens retornáveis: 2015: R\$ 33.300,97 / 2016: R\$ 39.386,64 / 2017: R\$ 39.311,95 / 2018: R\$ 41.684,90 / 2019: R\$ 39.972,46 / 2020: R\$ 14.051,84 / 2021: R\$ 11.298,75 / 2022: R\$ 17.234,82 / 2023: R\$ 30.092,08.

Água envasada em embalagem plástica

META PARA 2024	Reduzir em 1% os valores gastos com consumo de água mineral em embalagens reutilizáveis em relação a 2023.									
Objetivo	Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica.									
Eixo	Sustentabilidade									
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis									
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição			Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
CSG	4.4	GAER	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrafas retornáveis). Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.			Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

5. Impressão

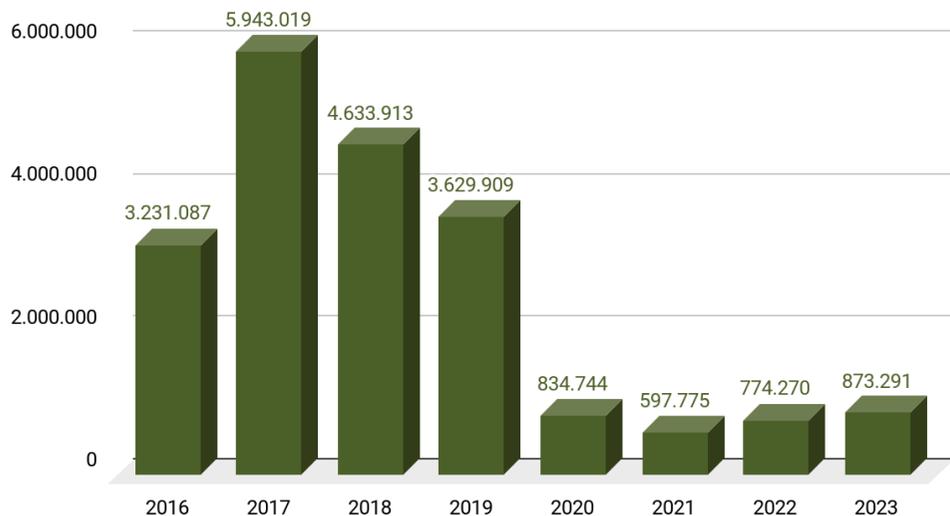


Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos. O monitoramento dos dados pode indicar a necessidade de:

- calcular a quantidade de impressões por usuário, buscando sua diminuição;
- calcular a quantidade de usuários por equipamento, buscando seu aumento;
- diminuir a quantidade total de impressoras e impressões;
- aumentar a quantidade de impressões por equipamento, ou seja, evitar impressora ociosa.

Quantidade de impressões (unidades)



Para todos verem: Quantidade de impressões: 2016: 3.231.087 / 2017: 5.943.019 / 2018: 4.633.913 / 2019: 3.629.909 / 2020: 834.744 / 2021: 597.775. / 2022: 774.270 / 2023: 873.291.

Impressão								
META PARA 2024	Reduzir em 5% a quantidade de impressões em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar a quantidade de impressões.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC/SUPORTE	5.1	QI	Quantidade de impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão ou reprografia.	Impressões	Mensal	Preencher	Impressão

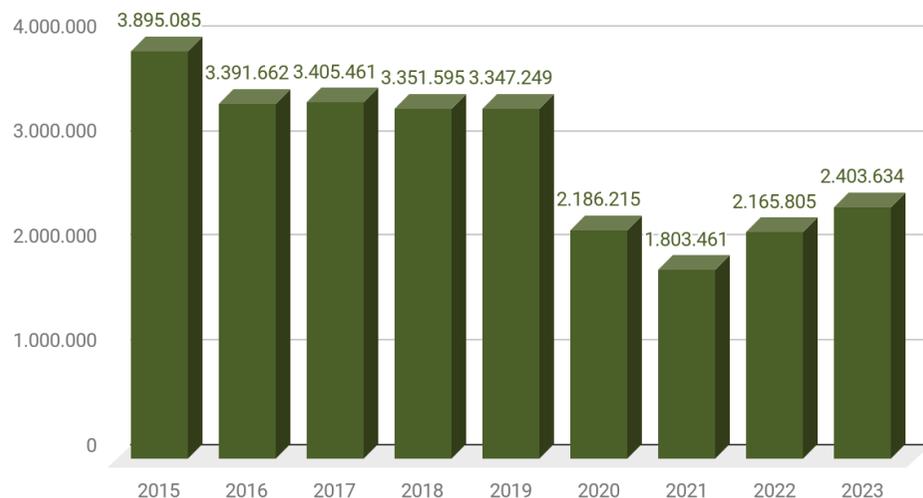
6. Energia Elétrica



Para todos verem: 7 - Energia limpa e acessível; 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Consumo de energia elétrica (kWh)



Para todos verem: Consumo de energia elétrica (kWh): 2015: 3.895.085 / 2016: 3.391.662 / 2017: 3.405.461 / 2018: 3.351.595 / 2019: 3.347.249 / 2020: 2.186.215 / 2021: 1.803.461 / 2022: 2.165.805 / 2023: 2.403.634.

Energia elétrica								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de energia elétrica em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar o uso de energia.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	7 - Energia acessível e limpa 12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	6.1	CEE	Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	kWh	Mensal	Preencher	Fatura

7. Água e esgoto



Para todos verem: 6 - Água potável e saneamento; 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água e esgoto para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.



Para todos verem: Consumo de água (m³): 2015: 24.264 / 2016: 24.335 / 2017: 22.336 / 2018: 24.402 / 2019: 22.873 / 2020: 16.646 / 2021: 11.364 / 2022: 11.440 / 2023: 11.427.

Água e esgoto								
META PARA 2024	Reduzir em 1% o consumo de água em relação a 2023.							
Objetivo	Racionalizar o consumo de água.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMAN	7.1	CA	Consumo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária.	Metros cúbicos (m³)	Mensal	Preencher	Fatura

8. Gestão de resíduos



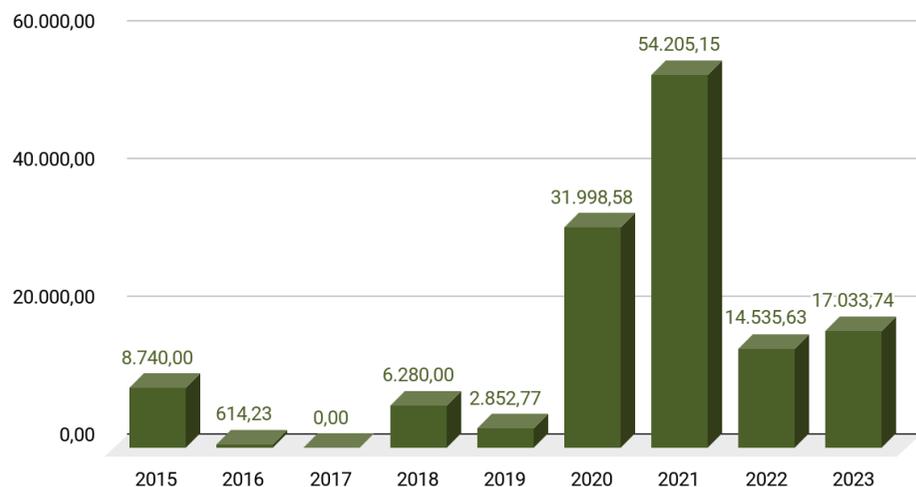
Para todos verem: 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

O tema visa ao monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

Os resíduos gerados no TRT da 12ª Região possuem a seguinte separação e destinação:

Resíduo		Destinação
Resíduos Perigosos		Contratação de empresa especializada no transporte e destinação ambientalmente adequada. Logística reversa para lâmpadas.
Resíduos de Obras		De responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra.
Resíduos de Informática		Doação a entidades com fins de inclusão digital.
Rejeitos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
Papéis	Diversos	Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.
	Eliminação de autos findos	Doação direta às cooperativas de catadores, com sua destruição imediata
Demais Resíduos		Recolhimento executado pelas empresas prestadoras do serviço aos municípios.

Total de materiais destinados à reciclagem (kg)



Para todos verem: Total de materiais destinados à reciclagem (kg): 2015: 8.740,00 / 2016: 614,23 / 2017: 0,00 / 2018: 6.280,00 / 2019: 2.852,77 / 2020: 31.998,58 / 2021: 54.205,15 / 2022: 14.535,63. / 2023: 17.033,74.

Gestão de resíduos									
META PARA 2024	Implantar 100% o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em Florianópolis.								
Objetivo	Realizar o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação.								
Eixo	Sustentabilidade								
ODS	11 - Cidades e comunidades sustentáveis								
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
CSG COGEDOM CMLOG	8.6	TMR	Total de materiais destinados à reciclagem	Soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras. MR = DPA + DPL + DMT + DVD + CGe DPA = Destinação de papel para reciclagem, conforme item 8.1; DPL = Destinação de plásticos para reciclagem, conforme item 8.2; DMT = Destinação de metais para reciclagem, conforme item 8.3	Quilogramas (kg)	Mensal	Cálculo automático	-	

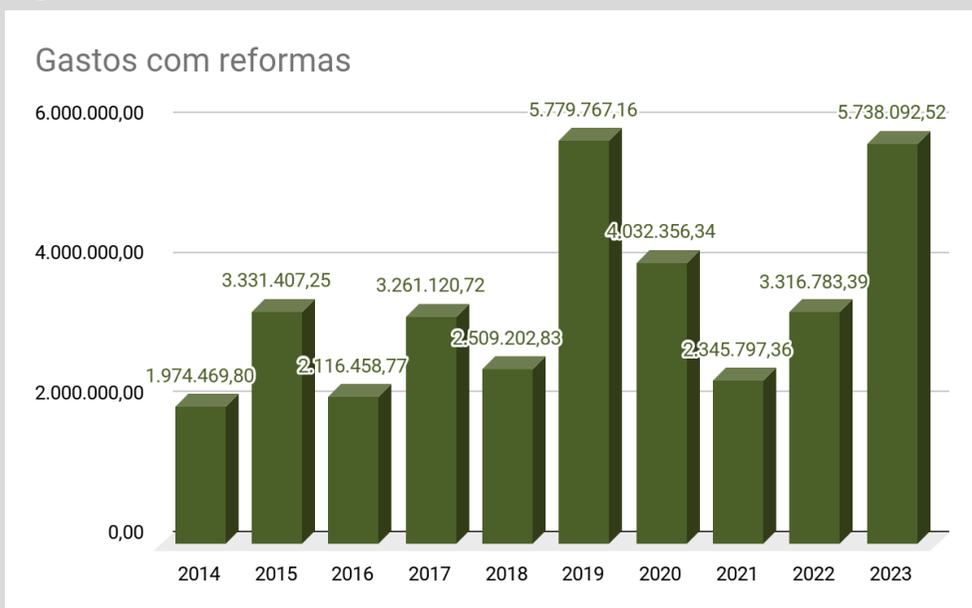
			DVD = Destinação de vidros para reciclagem, conforme item 8.4; CGe = Coleta geral, conforme item 8.5.				
--	--	--	--	--	--	--	--

9. Reformas e construções



Para todos verem: 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2020 e suas alterações. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.



Para todos verem: Gasto com reformas: 2014: R\$ 1.974.469,80 / 2015: R\$ 3.331.407,25 / 2016: R\$ 2.116.458,77 / 2017: R\$ 3.261.120,72 / 2018: R\$ 2.509.202,83 / 2019: R\$ 5.779.767,16 / 2020: R\$ 4.032.356,34 / 2021: R\$ 2.345.797,36 / 2022: R\$ 3.316.783,39 / 2023: R\$ 5.738.092,52.

Reformas e construções								
METAS PARA 2024		Monitorar 100% dos gastos com reformas de forma a otimizá-los. Monitorar 100% dos gastos com construção de novos edifícios de forma a otimizá-los.						
Objetivo		Monitorar os gastos relacionados a reformas e construções.						
Eixo		Sustentabilidade						
ODS		12 - Consumo e produção responsáveis						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CPO CMAN	9.1	GRef	Gastos com reformas no período-base	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção, utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios, que devem ser considerados no item 9.2. Considera-se a data de realização das reformas.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização
CPO	9.2	GConst	Gastos com construção de novos edifícios no período-base	Corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios no período-base.	Reais	Anual	Preencher	Data de realização

10. Limpeza

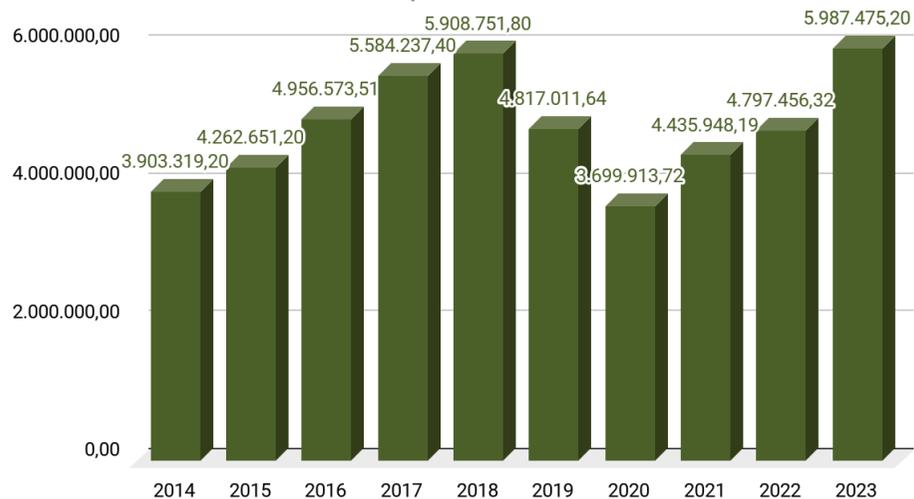


Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

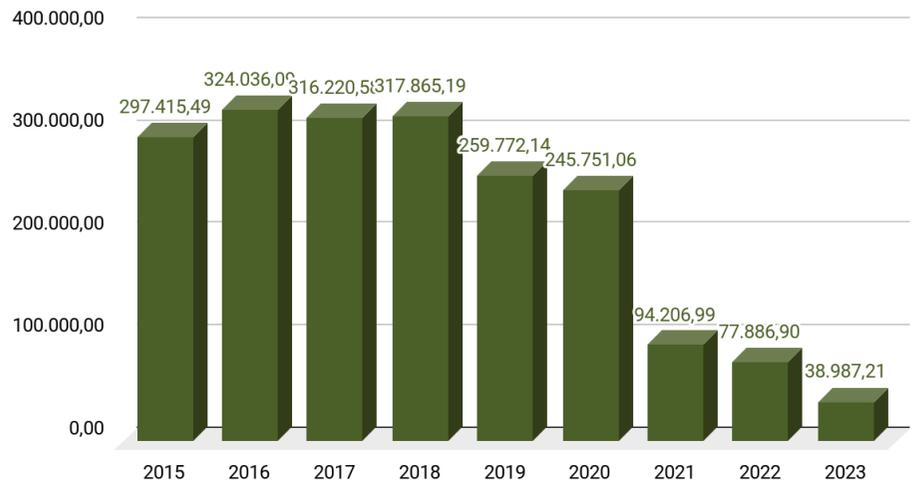
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gasto com contratos de limpeza



Para todos verem: Gasto com contratos de limpeza: 2014: R\$ 3.903.319,20 / 2015: R\$ 4.262.651,20 / 2016: R\$ 4.956.573,51 / 2017: R\$ 5.584.237,40 / 2018: R\$ 5.908.751,80 / 2019: R\$ 4.817.011,64 / 2020: R\$ 3.699.913,72 / 2021: R\$ 4.435.948,19 / 2022: R\$ 4.797.456,32 / 2023: R\$ 5.987.475,20.

Gasto com material de limpeza



Para todos verem: Gasto com material de limpeza: 2015: R\$ 297.415,49 / 2016: R\$ 324.036,09 / 2017: R\$ 316.220,58 / 2018: R\$ 317.865,19 / 2019: R\$ 259.772,14 / 2020: R\$ 245.751,06 / 2021: R\$ 94.206,99 / 2022: R\$ 77.886,90 / 2023: R\$ 38.987,21.

Limpeza								
METAS PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com contratos de limpeza de forma a otimizá-los. Monitorar 100% dos gastos com material de limpeza de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar e otimizar os gastos relacionados aos serviços de limpeza.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	10.1	GLB	Gastos com contratos de limpeza no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
CMLOG	10.4	GML	Gasto com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 10.1. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	Anual	Preencher	Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.

11. Vigilância

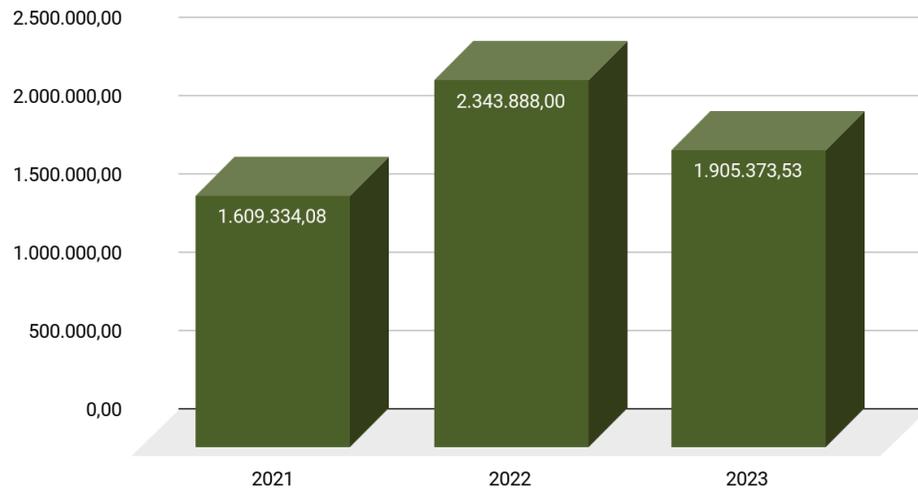


Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos, horários, armada e desarmada).

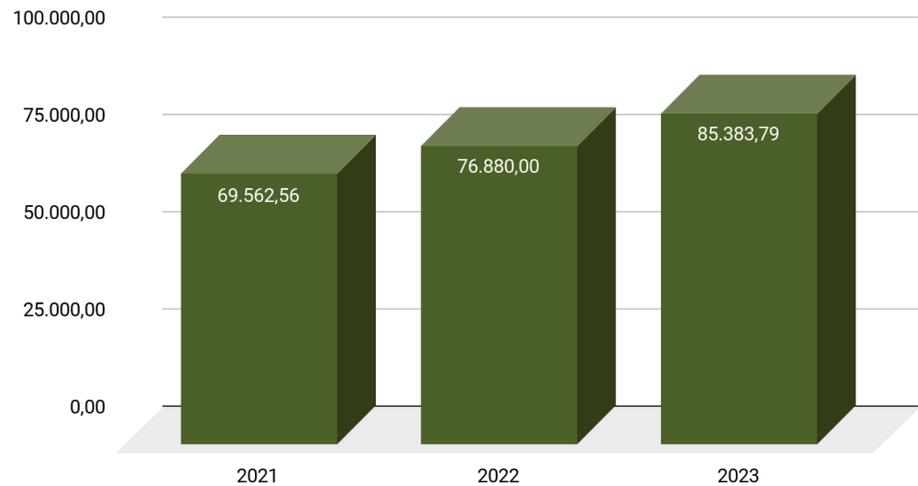
Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendado avaliar o impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada



Para todos verem: Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada: 2021: R\$ 1.609.334,08 / 2022: R\$ 2.343.888,00 / 2023: R\$ 1.905.373,53.

Gasto com contrato de vigilância eletrônica



Para todos verem: Gasto com contrato de vigilância eletrônica: 2021: R\$ 69.562,56 / 2022: R\$ 76.880,00 / R\$ 85.383,79.

Vigilância								
METAS PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com contratos de vigilância armada e desarmada de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar e otimizar as despesas relacionadas aos serviços de vigilância.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	11.1	GV	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento
SSI	11.4	GVe	Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Reais	Anual	Preencher	Pagamento

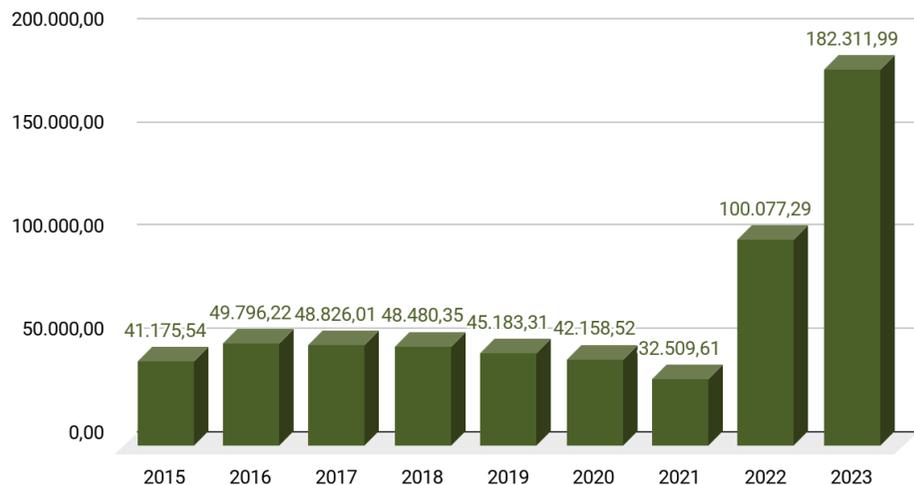
12. Telefonia



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação). Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Gasto com telefonia móvel



Para todos verem: Gasto com telefonia móvel: 2015: R\$ 41.175,54 / 2016: R\$ 49.796,22 / 2017: R\$ 48.826,01 / 2018: R\$ 48.480,35 / 2019: R\$ 45.183,31 / 2020: R\$ 42.158,52 / 2021: R\$ 32.509,61 / 2022: R\$ 100.077,29 / 2023: R\$ 182.311,99.

Telefonia								
META PARA 2024	Reduzir em 1% os valores gastos na telefonia móvel em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar e racionalizar os consumos e gastos com serviços de telefonia.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CSG	12.4	GTM	Gasto com telefonia móvel	Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	Mensal	Preencher	Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura

13. Veículos

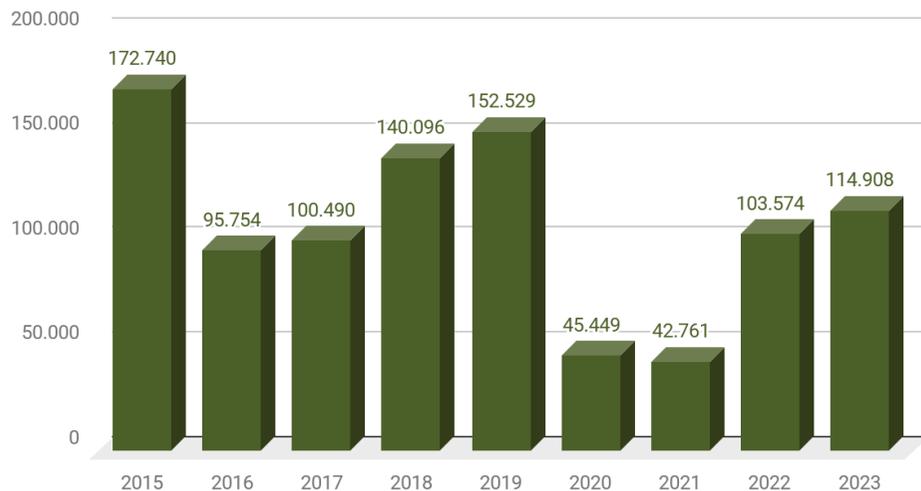


Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. O monitoramento visa à racionalidade do serviço no sentido de:

- avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço;
- avaliar a diminuição da quantidade total de veículos;
- aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso;
- diminuir o gasto relativo com manutenções.

Quilometragem



Para todos verem: Quilometragem: 2015: 172.740 / 2016: 95.754 / 2017: 100.490 / 2018: 140.096 / 2019: 152.529 / 2020: 45.449 / 2021: 42.761 / 2022: 103.574 / 2023: 114.908.

Veículos								
META PARA 2024	Reduzir em 1% a quilometragem em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar as despesas com veículos.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	13.1	Km	Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Quilômetros (km)	Anual	Preencher	Quilometragem

14. Combustível



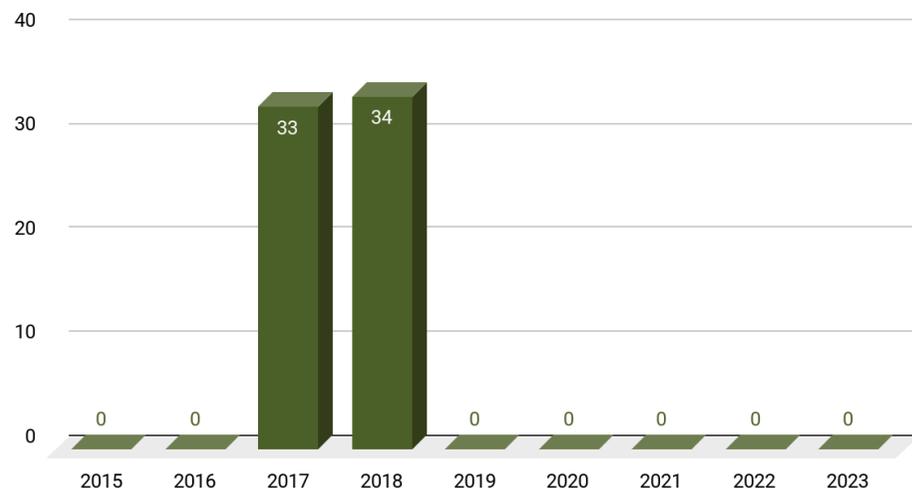
Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. O monitoramento dos dados pode indicar:

- a necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo;
- a necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis;
- o aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

Não deve ser computado o combustível utilizado em outros equipamentos como bombas e geradores.

Consumo de etanol (Litro)



Para todos verem: Consumo de etanol (Litro): 2015: 0 / 2016: 0 / 2017: 33 / 2018: 34 / 2019: 0 / 2020: 0 / 2021: 0 / 2022: 0 / 2023: 0.

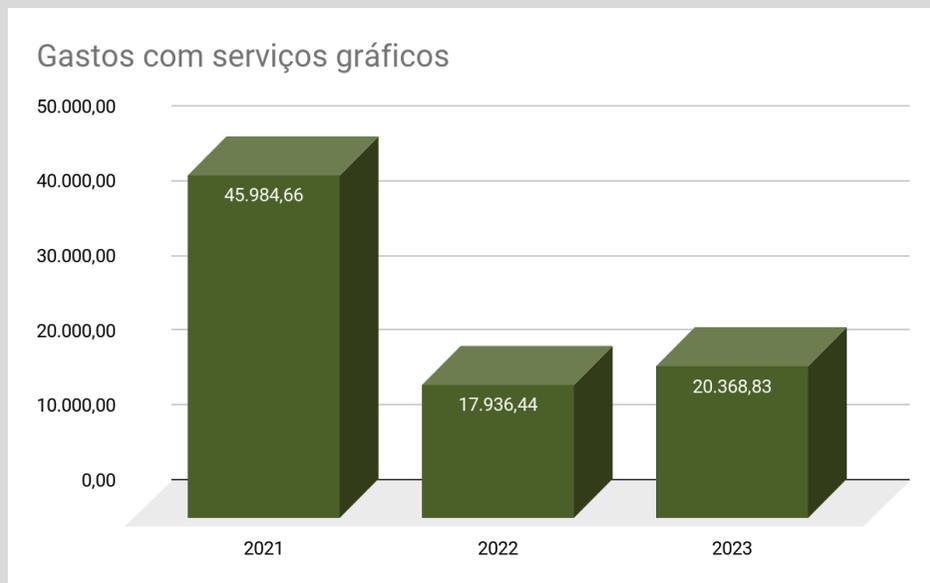
Combustível								
META PARA 2024	Aumentar em 1% a utilização de etanol nos veículos flex pertencentes à frota do TRT da 12ª Região em relação ao registrado em 2023.							
Objetivo	Monitorar as despesas com combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SSI	14.2	CE	Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	Litro (l)	Anual	Preencher	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos

15. Apoio ao serviço administrativo



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.

O tema objetiva o monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.



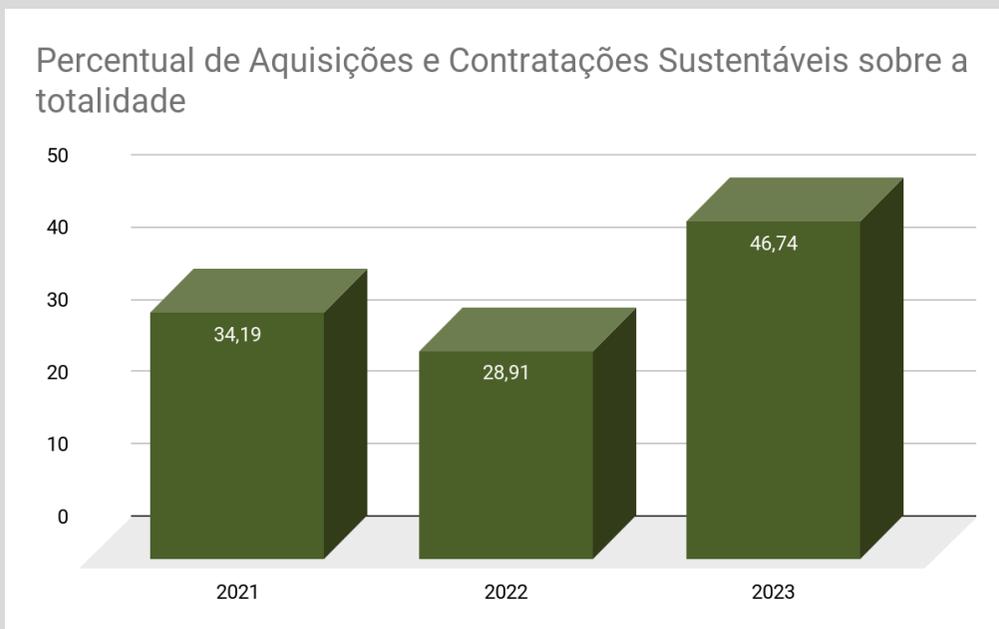
Para todos verem: Gastos com serviços gráficos: 2021: R\$ 45.984,66 / 2022: R\$ 17.936,44 / 2023: R\$ 20.368,83.

Apoio ao serviço administrativo								
META PARA 2024	Monitorar 100% dos gastos com serviços gráficos de forma a otimizá-los.							
Objetivo	Monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CMLOG	15.1	GCGraf	Gastos com serviços gráficos no período-base	Despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia, que devem ser lançados no item 5.5.	Reais	Mensal	Preencher	Despesas

16. Aquisições e contratações



Para todos verem: 12 - Consumo e produção responsáveis.



Para todos verem: Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade: 2021: 34,19% / 2022: 28,91% / 2023: 46,74%.

Aquisições e contratações								
META PARA 2024	Aumentar em 3% o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade em relação a 2023.							
Objetivo	Monitorar e incentivar as aquisições e contratações sustentáveis realizadas.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	12 - Consumo e produção responsáveis							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
CLC	16.3	PCS	Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade. $PCS = (ACS / ACR) \times 100$	Percentual	Anual	Cálculo automático	-

17. Qualidade de vida



Para todos verem: 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 10 - Redução das desigualdades; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Ações de qualidade de vida no trabalho: promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores. Considerar ações tais como ginástica laboral, preparação para aposentadoria, ações voltadas para a saúde física e mental, tais como ações antitabagismo, álcool e outras drogas, entre outras. Não são consideradas consultas, atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos ou nutricionais. Também não serão consideradas ações típicas de Gestão de Pessoas como programas de gestão por competências ou de retenção de talentos, por exemplo, porque, apesar de contribuírem para a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, são ações/procedimentos gerenciais que devem ser adotados como ferramentas de eficiência e inovação pela unidade de gestão de pessoas.

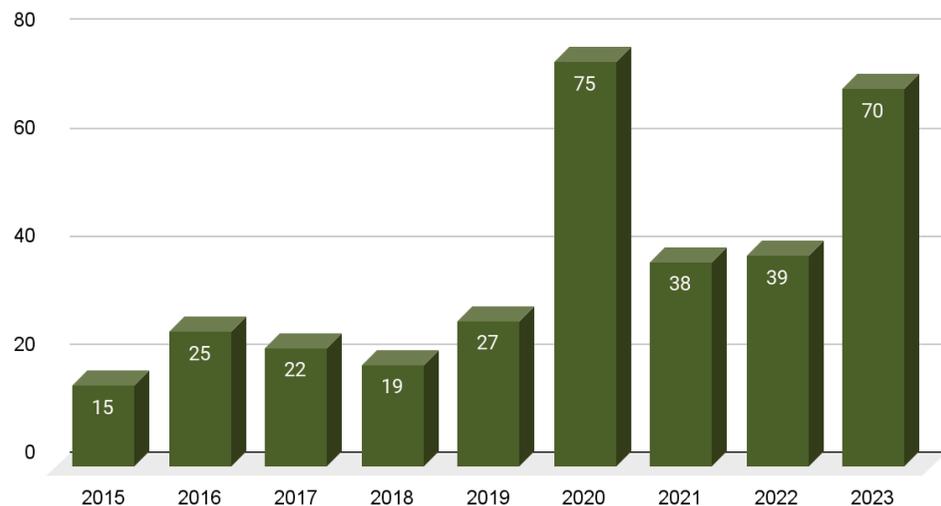
Ações solidárias: promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade, tais como visitas a creches, orfanatos, asilos, bem como ações educacionais para terceirizados(as), como alfabetização, inclusão digital, ensino à distância, entre outros.

Serão contabilizadas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base. Serão consideradas participações em ações realizadas em parceria com outras instituições. Em ações de caráter continuado, tais como cursos, encontros, grupos de apoio, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa e uma única ação. Exemplo: ginástica laboral com os mesmos três participantes de uma unidade, uma vez por semana, resultará ao final do ano em apenas três participações. Da mesma forma, a ginástica laboral realizada com várias ocorrências será considerada como uma única ação.



Para todos verem: Quantidade de ações de qualidade de vida: 2015: 39 / 2016: 62 / 2017: 65 / 2018: 39 / 2019: 112 / 2020: 159 / 2021: 136 / 2022: 152 / 2023: 185.

Quantidade de ações solidárias



Para todos verem: Quantidade de ações solidárias: 2015: 15 / 2016: 25 / 2017: 22 / 2018: 19 / 2019: 27 / 2020: 75 / 2021: 38 / 2022: 39 / 2023: 70.

Qualidade de vida						
METAS PARA 2024	Realizar, no mínimo, 50 ações de qualidade de vida. Realizar, no mínimo, 50 ações solidárias.					
Objetivo	Monitorar e incentivar a participação da força de trabalho em ações de qualidade de vida e solidárias.					
Eixo	Sustentabilidade					
ODS	3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ	Definição	Unidade de medida	Periodicidade e da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador

SAÚDE BIBLIOTECA	17.2	AQV	Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. Aqui devem ser consideradas somente as ações e não as participações, que devem ser consideradas no item 17.1.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de qualidade de vida no trabalho
SECOM SAÚDE CMLOG BIBLIOTECA	17.5	AS	Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação solidária

18. Capacitação em sustentabilidade



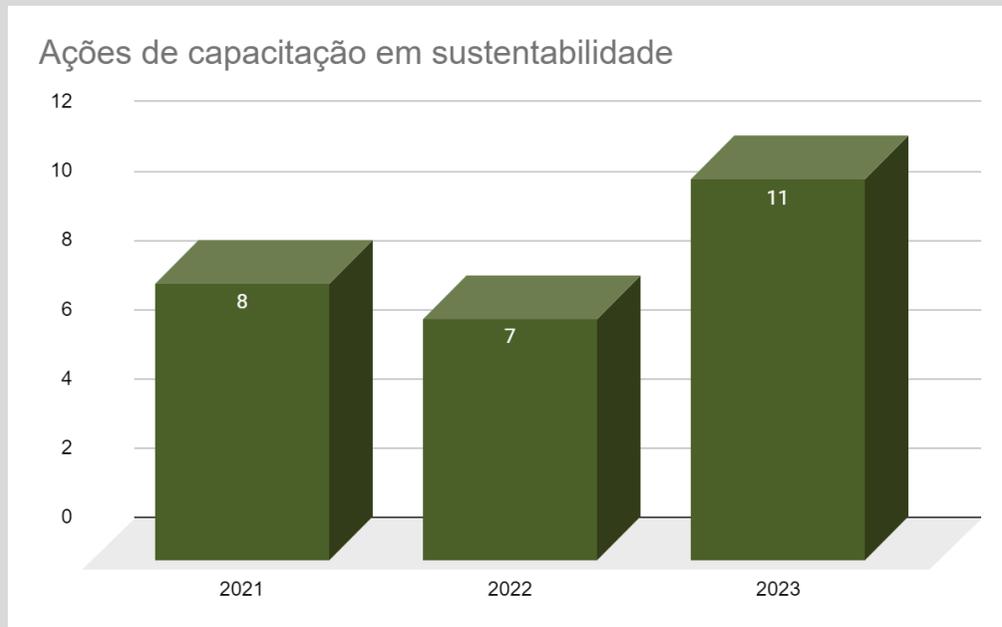
Para todos verem: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida na terra; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; 17 - Parcerias e meios de implementação.

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. Serão contabilizadas:

- ações de sensibilização e capacitação (cursos EaD ou presenciais, grupos de estudo, seminários, semana do meio ambiente, oficinas, campanhas etc.);

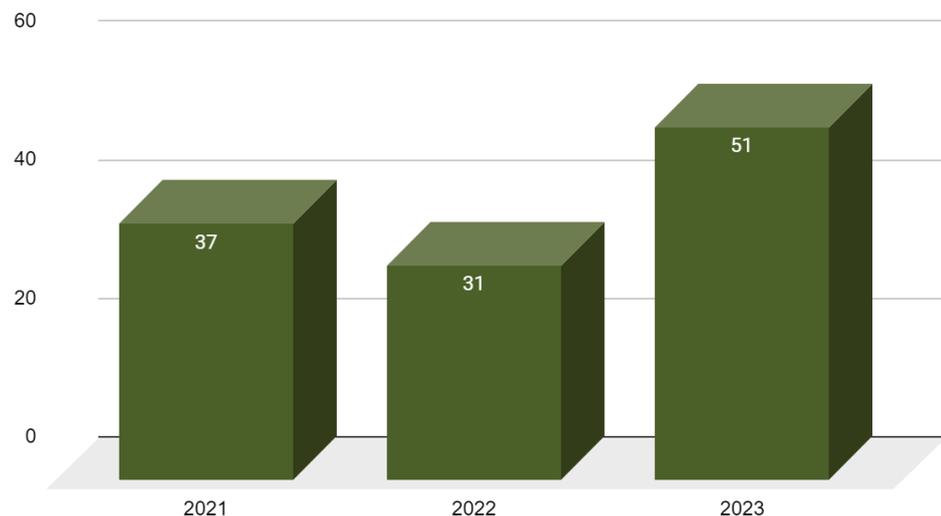
- ações educacionais relacionadas ao tema;
- outras ações institucionais, relacionadas às metas do PLS.

Em ações de capacitação de caráter continuado tais como cursos, encontros, grupos de estudo, entre outros, será contabilizada somente uma participação por pessoa, por evento. Exemplo: curso com os mesmos dez participantes, uma vez por semana, durante dois meses resultará, ao final do ano, em apenas dez participações. Assim como, curso realizado em várias ocorrências será considerado como um único curso.



Para todos verem: Ações de capacitação em sustentabilidade: 2021: 8 / 2022: 7 / 2023: 11.

Ações de sensibilização em sustentabilidade



Para todos verem: Ações de sensibilização em sustentabilidade: 2021: 37 / 2022: 31 / 2023: 51.

Capacitação em sustentabilidade

METAS PARA 2024	Realizar, no mínimo, 1 ação de capacitação em sustentabilidade. Realizar, no mínimo, 3 ações de sensibilização em sustentabilidade.
Objetivo	Monitorar e incentivar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da sustentabilidade.
Eixo	Sustentabilidade
ODS	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Erradicação da pobreza 2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem-estar 4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 6 - Água potável e saneamento 7 - Energia limpa e acessível 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura
- 10 - Redução das desigualdades
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 - Consumo e produção responsáveis
- 13 - Ação contra a mudança global do clima
- 14 - Vida na água
- 15 - Vida terrestre
- 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- 17 - Parcerias e meios de implementação

Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
USAMB / SEGEST EJUD	18.1	ACap	Ações de capacitação em sustentabilidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de capacitação em sustentabilidade
USAMB / SEGEST SECOM BIBLIOTECA	18.2	ASen	Ações de sensibilização em sustentabilidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. As ações de sensibilização englobam as ações realizadas pelo órgão que não forem classificadas como ações de capacitação.	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de sensibilização em sustentabilidade

19. Mudanças Climáticas



Para todos verem: 13 - Ação contra a mudança global do clima.

Mudanças Climáticas								
METAS PARA 2024	Implementar plano de compensação ambiental até o ano 2030 (Agenda 2030 – ONU).							
Objetivo	Monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.							
Eixo	Sustentabilidade							
ODS	13 - Ação contra a mudança global do clima							
Área(s) Responsável(is)	Indicador TRT 12		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
SEGEST / INOVA / USAMB	-	-	Quantidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) compensadas pelo TRT 12	Quantidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) compensadas pelo TRT 12,	CO2	Anual	-	Emissões de gases de efeito estufa (GEE) gerados pelo TRT 12

				após a elaboração do de seu inventário.				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

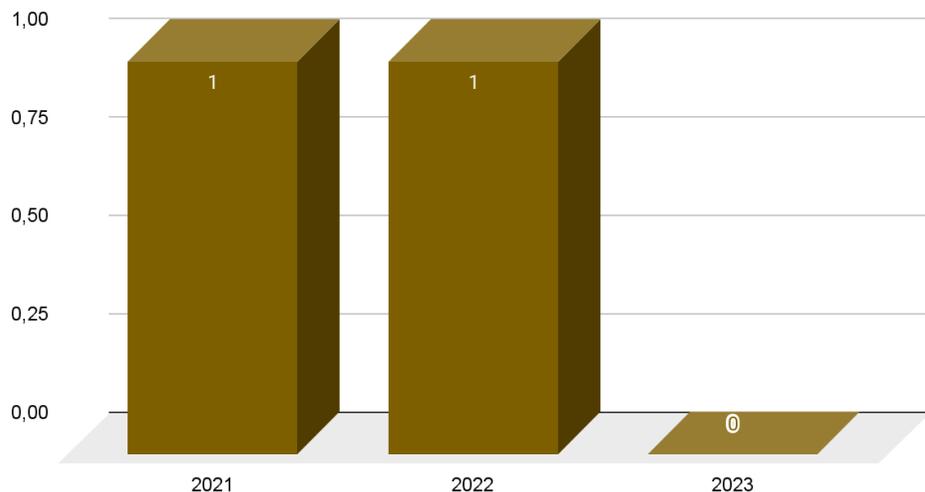
Eixo Acessibilidade e Inclusão

1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão



Para todos verem: 10 - Redução das desigualdades.

Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência



Para todos verem: Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência: 2021: 1 / 2022: 1 / 2023: 0.

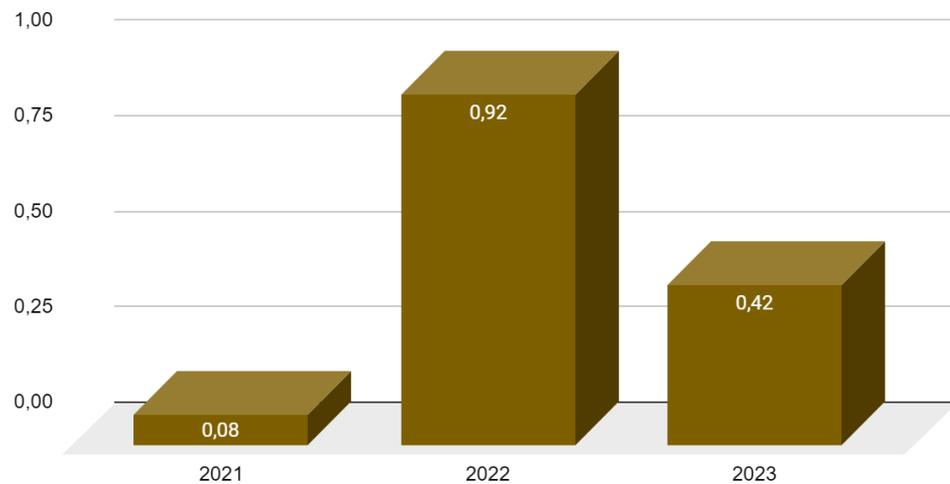
Gestão da Acessibilidade e Inclusão								
METAS PARA 2024	Informar 100% dos dados sobre a quantidade de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência.							
Objetivo	Acompanhar a gestão da acessibilidade e inclusão.							
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
ÁREAS QUE SÃO GESTORAS DE CONTRATOS	1.6	TFAuxT (PcD)	Quantidade de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência	Número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Preencher	Final do período-base

2. Acessibilidade em serviços



Para todos verem: 4 - Educação de qualidade; 10 - Redução das desigualdades.

Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência



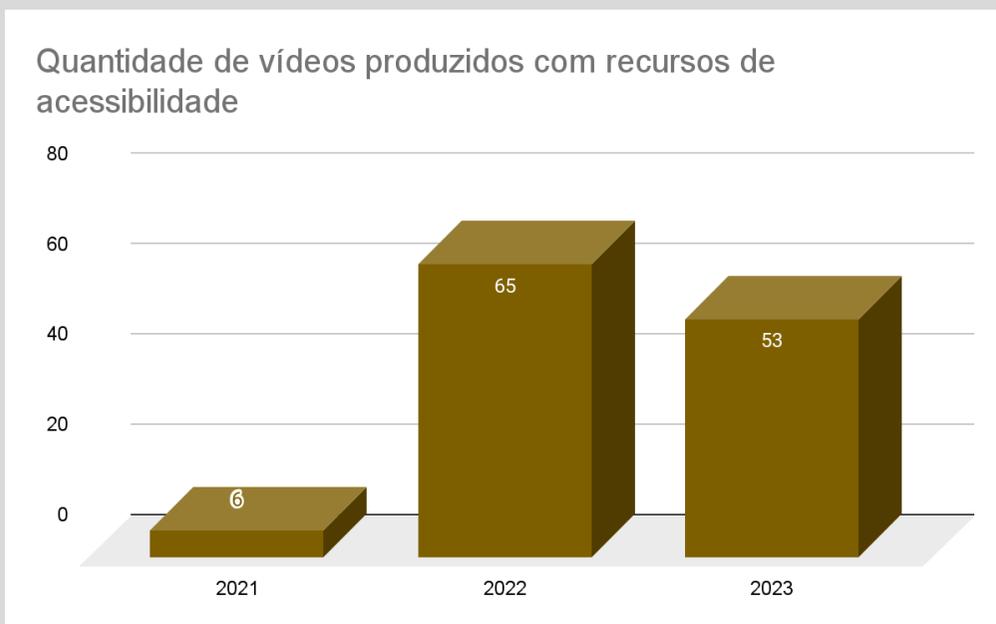
Para todos verem: Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência: 2021: 0,08 / 2022: 0,92 / 2023: 0,42.

Acessibilidade em serviços								
META PARA 2024	Promover a capacitação de 50% dos gestores(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática dos serviços.							
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	4 - Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
EJUD	2.6		Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	<p>Proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão.</p> <p>Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.</p> <p>QGe / QGt QGt - Quantidade total de gestores(as) QGe - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)</p>	Pessoas	Anual	Preencher	Pessoas

3. Acessibilidade comunicacional



Para todos verem: 10 - Redução das desigualdades.



Para todos verem: Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade: 2021: 6 / 2022: 65 / 2023: 53.

Acessibilidade comunicacional								
META PARA 2024	Disponibilizar 100% dos vídeos produzidos com legenda.							
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática da comunicação.							
Eixo	Acessibilidade e Inclusão							
ODS	10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ			Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SECOM	3.1	VAcess	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição).	Vídeos	Anual	Preencher	Publicação do vídeo

4. Acessibilidade tecnológica



Para todos verem: 10 - Redução das desigualdades.

Acessibilidade tecnológica							
META PARA 2024	Rodar o robô DIANA, que avalia a acessibilidade do portal do TRT da 12ª Região, no mínimo uma vez ao ano.						
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática da tecnologia da informação.						
Eixo	Acessibilidade e Inclusão						
ODS	10 - Redução das desigualdades						
Área(s) Responsável(is)	Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador
SETIC	4.1	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Informar se usa programas que detectam o código <i>HTML</i> e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital. () sim, quais? () não.	-	Anual	Preencher	-

5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica



Para todos verem: 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e na Resolução CNJ nº 401/2021, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da Resolução CNJ nº 401/2021.

Acessibilidade urbanística e arquitetônica	
META PARA 2024	Cumprir, sempre que possível, o disposto na Resolução CNJ 401/2021 no tocante a acessibilidade urbanística e arquitetônica.
Objetivo	Acompanhar a acessibilidade e inclusão na temática urbanística e arquitetônica.
Eixo	Acessibilidade e Inclusão
ODS	10 - Redução das desigualdades 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
Área(s) Responsável(is)	
CPO	

Eixo Equidade e Diversidade



Para todos verem: 5 - Igualdade de gênero; 10 - Redução das desigualdades.

O tema objetiva o monitoramento da cultura organizacional voltada para a diversidade da força de trabalho e a equidade por meio:

- Da identificação da força de trabalho e da composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação, segundo o sexo, a identidade étnico racial e entre pessoa com deficiência;
- Do atendimento ao direito fundamental de igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I, da Constituição Federal de 1988). A análise do cenário busca verificar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, focada no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Da quantificação das ações de capacitação e sensibilização específicas da temática Equidade e Diversidade; e
- Das contratações de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023.

Equidade e diversidade	
METAS PARA 2024	Realizar, no mínimo, 1 ação de capacitação em equidade e diversidade. Realizar, no mínimo, 3 ações de sensibilização em equidade e diversidade.
Objetivo	Monitorar e incentivar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema da equidade e da diversidade.
Eixo	Equidade e Diversidade

ODS		5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades							
Área(s) Responsável(is)		Indicador CNJ		Definição	Unidade de medida	Periodicidade da apuração	PLS-Jud	Evento Gerador	
USAMB / SEGEST EJUD		19.1	ACapE D	Ações de capacitação em equidade e diversidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à equidade e diversidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria. As ações de capacitação devem ser realizadas para um público definido e/ou possuir certificação e/ou serem válidas para Adicional de Qualificação (AQ) e/ou possuírem mediador(a) de conteúdo. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra,	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de capacitação em equidade e diversidade

				<p>Seminário, Fórum, Congresso, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros. Devem ser considerados eventos específicos de temáticas voltadas a combater o racismo, o capacitismo, o etarismo, a discriminação por aparência física, a violência doméstica, a intolerância religiosa, a xenofobia, a homofobia e todas as demais formas de discriminação .</p>				
USAMB / SEGEST SECOM	19.2	ASenE D	Ações de sensibilização em equidade e diversidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à equidade e diversidade organizadas e	Número de ações realizadas	Anual	Preencher	Ação de sensibilização em equidade e diversidade

				<p>realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. As ações de sensibilização englobam as ações realizadas pelo órgão que não forem classificadas como ações de capacitação. Deve-se considerar para este levantamento ações específicas de temáticas voltadas a combater o racismo, o capacitismo, o etarismo, a discriminação por aparência física, a violência doméstica, a intolerância religiosa, a xenofobia, a homofobia e todas as demais</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

				formas de discriminação				
--	--	--	--	-------------------------	--	--	--	--

Considerações finais

Para elaboração do PLS foi dada continuidade às atividades previstas no PLS dos anos anteriores. O aprimoramento da coleta de dados relativos aos indicadores e o planejamento de novas metas irão direcionar as ações a serem desenvolvidas no período, para que se inclua, cada vez mais, o conceito de sustentabilidade, acessibilidade, inclusão, equidade e diversidade em todo o TRT da 12ª Região. Cumpre ressaltar que as metas poderão ser alteradas em razão de modificações estruturais e/ou fatos supervenientes.

Fontes

CNJ. Modelo de PLS e Modelo de Plano de Ações. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-socioambiental/modelos-previstos-na-resolucao-cnj-no-400-2021/>

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/modelo-de-pls-resolucao-cnj-no-4002021.pdf>

ONU BRASIL. ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

TRT 4. PLS. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/142956/Revis%C3%A3o%20do%20PLS%20-%202018.pdf>

TRT 12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/Planejamento_Estrategico

Elaboração Técnica

Gustavo Bestetti Ibarra

Diretor da Secretaria de Governança e de Gestão Estratégica

Tamilly Virissimo

Coordenadora da Coordenadoria de Projetos Estratégicos e Inovação

Márcia Abedal Ceci de Souza

Setor de Acessibilidade e Inclusão

Yasmin Lonzetti Skovronski

Setor de Sustentabilidade



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2025 - 2026

**Desembargador do
Trabalho-Presidente**

Amarildo Carlos de Lima

**Desembargadora do
Trabalho-Vice-Presidente**

Quézia de Araújo Duarte Nieves
Gonzalez

**Comitê Gestor Regional do
Programa de Equidade de Raça,
Gênero e Diversidade**

Andrea Maria Limongi Pasold
Julieta Elizabeth Correia de Malfussi
Danieli Bonato Haloten
Ana Carolina Lucena Pinheiro
Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira
Altair de Lima
Yasmin Skovronski
Márcia Abedal Ceci

**Desembargador do Trabalho-
Corregedor Regional**

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

**Comitê de Patrimônio, Logística e
Sustentabilidade**

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon
Tamilly Virissimo
Gustavo Bestetti Ibarra
Fernanda Gomes Ferreira
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Sandro Beltrame
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski
Altair de Lima
Alécio José Riffel

**Comitê de Acessibilidade e
Inclusão**

Maria Aparecida Ferreira Jerônimo
Carlos Eduardo Tiusso
Gustavo Bestetti Ibarra
Fabiana Vieira de Linhares
Camila Sartori Velloso Abreu
Valdir Luiz da Cunha
Claudionor da Silva
Tamilly Virissimo
Cristina Vivan
Jacson Alexandre Pereira
Ricardo Ganzo Wickert Caldas
Breno Cláudio Bauer
Yasmin Lonzetti Skovronski
Márcia Abedal Ceci de Souza
Jamile Cury Cecato de Carvalho
Denise Suchara
Ana Paula Koch de Bona
Cláudia Bettoni
Eduardo Gheller Morschbacher
Flávia Pinheiro Guimarães

COMISSÃO DO PLS

No âmbito deste Tribunal, a atuação da Comissão Gestora do PLS ocorre por meio do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade, cujas atribuições estão previstas na Portaria SEAP 32/2023, nos seguintes termos:

Art. 3º São atribuições do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade:

I - deliberar sobre os indicadores e metas do PLS;

II - avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pelo Setor de Sustentabilidade, conforme dispõe o artigo 10-A da Resolução CNJ nº 400/2021;

III - propor a revisão do PLS;

IV - sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.

Parágrafo único. O Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade atua como Comissão Gestora do PLS, nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021.

Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Cardoso Botto Jacon

Tamily Virissimo

Gustavo Bestetti Ibarra

Fernanda Gomes Ferreira

Fernando Schlickmann Oliveira Souza

Sandro Beltrame

Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi

Yasmin Lonzetti Skovronski

Altair de Lima

Alécio José Riffel

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLS

Alexandre Ribeiro
Altair de Lima
Amandio Neto
Camila Abreu
Camila Colato
Carlos Mazzi
Cláudia Espínola
Claudionor da Silva
Cristina Vivan
Edivan Cassaro
Fábio Rebelo
Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Gustavo Bestetti Ibarra
Isabela Barbosa
Izabel Martins Pereira Guimarães
Luciana Nuernberg
Márcia de Souza
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Marcelo Sestren
Natália da Costa
Robson Souza
Sandro Beltrame
Simone Pereira
Stefania Fenili Longo
Tamilly Virissimo
Thiago Ibagy
Yasmin Lonzetti Skovronski

SUMÁRIO

06

Apresentação

07

Objetivos geral
e específicos

08

Metodologia

10

O PLS e o Planejamento
Estratégico

12

Matriz de
responsabilidade

13

Indicadores e metas

14

Eixo
Sustentabilidade

35

Eixo Equidade e
Diversidade

37

Eixo Acessibilidade
e Inclusão

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é o instrumento de gestão utilizado no TRT-SC para estabelecer diretrizes para a implementação de práticas sustentáveis e eficientes que promovam o uso racional dos recursos públicos e a redução dos impactos ambientais das atividades jurisdicionais e administrativas.

O PLS é, portanto, um documento estratégico que permite o acompanhamento da evolução e o aprimoramento contínuo das práticas sustentáveis adotados no Tribunal, buscando a consolidação da cultura da sustentabilidade.

A adoção do PLS reforça o compromisso deste Tribunal com a Agenda 2030 da ONU, em especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a modernização administrativa e a redução dos impactos ambientais, sociais e econômicos das suas atividades.

A Comissão Gestora do PLS é responsável por planejar, implementar e acompanhar as ações do plano, definidas juntamente com as unidades gestoras dos indicadores, garantindo a efetividade das iniciativas propostas e o alinhamento da eficiência administrativa com a responsabilidade socioambiental.

OBJETIVO GERAL

O PLS do TRT-SC possui como objetivo geral a gestão de ações de sustentabilidade, considerando os seus aspectos social, ambiental, econômico e cultural, em consonância com os 17 (dezessete) ODS da ONU, visando reduzir os impactos ambientais das atividades jurisdicionais e administrativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Incentivar o uso eficiente de insumos, materiais e serviços
- Implementar uma gestão sustentável de resíduos
- Fomentar a mobilidade sustentável
- Promover a eficiência hídrica
- Estimular compras sustentáveis
- Capacitar e sensibilizar o quadro funcional para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade, da inclusão, da equidade e da diversidade
- Promover a qualidade de vida no trabalho
- Aumentar a eficiência do gasto público
- Monitorar e avaliar continuamente as ações
- Fortalecer a cultura de sustentabilidade

METODOLOGIA

A elaboração do PLS dos anos de 2025 e 2026 resulta do trabalho colaborativo entre a Comissão Gestora do PLS, as unidades gestoras dos indicadores e a área de Sustentabilidade, que uniram esforços para desenvolver um planejamento alinhado às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021.

O Lablnova TRT-SC, laboratório de inovação deste Tribunal, foi o responsável por conduzir esse trabalho e facilitar a construção do PLS com metodologias colaborativas e inovadoras.

A metodologia adotada para a elaboração do PLS 2025-2026 consiste em quatro etapas, conforme descrito a seguir:

Planejamento

A fim de melhor diagnosticar as necessidades do Tribunal e de definir ações eficazes para a implementação do PLS, optou-se por realizar uma oficina com as unidades gestoras dos indicadores no Lablnova TRT-SC. Portanto, nesta fase, foi realizado o planejamento acerca da condução do trabalho, que consistiu, entre outros, no agendamento de reunião com gestores, agendamento de oficina no laboratório, levantamento e análise dos relatórios de desempenho dos anos anteriores e conversa com o Setor de Estatística para fornecer a apresentação desses relatórios em um painel BI.

METODOLOGIA

Elaboração

A elaboração do PLS 2025-2026 contou com a participação das unidades gestoras dos indicadores e de áreas corresponsáveis em oficina conduzida pelo LabInova TRT-SC. Divididos em grupos temáticos, os participantes puderam definir conjuntamente os indicadores e as metas, podendo consultar o painel BI com os dados de anos anteriores. Após a oficina, o Setor de Sustentabilidade solicitou às unidades gestoras o Plano de Ações para o atingimento das metas definidas. O PLS e o Plano de Ações foram submetidos à Comissão Gestora do PLS e à Presidência deste Tribunal para análise e aprovação.

Implementação

A implementação consiste na execução das ações descritas no Plano de Ações. Assim, por meio das etapas definidas, as unidades gestoras e as áreas corresponsáveis atuarão para o alcance das metas do PLS.

Monitoramento e Avaliação

Envolve o acompanhamento contínuo das ações planejadas, permitindo a identificação das iniciativas já executadas, daquelas que ainda não foram realizadas e das possíveis dificuldades encontradas ao longo da implementação. A partir da análise dos dados coletados é possível entender o impacto das ações desenvolvidas, necessidades de ajustes e verificar o alinhamento com os objetivos estratégicos.

O PLS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12) foi elaborado de modo a garantir a coerência e a convergência com os principais documentos e instrumentos de planejamento estratégico, tanto no âmbito interno do TRT12 quanto no nacional (Resoluções do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT). A seguir, destacam-se os principais pontos de alinhamento:

1. Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026

- **Integração aos Macrodesafios:** A Estratégia Nacional do Poder Judiciário define macrodesafios como “Promoção da Sustentabilidade” e “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”. O PLS do TRT12, ao propor ações de racionalização no consumo de recursos naturais, gestão de resíduos, eficiência energética e qualidade de vida no trabalho, concretiza estes macrodesafios no âmbito regional.
- **Indicadores de Desempenho:** A Resolução nº 325/2020 traz uma relação de indicadores para monitorar o desempenho do Judiciário, sendo um deles o Índice De Desempenho de Sustentabilidade (IDS) que avalia o macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”.
- **Agenda 2030:** A mesma Resolução incentiva a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O PLS TRT12 está alinhado a essa diretriz ao contemplar práticas relacionadas à preservação ambiental, inclusão social, equidade, acessibilidade e redução das desigualdades.

O PLS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho

A Resolução CSJT nº 387/2024 estabelece o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, contemplando, entre suas diretrizes, o alinhamento da estratégia com o planejamento e com a execução do orçamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e sustentabilidade. O TRT12 adota o modelo de gestão estratégica da Justiça do trabalho, conforme Portaria SEAP nº 354/2024.

Nesse contexto, o Plano de Logística Sustentável (PLS) configura-se como um dos instrumentos de execução da estratégia, equiparando-se aos demais planos nacionais citados (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano de Contratações Anual e Plano Anual de Capacitação), de modo que suas ações e metas se integram ao planejamento estratégico global da Justiça do Trabalho. Dessa forma, o PLS não atua de forma isolada, mas, sim, contribui diretamente para o cumprimento dos objetivos definidos em nível nacional, assegurando práticas sustentáveis nas rotinas administrativas e jurisdicionais em consonância com o modelo de governança traçado pelo CSJT.

O PLS do TRT-SC atua como um instrumento transversal que consolida as diretrizes de sustentabilidade definidas pelo CNJ e pelo CSJT, integrando-as às metas do próprio Tribunal em seu Plano Estratégico Institucional. Com isso, assegura-se a harmonia entre a gestão sustentável dos recursos, a eficiência dos processos de trabalho e a promoção dos valores organizacionais — em especial a sustentabilidade, a inovação, a inclusão e a responsabilidade socioambiental.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	PAPEL	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
2	COPOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
3	ÁGUA ENVASADA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
4	IMPRESSÃO	SUPORTE: Coordenadoria de Suporte Técnico aos Usuários de TIC
5	ENERGIA ELÉTRICA	CMAN: Coordenadoria de Manutenção
6	ÁGUA E ESGOTO	CMAN: Coordenadoria de Manutenção
7	RESÍDUOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais COGEDOM: Coordenadoria de Gestão Documental e Memória
8	REFORMAS	CPO: Coordenadoria de Projetos e Obras
9	CONTRATOS DE LIMPEZA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
10	VIGILÂNCIA	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
11	TELEFONIA	CSG: Coordenadoria de Serviços Gerais
12	VEÍCULOS	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
13	COMBUSTÍVEL	SSI: Secretaria de Segurança Institucional
14	SERVIÇOS GRÁFICOS	CMLOG: Coordenadoria de Material e Logística
15	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	CLC: Coordenadoria de Licitações e Contratos
16	QUALIDADE DE VIDA	SAUDE: Coordenadoria de Saúde EJUD: Escola Judicial SECOM: Secretaria de Comunicação Social SEAP: Secretaria de Apoio Institucional
17	CAPACITAÇÃO	EJUD: Escola Judicial USAMB: Setor de Sustentabilidade
18	EQUIDADE	DAPI: Divisão de Apoio aos Programas Institucionais EJUD: Escola Judicial
19	DESCARBONIZAÇÃO	Sustentabilidade: Setor de Sustentabilidade
20	GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	CODAP: Coordenadoria de Desenvolvimento e Aprendizagem Acessibilidade: Setor de Acessibilidade e Inclusão
21	ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Acessibilidade: Setor de Acessibilidade e Inclusão SECOM: Secretaria de Comunicação Social
22	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	SECOM: Secretaria de Comunicação Social
23	ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	DESENV - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas

INDICADORES E METAS

O PLS TRT-SC está estruturado em três eixos temáticos: Sustentabilidade, Equidade e Diversidade e Acessibilidade e Inclusão . Cada eixo temático contém indicadores estabelecidos no Anexo das Resoluções CNJ nº 400/2021 (atualizada pelas Resoluções nº 550/2024 e nº 594/2024) e nº 401/2021.

Para cada indicador, definiu-se uma meta relacionada aos ODS da Agenda 2030 da ONU (imagem abaixo), visando alcançar um desenvolvimento sustentável em seus aspectos econômico, social, ambiental e institucional.



Para todos verem: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida na terra; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; 17 - Parcerias e meios de implementação (Fonte: ONU BRASIL)

EIXO SUSTENTABILIDADE



VARIÁVEIS GERAIS

De acordo com o Anexo da Resolução CNJ nº 400/2021, “as variáveis gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não precisarão ser informadas pelos tribunais, pois serão aferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ)[...]”.

A automatização na coleta e tratamento das variáveis gerais do PLS reduz inconsistências e facilita a tomada de decisões estratégicas para aprimorar a gestão sustentável no Poder Judiciário.

No âmbito deste Tribunal, a governança dos dados referentes às variáveis gerais do PLS é um aspecto fundamental para garantir a transparência, a confiabilidade e a efetividade das ações sustentáveis.

1 PAPEL

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir a despesa com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado no TRT-12

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
2.2 GPP - Gasto com papel próprio	reais	14.280,93	14.595,52	18.046,10	34.424,83

2.2 GPP - Gasto com papel próprio

Reduzir em 1,5% o gasto de papel do tipo A4 em comparação ao ano de 2024

2025

2026

1%

1,5%

Fórmula: $\text{Gasto Alvo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 - (1.5 / 100))$



2 COPOS DESCARTÁVEIS

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir a quantidade de copos descartáveis utilizados no TRT-12

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
3.1 CC - Consumo de copos descartáveis (centos)	cento	541	2274	1877	2738

3.1 CC - Consumo de copos descartáveis

Reduzir em 1% o consumo de copos descartáveis em comparação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

1%

Fórmula: $\text{Consumo Alvo} = \text{Consumo}_{2024} * (1 - (1/100))$



3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o valor gasto com a aquisição de água mineral em embalagens retornáveis

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
4.4 GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	reais	11.298,75	17.234,82	30.092,08	36.675,84

4.4 GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis

Reduzir em 0,5% os valores gastos com consumo de água mineral em embalagens reutilizáveis em relação ao ano de 2024 (desconsiderando o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - do período).

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: $\text{Gasto Alvo} = \text{Gasto}_{2024} \times (1 - (0,5/100))$



4 IMPRESSÃO

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o número de impressoras no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA		Unidade gestora: SUPORTE Periodicidade: Anual			
Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
5.2 QEI - Quantidade de equipamentos de impressão - instalados	equipamentos de impressão	475	475	475	475

Observação: 5.2 - Os dados de 2020 a 2024 foram retificados diante da identificação de erro material.

5.2 QEI – Quantidade de equipamentos de impressão

Reduzir 12% da quantidade de equipamentos de impressão em comparação ao ano de 2024

2025	2026
10%	12%
Fórmula: Quantidade alvo = Quantidade_2024*(1-(12/100))	



5 ENERGIA ELÉTRICA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o consumo de energia elétrica no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMAN
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
6.1 CEE - Consumo de energia elétrica	kWh	1.803.461	2.165.805	2.403.634	2.429.624

6.1 CEE – Consumo de energia elétrica

Reduzir em 0,5% o consumo de energia elétrica (fornecida pela concessionária) em relação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: Consumo Alvo = Consumo_2024*(1-(0,5/100))



6 ÁGUA E ESGOTO

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Reduzir o consumo de água no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: CMAN
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
7.1 CA - Consumo de água	m³	11.364	11.440	11.427	9.932

7.1 CA – Consumo de água

Reduzir em 0,5% o consumo de água em relação ao ano de 2024

2025

2026

0,5%

0,5%

Fórmula: $\text{Consumo Alvo} = \text{Consumo}_{2024} * (1 - (0,5/100))$



7 GESTÃO DE RESÍDUOS

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumentar a quantidade de resíduos destinados à cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras

Unidade gestora: CMLOG, CSG e COGEDOM

Periodicidade: Mensal

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
8.6 TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	kg	54.205,15	14.535,63	17.033,74	23.738,50

8.6 TMR – Total de materiais destinados à reciclagem

Aumentar em 7,5% o peso total de materiais destinados à reciclagem em comparação ao ano de 2024

2025

2026

5%

7,5%

Fórmula: $\text{Peso Alvo} = \text{Peso}_{2024} * (1 - (7,5/100))$



8 REFORMAS E CONSTRUÇÕES

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Utilizar valor menor que o previsto no orçamento para a construção de novos edifícios

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CPO
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
9.2 GConst - Gastos com construção de novos edifícios	reais	0,00	0,00	0,00	2.942.239,10

9.2 GConst – Gastos com construção de novos edifícios no período-base

Gastar 98% do orçamento disponibilizado para a construção do Foro de Tubarão e Vara do Trabalho de Araranguá

2025

2026

98%

98%

Fórmula: Valor Alvo = Orçamento_Total*(98/100)



9 LIMPEZA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Monitorar o gasto relacionado aos contratos de serviço de limpeza

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
10.3 GRL - Gasto com contratos limpeza por m ²	reais/m ²	72,53	78,27	97,68	89,82

10.3 GRL – Gasto com contratos limpeza por m²

Aumentar no máximo 10% dos gastos com contratos de limpeza por m² em comparação ao ano de 2024

2025

2026

10%

10%

Fórmula: Gasto máximo = Gasto_2024*(1+(10/100))



10 VIGILÂNCIA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado de gastos com contratos de vigilância eletrônica

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
11.4 GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica	reais	69.562,56	76.880,00	85.383,79	75.971,23

11.4 GVe – Gasto com contrato de vigilância eletrônica

Aumentar no máximo 1% o gasto com vigilância eletrônica

2025

2026

1%

1%

Fórmula: Novo Gasto=Gasto Atual×1,01



11 TELEFONIA FIXA

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado dos gastos com telefonia fixa

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
12.1 GTF - Gasto com telefonia fixa	reais	35.830,46	41.280,65	32.262,91	19.250,01

12.1 GTF – Gasto com telefonia fixa

Aumentar no máximo 10% os gastos com telefonia fixa em comparação ao ano de 2024 (desconsiderando o reajuste obrigatório anual definido pela Anatel por meio do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)).

2025

2026

10%

10%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 + (10/100))$



12 TELEFONIA MÓVEL

USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

Aumento controlado dos gastos com telefonia móvel

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CSG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
12.4 GTM - Gasto com telefonia móvel	reais	32.509,61	100.077,29	182.311,99	210.469,09

12.4 GTM – Gasto com telefonia móvel

Aumentar no máximo 10% os gastos com telefonia fixa em comparação ao ano de 2024 (desconsiderando o reajuste obrigatório anual definido pela Anatel por meio do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)).

2025

2026

10%

10%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 + (10/100))$



13 VEÍCULOS

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS

Reduzir os gastos com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
13.10 GMV - Gasto com manutenção de veículos	reais	45.782,33	35.019,65	71.892,82	59.583,45

13.10 GMV – Gasto com manutenção de veículos

Reduzir 1% do gasto com manutenção de veículos em comparação ao ano de 2024

2025

2026

1%

1%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto}_{2024} * (1 - (1/100))$



14 VEÍCULOS

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS

Reduzir as despesas realizadas com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos

SÉRIE HISTÓRICA Unidade gestora: SSI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
13.11 GRMV - Gasto relativo com manutenção por veículo	reais/número de veículo	2.409,60	1.522,59	3.125,77	2.708,34

13.11 GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo

Reduzir 1% do gasto relativo com manutenção por veículo

2025

2026

1%

1%

Fórmula: $\text{Gasto máximo por veículo} = \text{Gasto_por_Veículo_2024} * (1 - (1/100))$



15 COMBUSTÍVEL

DESLOCAMENTO DE PESSOAL A SERVIÇO, BENS E MATERIAIS
 Reduzir os gastos com combustível para abastecimento dos veículos oficiais do TRT-SC

Unidade gestora: SSI
 Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
14.6 GC - Gasto com combustível	reais	28.778,26	68.087,40	56.733,70	69.536,58

14.6 GC – Gasto com combustível

Reduzir 1% do gasto com combustível em comparação ao ano de 2024

2025

2026

1%

1%

Fórmula: $\text{Gasto máximo} = \text{Gasto_Combustível_2024} * (1 - (1/100))$



16 APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO – SERVIÇOS GRÁFICOS

Aumento controlado das despesas realizadas com serviços gráficos no TRT-SC

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: CMLOG
Periodicidade: Mensal

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
15.1 GC - Gasto com serviços gráficos	reais	60.118,51	17.936,44	20.368,83	42.931,14

15.1 GC – Gasto com serviços gráficos	
Aumentar no máximo 20% os gastos com serviços gráficos em comparação ao ano de 2024	
2025	2026
10%	20%
Fórmula: Gasto máximo = Gasto_2024 * (1 + (20/100))	

17 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Aumentar o percentual de aquisições e contratações realizadas considerando o critério de sustentabilidade

Unidade gestora: CLC
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
16.3 PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	percentual	34,19	28,91	46,74	81,66

16.3 PCS – Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade

Aumentar em 10% o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade

2025

2026

10%

10%

Fórmula: $\text{Percentual alvo} = \text{Percentual atual de aquisições sustentáveis} * (1+10/100)$



18 QUALIDADE DE VIDA

Aumentar o percentual de aquisições e contratações realizadas considerando o critério de sustentabilidade

Unidade gestora: SAÚDE, SECOM, EJUD e SEAP
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
17.4 - Participação em ações solidárias	número de participantes	3223	8128	1758	2570
17.5 - Quantidade de ações solidárias	número de ações realizadas	38	39	70	87
17.6 - Percentual de participantes em ações solidárias	percentual por ação	Cálculo automático			

17.6 PRAS – Percentual de participantes em ações solidárias

Alcançar 7% de participantes em, pelo menos, uma campanha solidária promovida pelo Tribunal

2025

2026

5%

7%

Fórmula: Número de participantes = Número_Total_de_Colaboradores*(7/100)

19 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Capacitar o corpo funcional do TRT-SC em assuntos relacionados ao tema sustentabilidade

Unidade gestora: Sustentabilidade e EJUD
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
18.1 ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade	número de ações realizadas	8	7	11	11

18.1 ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade

Realizar 3 ações de capacitação ao ano vinculadas ao tema da sustentabilidade

2025

2026

3

3

Fórmula: número de ações de capacitação = 3



EIXO
EQUIDADE E
DIVERSIDADE



1 EQUIDADE E DIVERSIDADE

Estimular a participação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras em assuntos relacionados à equidade racial

SÉRIE HISTÓRICA

Unidade gestora: EJUD e DAPI
Periodicidade: Anual

Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
19.1 ACapED - Ações de capacitação em equidade e diversidade	número de ações realizadas	-	-	-	11

19.1 ACapED – Ações de capacitação em equidade e diversidade

Capacitar ao menos 10% das(os) magistradas(os) e 10% das(os) servidoras(es) em equidade racial

2025

2026

10%

10%

Fórmula: Número alvo de magistrados = Número_Total_de_Magistrados * 0,10 e Número alvo de servidores = Número_Total_de_Servidores * 0,10



EIXO
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO



1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Realizar a gestão da acessibilidade e inclusão na contratação de estagiários(as)

Unidade gestora: CODAP
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
1.5 TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência	número de estagiários	2	2	4	4

1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência

Informar 100% dos dados sobre a quantidade de estagiários(as) com deficiência

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Quantidade de estagiários(as) com deficiência = Total_Estagiarios_com_Deficiencia



2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Sensibilizar o corpo funcional do TRT-SC quanto a temas relacionados à pessoa com deficiência

Unidade gestora: SECOM e Acessibilidade
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
2.10 - Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	quantidade de ações de sensibilização	19	29	66	81

2.10 - Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão

Promover quatro ações de sensibilização referentes a barreiras atitudinais por ano

2025

2026

4

4

Fórmula: Número de ações de sensibilização = 4



3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Garantir a acessibilidade comunicacional nos vídeos institucionais do TRT-SC

Unidade gestora: SECOM
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA		2021	2022	2023	2024
Questionário anual	U.M				
3.1 V Acess - Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade	número de vídeos	6	65	53	80

3.1 V Acess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade

Disponibilizar 100% dos videos produzidos com legenda

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Vídeos com legenda disponibilizados = Total_de_Vídeos_Produzidos



4 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Garantir a acessibilidade tecnológica do conteúdo disponibilizado no site do TRT-SC e nos links constantes no site

Unidade gestora: DESENV
Periodicidade: Anual

SÉRIE HISTÓRICA					
Questionário anual	U.M	2021	2022	2023	2024
4.1 - O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	-	Sim	Sim	Sim	Sim

4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Utilizar, sob demanda, serviço AMAWeb (Avaliação e Monitoramento de Acessibilidade na Web) para avaliar o nível de acessibilidade do site do Tribunal e dos seus links

2025

2026

100%

100%

Fórmula: Avaliação de acessibilidade = Número_de_Solicitações_de_Avaliação



5 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

URBANÍSTICA E

Este indicador avalia o grau de acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário, garantindo o acesso e a utilização plena dos espaços por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A mensuração será realizada a cada cinco anos, conforme previsto na Resolução nº 401/2023 do Conselho Nacional de Justiça, por meio de avaliação coordenada pelo CNJ, precedida de diagnóstico prévio (artigo 33 da Resolução).





PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2025 – 2026